

ITAPERUNA-RJ | VOLUME 12 | Nº 2



REVISTA
Transformar



UNIFESJ
CENTRO UNIVERSITÁRIO
SÃO JOSÉ DE ITAPERUNA

CENICE Centro de
Iniciação
Científica e
Extensão

© Copyright: Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE) Esta revista ou parte dela não pode ser reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito do Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE).

Centro Universitário São José de Itaperuna Rua Major Porphírio Henriques, 41 –
Centro Itaperuna – RJ – CEP: 28.300-000
Tel: (22) 3811-0700 cenice@fsj.edu.br

FICHA CATALOGRÁFICA

REVISTRA TRANSFORMAR.

REVISTA TRANSFORMAR/ Revista do Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE) – Itaperuna, RJ, v. 12, n. 2, ago./dez. 2018.

257 fl.

Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ), Fundação São José (FSJ), 2018.

E-ISSN: 2175-8255.

Periódico. Pesquisa. Extensão. Produção Científica.



CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ DE ITAPERUNA (UniFSJ)

Jader Almeida da Silva

Presidente da Fundação Educacional e Cultural São José (FSJ)
Reitor do Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ)

Hudson de Oliveira Costa

Pró-Reitor Acadêmico

José Maria Cardozo

Secretário

Ismenia Linhares Rezende Almeida

Subsecretária

Joane Marieli Pereira Caetano

Coordenadora do Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE)

EQUIPE EDITORIAL

Prof. Ma. Joane Marieli Pereira Caetano

Centro Universitário São José de Itaperuna
Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Prof. Dra. Dulce Helena Pontes Ribeiro

Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ)

CONSELHO EDITORIAL

Prof.^a Dra. Bruna Paula da Cruz

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFF)

Prof. Dr. Leandro Elias Canaan Mageste

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF-PI)

Prof.^a Dra. Relines Rufino de Abreu

Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)

Prof. Dr. Guilherme Augusto dos Santos Póvoa

Instituto Federal do Espírito Santo (UFES)

COMITÊ CIENTÍFICO

Prof. Dr. Leandro Elias Canaan Mageste

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF-PI)

Prof. Ma. Fernanda Carvalho de Moura Rezende Fontes

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Prof.^a Dra. Bruna Paula da Cruz

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF)

Prof.^a Dra. Relines Rufino de Abreu

Universidade Estadual de Minas (UEMG)

Prof. Me. Lucas Felisberto Pereira

Instituto Federal Goiano (IFGO)

Prof.^a Ma. Alinne Rangel dos Santos Renzetti

Laboratório de Imunoparasitologia - LIP/Fiocruz

Prof.^a Ma. Altina Silva Oliveira

Universidade Iguazu - Campus V (UNIG)

Prof. Dr. Guilherme Augusto dos Santos Póvoa

Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

Prof. Me. João Felipe Barbosa Borges

Instituto Federal Fluminense/Universidade Federal de Juiz de Fora (IFF/UFJF)

INDEXADORES



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
LINHA DE PESQUISA I:	5
UM OLHAR SOBRE O UNIVERSO DA PUBLICIDADE NA PERSPECTIVA DA SEMIÓTICA GREIMASIANA.....	6
INGLÊS “ERRADO” OU APENAS UMA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA?	18
ASPECTOS GERAIS SOBRE A TUTELA PROVISÓRIA E SUAS ESPÉCIES	30
A EFETIVIDADE DO PROCON COMO ÓRGÃO ADMINISTRATIVO EXTRAJUDICIAL NA COMPOSIÇÃO DE CONFLITOS CONSUMERISTAS NO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA	42
O RECONHECIMENTO DO NOME SOCIAL DE PESSOAS TRANSEXUAIS À LUZ DA DECISÃO DO STF QUE JULGOU A ADI 4.275	64
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO PLANEJAMENTO ESCOLAR.....	90
LINHA DE PESQUISA II:	102
ANÁLISE COMPARATIVA REFERENTE A OBRA CINEMATOGRAFICA, O NOME DA ROSA E A OBRA BIBLIOGRÁFICA, AS TRÊS ORDENS OU O IMAGINÁRIO DO FEUDALISMO	103
LINHA DE PESQUISA III:	114
OS BENEFÍCIOS FARMACOLÓGICOS DA CAFEÍNA PARA A REDUÇÃO DE GORDURA LOCALIZADA	115
ANÁLISE DE PARÂMETROS DOS FLUIDOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS DE PETRÓLEO	124
A MORTE ASSISTIDA E SUAS RAZÕES	148
LINHA DE PESQUISA IV:.....	166
O BOM COMBATE DE PAULO: uma leitura da cegueira espiritual na sociedade contemporânea	167
TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL FRENTE A TEORIA DE AARON BECK NO TRATAMENTO DO TRANSTORNO DEPRESSIVO.....	184
DISFUNÇÃO FAMILIAR E HIPERATIVIDADE NA CRIANÇA: contribuições da Abordagem Sistêmica de Família	198
LINHA DE PESQUISA V:	210
A MERITOCRACIA COMO INSTRUMENTO DE MOBILIDADE INTERNA NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO TÍPICAMENTE ADMINISTRATIVO.....	211
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO FERRAMENTA NA GESTÃO EMPRESARIAL	239

APRESENTAÇÃO

A Revista Transformar do Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ) é um periódico de publicação semestral, publicada inicialmente em 2003, em versão impressa, com intuito de levar à comunidade acadêmica regional resultados de pesquisas, ideias e reflexões dos professores, pesquisadores associados e alunos do UniFSJ. Já na política editorial vigente, contamos com a contribuição vinda de diferentes áreas do conhecimento e de variados pesquisadores da comunidade científica nacional e internacional, em uma perspectiva interdisciplinar capaz de abarcar diferentes áreas como delineamento básico das produções acadêmico-científicas aqui contempladas.

Nesta edição, contamos com 14 trabalhos que abordam discussões acadêmico-científicas contemporâneas e interdisciplinares, distribuídas em cinco linhas de pesquisa, a saber: Linha de pesquisa I – Educação, cultura e direitos humanos; Linha de pesquisa II – Relações étnico-raciais, memória e identidade cultural; Linha de pesquisa III – Saúde, meio ambiente e cidadania; Linha de pesquisa IV – Psicologia, subjetivação, psicopatologia e linguagem; e Linha de Pesquisa V – Gestão de negócios, economia e mercados.

Desejamos, assim, aos leitores da Revista Transformar, proveitosa leitura e (re)construção de conhecimento, a partir dos diálogos interdisciplinares realizados pelas pesquisas dispostas nesta edição.

Joane Marieli Pereira Caetano

Coordenadora do Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE)

LINHA DE PESQUISA I:
Educação, Direitos Humanos e Sociedade

UM OLHAR SOBRE O UNIVERSO DA PUBLICIDADE NA PERSPECTIVA DA SEMIÓTICA GREIMASIANA

*A LOOK AT THE UNIVERSE OF ADVERTISING IN THE PERSPECTIVE OF
THE GREIMASIAN SEMIOTIC*

*UNA MIRADA SOBRE EL UNIVERSO DE LA PUBLICIDAD EN LA
PERSPECTIVA DE LA SEMIÓTICA GREIMASIANA*

Clodoaldo Sanches Fófano

Mestre em Ciências das Religiões (Faculdade UNIDA)
Pós-graduado em Estudos Linguísticos e Literários (UNIFSJ)
Pós-graduado em Gestão Escolar: administração, supervisão e orientação (UCAM)
Pós-graduado em Língua Latina e Filologia Românica (UCAM) Pós-graduando em
Semiótica Discursiva (UNIARA) Graduado: Letras: Português/Espanhol (UNIFSJ)
Graduado: Pedagogia (FAVED)
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6031675202439419>

Dulce Pontes Ribeiro

Doutora em Letras (Língua Portuguesa) pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Docente do Centro Universitário São José de Itaperuna. E-mail: dulcehpontes@gmail.com.br.

Sonia Maria da Fonseca Souza

Doutoranda em Cognição e Linguagem, pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Docente do Centro Universitário São José de Itaperuna. E-mail: sonifon1@hotmail.com.

Paulo Jonas dos Santos Júnior

Doutorando em Planejamento Regional e Gestão da Cidade (UCAM). Mestre em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória. Licenciado em História (ISEED). Bacharel em Teologia (FAECAD). Psicanalista Clínico (FATEB). Docente do Centro Universitário São José de Itaperuna. E-mail: paulojsjunior@hotmail.com.

Resumo: Este estudo tem por objetivo realizar uma análise comparativa entre anúncios publicitários, destacando o poder persuasivo da propaganda. Por se tratar de um tema, por vezes, tido como complexo, procura-se, num primeiro momento, apresentar aspectos gerais sobre Semiótica como ciência do signo e trazer à baila algumas nuances interessantes que ajudam na compreensão desta ciência ao longo do tempo. Numa etapa subsequente, discute-se sobre as manifestações da linguagem publicitária. E, por fim, analisa-se, pelos postulados da Semiótica, algumas peças publicitárias. Metodologicamente, nas duas primeiras partes, o trabalho foi estruturado por pesquisa bibliográfica de base qualitativa, por meio de fontes teóricas que embasam a busca de respostas sobre o tema abordado. Na última parte, coloca-se em prática a análise semiótica de dois produtos anunciados em propaganda publicitária apontando a função manipuladora do discurso persuasivo positivo, mediado pelas linguagens visual e textual, no caso dos anúncios em estudo, com atrativos e apelos, dos mais diversos. Logo, depreende-se que a propaganda

age criando uma sensação no imaginário do sujeito consumidor de que ele levará algo a mais do que o objeto adquirido, constituindo, assim, objeto de sentido, manifestação semiótica.

Palavras-chave: Publicidade. Persuasão. Semiótica Greimasiana.

ABSTRACT: This study aims to perform a comparative analysis between commercials, highlighting the persuasive power of advertising. Because it is a theme sometimes considered complex, it seeks at first to present general aspects about Semiotics as a science of the sign and to bring to light some interesting nuances that help in the understanding of this science over time. In a subsequent stage, the manifestations of the advertising language are discussed. And, finally, some postings are analyzed by the postulates of Semiotics. Methodologically, in the first two parts, the work was structured by qualitative bibliographical research, through theoretical sources that support the search for answers on the topic addressed. In the latter part, the semiotic analysis of two products advertised in advertising is carried out, pointing to the manipulative function of positive persuasive discourse, mediated by visual and textual languages, in the case of ads under study, with appeals and appeals of the most diverse. Therefore, it is evident that advertising acts by creating a sensation in the imaginary of the consuming subject that it will take something more than the acquired object, constituting, therefore, object of meaning, semiotic manifestation.

Keywords: Publicity. Persuasion. Greimasian semiotics.

RESUMEN: Este estudio tiene por objetivo realizar un análisis comparativo entre anuncios publicitarios, destacando el poder persuasivo de la propaganda. Por tratarse de un tema, a veces, tenido como complejo, se busca, en un primer momento, presentar aspectos generales sobre Semiótica como ciencia del signo y traer a la baila algunos matices interesantes que ayudan en la comprensión de esta ciencia a lo largo del tiempo. En una etapa posterior, se discute sobre las manifestaciones del lenguaje publicitario. Y, por fin, se analiza, por los postulados de la Semiótica, algunas piezas publicitarias. Metodológicamente, en las dos primeras partes, el trabajo fue estructurado por investigación bibliográfica de base cualitativa, por medio de fuentes teóricas que fundamentan la búsqueda de respuestas sobre el tema abordado. En la última parte, se pone en práctica el análisis semiótico de dos productos anunciados en propaganda publicitaria apuntando la función manipuladora del discurso persuasivo positivo, mediado por los lenguajes visual y textual, en el caso de los anuncios en estudio, con atractivos y llamados, de los más diversos. Por lo tanto, se desprende que la propaganda actúa creando una sensación en el imaginario del sujeto consumidor de que llevará algo más que el objeto adquirido, constituyendo así objeto de sentido, manifestación semiótica.

Palabras clave: Publicidad. Persuasión. Semiótica Greimasiana..

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo tem por objetivo realizar uma análise comparativa de anúncios publicitários, destacando o poder persuasivo da propaganda. Para

tanto, utiliza a Semiótica como instrumento dessa avaliação. Tais anúncios, propositalmente, foram escolhidos promovendo os seguintes produtos: azeites de marcas distintas. Assim, em cada comparação relacionam-se semelhanças e diferenças entre elas.

A Semiótica concebe o texto, independentemente da linguagem, como uma “unidade de sentido”, razão pela qual busca o sentido na construção do texto. Santaella (2004) elucida que, embora o papel da semiótica não seja o de desvendar história, ou teoria/prática de processo de signo, esse conhecimento é pré-requisito para produzir interpretação. A semiótica estuda todo e qualquer objeto que participa em um processo de semiose (processo em que algo funciona como um signo). O que a semiótica faz é mapear caminhos de condução de análise que transcendem o senso comum.

Nesse sentido, o primeiro tópico do trabalho é apresentar uma visão panorâmica das origens à atualidade da semiótica, de maneira bem resumida, porém relevante. Em seguida, discorre-se sobre a linguagem publicitária, sobrelevando o signo empírico e suas codificações, o qual não tem relevância, mas sim os sentidos suscitados por ele, que fomentam e percorrem os discursos. Lembra-se que os discursos da publicidade se voltam exclusivamente ao incitamento do consumo. Portanto, as indústrias investem intensamente nas campanhas publicitárias por averiguar serem estas (quando harmonizadas e bem coordenadas) uma ferramenta fenomenal formadora de opiniões e de padronização de comportamentos direcionados à compra em massa do produto anunciado.

O último tópico do artigo é a análise comparativa entre anúncios publicitários. *A priori*, atentar-se para a função, em separado, dos elementos de composição do texto em análise, para, em seguida, procurar entender o seu funcionamento no conjunto do texto. O desfecho de uma análise semiótica possibilita o esclarecimento de muitos componentes implícitos que, muitas vezes, o consumidor é incapaz de apreender.

A publicidade, na verdade, utilizando de maneira simples as palavras, pode transformar um relógio em joia, um carro em símbolo de prestígio e um pântano em paraíso – adverte Bolinger citado por Carvalho (2014). Assim

sendo, as palavras possuem um poder de criar e destruir, afirmar e negar. E a publicidade se vale de tais meios a seu favor.

1 ASPECTOS GERAIS DA HISTÓRIA DA SEMIÓTICA

O estudo da palavra começou a ser desenvolvido por meio de uma necessidade humana de construir significados para todo tipo de linguagem (verbal e não verbal). Desse modo, os primeiros pensadores sobre tal questão foram os filósofos. Por isso, então, a Semiótica baseou-se nas ideias de Aristóteles e outros filósofos que começaram a discutir questões relacionadas com palavras e coisas (referente). Assim, por um ato de imposição, as palavras são associadas a vários modos de significação criados pelo intelecto que pauta a palavra ao modo de ser das coisas.

Para Descartes (1596-1650), os conceitos são comuns a todos os homens, as ideias são inatas, mas o discurso não. Dessa forma, os racionalistas dão ênfase aos conceitos em detrimento das coisas. Já para os teóricos da escola Port-Royal, principalmente o pensador Pierre Nicole (1625-1695), a esfera dos significados ou das ideias racionais está sujeita a leis universais que se validam na mente humana.

Leibniz (1646-1716) pregava que signo é aqui que percebemos, conectado a um referente, em virtude da experiência do ser, como instrumento da cognição humana. Dessa forma, a estrutura sintática dos signos está relacionada à realidade, virtualmente representada em todas as mentes individuais. Assim, todo raciocínio humano é representado por meio de signos.

Segundo Francis Bacon, as palavras podem proporcionar modelos de compreensão corretos ou distorcidos. A distorção pode ser causada por palavras que impõem falsas aparências. Isso ocorre quando se referem a coisas que não existem. E para Locke (1632-1704), os signos são instrumentos de conhecimento, e as palavras são signos de signos, ou seja, o significado das palavras é uma conexão especial de ideias. Tal fato contraria as teorias de Saussure, que acreditava que as ideias e as palavras são inseparáveis.

Coube a Saussure contribuir para o desenvolvimento da análise linguística, quando deu “o arremate final” à noção de língua como um sistema

de signos independente, contudo isso só lhe foi possível graças a formulações anteriores. Nesse sentido, Saussure só foi possível estabelecer o corte epistemológico nos estudos linguísticos porque o terreno já havia sido preparado por uma longa tradição de buscas e investigações sobre a língua e sua natureza. Desde então, o entusiasmo pelas pesquisas linguísticas tomou conta de toda a Europa e, cada um por seu turno, grandes nomes se sucederam nas descobertas sobre o estudo da linguagem e nas hipóteses delas decorrentes.

Diante dessa pequena discussão, observa-se que os estudos da língua não são estáticos; então, é de grande importância estudar autores de diferentes épocas e concepções, a fim de alcançar um entendimento mais amplo e aprimorado acerca do signo linguístico, o qual constitui a língua.

O modelo estruturalista saussuriano determinou uma virada nos estudos linguísticos estabelecendo-se, a partir de então, as bases de uma verdadeira ciência da linguagem. Para tanto, demonstrou a importância da sincronia em oposição à diacronia – alvo de principal interesse dos comparativistas. Para Saussure, a língua é pura forma e como tal deve ser estudada, adotando-se o princípio de que as formas que articulam os sons (significante) e os sentidos (significado) são arbitrárias em todas as línguas.

Quanto à noção de signo, Benveniste também o idealiza como sendo composto de um significado e de um significante; contudo, não se pode esquecer que essas não são suas características principais, isso porque antes vem a significação. O autor defende o significante como unidade formal da língua, a qual não representa apenas uma sequência de sons, mas sim quem condiciona e determina o significado. Dessa maneira, percebe-se que Saussure, ao analisar o significante, não lhe atribuiu uma função tão significativa, visto que o concebe como imagem acústica do signo, sem atribuir-lhe determinante ou condicionada do significado.

Assim, Benveniste ao tratar da questão referente ao signo linguístico estabelece uma série de discussão que não são levantadas por Saussure. Uma questão bem complexa é a noção de signo como possuindo uma unidade semiótica, uma bifurcação, pois ao mesmo tempo em que há uma “divisão”

quanto à noção de signo, não se pode separá-lo em duas partes, uma vez que um mesmo elemento possui um nível semiótico e um nível semântico.

Segundo Saussure (1972, p. 25), o problema linguístico é também semiológico. Isso significa que o teórico russo já pensava na Semiótica como teoria da significação necessária para ser desenvolvida, já que a linguística se preocupava com a questão do signo linguístico. Nesse sentido, a base da Semiótica de Greimas é oriunda dos postulados saussurianos. Greimas afirma que a contribuição de Saussure para a teoria da Semiótica está no fato de ele possuir uma visão de mundo própria. Assim, o mundo é uma rede de relações que mantém nela mesma sua significação.

Na verdade, Hjelmslev ultrapassa a dicotomia saussuriana, quando pretendeu hierarquizar a função que existe entre significante e significado. Para o dinamarquês, a língua deve ser concebida como forma organizada de duas substâncias: a forma do conteúdo e a forma da expressão. É por meio dessa compreensão que se encontra a influência de Hjelmslev sobre os postulados da Semiótica, permitindo um estudo específico sobre o sentido. Logo, a organização do sentido é considerada independente de sua forma de expressão.

Dentro dos processos de postulações de teorias, a linguística possibilita, por meio do dinamismo dos estudos da linguagem, que uma teoria amplie outra de maneira que o conhecimento científico não seja construído por meio somente de discordância, mas também de concordância. Como aconteceu com Saussure e Greimas: da Linguística à Semiótica.

2 MANIFESTAÇÕES DA LINGUAGEM PUBLICITÁRIA

É sobretudo importante assinalar que a mídia é o conjunto de meios de comunicação (internet, rádio, televisão, jornais, revistas, etc.). Essa, por sua vez, é utilizada de todas as maneiras para tornar pública a propaganda de determinado produto. Para tanto, a linguagem midiática não procura dar prioridade às competências funcionais dos produtos, bens e serviços anunciados, e sim enfatizar as supostas propriedades simbólicas, mágicas,

verdadeiras fantasias ilusionistas; sem deixar, é claro, de referir a serventia e a qualidade dos produtos anunciados.

As mensagens midiáticas buscam especialmente construir atmosferas sedutoras para a apresentação de seus produtos, de modo a prevalecer sobre a face material das coisas, correspondendo a uma espécie de tratamento fantasioso dos produtos a serem adquiridos, de maneira que o consumidor, antes mesmo de comprar o produto, primeiro o faça de maneira simbólica, aceitando-o como um auxílio mágico.

A comprovação da competência da mídia, em atuar como potência sublimadora, faz crer que ela entende tanto dos sonhos humanos quanto a psicanálise. A mídia é especialista na arte de influir nas pessoas a sensação de plenitude – o acesso ao fácil, ao sublime e a um paraíso-aqui-agora, sem essa de que para chegar até lá é necessária uma vida de boas ações e virtudes. Portanto, a mídia funciona como uma fábrica de fantasias.

As artimanhas de sedução da mídia a cada dia têm-se proliferado. É notório que se vive hoje em uma cultura saturada de imagens que infelizmente é acompanhada por um declínio na taxa de alfabetismo, uma perda na análise crítica. Sendo assim, o indivíduo recebe uma gama de mensagens de forma passiva, sem ter condições de reagir criticamente.

Qualquer objeto que seja portador de sentido, que pretenda explorar todo e qualquer processo de significação, pode ser considerado manifestação semiótica. Dessa forma também trabalha a propaganda, cuja intensão é convencer e persuadir o consumidor, pois o desejável é que stle adquira o produto, goste da compra e permaneça cliente.

Assim, para se chegar a tal resultado, a propaganda atua com a persuasão positiva, utilizando de linguagem visual e textual, por meio de atrativos e apelos, dos mais diversos, em suas mensagens publicitárias. Sendo assim, a propaganda age criando uma sensação no imaginário do sujeito consumidor de que ele levará algo a mais do que o objeto adquirido.

Antigamente não era assim, os anúncios publicitários tinham a função quase que só de informar sobre o produto. Mas, a fim de aquecer o setor econômico e despertar o consumidor, a propagando precisou se tornar

apelativa e persuasiva para a venda de seus produtos, constituindo, portanto, objeto de sentido, manifestação semiótica.

Acredita-se que a eficiência e a escolha da estratégia de manipulação estão relacionadas ao tipo de objeto que se pretende vender. Por exemplo, quando se trata da venda de carros, manipular alguém por meio de uma mensagem de intimidação é bastante significativo. O vendedor pode levar o cliente a pensar que o carro que ele possui está saindo de linha e pode se tornar difícil vendê-lo futuramente. Com isso, o sujeito consumidor sente-se ameaçado se não realizar a ação de venda do produto que possui e a compra de um novo. Ainda que tal fato seja realidade, a mensagem transmitida apresenta um tom intimidador.

Carvalho (2014) adverte que as palavras são escolhidas em função da força persuasiva que possui, clara ou dissimulada, com o poder de integrar o receptor à sociedade de consumo. É algo parecido com a crença em Papai Noel: mesmo que não acreditem no mito, todos o aceitam como símbolo de amor e proteção.

3 UMA PROPOSTA DE ANÁLISE COMPARATIVA DE ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS

Procede-se agora a uma reflexão crítica do discurso publicitário utilizado para atingir o público-alvo (os sujeitos): pessoas que gostam de gastronomia (a grande maioria) e demais usuários de determinado azeite; a propaganda do produto conta com as diferentes linguagens no processo discursivo. Apresentam-se, abaixo, a imagem, os discursos latentes aos textos publicitários e seus inerentes valores socioculturais.

Figura 1: Anúncio Publicitário: Azeite Galo, extra virgem

Figura 2: Anúncio Publicitário: Azeite Musa, virgem de oliva extra



(CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Português: linguagens, 9º ano: língua portuguesa. 8. ed. São Paulo: Atual, 2014. In: *Diagnóstico da Mídia*, nº 22)



(CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Português: linguagens, 9º ano: língua portuguesa. 8. ed. São Paulo: Atual, 2014. In: *Gula*, nº 155)

Iniciando-se a leitura, cabe ressaltar que o produto anunciado é um azeite, elemento presente nas refeições de grande parte da população brasileira, considerado como alimento que contribui para a manutenção e melhoria da saúde humana. Diante desse grande benefício, verifica-se que a publicidade explora bastante a venda de tal produto, apegando-se para tanto ao bem que o objeto anunciado faz à saúde. Além disso, nas duas peças publicitárias encontra-se um texto sincrético que associa linguagem verbal com não verbal, como instrumentos de persuasão do destinatário, a fim de que comprem o produto da marca anunciada. Dessa forma, o sentido do texto é construído levando em consideração a totalidade de ideias presentes nos anúncios.

Outro fator relevante, merecedor de destaque, está no fato de que as duas revistas são suportes dos anúncios que se dirigem a consumidores em geral, mas principalmente a leitores de revistas que se interessam por alimentos. Dessa forma, o apelo da publicidade está relacionado com a

susceptibilidade intelectual do consumidor, que se permite persuadir (THIAGO, 2010, p. 4).

Em relação as diferenças, vale destacar que um promove a marca do azeite Galo (Figura 1), enquanto o outro, a marca do azeite Musa (Figura 2). A mídia associa aos produtos que são anunciados uma imagem positiva, criando no indivíduo a necessidade de consumi-los. Dessa maneira, procura aproximá-los do consumidor, tornando-os de fácil aquisição e, ao mesmo tempo, necessários ao consumo.

No anúncio da Revista Prazeres da Mesa (Figura 1), a associação das imagens com o enunciado sugere que os alimentos preparados com esse azeite ficarão tão bons que darão água na boca. No sentido denotativo, tal expressão significa encher a boca de água. E sobre esse aspecto diz o texto verbal: *Já que não é certo beber durante as refeições, sirva prato que já dão água na boca.* Assim, em vez de fazer o inconveniente (beber água durante as refeições), o consumidor se servirá de azeite Galo. O alimento ficará umedecido mas de algo que faz bem à saúde. No sentido conotativo, *dar água na boca* significa sentir vontade de comer os pratos feitos com o azeite anunciado. Do ponto de vista semiótico, esse anúncio explora as noções de conjunção e disjunção, apresentados no quadro semiótico de Greimas (1976).

Já no anúncio da Revista Gula, o anunciante utiliza como enunciado principal duas frases que são construídas com as mesmas marcar gramaticais: um substantivo seguido de vírgula e um adjetivo (*Azeite, indispensável. Musa, insubstituível*), destacando que o azeite anunciando é o único produto insubstituível, entre os azeites. Tal fato sugere que esse produto é o melhor entre todos.

Da mitologia grega, *musa* é uma imagem feminina, fonte inspiradora do desejo dos homens; simboliza a figura de uma mulher bonita e, conseqüentemente, insubstituível em função do padrão de beleza. Além disso, deve-se destacar ainda que no canto esquerdo desse anúncio encontram-se várias embalagens que a marca Musa já possuiu e o tempo em que ela se está no mercado. Tal informação, no campo semiótico, é importante para demonstrar que um produto com esse perfil, merece credibilidade pelo mercado consumidor.

Como se percebe, a linguagem publicitária não procura dar prioridade às competências funcionais dos produtos, bens e serviços anunciados, e sim enfatizar as supostas propriedades simbólicas, mágicas, verdadeiras fantasias ilusionistas. Sem deixar, é claro, de referir a serventia e a qualidade dos produtos anunciados. Assim, ao adquirir qualquer um desses produtos, o consumidor levará para casa mais que um óleo de oliva, levará consigo a sensação do paladar aguçada pela linguagem da propaganda e o valor axiológico de um bem essencial à sua felicidade na realização da compra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das duas figuras (anúncios publicitários) extraídas da internet e de livro didático, foi possível aplicar a Semiótica greimasiana na interpretação dos muitos mecanismos comunicativos com o fim último de responder a questões mercadológicas do mundo capitalista, em especial, o consumismo. Percebeu-se, assim, o quão a Semiótica (teoria geral dos signos) credencia o indivíduo a entender a competência comunicativa dos variados tipos de mensagens e os variados efeitos que estas podem produzir no receptor.

Com Greimas, pôde-se penetrar num domínio ilimitado e transcendente da textualidade canônica, apreciar essa seara que desde sempre existira, mas que a partir das lições greimasianas passaram a ser prestigiadas; pôde-se localizar no próprio objeto em foco seus atributos peculiares e o modo como são agenciados em anúncios publicitários.

Depreendeu-se que a percepção de tais elementos faculta aos olhos do observador a reconstrução, no âmbito conceitual, do que, à primeira vista, era tão somente da natureza do empirismo; faculta-lhes a atribuição hipotética de uma gama de sentidos para, enfim, tomarem diante de si um objeto de conhecimento.

Assim sendo, a linguagem publicitária também é discurso que desenvolve a função de manipular símbolos para fazer a mediação entre objetos e pessoas. Tais objetos passam a ser símbolos de alcançar a felicidade, proporcionando bem-estar e êxito de forma efêmera, porque depois

de comprar o consumidor sente a frustração de permanecer insatisfeito, com um vazio novamente.

Diante das análises propostas, percebe-se que, no aparente simples jogo de palavras, a publicidade é capaz de mover o mundo, de levar as pessoas a conceber as mercadorias de bens necessários ao consumo a passaportes insubstituíveis de felicidade, ainda que momentânea.

REFERÊNCIAS

- CARBONEL, Thiago Ianez. **Manifestações Semióticas**: Parte II. 13p. Universidade de Araraquara (Uniará). São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/G1pNbp>>. Acesso em: 05 nov. 2018.
- CARVALHO, Nelly de. **Linguagem da publicidade**. Recife: Editora UFPE, 2014.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: linguagens**, 9º ano: língua portuguesa. 8. ed. São Paulo: Atual, 2014.
- GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica Estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1976.
- SANTAELLA, Maria Lúcia. **Semiótica Aplicada**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1972.

INGLÊS “ERRADO” OU APENAS UMA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA?

"Wrong" English or just a linguistic variation?

Inglés "incorrecto" o sólo una variación lingüística?

Laís Teixeira Lima

Possui graduação em Letras Português/Inglês pelo Centro Universitário São José de Itaperuna (2013) e mestrado em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2016). Atualmente é professora de Inglês Instrumental da graduação de Medicina na Faculdade Metropolitana São Carlos, professora de Língua Inglesa da Licenciatura em Letras no Centro Universitário São José de Itaperuna e professora de língua inglesa - Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Letras, atuando principalmente nos seguintes temas: língua inglesa, estrangeirismos, discurso, língua inglesa como L2 e vocabulário.

Camila Rangel de Almeida

Graduanda em Letras (UNIFSJ), no 4º período. Tem experiência em sala de aula. É professora celetista em um curso de idiomas.

Esther Dutra Ferreira Doutoranda em Cognição e Linguagem, pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Docente do Centro Universitário São José de Itaperuna. E-mail: sonifon1@hotmail.com.

RESUMO: O presente artigo tem como principal objetivo realizar uma discussão reflexiva acerca da variação linguística existente no uso da Língua Inglesa (LI), tanto no âmbito regional, socioeconômico, como histórico entre falantes da língua. Visto que a variação não deve ser compreendida como um erro no uso, mas como um fenômeno de interação e de adaptação cultural e social; pois a língua é viva e dinâmica. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do conceito de variação linguística das línguas, porém, com foco principal na LI. Para tanto, o estudo teve como aporte teórico autores como: Fiorin (2013), Bagno (2007), Silva e Smith (2012), Bruniera (2018) e Monteiro (2000). Na sequência, foram analisados vocábulos em suas mais diversas aplicações, expondo suas principais semelhanças e diferenças de aplicabilidade em distintos países que utilizam a Língua Inglesa e em diferentes situações sociais de uso.

Palavras-chave: Variação Linguística. Língua Inglesa. Sociolinguística.

ABSTRACT: The present article has as main objective to realize a reflexive discussion about the linguistic variation existing in the use of the English Language (EL), both at the regional, socioeconomic and historical levels among language speakers. Since variation is not to be understood as an error in the use of language, but as a phenomenon of interaction and cultural and social adaptation; because the language is alive and dynamic. Initially, a bibliographical research was developed on the concept of linguistic variation of

the languages, but with the main focus on EL. In order to do so, the study was based on the following authors: Fiorin (2013), Bagno (2007), Silva E Smith (2012), Bruniera (2018) and Monteiro (2000). In the sequence, we have analyzed words in their most diverse applications, exposing their main similarities and differences of applicability in different countries that use the English Language and in different social situations of use.

Keywords: Linguistic Variations. English Language. Sociolinguistics.

RESUMEN: El siguiente artículo como objetivo principal es realizar un análisis reflexivo sobre la variabilidad lingüística existente en el idioma inglés (LI), no regional, socioeconómico, como histórico entre habladores de lengua. Visto como una variable no se desarrolla en el futuro, sino también como fenómeno de la interacción cultural y social; Pues la lengua viva y dinámica. Inicialmente, se realizó una investigación bibliográfica acerca del concepto de la variable lingüística de las lenguas, por ejemplo, con el foco principal en la LI. Por tanto, he aquí como aporte teórico autores como: Fiorin (2013), Bagno (2007), Silva E Smith (2012), Bruniera (2018) y Monteiro (2000). A Continuación, análisis analógico y profesional de las empresas, las aplicaciones, los principios básicos y las diferencias de aplicación en los distintos idiomas que se utilizan como idioma inglés y en diferentes situaciones sociales.

Palabras claves: Variación Lingüística. Idioma en Inglés. Sociolingüística.

Introdução

Incorporar o estudo dos aspectos sociais à língua foi um processo bastante demorado. Os estudos de Hjelmslev, segundo Monteiro (2000), um dos primeiros autores a refletir sobre o estudo, eliminavam inúmeras variáveis que caracterizavam a língua, e o modelo gerativista exaltava a homogeneidade linguística e ignorava os processos sociais. Porém, ao longo do tempo, percebeu-se a importância do estudo dos aspectos sociais da língua tornando-se, assim, uma discussão essencial para a compreensão dos aspectos comunicacionais da mesma.

A língua não é um conjunto de regras que a sociedade segue sem falhas ou incoerências. Pelo contrário, o processo de comunicação é instável e bastante variável. Cotidianamente percebem-se adaptações durante conversas de muitos indivíduos. Então como dizer que a língua possui uma única variedade padrão? Por que desconsiderar as variedades de fala existentes em uma comunidade? A sociedade não vai surgir a partir de uma língua, a língua que, na verdade, é o produto e a expressão de uma determinada cultura.

De fato é necessário analisar com calma e detalhadamente as respostas para as indagações acima. Não é possível, com base em inúmeros autores, principalmente nos utilizados como suporte teórico, dizer que só existe uma única variedade padrão. A língua não possui apenas uma forma, um padrão seguido por todos. Pelo contrário, observa-se diariamente como a língua é modificada durante a comunicação, dependendo do contexto de uso. Então não pode haver uma regra estanque, um padrão engessado, visto que as variações linguísticas estão presentes em todas as línguas, mesmo naquelas consideradas mais tradicionais e formais.

Tendo a noção e o entendimento sobre esse tópico, parte-se para a discussão, nas seções seguintes, sobre as variações existentes na construção da Língua Inglesa, em suas diversas comunidades de uso, assim como o porquê de considerá-las essenciais para a formação e construção do idioma.

1. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: UMA BREVE CONCEITUALIZAÇÃO

A língua surge a partir da comunicação social entre indivíduos de uma mesma cultura e é moldada e adaptada, quando necessário, pelos usuários. Podem-se considerar características naturais da linguagem o caráter social, que pode ser entendido como a identidade de uma nação ou um povo que pertence a um conjunto comunitário e poderá agir sobre essa língua; e a variabilidade, ou seja, sua constante mudança e adequação ao meio social. Portanto, Saussure (2012, p. 17) afirma que a língua “é ao mesmo tempo, produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”.

Furtado da Cunha e Tavares (2007) corroboram com tal concepção e afirmam que

a língua é determinada pelas situações de comunicação real, em que falantes reais interagem e, conseqüentemente, seu estudo não pode se resumir à análise de sua forma, já que essa forma está relacionada a um significado e a serviço do propósito pelo qual é utilizada, o que depende de cada contexto específico de interação (FURTADO DA CUNHA & TAVARES, 2007, p. 157).

Labov observa, então, que “o discurso da maioria dos indivíduos não constitui um sistema coerente e racional, uma vez que é marcado por numerosas oscilações, contradições e alterações” (Labov apud. MONTEIRO, 2000, p.14). Sendo assim é estabelecido um “corte metodológico” e a *langue* (língua) é determinada como foco da linguística.

Entretanto a *langue* não é suficiente para descrever a *parole* (discurso), o contexto social precisa ser observado. Surge então, segundo Monteiro (2000), o chamado “paradoxo saussuriano” que diz que através do indivíduo é possível analisar o aspecto social da linguagem, entretanto apenas quando há a interação comunicativa que se estuda o aspecto individual.

No início dos estudos sociolinguísticos, os autores Bright (1966) – em sua obra *Sociolinguistics* – e Fishman (1972) – em seu trabalho *Language and nationalism: Two integrative essays* – foram considerados pioneiros na discussão de tais temáticas, Bright (1966) afirma que variedade linguística é o foco da sociolinguística. E dentro de sua tese ele percebe a diversidade sob “três ângulos principais: a identidade social do emissor, a identidade social do receptor e as condições da situação comunicativa.” (MONTEIRO, 2000, p.15). Existem fatores sociais que influenciam e modificam o discurso de cada indivíduo, e através dos estudos de Labov (1972), foi possível estabelecer um modelo para encontrá-los.

A linguagem visa instituir e manter as relações sociais dos indivíduos. E, segundo Monteiro (2000), do ponto de vista social, a língua ao estabelecer relações entre os indivíduos e promover seu papel social transmitindo informações prova a existência da relação entre língua e sociedade.

Essa relação pode promover variedades linguísticas, que diferentes comunidades (grupos), irão utilizar durante sua comunicação. Desse modo, então, afirma-se que existem variedades e cada uma delas é proposta ou moldada a partir da relação de um determinado grupo com a língua. Para alcançar o principal objetivo do artigo, é essencial compreender sobre os termos comunidades linguísticas e comunidades de fala; por exemplo, Estados Unidos da América e Inglaterra são da mesma comunidade linguística – ou seja, utilizam a mesma língua, a Língua Inglesa –, entretanto são diferentes comunidade de fala, possuem maneiras distintas de utilizar a língua, com

regras distintas e particulares. Ou seja, a variação ocorre em diferentes comunidades de fala, podendo ser concebidas de maneiras diferentes: como um grupo de pessoas de variadas classes socioeconômico de uma mesma área, ou com foco no indivíduo e suas relações sociais (laços sociais). Criam-se e definem-se, então, as áreas linguísticas com o intuito de facilitar o entendimento sobre as ocorrências de variação.

Elas se referem “a um território onde se falam muitas línguas que, embora não sejam necessariamente relacionadas, têm um certo número de traços em comum, como resultado da difusão de inovações através das fronteiras linguísticas.” (TRUDGILL apud MONTEIRO, 2000, p.45). Nesse momento, as tentativas de analisar e formulá-la podem ser através da observação por áreas de fala, percebendo as diferentes falas em um território, delimitando, também, as noções sobre *dialetos*, o modo de falar de uma região. Por exemplo, dentro do Rio de Janeiro, onde observamos variados dialetos, e as diferenças de fala no centro, e no noroeste do estado. Inúmeros dialetos coexistem dentro de uma região, bem como ocorre também na Língua Inglesa.

Entretanto, não se pode supor que a variedade ocorre apenas por variação geográfica, o fator sociocultural também influencia. A relação que o indivíduo mantém com distintos grupos (amigos, família, igreja, trabalho, colégio), irá afetar a situação e a intenção comunicativa. Ou seja, o modo de falar do indivíduo é estruturado e moldado por um sistema que atenda às suas necessidades. E essa estruturação pode sofrer influência, principalmente, de fatores regionais, socioeconômicos e históricos.

Essas variações ocorrem em várias línguas, como no Inglês, que é falado em muitos países, sendo a língua principal ou não. Alguns, principais, são: Inglaterra, Estados Unidos, Jamaica e Austrália. E como exposto acima, apesar de compartilharem o mesmo idioma, utilizam regras diferentes. A variação pode ser gramatical entre os países, com algo pequeno ou até construções maiores, como expressões, etc.

Na análise abaixo, serão expostos os exemplos de variações regionais, socioeconômicas e históricas presentes alguns países que falam a Língua Inglesa.

2. EXEMPLOS DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA LÍNGUA INGLESA

Percebe-se durante a análise que algumas palavras e construções sofreram influência histórica por parte de uma colônia inicial. Toda língua sofre influência histórica e social de outras línguas, porém, tal influência torna-se ainda mais acentuada quando se é discutido sobre países que possuíam forte e longa dependência de seus países colonizadores. Como a Austrália e os Estados Unidos, os quais eram colônias da Inglaterra, eles possuem como língua materna o Inglês; porém, devido a distância que há em relação ao país colônia, a língua se adaptou às necessidades de seus falantes e de sua realidade social, adquirindo, assim, características daquelas localidades.

Ainda existe outra questão de influência no desenvolvimento do idioma: as fronteiras. Muitos países são cercados de outros que possuem uma língua distinta, portanto, tanto a língua, quanto os dialetos próximos a essas regiões podem afetar a construção do idioma; um exemplo claro de tal influência, é a Jamaica, onde o inglês sofre influência das línguas africanas. Monteiro (2010) afirma que

um dialeto se circunscreve a uma zona ou região territorial, que frequentemente coincide com as fronteiras ou barreiras geográficas (...) quando se tenta estabelecer limites entre diferentes dialetos, corre-se o risco de se considerar muito mais os fatos sociais do que os linguísticos. (MONTEIRO, 2010, p.46)

Portanto, assim como não se pode discutir sobre variação linguística sem abordar os aspectos regionais ali presentes, seria incoerente ignorar a concepção socioeconômica, visto que, muitas vezes, o falante que possui uma linguagem mais próxima da norma padrão da língua pode ter maior prestígio na sociedade que exige, em muitas das vezes, uma fala prestigiada. Assim sendo, vimos as principais variações linguísticas: as regionais, socioeconômicas e históricas. Essas variações podem ocorrer todas ao mesmo tempo, ou não. Vejamos alguns exemplos.

Um exemplo de variação histórica e regional é o vocábulo *quite*, uma palavra de origem Inglesa, que chega aos Estados Unidos durante a colonização, entretanto sofre alteração de uso devido à influência da região. Os

ingleses usam para “ênfatisar o significado do adjetivo a que se refere”. (BRUNIÉRA, 2006, s/p.), enquanto os americanos atribuem ao *quite* o sentido de *completely*.

Existe diferença também em relação ao uso do artigo *The*, enquanto os americanos o utilizam antes da palavra *hospital*, os ingleses não usam, uma vez que, normalmente, a palavra é usada sem um artigo quando é objeto de uma preposição e quando se refere a um paciente. É uma escolha estrutural estabelecida de acordo com a necessidade de uso de cada país.

Para Steinberg

há cerca de 4 mil palavras da língua inglesa com sentido diferente na Inglaterra e nos Estados Unidos. Ocorre também muitas vezes que dois ou mais termos são comuns às duas variantes, mas sempre há uma questão de preferência de uso de uma forma em detrimento da outra. É a chamada *usage*, ou seja, uso. (STEINBERG, 2003, p.8)

Portanto, existem pontos de divergências mais complexos, a seguir, foi apresentado um quadro com as diferenças semânticas de expressões e vocabulário entre Estados Unidos, Inglaterra e Austrália:

Quadro 1 – Diferenças de vocabulário entre os países

Estados Unidos	Inglaterra	Austrália
Cookie	Biscuit	Bickie
Parking lot	Carpark	Carpark
Sidewalk	Pavement	Footpath
Garbage bin	Rubbish bin	Trashcan
Soccer	Football	Football

(Disponível em: <https://www.topwayschool.com/blog/quais-as-principais-diferencas-entre-o-ingles-falado-nos-eua-na-inglaterra-e-na-australia>)

Percebe-se que, em algumas situações, os vocabulários da Inglaterra e da Austrália são mais próximos do que as expressões utilizadas nos EUA. Isso pode estar relacionado à influência histórica da colônia inglesa, a qual permaneceu mais tempo na região da Austrália.

Outro tipo de variação, tanto regional quanto histórica, é a diferença ortográfica entre palavras norte-americanas e britânicas. Sendo a alteração da terminação, ou grafia da palavra. Como: *ense* por *ence*; *er* por *re*; *or* por *our*; *25d* por *t*; *k* por *que*; *ize* por *ise*; *og* por *ogue*. Representados nos exemplos do quadro a seguir, respectivamente.

Quadro 2 – Diferença ortográfica entre o Inglês Britânico e Americano

American English	British English
Defense	Defence
Center	Centre
Color	Colour
Dreamed	Dreamt
Bank	Banque
Analyze	Analise
Analog	Analogue

(Disponível em <http://www.english-for-students.com/American-Spelling.html>)

Em relação à Jamaica, a maior parte da escrita é feita no inglês padrão, incluindo notas e correspondência pessoal. Entretanto, a Jamaica possui um dialeto próprio, que não segue os padrões tradicionais da LI, chamado dialeto *Patois*. Não é comum ver o dialeto, poucos o estudam devidamente, esse dialeto está presente na literatura, em poemas folclóricos, em algumas colunas

de humor nos jornais. Sendo utilizado pelos jovens, também, em chats e na Internet.

Por esse motivo ainda hoje é muito difícil de encontrar exemplos da utilização dessa variedade, e suas diferenças dialetais. Lima (2010, s/p.), evidencia algumas peculiaridades de falantes sul-africanos:

O presidente Obama quando disse “this is my man” para o ex-presidente Lula, teria sido traduzido por “this oke’s my china” no inglês sul-africano. Isto porque “china” é uma gíria como “amigão”, “camarada”, “brother”. Em português a sentença “this oke’s my china” é o mesmo que dizer “este cara é meu amigão”. (...) Se você pedir para que um sul-africano faça algo e ele responder “I’ll do it just now”, cuidado! Para eles “just now” significa “em um futuro próximo” e não o que que normalmente traduzimos como “agorinha mesmo” ou “neste instante”. Portanto, atenção com o “just now” por lá. (LIMA, 2010)

Percebe-se, então, que a grande maioria das diferenças é a ortografia e, conseqüentemente, a fonética do inglês norte-americano para o jamaicano:

Quadro 3 – Inglês Americano e Jamaicano

Inglês Norte-americano	Inglês Jamaicano
No right turn	No ton rait
School zone begins	Skullbigin
No entry	No enta
Keep left	Kip lef
No parking between these signs	No paak bitwiin dem sain

(Disponível em: <<https://www.inglesnosupermercado.com.br/linguas-inglesas-ingles-jamaicano-caracteristicas/>>)

Com os exemplos apontados na seção foi observado como existem diversas variações do Inglês, do original Britânico, que foi onde o idioma se estabeleceu primeiro, onde teve origem. Entretanto, esse fato não desvaloriza

em nada as variações existentes, pelo contrário, as enriquece ainda mais, principalmente o Inglês Jamaicano que recebe grande influência da cultura africana, assim como o Australiano recebe das raízes indígenas de seu continente.

Cada alteração dentro de cada um desses sub-idiomas da Língua Inglesa, dessas variantes, tem estruturação e formação estabelecida e influenciada por diversos aspectos, sejam históricos, sociais, econômicos, regionais, ou qual for. O que importa é que cada idioma é rico de sua própria maneira e é válido e pertinente ter conhecimento sobre essas diferenças.

Assim sendo, parte-se para a conclusão do trabalho em que será avaliado se, de fato, tais variações são “erros” ou não.

CONCLUSÃO

Conclui-se então que existem diversos tipos de variedades coexistindo dentro de um mesmo território, podendo ser influenciada por apenas um fator, por dois fatores relacionados, ou até mais. Entretanto, esse fato não desvaloriza em nada as variações existentes, pelo contrário, as enriquece ainda mais, como o Inglês Jamaicano que recebe grande influência da cultura africana, assim como o Australiano recebe das raízes indígenas de seu continente.

As variedades podem gerar algumas falhas na comunicação entre indivíduos de diferentes países localizações, mas, em sua maioria, não em relação às ocorrências gramaticais e sim, ao vocabulário. Se um britânico pedir “*Chips*” a um americano, ele receberá um pacote de *Ruffles* e não o esperado, batata frita. Como os cariocas, que se forem a São Paulo e pedirem biscoito poderão passar aperto. Porém, as variedades enriquecem a língua e demonstram a capacidade do indivíduo, e falante, de adaptar a língua as suas necessidades comunicativas, utilizando de forma correta, dinâmica e apropriada as novas construções linguísticas desenvolvidas diariamente.

Portanto, é necessário afirmar que não existe um inglês errado ou uma norma padrão que deve ser sempre seguida, o que existem são diversas variações linguísticas, que são capazes de diversificar o idioma, tornando-o útil

e prático para aqueles que fazem seu uso. Pois as línguas não podem ser consideradas estanques e engessadas, pois estão em constante uso e são utilizadas por falantes das mais distintas classes sociais, etnias, sociedades e regiões.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 49ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BRIGHT, W. **Sociolinguistics**. The Hague: Mouton, 1966.

BRUNIERA, C. **Variedades lingüísticas (2): O inglês britânico e o americano**. In: Especial para a Pagina 3 Pedagogia & Comunicação. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/ingles/ingles-britanico-e-norte-americano-diferenca-pode-confundir-estudantes.htm>. Acesso em: 04 dez. 2018.

GODINHO, J. D. **Língua Inglesa – Inglês Jamaicano, características**. Disponível em: <https://www.inglesnosupermercado.com.br/linguas-inglesas-ingles-jamaicano-caracteristicas/>. Acesso em: 04 dez. 2018.

ENGLISH FOR STUDENTS. **Differences between american spelling and british spelling**. Disponível em: <http://www.english-for-students.com/american-spelling.html>. Acesso em: 04 dez. 2018.

FIORIN, J. L. (org.) **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013.

FISHMAN, J. **Language and nationalism: Tow integrative essays**. The Hague: Mouton, 1972.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. (Orgs.). **Funcionalismo e ensino de gramática**. Natal: ADUFRN, 2007.

LIMA, D. **Inglês australiano: diferenças e curiosidades**. Inglês na Ponta da Língua, 2012. Disponível em: <https://www.inglesnapontadalingua.com.br/2012/05/ingles-australiano-caracteristicas-e.html>. Acesso em: 05 dez. 2018.

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SCHOOL, TopWayEnglish. **Quais as principais diferenças entre o inglês falado nos EUA, na Inglaterra, e na Austrália?** In: Cultura. Disponível em: <https://www.topwayschool.com/blog/quais-as-principais-diferencas-entre-o-ingles-falado-nos-eua-na-inglaterra-e-na-australia>. Acesso em: 04 dez. 2018.

SCRIBD. **Observando o caráter social e abstrato da língua.** Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/53247956/observando-o-carater-social-e-abstrato-da-lingua>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

SILVA, M.; SMITH, M. **As muitas faces das palavras na Língua Inglesa: variação linguística diacrônica e diatópica.** Blumenau: Linguagens – Revista de Letras, Artes e Comunicação, v. 6, n. 2, mai/ago-2012, pg. 186.

SÓ PORTUGUÊS. **Língua.** Disponível em: <<https://www.soportugues.com.br/secoes/seman/seman2.php>>. Acesso em: 04 dez.

STEINBERG, M. **Inglês Americano x Inglês Britânico: palavras diferentes para o mesmo sentido, sentidos diferentes para a mesma palavra.** São Paulo: Disal, 2003.

ASPECTOS GERAIS SOBRE A TUTELA PROVISÓRIA E SUAS ESPÉCIES

GENERAL ASPECTS OF PROVISIONAL PROTECTION AND ITS SPECIES

ASPECTOS GENERALES SOBRE LA TUTELA PROVISIONAL Y SUS ESPECIES

Ari Gonçalves Neto

Mestrando em Cognição e Linguagem (UENF). Graduado em Direito (UNIG).

Israel Marcos Oliveira Barbosa

Graduando em Direito (UNIG).

Saulo Levone de Oliveira

Graduando em Direito (UNIG).

Mirele da Veiga Torres

Graduando em Direito (UNIG).

Aline Souza Tinoco Gomes de Melo

Mestra em Direito Público.

RESUMO: Em dezoito de março de dois mil e dezesseis entrou em vigor o novo código de Processo Civil, introduzido pela lei federal de n. 13.015/2015. Dentre as dúvidas práticas de grande relevância, destaca-se a questão das tutelas provisórias, cujas regras foram objeto de sucessivas alterações no curso do processo legislativo até culminar com a promulgação do novo codex. Em suma, a tutela provisória é o mecanismo processual pelo qual o magistrado antecipa a uma das partes o provimento judicial de mérito ou acautelatório antes da prolação da decisão final, seja em virtude da urgência da medida ou da plausibilidade do direito. No artigo 294, do CPC, a tutela provisória encontra-se prevista como gênero que contempla duas espécies, a saber, tutelas de urgência e tutelas de evidência. Ao longo do trabalho será explorado não somente essas espécies, mas também algumas questões afetas às características essenciais da tutela provisória.

Palavras-chave: Direito processual civil; atualizações no processo civil; tutela provisória; tutelas de evidência e de urgência.

ABSTRACT: On March 18, 2015, the new Civil Procedure Code was introduced by the federal law 13.015. Among the doubts of great relevance is the question of provisional protection, whose rules were the object of successive changes in the course of the legislative process. In a short way, provision protection is the procedural mechanism by which the magistrate anticipates a judicial provision of merit or caution, before make the final decision, either because of urgency or the plausibility y of the right. In Article 294, provisional protection is provided as a gender that includes two species: 'emergency guardianships' (tutelas de urgência); and 'guardians of evidence'. Throughout this review, we will explore not only these species, but also look at some of the essential characteristics of provisional guardianship.

Keywords: Civil procedural law; updates on civil proceedings; provisional protection; evidence of urgency.

RESUMEN: El 18 de marzo de 2015, el nuevo Código de Procedimiento Civil fue introducido por la ley federal 13.015. Entre las dudas de gran relevancia se encuentra la cuestión de la protección provisional, cuyas normas fueron objeto de cambios sucesivos en el curso del proceso legislativo. De manera breve, la protección de la provisión es el mecanismo procesal mediante el cual el magistrado anticipa una provisión judicial de mérito o cautela, antes de tomar la decisión final, ya sea por urgencia o por la verosimilitud del derecho. En el Artículo 294, la protección provisional se proporciona como un género que incluye dos especies: "tutelas de emergencia" (tutelas de urgência); y 'guardianes de la evidencia'. A lo largo de esta revisión, exploraremos no solo estas especies, sino también analizaremos algunas de las características esenciales de la tutela provisional.

Palavras-clave: derecho procesal civil; actualizaciones sobre procedimientos civiles; protección provisional; evidencia de urgencia.

Considerações iniciais

Em linhas gerais, o caminho processual é permeado por procedimentos e etapas diversas, para que seja dada a solução satisfatória da lide. Essas fases, em regra, não ocorrem num tempo relativamente curto, sendo assim a pacificação do litígio um processo longo, na maioria das vezes.

Entretanto, ocorrem situações reais em que a duração do processo e a espera prolongada para a composição da demanda geram prejuízos ou risco de prejuízos para uma das partes. Dessa forma, sendo o tempo considerado um 'inimigo do processo', o legislador responsável pela elaboração do CPC/73, e pelas reformas que o modificaram, criou as denominadas "medidas de urgência" (MONTENEGRO FILHO, 2018, p. 283)¹. Essas medidas se baseiam na ação cautelar e na tutela antecipada, na qual a parte pode obter a prestação jurisdicional conservativa ou satisfativa durante o processo, antes mesmo da prolação da sentença, entendida como tutela final.

Atualmente, a matéria encontra-se regulamentada nos artigos 294 a 311 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015 - Lei Federal nº 13.015/2015)². E o novo instrumento processual trouxe um capítulo sobre a tutela provisória, estando dividida entre tutela de urgência (cautelar e antecipada) e tutela de evidência.

¹MONTENEGRO FILHO, Misael. Direito processualcivil. – 13 ed. – São Paulo: Atlas, 2018.

²BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015: Código de Processo Civil. Presidência da República, 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em 02 de novembro de 2018.

Assim, o presente artigo busca estabelecer um comparativo entre os aspectos gerais afetos à tutela provisória e suas espécies, a fim de se verificar quais são as possibilidades de atenuação efetiva do direito quando configurado que a espera pelo provimento jurisdicional estatal final pode causar sérios e irreparáveis danos ao titular do direito vindicado.

Por fim, tem-se que a metodologia lançada à mão foi qualitativa baseada em expertises sobre o tema.

Características essenciais da tutela provisória

Antes de explorarmos as espécies, faz-se importante a reserva deste espaço inicial para pontuar três características marcantes da tutela provisória, que são de conhecimento necessário, a saber:

I. Sumariedade da cognição, tendo em vista que a análise é feita de maneira superficial sobre o objeto em discussão, sendo autorizado ao juiz proferir decisão fundada em um juízo de probabilidade. Como nos instrui o professor Didier Junior “A decisão se assenta em análise superficial do objeto litigioso e, por isso, autoriza que o julgador decida a partir de um juízo de probabilidade” (grifo nosso);

II. Precariedade, uma vez que, a rigor, a tutela provisória conservará sua eficácia até ulterior decisão judicial em sentido contrário, podendo ser modificada, revogada a qualquer tempo, como prevê o artigo 296, caput, do CPC/2015;

III. Inapta a formar “coisa julgada”, haja vista ter sido fundada em cognição sumária e precária³ (DIDIER, 2016, p. 582).

Espécies de tutela provisória

Como o decurso processual demanda tempo para o desfecho da lide, é certo afirmar que, em casos concretos, essa demora pode causar danos e/ou prejuízos para uma das partes. Dessa forma, a tutela provisória visa garantir o provimento final e permite uma diminuição do dano causado pela demora na sentença, possibilitando que “o juiz conceda antes aquilo que só concederia ao final ou determine as medidas necessárias para assegurar e garantir a eficácia do provimento principal” (GONÇALVES, 2017, p. 440)⁴.

³DIDIER JR. Fredie. Curso de Direito Processual Civil, vol. 2, Salvador – BA, JusPodivm, 11ª edição, 2016.

⁴GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil esquematizado. São Paulo – SP, Saraiva, 8ª edição, 2017.

No CPC de 1973, já havia a medida de urgência conhecida como ação cautelar, e esta “exigia a comprovação da coexistência do *fumus boni juris* (fumaça do bom direito) e do *periculum in mora* (perigo da demora)” (MONTENEGRO FILHO, 2018, p. 283), já na tutela antecipada, era necessária “a demonstração da prova inequívoca da verossimilhança da alegação conjugada ao preenchimento de um dos requisitos listados nos incisos do artigo 273 daquele Código” (MONTENEGRO FILHO, 2018, p. 283)⁵.

Após sucessivas alterações no curso do processo legislativo, em 18 de março de 2016 entrou em vigor o novo código de Processo Civil (CPC/2015), e dentre as dúvidas práticas de grande relevância destaca-se a questão das tutelas provisórias. O legislador pátrio atualizou no novo codex as tutelas provisórias, podendo afirmar que possuem em comum a meta de combater os riscos de injustiça ou de dano, derivados da espera pela solução final da lide, o que normalmente demanda tempo.

Vale destacar que as sentenças obtidas por meio das tutelas provisórias não são definitivas, pois serão fundadas em cognição sumária, ou seja, alicerçado no exame menos aprofundado da causa, levando a decisões baseadas em juízo de probabilidade e não de certeza (CÂMARA, 2017, p. 143)⁶. Posto isto, passamos as espécies propriamente ditas.

Tutelas de urgência

No *caput* do artigo nono do CPC/2015, há a previsão da regra geral, segundo a qual não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida⁷, já no parágrafo único do mesmo artigo verifica-se que essa regra não se aplica à tutela provisória de urgência, o que significa dizer que “essas tutelas podem ser concedidas independentemente da ouvida da parte contrária, liminarmente ou após a realização da audiência de justificação” (MONTENEGRO

⁵MONTENEGRO FILHO, Misael. Direito processual civil. São Paulo – SP, Atlas, 13ª edição, 2018.

⁶CÂMARA. Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro. São Paulo – SP. Atlas, 1ª edição, 2015.

⁷BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015: Código de Processo Civil. Presidência da República, 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em 02 de novembro de 2018.

FILHO, 2018, p. 284)⁸.

Caso o juízo se convença do preenchimento dos requisitos legais (probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo), irá conceder a tutela provisória, e sua sentença – também provisória – será proferida sem que se ouça a parte contrária, o que será realizado em momento superveniente.

Assim, a tutela provisória de urgência atua como instrumento do processo que possibilita à parte o pleito pela antecipação do pedido de mérito fundamentado na urgência. Essa espécie se subdivide em duas subcategorias, quais sejam, a tutela provisória de urgência antecipada e a tutela provisória de urgência cautelar. Podendo qualquer uma das duas ser requerida de forma antecedente ou incidental.

Como será visto, a tutela provisória cautelar se preocupa com o bem da vida, sendo conservativa, como o próprio nome indica, permitindo que permaneça íntegro, enquanto a tutela provisória antecipada se preocupa com a satisfação imediata do requerente, atendendo à pretensão da parte em todo ou parcialmente. Dessa forma, tanto a tutela satisfativa quanto a cautelar devem manter correspondência com a pretensão final, mas de formas diferentes. A primeira, por conceder, antes, aquilo que só seria concedido ao final; já a segunda, por determinar providências que não satisfazem ainda a pretensão, mas viabilizam que, quando isso ocorrer, os efeitos decorrentes do provimento ainda sejam úteis para a parte.

Da tutela provisória antecipada

Como delineado anteriormente, a tutela provisória antecipada se preocupa com a satisfação imediata do requerente, atendendo à pretensão da parte em todo ou parcialmente. Com as alterações trazidas pelo CPC/2015, caso o risco seja contemporâneo à propositura da ação, a parte poderá preparar a inicial de forma simplificada, indicando como fundamento a tutela provisória de urgência antecipada em caráter antecedente (art. 303, caput, CPC/2015). Nesta hipótese, concedida a tutela, caso a parte autora tenha optado pela petição simplificada, devera aditá-la com complementação dos fatos, fundamentos e a

⁸MONTENEGRO FILHO, Misael. Direito processualcivil. São Paulo – SP, Atlas, 13ª edição, 2018.

juntada de novos documentos, além de ratificar o pedido principal dentro do prazo de quinze dias (art. 303, §1º, inciso IX, CPC/2015), sob pena de extinção de ação sem a apreciação do mérito. Caso a tutela seja indeferida, a parte autora será intimada para emendar a inicial, mas com o prazo máximo de cinco dias (art. 303, § 6º, CPC/2015).

Neste sentido, brilhantemente nos esclarece Florio:

Já a tutela de urgência concedida de forma antecedente, consiste em antecipar a decisão do mérito, podendo ser requerida antes do pedido principal, tendo como requisitos a exposição da lide, a exposição do direito que se busca realizar, mais o perigo de dano e o requerimento da tutela final (FLORIO, 2016)⁹.

Da tutela provisória cautelar

Trata-se do mecanismo que permite a parte obter um provimento acautelatório que preserve o direito material almejado. Estas medidas são possíveis quando o requerente verifica a possibilidade de ver seu direito ameaçado, ou seja, existe o risco de que o trâmite do processo comum não atinja a finalidade de garantia do direito.

Dessa forma, a tutela provisória cautelar não corresponde, no todo ou em parte, a pretensão do autor, sendo assim, o “juiz não concede, já, o que só seria deferido ao final, mas determina providências de resguardo, proteção e preservação dos direitos em litígio” (GONÇALVES, 2017, p. 442).

Nas palavras de Marcus Vinícius Rios Gonçalves tem-se o exemplo que:

No curso do processo, verifica-se que o bem está correndo um risco de perecimento, porque o réu não toma os cuidados necessários, o autor pode postular o sequestro cautelar, com entrega a um depositário, que ficará responsável pela sua preservação e manutenção até o final do litígio. O sequestro não atende, ainda, à pretensão do autor, que não se verá reintegrado na posse da coisa, deferida ao depositário, mas é uma providência protetiva, acautelatória, cuja função é afastar

⁹FLORIO, Líbia Cristiane Corrêa de Andrade. Urgência Antecipada e Cautelar: liminar, antecedente, ou incidental, no novo Código de Processo Civil. Disponível em: <<http://libiacristiane.jusbrasil.com.br/artigos/327252318/as-tutelas-provisorias-de-urgencia-antecipada-e-cautelar-liminar-antecedente-ou-incidental-no-novo-cpc>>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

um risco de que, até que o processo chegue ao final, a coisa pereça (GONÇALVES, 2017, p. 442)¹⁰.

Complementarmente, temos a lição de Misael Montenegro Filho:

Pensemos em consumidor que se sente ludibriado pelo fato de a concessionária na qual adquiriu determinado veículo ter alienado o mesmo carro a outra pessoa, à qual foi entregue. Em decorrência desse fato, o consumidor solicita a concessão de tutela provisória, que, sendo cautelar, limita-se a determinar que o veículo seja entregue a um depositário, para que posteriormente seja atribuído ao autor ou ao réu, enquanto, sendo antecipada, pode determinar que o bem seja entregue ao requerente, e que o DETRAN o transfira para o seu nome (MONTENEGRO FILHO, 2018, p. 285)¹¹.

Apesar do atual Código não especificar as diferentes formas que as tutelas provisórias cautelares possam revestir, havia, no Código de 1973, várias classificações doutrinárias, conforme cada autor, que ainda podem ser adotadas. Sendo assim, podem-se encontrar três espécies de providências cautelares (THEODORO JÚNIOR, 2018, p. 661)¹²:

- I. Medidas para assegurar bens, compreendendo as que visam garantir uma futura execução forçada e as que apenas procuram manter um estado de coisa.
- II. Medidas para assegurar pessoas, compreendendo providências relativas à guarda provisória de pessoas e as destinadas a satisfazer suas necessidades urgentes.
- III. Medidas para assegurar provas, compreendendo antecipação de coleta de elementos de convicção a serem utilizadas na futura instrução do processo principal.

Apesar de demonstrar algumas medidas cautelares no artigo 301 – arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem –, o Código é expresso em admitir que o juiz adote “qualquer outra medida idônea para asseguarção do direito”. Acolhe, portanto, o poder geral de cautela, admitido pelo artigo 798, da codificação revogada, dispondo que “o juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para a efetivação da tutela

¹⁰ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil esquematizado. São Paulo – SP, Saraiva, 8ª edição, 2017.

¹¹ MONTENEGRO FILHO, Misael. Direito processual civil. São Paulo – SP, Atlas, 13ª edição, 2018.

¹² THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro – RJ, Forense, 59ª edição, 2018.

provisória” – artigo 297, caput (THEODORO JÚNIOR, 2018, p. 662)¹³.

Em outras palavras, as tutelas de urgência cautelares têm caráter instrumental, elas não recaem sobre o mérito em si, mas sobre os instrumentos que asseguram a efetividade do mérito e do processo. É o caso, por exemplo, do provimento jurisdicional que confere a parte o direito de acesso às provas documentais necessárias à discussão de mérito que estejam em poder de terceiros.

Por fim, um ponto de interesse que não se pode deixar passar em branco, é que a tutela de urgência cautelar também poderá ser conferida em caráter antecedente ou incidente, e, caso seja deferida na modalidade antecedente, a parte autora também poderá lançar mão da petição simplificada – art. 305, CPC/15 – mas dentro de trinta dias deverá aditá-la, de forma a indicar o pedido principal, conforme preceitua o artigo 308, da mesma lei.

Tutela de evidência

Prevista no artigo 311, do CPC/2015, a tutela de evidência pode ser requerida independentemente de comprovação de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

De forma sumária, pode-se afirmar que as tutelas provisórias antecipadas e cautelares se diferenciam primordialmente pela função que cada uma possui, “servindo a propósitos diferenciados: uma, ao direito material, que é satisfeito com a própria concessão da tutela provisória; e outra, ao direito processual” (LUPETTI, 2016). Já a tutela da evidência, possui como objetivo central o combate à injustiça suportada pela parte que, mesmo com a evidência de seu direito material, se encontra sujeita a não gozar plenamente de sua garantia, perante uma possível resistência abusiva do outro litigante.

Como não poderia ser diferente, também aqui o novo Código privilegia a boa-fé processual. Neste interím, são quatro hipóteses onde a plausibilidade do direito é evidente:

I. Abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito

¹³ THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro – RJ, Forense, 59ª edição, 2018.

protelatório da parte;

II. Alegações de fato passíveis de comprovação apenas documentalmente e se houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos (incluindo o incidente de resolução de demandas repetitivas), ou em súmulas vinculantes;

III. Pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob pena de multa; e

IV. Petição inicial instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

Apenas as hipóteses 'II' e 'III' podem ser requeridas liminarmente, conforme o art. 311, parágrafo único, do CPC/2015. Nos demais casos, a concessão de tutela fica restrita a momento posterior à oitiva da parte contrária.

Do regime jurídico

As tutelas provisórias, como visto, tiveram diversas alterações com a chegada do novo Código de Processo Civil. São garantias provisórias e de cognição sumária, o que significa que podem ser revogadas/modificadas, em linhas gerais, e que não refletem necessariamente uma decisão permanente. Na sentença, onde o juiz terá o seu entendimento definitivo, o resultado pode ser alterado, mas provisoriamente – pelos motivos estudados – o pedido pode ser adiantado. São tratadas no novo Código no artigo 294 e seguintes.

As tutelas de urgência, como definido pelo artigo 300, do CPC, sejam elas satisfativas (antecedentes) ou cautelares, pressupõem a verificação da “probabilidade do direito” e do “perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”. Já as tutelas de evidência não se fundam na demonstração do perigo de dano, elas são absolutamente desprovidas de “urgência”.

Da reversibilidade das decisões

Conforme determina o artigo 300, §3º, do atual CPC, “a tutela de urgência, de natureza antecipada, não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão” (BRASIL, 2015), sendo este reconhecido como um dos requisitos para que se conceda a tutela de urgência antecipada.

Vale ressaltar que, a irreversibilidade não é relativa ao provimento, já que este, “em princípio, sempre poderá ser revertido”, mas levará em consideração os efeitos que ele produz. Verifica-se que é irreversível “quando as partes não puderem ser repostas ao *status quo ante*, embora possa haver conversão em perdas e danos” (GONÇALVES, 2017, p. 462)¹⁴.

Segundo Marcus Vinícius Rios Gonçalves (2017), “não é fácil determinar quando o provimento é ou não irreversível”. Em regra, podemos considerar como “reversível aquele que, em caso de posterior revogação ou cessação de eficácia, não impeça as partes de serem repostas ao *status quo ante*” (GONÇALVES, 2017, p. 462).

Sendo assim, “o magistrado deve verificar, caso a caso”, pois, considerando que há uma “possibilidade de a tutela final não confirmar a provisória”, o juiz deverá então considerar a “condição patrimonial, econômica e financeira da parte que a requer”, posto que, o autor pode não possuir condições suficientes para garantir o pagamento de indenização à parte contrária (MONTENEGRO FILHO, 2018, p. 290).

Deve-se levar em conta a irreversibilidade “tanto para negar quanto para conceder a tutela”. E se no caso concreto a concessão gerar situação irreversível, para uma das partes, a solução apropriada será o juiz “valer-se do princípio da proporcionalidade, determinando a proteção do interesse mais relevante, e afastando o risco mais grave” (GONÇALVES, 2017, p. 462).

Da tutela definitiva

Não sendo pauta deste trabalho, mas assunto conexo, de grande interesse, aborda-se também a tutela definitiva, de forma a delinear sua diferença. Obtida com base em cognição exauriente, com profundo debate acerca do objeto da decisão, garantindo-se o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, a Tutela Definitiva é aquela que está apta a atingir à estabilidade da coisa julgada, ou seja, que pode ser “coberta” pela segurança jurídica, tornando-se imutável ao longo do tempo, asseverando, por fim, que toda e qualquer tutela

¹⁴ GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Direito processual civil esquematizado**. São Paulo – SP, Saraiva, 8ª edição, 2017.

definitiva poderá ser requerida na modalidade de provisória.

De um ponto de vista ontológico, não se observa diferença entre as tutelas provisórias e definitivas. O que se observa é a distinção em razão da possível consequência jurídica gerada. Essa diferença está no fato da aptidão para gerar ou não coisa julgada, sendo certo que a tutela provisória, diferentemente da tutela definitiva, não possui essa aptidão, visa certificar ou efetivar o direito material. Predispõe-se à satisfação de um direito material com a entrega do bem da vida almejado.

Considerações finais

Resumidamente, pode-se afirmar que a tutela provisória é o mecanismo processual pelo qual o magistrado antecipa a uma das partes um provimento judicial de mérito ou acautelatório antes da prolação da decisão final, seja em virtude de urgência da medida ou da plausibilidade do direito. Assim, como visto, tem-se que de acordo com o artigo 294 no novo Código de Processo Civil, a tutela provisória encontra-se prevista com o gênero contemplado com duas espécies, as tutelas de urgência e as tutelas de evidência, podendo a tutela de urgência ter natureza cautelar ou de antecipação. Pontuou-se, ainda, as características essenciais deste dispositivo, tais como sumariedade da cognição e precariedade.

Desta forma, muito além do que simplesmente rever um conhecimento ora positivado, buscou-se rever de forma objetiva conceitos atualizados que têm por missão atender às legítimas expectativas sociais relativas à celeridade na esfera cível e processual cível como um todo.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**: Código de Processo Civil. Presidência da República, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em 02 de novembro de 2018.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil anotado**. São Paulo – SP, Saraiva, 2015.

CÂMARA. Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. São Paulo – SP. Atlas, 1ª edição, 2015.

DIDIER JR. Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**, vol. 2, Salvador – BA, JusPodivm, 11ª edição, 2016.

FLORIO, Líbia Cristiane Corrêa de Andrade. **Urgência Antecipada e Cautelar**. Disponível em:

<<http://libiacristiane.jusbrasil.com.br/artigos/327252318/as-tutelas-provisorias-de-urgencia-antecipada-e-cautelar-liminar-antecedente-ou-incidental-no-novo-cpc>>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito processual civil esquematizado**. São Paulo – SP, Saraiva, 8ª edição, 2017.

LUPETTI, Bárbara. **Como diferenciar as tutelas de urgência e da evidência no novo Código de Processo Civil**. Revista Consultor Jurídico, 3 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-fev-03/barbara-lupetti-tutelas-urgencia-evidencia-cpc>>. Acesso em 04 de novembro de 2018.

MENDES, Daniel de Carvalho; AZEVEDO, Augusto Lima. **O panorama das tutelas provisórias no novo Código de Processo Civil**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-abr-03/panorama-tutelas-provisorias-cpc>>. Acesso em 12 de novembro de 2018.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Direito processual civil**. São Paulo – SP, Atlas, 13ª edição, 2018.

RAATZ, Igor; ANCHIETA, Natascha. **Tutela antecipada, tutela cautelar e tutela da evidência como espécies de tutela provisória no novo Código de Processo Civil**. Revista Eletrônica de Direito Processual. Vol. 15. Janeiro a Junhode 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/redp.2015.16873>>. Acesso em 12 de novembro de 2018.

REIS, Rômulo Resende. **Algumas considerações sobre a tutela cautelar e antecipatória**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4567>. Acesso em 04 de novembro de 2018.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro– RJ, Forense, 59ª edição, 2018.

A EFETIVIDADE DO PROCON COMO ÓRGÃO ADMINISTRATIVO EXTRAJUDICIAL NA COMPOSIÇÃO DE CONFLITOS CONSUMERISTAS NO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA

THE EFFECTIVENESS OF PROCON AS AN ADJUDICIAL ADMINISTRATIVE BODY IN THE COMPOSITION OF CONSUMERIST CONFLICTS IN THE MUNICIPALITY OF ITAPERUNA

LA EFECTIVIDAD DEL PROCON COMO ÓRGANO ADMINISTRATIVO EXTRAJUDICIAL EN LA COMPOSICIÓN DE CONFLICTOS CONSUMERISTAS EN EL MUNICIPIO DE ITAPERUNA

Lorena Vieira Curty Oliveira Graduada em Direito pela Universidade Iguazu (UNIG).

Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral

Doutoranda e Mestra em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - Uenf. Professora do Curso de Direito e Medicina da Universidade Iguazu Itaperuna. Membro efetivo da Associação Argentina de Bioética Jurídica da Universidade Nacional de La Plata. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Bioética e Dignidade Humana.

Carlos Henrique Medeiros de Souza

Docente e Coordenador do Programa de Pós graduação Mestrado e Doutorado em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro-Uenf. Doutor em Comunicação.

RESUMO:

Trata-se de uma pesquisa desenvolvida ante a importância do estudo do procedimento extrajudicial de solução de conflitos oriundos das relações de consumo que contribuem para desafogar o judiciário da morosidade da justiça comum, que em especial enfatiza a atuação do PROCON como órgão administrativo que adota método alternativo de resolução de conflitos em relações consumeristas buscando pacificar as relações de consumo, justapondo aos direitos constitucionais como acesso à justiça, direito de defesa, devido processo legal, e da assistência jurídica gratuita, visando oferecer atendimento gratuito diante da vulnerabilidade do consumidor, conciliando o amparo de uma alternativa mais célere à processual. Nesse contexto, o objetivo geral é analisar a importância do PROCON como órgão administrativo de solução de conflitos consumeristas e o índice de acordos obtidos pelo PROCON Do Município de Itaperuna. Será verificada a incidência de acordos na aplicação dos procedimentos extrajudiciais como meios alternativos de resolução de conflitos com destaque na atuação do PROCON no Município de Itaperuna/RJ. Justifica-se a abordagem pela importância de se levantar dados para demonstrar o alto índice de resolução de conflitos obtidos de forma administrativa pelo PROCON, fato que contribui para a celeridade e satisfação dos consumidores. Vale-se de metodologia qualitativa por meio dos autores GAMA, Hélio Zaghetto (2000); FILOMENO, José Geraldo Brito (2007);

CABRAL, Hildeliza Boechat (2016), dentre outros, cujos estudos abordam a temática em análise, além de leis como o Código de Defesa do Consumidor, Código Civil Brasileiro, Constituição Federal e outras que contribuem para enriquecimento do conteúdo. Utiliza-se ainda metodologia quantitativa para análise de dados obtidos por meio de pesquisa documental e gráficos fornecidos pelo PROCON.

Palavras-chave: Consumidor; PROCON; Composição de conflitos; Órgão administrativo.

SUMMARY: It is a research developed before the importance of the study of the extrajudicial procedure of solution of conflicts originating from the relations of consumption that contribute to unburden the judiciary of the slowness of the common justice, that in particular emphasizes the performance of PROCON like administrative organ that adopts method consumer relations seeking to pacify consumer relations, juxtaposing constitutional rights such as access to justice, the right to defense, due process of law, and free legal assistance, in order to offer free support for a more expeditious alternative to procedural. In this context, the general objective is to analyze the importance of PROCON as an administrative body for the solution of consumer conflicts and the index of agreements obtained by PROCON do Município de Itaperuna. It will be verified the incidence of agreements in the application of the extrajudicial procedures as alternative means of resolution of conflicts with highlight in the action of PROCON in the Municipality of Itaperuna / RJ. The approach is justified by the importance of raising data to demonstrate the high level of resolution of conflicts obtained in an administrative way by PROCON, a fact that contributes to the speed and satisfaction of the consumers. It is worth of qualitative methodology through the authors GAMA, Hélio Zaghetto (2000); FILOMENO, José Geraldo Brito (2007); CABRAL, Hildeliza Boechat (2016), among others, whose studies deal with the subject under analysis, besides laws such as the Code of Consumer Protection, Brazilian Civil Code, Federal Constitution and others that contribute to content enrichment. We also use a quantitative methodology to analyze data obtained through documentary research and graphics provided by PROCON.

Keywords: Consumer; PROCON; Composition of conflicts; Administrative body.

RESUMEN:

Se trata de una investigación desarrollada ante la importancia del estudio del procedimiento extrajudicial de solución de conflictos oriundos de las relaciones de consumo que contribuyen a desafiar el judicial de la morosidad de la justicia común, que en especial enfatiza la actuación del PROCON como órgano administrativo que adopta método de acuerdo con la normativa vigente en materia de protección de los derechos de las personas con discapacidad y de las personas con discapacidad. amparo de una alternativa más rápida a la procesal. En este contexto, el objetivo general es analizar la importancia del PROCON como órgano administrativo de solución de conflictos consumeristas y el índice de acuerdos obtenidos por el PROCON DEL Municipio de Itaperuna.

Se verificará la incidencia de acuerdos en la aplicación de los procedimientos extrajudiciales como medios alternativos de resolución de conflictos con destaque en la actuación del PROCON en el Municipio de Itaperuna / RJ. Se justifica el abordaje por la importancia de levantar datos para demostrar el alto índice de resolución de conflictos obtenidos de forma administrativa por el PROCON, hecho que contribuye a la celeridad y satisfacción de los consumidores. Se vale de metodología cualitativa por medio de los autores GAMA, Hélio Zaghetto (2000); FILOMENO, José Geraldo Brito (2007); (En el caso de las mujeres, en el caso de las mujeres, en el caso de las mujeres). Se utiliza todavía metodología cuantitativa para análisis de datos obtenidos por medio de investigación documental y gráficos proporcionados por el PROCON.

Palabras clave: Consumidor; PROCON; Composición de conflictos; Órgano administrativo.

Considerações iniciais

Objetiva-se com essa pesquisa analisar o Código de Defesa do Consumidor e demais documentos jurídicos para esclarecer a importância dos órgãos de defesa do consumidor como auxiliares nos conflitos oriundos das relações de consumo, com destaque para o funcionamento do PROCON no município de Itaperuna.

Trata-se de estudo teórico de natureza qualitativa, pois se busca embasamento nas doutrinas de GAMA, Hélio Zaghetto (2000); FILOMENO, José Geraldo Brito (2007); CABRAL, Hildeliza Boechat (2016), dentre outros cujos pensamentos coadunam com o tema e ainda demais documentos legais como o Código de Defesa do Consumidor, Código Civil, Constituição Federal que contribuiriam para enriquecimento do conhecimento. Vale-se ainda de metodologia quantitativa para análise de dados obtidos por meio de gráficos fornecidos pelo PROCON mediante cautelosa pesquisa documental em que foram tratados os dados obtidos a partir dos atendimentos realizados e o percentual de solução de conflitos alcançado.

Abordou-se o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, estudando-se os principais órgãos de defesa do consumidor como o PROCON, Ministério público, Defensoria pública, Delegacias especializadas e entidades civis que atuam como mediadores de conflitos nas relações de consumo. Em seguida, tratou-se da importância dos meios extrajudiciais de solução de conflitos com enfoque na conciliação, mediação, negociação e arbitragem. Por fim, constatam-se por meio de dados o que doutrinariamente se quis confirmar com a pesquisa – a efetividade da atuação do PROCON como órgão administrativo no Município de Itaperuna contribui de forma plena para o fenômeno da desjudicialização de conflitos consumeristas, o que se comprova por meio da análise do funcionamento e gráficos de atendimento versus reclamação. Observa-se, também, por meio da utilização de gráficos, o perfil e faixa etária dos consumidores atendidos pelo PROCON que são mesclados entre homens e mulheres de todas as idades com incidência maior de atendimento aos idosos entre 60 e 70 anos.

1 O sistema nacional de defesa do consumidor e órgãos em defesa do consumidor

Conforme preceitua o artigo 4º do Código de Defesa do Consumidor (doravante CDC), a Política Nacional de Relação de Consumo tem por objetivo dentre outros, a prestação adequada de serviços ao consumidor, o respeito aos seus direitos e a racionalização do serviço público com fundamento nos princípios previstos no próprio artigo. Este capítulo abordará o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), elencando sua função e os principais órgãos que atuam na proteção e fiscalização dos direitos do consumidor, para demonstrar que a utilização deste instrumento possibilita na maioria dos casos, o fenômeno da desjudicialização dos conflitos oriundos das relações de consumo.

O CDC institui em seu artigo 105 os órgãos que fazem parte do SNDC. “Integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), os órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais e as entidades privadas de defesa do consumidor”.

Dessa forma, compõem esse Sistema os órgãos públicos que direta ou indiretamente mantêm em suas finalidades a defesa do consumidor e as entidades privadas que também atuem nesse sentido assim, no intuito de regulamentar, foi editado o Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, o qual dispõe sobre a organização do SNDC e estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas previstas no CDC através do Departamento de Proteção e Defesa do consumidor (DPDC), vinculado à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, que passou a assumir essa coordenação. Assim,

A Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) não se contentou em estipular direitos em favor do consumidor. Foi além e instituiu um *Sistema Nacional de Defesa do Consumidor* (SNDC), com o objetivo de possibilitar a articulação dos órgãos públicos e privados que possuem a atribuição e o dever de tutelar o consumidor, obtendo-se a almejada eficácia social da lei (BENJAMIN; MARQUES; BESSA, 2013, p. 404).

Conforme afirma Gama (2000, p. 172): “O Sistema foi concebido para nele fluírem os procedimentos espontâneos ou dirigidos para viabilizarem a proteção do Consumidor”. Dessa forma, verifica-se que o Sistema foi determinado com o propósito de auxiliar em situações nas quais o consumidor se sinta prejudicado ou lesado, seja em relações de compra e/ou prestação de serviço, pois este poderá realizar denúncias e reclamações que determinarão a atuação deste sistema para se buscar acordo entre os sujeitos da relação de consumo, com base nas leis de direito do consumidor.

Quanto à sua composição, o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor é composto pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE) do Ministério da Justiça, o seu Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), Defensoria Pública, os PROCONs e as entidades civis de defesa do consumidor, que atuam de forma integrada com a Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), entre elas as OSCIPS e

pelos demais órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal, municipais e também as organizações não governamentais.

O CDC estabelece a comunicação de diferentes órgãos públicos e entidades privadas que integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), visando garantir o cumprimento dos direitos do consumidor e o respeito nas relações de consumo. Portanto, a atuação conjunta e harmoniosa de todos os órgãos que compõem o SNDC resulta na promoção da defesa do consumidor, promovendo desta forma o acesso à justiça que é um dos princípios norteadores do direito. Visando a melhor compreensão do assunto, o tópico a seguir tratará do estudo específico dos principais órgãos em defesa do consumidor.

O CDC estabelece em seu artigo 4º e incisos, a intervenção direta do Estado, através da Política Nacional de Consumo e por organismos de defesa e proteção ao consumidor cujo objetivo é a fiscalização, no sentido de assegurar e orientar o acesso e a qualidade de produtos e serviços essenciais, e a legitimação, para propor ações coletivas se algo for abusivo ou em desconformidade com a norma. Assim, ante a necessidade de qualificar e especificar as ações ou atividades que todos os órgãos devem desenvolver na busca da melhoria das relações consumeristas, explica Filomeno:

[...] sintetizada nos seguintes campos: 1. **de orientação aos consumidores** por intermédio da grande imprensa e publicações próprias (isto é, "manuais do consumidor", "cartilhas do consumidor" sobre "produtos", "serviços", "loteamentos", "venda e compra de imóveis", "saúde", "medicamentos", "alimentos", "informes técnicos", "boletins informativos" etc.), bem como palestras, mensagens pela televisão, rádio, jornais e revistas, debates, e educação formal; 2. **De encaminhamento** das reclamações aos órgãos de fiscalização da Administração Pública, tanto no âmbito federal e estadual, como no municipal; 3. **de estudos e pesquisas**, visando ao aperfeiçoamento da legislação de interesse do consumidor, dispendo a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, nesse sentido, de Centro de Estudos e Pesquisas dos Direitos do Consumidor, além de Centro de Divulgação e Informação e computador (2007, p.139).

Verifica-se, portanto, que cada órgão possui atribuições legais diferentes e específicas e deverá defender os consumidores dentro de suas competências e especialidades. Assim, para que cada órgão cumpra suas determinações, são subdivididos, a saber, em: Estatais (PROCONs, que são órgãos estaduais e municipais, os Ministérios Públicos, que são federais e estaduais e as Defensorias Públicas); Entidades Cíveis (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (PROTESTE), Fórum Nacional de Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor (FNECDC), Associação Brasileira de Defesa do Consumidor e Trabalhador (ABRADECONT), Associação Nacional de Defesa dos Consumidores do sistema Financeiro (ANDIF), Associação Nacional de Assistência ao Consumidor e Trabalhador (ANACONT), Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (BRASILCON); Organização Não Governamental (ONG): (Associação Brasileira do Consumidor (ABC); Órgãos e Agências reguladoras

Federais: (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Agência Nacional do Cinema (ANCINE), Agência Nacional de Petróleo (ANP), Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Órgãos e Agências reguladoras Estaduais: (Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), Agência Reguladora de Saneamento e Energia (ARSESP).

Diante da classificação dos órgãos, deve-se buscar a efetividade destes para que ao lado das entidades privadas engajadas na Política Nacional, possam buscar o melhor meio para obediência ao disposto nos artigos 105 e 106 do Código de Defesa do Consumidor que asseguram os direitos do consumidor, parte vulnerável da relação de consumo. O próximo tópico trará uma abordagem dos órgãos de defesa do consumidor.

Cumpra ressaltar a atuação e estrutura dos principais órgãos que atuam na Defesa do Consumidor com destaque para o PROCON que será abordado de forma mais específica e pormenorizada, o Ministério Público, a Defensoria Pública e as Delegacias Especializadas e entidades civis.

PROCON é um órgão administrativo extrajudicial do Poder Executivo de estimada importância à defesa dos direitos do consumidor, pois detém o contato direto com os cidadãos e seus pleitos, podendo ser em esfera estadual, municipal ou do Distrito Federal. Pode-se dizer que o PROCON é um órgão administrativo de defesa do consumidor, e, relação a interesses individuais e coletivos. Ele integra o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, podendo ser de iniciativa estadual ou municipal e entre suas finalidades, a conciliação das partes, podendo alcançar exitosa composição da lide por meio de procedimento administrativo (CABRAL, 2016, p. 221). Assim, como bem preceitua a autora, o PROCON é um órgão administrativo autônomo cabendo-lhe as funções de acompanhamento e fiscalização das relações ocorridas entre fornecedores e consumidores. Para criação de um PROCON é necessário obedecer a previsões legais (leis e decretos estaduais ou municipais) na qual constam as suas atribuições, tomando-se como referência o artigo 4º do Decreto 2.181/97 que prevê como principal atribuição o atendimento aos consumidores, o que deve acontecer preferencialmente de modo pessoal e presencial, inclusive personalíssimo.

A necessidade desse rigor deve-se ao fato de que o problema do consumidor causa uma angústia coletiva, o que contamina a opinião dos terceiros à sua volta, tornando o trabalho dos fiscais do PROCON semelhantes ao de um juiz que aparta brigas em Varas de Família. Todavia, se não for possível que o consumidor lesado dirija-se pessoalmente ao PROCON para fazer a sua reclamação é possível utilizar-se um instrumento de mandato. Não há óbice ao atendimento realizado por telefone, endereço eletrônico ou por correspondência, mas estes acabam ocorrendo mais a título de informação, onde se orienta o consumidor a buscar auxílio no PROCON mais próximo, para receber um atendimento mais personalizado.

O SNDC dispõe do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC, o qual reúne informações elaboradas, tratadas e

enviadas pelos PROCON's estaduais e municipais, servindo de ferramenta de análise das medidas do mercado, ou seja, é uma espécie de base de dados, que possibilitam aos PROCON's que tem acesso, pesquisar os fornecedores e constatar reincidências que geram multas, uma vez que todos os atendimentos realizados neste sistema são cadastrados e desta forma tornam a informação mais ágil e correta.

Entre as principais atividades desenvolvidas pelo PROCON está a de atuar como instância de instrução e julgamento, do procedimento administrativo. O que interessa para aspectos práticos do processo administrativo, é que ele funciona como um conjunto de atos ordenados e estabelecidos em lei com o objetivo de subsidiar uma decisão motivada que conclua pelo acolhimento (ou não) de reclamação fundamentada por consumidor (BESSA E MOURA, 2008, p.18). Ao PROCON incumbe ainda, a publicidade dos atos e decisões, transparência, fundamentação, além do direito ao contraditório e à ampla defesa das partes envolvidas, estando sujeito, portanto, ao texto da Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LV e XXXIV, alínea "a", CF. Nas palavras dos doutrinadores:

Os processos administrativos são públicos e devendo estar a disposição do consumidor e garantir a transparência para os atos do PROCON, as reclamações dos consumidores devem ser processadas e documentadas regularmente. O acolhimento destas reclamações deve, sempre que possível, observar a existência de mínima fundamentação, pois o processo administrativo decorre do direito constitucional de petição, isto é, de exigir formalmente dos órgãos públicos competentes providências em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder que tenha sofrido". (BESSA E MOURA, 2008, p.20).

Dessa forma, o PROCON é um órgão que goza de alto grau de confiabilidade e um excelente caminho para se buscar a desjudicialização dos conflitos oriundos da relação de consumo. Outro órgão de suma importância é o Ministério Público, que será abordado no próximo tópico.

O Ministério Público é uma instituição que fiscaliza a aplicação e respeito das leis através da instauração inquéritos e interposição de ações coletivas com o fim de preservação da Ordem pública e defesa de direitos e interesses da coletividade:

O Ministério Público aplica na Defesa do Consumidor toda a carga institucional prevista na Constituição Federal no que tange aos aspectos da vigilância pela manutenção da Ordem Jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (GAMA, 2000, p.13).

Ainda, segundo Bessa:

O Ministério Público possui absoluta autonomia financeira, administrativa e funcional (art. 127 da CF), entende-se doutrinariamente que a instituição ou mesmo

as promotorias de defesa do consumidor não integram formalmente o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. A discussão não apresenta muita utilidade. O fato é que o Ministério Público, como relevante ator na área de defesa do consumidor, integrando ou não o Sistema, deve procurar agir de modo articulado com outros Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Procons, entidades civis, agências reguladoras, enfim, com todos que, direta ou indiretamente, promovem a proteção dos interesses do consumidor (BESSA, 2006, p. 321).

Dessa forma, pode-se observar que no âmbito de suas atribuições, o Ministério Público também atua na proteção e na defesa dos consumidores e na construção da Política Nacional das Relações de Consumo, tornado importante órgão a ser comentado. Nesse sentido, com o intuito de desenvolver essas atividades, o Ministério Público determinou a criação da Promotoria de Defesa do Consumidor, que atua, basicamente, na tutela dos interesses e direitos coletivos dos consumidores fazendo assim, notório o exercício deste órgão na tutela dos direitos que incubem a parte hipossuficiente da relação e que demanda maior cuidado seja em âmbito judicial ou administrativo. O tópico a seguir fará uma abordagem sobre a Defensoria Pública na tutela dos Direitos do Consumidor.

A Defensoria Pública é uma instituição do Poder Público que possui autonomia e independência e possui a função de prestar assistência e orientação jurídicas por meio de um defensor público, promovendo a eficácia dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita às pessoas que não possuem recursos financeiros para arcar com as despesas referentes às custas judiciais ou à contratação de um advogado para lhe assistir sem o prejuízo de sua subsistência.

Existem, contudo, hipóteses em que a Defensoria Pública atuará independentemente da condição financeira do assistido. Trata-se de funções atípicas, que têm lugar toda vez que for verificada a hipossuficiência jurídica da parte, como, por exemplo, a defesa dos acusados que não constituíram advogado e nos casos da curatela especial.

Outra hipótese da Defensoria Pública em função atípica é a defesa de grupos organizacionalmente hipossuficientes (consumidor, idoso, criança e adolescente, mulheres vítimas de violência), legitimando a Defensoria para o ajuizamento de ações civis públicas em prol do interesse desses grupos. Em tais ações, uma só demanda judicial pode resolver os problemas de toda uma comunidade, garantindo o respeito ao direito de todos aqueles pertencentes ao grupo defendido.

A defensoria pública é, instituição que independentemente de integrar formalmente o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, exerce diretamente a defesa do consumidor, tanto no plano individual como coletivo (BESSA, 2006, p.325).

Assim, verifica-se a necessária atuação deste órgão na tutela dos direitos dos consumidores que são por natureza a parte hipossuficiente nas relações de consumo. Outro órgão de extrema importância são as delegacias especializadas e entidades civis que serão abordadas no tópico a seguir

As Delegacias Especializadas e Entidades Civis de defesa do consumidor foram criadas em razão do estabelecido no art. 5º, III, do CDC, para facilitar o acesso dos consumidores à autoridade policial que possui competência para apurar as irregularidades e investigar se há ou não crime ou infração penal. Os funcionários possuem um treinamento especial e atribuição para tomar decisões adequadas para o controle e o estabelecimento da ordem pública. Salienta-se também que nem toda violação de direito do consumidor configura crime ou infração penal, por isso, os fatos devem ser investigados.

A Delegacia do Consumidor é órgão da polícia civil que tem por atribuição principal apurar, por meio do inquérito policial ou termo circunstanciado, as infrações penais praticadas contra as relações de consumo. [...] Em face de notícia de crime contra as relações de consumo, a Delegacia do Consumidor possui o dever de investigar o fato, apurando, mediante inquérito policial (arts. 4º a 23 do Código de Processo Penal ou termo circunstanciado art.69 da Lei 9.099/1995), todas as suas circunstâncias e autoria. Concluídas as investigações, o inquérito policial ou termo são encaminhados ao promotor de justiça com atribuição penal, que decidirá pelo arquivamento ou instauração de processo criminal contra os apontados autores do crime. (BENJAMIN, MARQUES E BESSA, 2013, p. 410).

As associações civis têm previsibilidade de criação pelo CDC nos artigos 4º, II, b e 5º, e possuem a finalidade de representar os interesses dos consumidores exercendo diversas atividades, como por exemplo, campanhas de conscientização, distribuição de cartilhas, panfletos, informativos dentre outros que tem visam orientar o consumidor a conhecer seus direitos para que exijam o seu cumprimento. Bessa enfatiza o trabalho realizado pelas entidades civis:

Ao lado de órgãos estatais de defesa do consumidor estão as entidades civis ou organizações não governamentais (ONG) de defesa do consumidor. São associações privadas, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de um grupo de pessoas para a defesa individual ou coletiva dos direitos e interesses do consumidor, para educar o consumidor, realizar atividades de difusão e pesquisa científica deste ramo do direito, enfim, promover, direta ou indiretamente, a maior eficácia do direito do consumidor no País. (2006, p. 334).

Depois de observados os principais órgãos de defesa do consumidor que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, é notório a compreensão da essencialidade e importância de todos na busca dos direitos da parte mais vulnerável da relação que é o consumidor e, no intuito de garantir uma forma de resolução mais célere e eficaz ao consumidor, o próximo capítulo abordará os meios extrajudiciais de solução de conflitos.

2 Os meios extrajudiciais de solução de conflitos

Diante da complexidade das relações que se estabelecem na sociedade contemporânea e dos recorrentes conflitos oriundos delas, mais precisamente as relações de consumo, surge o dever de intervenção na busca de conclusões pacíficas e céleres entre as partes litigantes, capazes de propiciar o exercício da cidadania e a efetividade das formas alternativas ao Poder Judiciário, previstas na Constituição Federal para aplicação de princípios e fundamentos primordiais à resolução pacífica das lides.

Nesse sentido, tendo em vista os meios extrajudiciais de solução de conflitos, a tutela jurisdicional tem cedido lugar aos institutos como a conciliação, a mediação, a negociação e a arbitragem extrajudicial, consideradas alternativas menos formais, mais céleres, menos onerosas e conseqüentemente mais eficazes do que ajuizar uma ação judicial e assim, dão espaço para aplicação dos princípios da boa-fé objetiva, do acesso à justiça, da lealdade e da celeridade. Sobre os métodos extrajudiciais de autocomposição:

A solução da divergência é buscada pelos próprios envolvidos, e forma consensual, não imposta. Caminha-se pela trilha a autocomposição, no espaço da liberdade de escolha e decisão quanto à solução a ser dada ao conflito. O terceiro, quando aqui comparece, funciona como um intermediário ou facilitador da aproximação e comunicação entre as partes, instigando a reflexão de cada qual sobre o conflito, sua origem e repercussões, para que estas voluntariamente, cheguem a um consenso ou reequilíbrio da relação (CAHALI, 2012 p. 38)

Nesse sentido, o presente capítulo visa clarear, simplificar e tornar mais acessível o conhecimento sobre os institutos da conciliação, mediação, negociação e arbitragem extrajudicial para demonstrar a importância e a necessidade das formas extrajudiciais de solução conflitos como alternativa a busca por justiça no Poder Judiciário.

A **Conciliação** é um instituto que tem sido utilizado como forma de salvação de um sistema judiciário formalista, improdutivo, inacessível, caro e centralizador, que não consegue suprir as demandas processuais sem entrar em conflito com princípios constitucionais que regem a justiça brasileira.

De Plácido Silva define conciliação da seguinte forma: “Conciliação derivado do *latim conciliatio*, de *conciliare* (atrair, harmonizar, ajuntar), entende-se o ato pelo qual duas ou mais pessoas desavindas a respeito de certo negócio, ponham fim à divergência amigavelmente” (SILVA, 1978, p. 381). Assim, pode-se entender que a conciliação é um instrumento alternativo de resolução de conflitos e acessível ao cidadão, seja na fase pré-processual, ou processual, que tem como finalidade por fim ao conflito entre as partes de forma simples, célere e eficiente, alcançando a pacificação social, um dos objetivos fins do sistema judicial brasileiro (art. 3º, inciso I e art. 5º, LXXVIII, CF) e ocorre através de um terceiro, neutro e imparcial, chamado conciliador, que

facilita a comunicação entre pessoas e mantém uma relação pontual na busca de seus interesses através da identificação de suas questões, de sua orientação pessoal e direta, buscando um acordo satisfatório para ambas as partes. Conforme menciona Barbosa :

A conciliação possui diversas vantagens em relação a procedimentos tradicionais. A primeira é a pacificação social, pois neste procedimento o acordo ocorre num ponto de equilíbrio aceito por todas as partes e logra levar a paz ao próprio espírito das pessoas. Ao contrário do que ocorre com a sentença judicial, o acordo da conciliação não é imposto autoritariamente e logra ventilar emoções das partes para acalmá-las, podendo atingir a lide sociológica, em geral mais ampla do que aquela que emergiu como simples ponta do iceberg.(2003, p.252).

O conciliador deve orientar as partes das vantagens de fazer um acordo e propor alternativas que satisfaçam a demanda, para com isso, pôr fim ao litígio em questão e ainda, se comprometer com o procedimento a ser aplicado, utilizando-se das técnicas que aprenderam durante treinamentos, sendo a paciência o ponto fundamental de uma unidade de vivência na Conciliação. Nota-se, portanto, que a conciliação se mostra eficaz em relações esporádicas, delimitadas e recortadas em determinado espaço e tempo pode ser utilizada em diversas situações como, por exemplo, nos conflitos que envolvem relações de consumo através dos PROCONs, nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, dentre outros. O tópico a seguir fará menção ao instituto da mediação fazendo diferenciação ao instituto da conciliação.

A **Mediação** é a forma consensual de resolução de conflitos, que pode ocorrer de forma judicial ou extrajudicial dependendo do tipo de conflito que apresenta e será realizada através de um terceiro, neutro e imparcial e de maneira informal chamado mediador, que facilitará a comunicação entre pessoas que mantêm uma relação continuada no tempo, através de técnicas não propositivas que proporcionem o acordo construído pelas próprias partes e acarrete uma composição satisfatória para ambas. De Plácido e Silva (1978, p. 1006) define mediação como sendo “Mediação do latim *mediatio* (intervenção, intercessão), é o vocábulo empregado, na terminologia jurídica, para indicar todo ato de intervenção de uma pessoa em negócio ou contrato que se realiza entre outras.” Portanto, trata-se de instrumento de solução de um conflito, no qual um terceiro faz a mediação entre as partes, ou seja, aproxima as partes interessadas a fim de que realizem o negócio jurídico pacificamente. Por seu turno, Spengler (2012, p. 131) define mediação da seguinte forma:

A mediação é geralmente definida como a interferência, em uma negociação ou em um conflito, de um terceiro com poder de decisão limitado ou não autoritário, que ajudará as partes envolvidas a chegarem voluntariamente a um acordo, mutuamente aceitável com relação as questões em disputa. Dito de outra maneira, é um modo de construção e de gestão de vida social graças a intermediação de um terceiro neutro, independente, sem outro poder que não a autoridade que lhes

reconhecem as partes que a escolheram livremente. Sua missão fundamental é restabelecer a comunicação.

O mesmo autor define as principais características da mediação em:

a) a privacidade, uma vez que o processo de mediação é desenvolvido em ambiente secreto. [...] b) economia financeira e de tempo: em contrapartida aos processos judiciais que, lentos, mostram-se custosos. [...] c) oralidade: a mediação é um processo informal. [...] d) reaproximação da partes: o instituto da mediação ao contrário da jurisdição tradicional, busca aproximar as partes. [...] e) autonomia das decisões: as decisões tomadas não necessitarão ser alvo de futura homologação pelo judiciário. [...] f) equilíbrio das relações entre as partes: grande preocupação trazida pela mediação é o equilíbrio da relação entre as partes. [...] (SPENGLER, 2012, p. 132 – 135).

A conciliação e mediação são institutos similares, mas não iguais, logo, distintas, cada uma com suas peculiaridades, pois enquanto na conciliação o conciliador interfere na relação desarmoniosa para que ambas as partes cheguem a um acordo de vontade, na mediação não é necessário que o mediador intervenha no conflito para que se chegue a um acordo, ele é apenas um ouvinte que facilita o diálogo entre as partes. Todavia, ambos são meios importantes para solucionar e pacificar conflitos, uma vez que buscam a resolver os problemas entre as partes através do diálogo e da pacificação, levando a um processo mais célere e com economia processual.

Quanto aos benefícios e vantagens tanto da mediação como da conciliação, podem-se destacar: a redução do desgaste emocional e do custo financeiro; construção de soluções adequadas às reais necessidades e possibilidades dos interessados; maior satisfação dos interessados envolvidos; maior rapidez na solução de conflitos pessoais, familiares ou de negócios; desburocratização na solução de conflitos, uma vez que impera a informalidade nas sessões de mediação ou conciliação; possibilidade da solução do litígio por profissional escolhido pelos interessados, conforme a natureza da questão e a garantia de privacidade e sigilo.

A mediação é mais aplicada e tem melhores resultados em relações ditas continuadas, ou seja, aquelas que se manterão ao longo da história dos conflitantes como é o caso das relações de parentesco, relações conjugais e de amizade. (SPENGLER, 2016, p. 105-106).

Portanto, pela natureza da atividade desenvolvida pelos profissionais, a mediação se mostra mais adequada para as questões que envolvem conflitos na área da família, e a conciliação, para as questões da área comercial e do consumidor, destacando que podem ser utilizadas as duas técnicas de solução de conflitos quando se tratar de direitos disponíveis.

A **Negociação** também é considerada como uma das formas alternativas de resolução de conflitos na busca por resolver interesses comuns, de forma rápida e mais barata para as partes porque não depende necessariamente de intervenção de terceiros. Ribeiro a define da seguinte forma:

A negociação pode ser definida como a comunicação feita com o propósito de persuasão. Azevedo entende que a negociação é o método autocompositivo mais preeminente em razão do seu baixo custo operacional (ou custo processual) e sua celeridade. Deste modo, sempre que for possível a utilização da negociação para a resolução de litígios, esta deve ser escolhida evitando-se o recurso a instrumentos mais complexos e morosos. (2003, p.385)

Na mesma linha de raciocínio, Vezzula (2001, p. 15) considera a negociação como uma técnica salutar e autocompositiva de resolução de conflitos, que pela sua singeleza e por meio do diálogo, deve ser empregada como uma das primeiras formas de solução de um problema, e ao abordar esta técnica, chamada por ele de negociação cooperativa, ressalta que: “a negociação é sem dúvida, o mais rápido e econômico meio de resolver controvérsias, quando os negociadores conhecem as técnicas que os auxiliarão a obter satisfação para ambas as partes.” (VEZZULA (2001, p. 15).

De acordo com Sayed (2006, p. 2) O processo de negociação é uma forma de comunicação entre as partes que possuem interesses comuns que se propõem a confrontar e discutir propostas claramente com o propósito de atingir um acordo. Por ser considerado como um processo é fundamental que em qualquer tipo de negociação se defina os objetivos a serem discutidos e especialmente saber como elaborar perguntas para levantar informações úteis para uma adequada elaboração do plano da negociação conduzida.

Considerando-se que a negociação é um método autocompositivo de resolução de conflitos, presume-se com isso, que haja duas ou mais pretensões em disputa, em função disso, a vantagem da negociação é a privacidade e a liberdade de decidir em conjunto com o seu adversário, para se obter um melhor controle sobre a decisão, com isso, alcançar o resultado desejado. Assim, conclui-se que a negociação é uma técnica comum na qual as próprias partes sem a interveniência de terceiros, procuram a pacificação de um conflito, podendo às vezes, como é o entendimento de alguns autores, nem chegar a se caracterizar como um litígio, mas fazendo parte de um processo evolutivo nas relações estabelecidas no cotidiano, caracterizando-se pela presença da confiança e credibilidade entre os negociadores.

A **Arbitragem** classifica-se como uma técnica privada e alternativa de solução de conflitos e aplica-se a casos decorrentes de direitos patrimoniais e disponíveis, tornando obrigatória ou coercitiva sua decisão, conforme prevê a Lei 9.307/1996. Assim, segundo a Lei da Arbitragem (BRASIL, 1996), nem todo conflito ou litígio pode ser resolvido pelo método da arbitragem, mas apenas os direitos patrimoniais (que podem ser avaliados monetariamente) e os direitos disponíveis, isto é, aqueles dos quais as partes podem dispor livremente e que podem ser objeto de transação, renúncia ou cessão. Matérias envolvendo direitos indisponíveis, tal como questões de direito penal, direito tributário e pessoal de família, não são tratados no âmbito da arbitragem. A fim de conceituar esse instituto, Carmona dispõe que:

[...] meio alternativo de soluções de controvérsias através da intervenção de uma ou mais pessoas que recebem seus poderes

de uma convenção privada, decidindo com base nela, sem intervenção estatal, sendo a decisão destinada a assumir a mesma eficácia da sentença judicial – é colocada à disposição de quem quer que seja, para solução de conflitos relativos a direitos patrimoniais acerca dos quais os litigantes possam dispor. Trata-se de mecanismo privado de solução de litígios, através do qual um terceiro, escolhido pelos litigantes, impõe sua decisão, que deverá ser cumprida pelas partes. Esta característica impositiva da solução arbitral (meio heterocompositivo de solução de controvérsias) a distancia da mediação e da conciliação, que são meios autocompositivos de solução de litígios (CARMONA, 2004, p.51).

Nesse seguimento, depreende-se que arbitragem é uma forma alternativa de caráter extrajudicial de pacificação de conflitos, estando presente a livre vontade das partes. Contudo, é um terceiro que decide por estas, cuja eficácia se dá por meio da prolação de uma sentença arbitral, a qual, no Brasil, conterà os requisitos previstos no artigo 26, da Lei de Arbitragem nº, 9.307/96, incidindo a decisão, sobre direitos patrimoniais disponíveis, em conformidade com o artigo 1º, da Lei retro citada.

Quanto às vantagens do processo de arbitragem, pode-se destacar a velocidade da decisão que possui o mesmo efeito da sentença judicial.

Outra vantagem são os procedimentos mais simples e flexíveis e adaptados à cada caso, enquanto os tribunais são obrigados a seguir a intrincada e rigorosa sistemática de prazos e ritos do Código de Processo Civil. Ainda uma vantagem adicional está no fato de que na arbitragem, os árbitros são indicados pelas partes, o que melhor atende à autonomia da vontade: “[...] não precisam ter formação jurídica, sendo, na maioria das vezes, escolhidos em razão de sua experiência profissional, de sua reputação no mercado e da confiança de que gozam entre os litigantes” (SCAVONE JR, 2010, p.17).

MUNIZ (2004) destaca outra vantagem ao falar da informalidade, já que o procedimento arbitral não é formal como o judicial e pode ser, nos limites da Lei 9.307/1996, estabelecido pelas partes no que se refere à escolha dos árbitros e do direito material e processual que serão utilizados no conflito. Destaque ainda para o aspecto da confidencialidade, pois o procedimento arbitral é, em geral, sigiloso, ao contrário do processo judicial, que costuma ser público. Assim, na arbitragem as partes têm a opção de evitar a publicidade negativa que geralmente advém de disputas ou litígios.

SCAVONE JR. (2010, p. 18) nos faz recordar que a arbitragem é sigilosa em razão do dever de descrição do árbitro, conforme § 6º do art. 13 da Lei 9.307/1996, enquanto nos processos judiciais, via de regra, os processos são públicos. Às partes é permitida a livre escolha da lei ou costumes aplicáveis à controvérsia, se a nacional ou estrangeira, desde que esta última não afronte os bons costumes ou à ordem pública nacional, conforme a “Convenção Internacional de Nova Iorque sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras” (Convenção de Nova Iorque sobre Arbitragem, ratificada pelo Brasil por meio da Lei Federal 4.311/02.

Na visão de SCAVONE JÚNIOR (2010, p. 28), mesmo nas relações de consumo, ainda que pese a existência do Código de Defesa do Consumidor, “nada obsta que o consumidor, depois do conflito instaurado, com o Judiciário à sua disposição [...] resolva firmar um compromisso arbitral manifestando livremente sua vontade e, nessa medida, resolva submeter esse conflito a um árbitro”. Portanto, a arbitragem por ser considerada como um método decisório mais semelhante com o processo judicial, porém mais célere e sigiloso que o mesmo, pois oferece vantagens em seu procedimento. Pode ser aplicada nos diversos tipos de controvérsias que envolvam o direito patrimonial disponível, ou seja, nos contratos em geral. Uma vez proferida a sentença arbitral, pelo juízo arbitral, de acordo com o descrito no artigo 18 da Lei 9.307/96, esta não fica sujeita a recurso ou a homologação do Poder Judiciário, pois a mesma torna-se uma modalidade de título executivo judicial.

Desta forma, conclui-se que os meios extrajudiciais de soluções de conflitos nas relações de consumo colaboram significativamente para a sociedade numa assistência jurídica célere seja por meio da conciliação, mediação, negociação ou arbitragem. O capítulo a seguir trata da atuação do PROCON no Município de Itaperuna com o estudo de gráficos que comprovam a sua eficácia.

3 A atuação do PROCON no Município de Itaperuna

Diante da complexidade dos conflitos oriundos das relações de consumo na sociedade contemporânea e o papel das soluções alternativas já expostas ao longo deste trabalho, é inegável a importância dos sistemas estaduais e municipais no que tange à elaboração, coordenação e execução das políticas públicas voltadas à proteção e defesa do consumidor, que envolvem desde a educação para o consumo, até a busca pela solidificação de espaços permanentes de defesa do consumidor, a fim de prevenir ou compor conflitos resultantes das relações consumeristas. Tal importância se dá não só em razão da proximidade com os conflitos próprios das relações consumeristas, mas em especial pela acessibilidade que proporcionam ao consumidor local, na busca pela composição desses conflitos.

Com base nisso, denota-se a relevância do estudo da efetividade do PROCON no Município de Itaperuna que tem por objetivo dentre outros, o acolhimento e o recebimento das reclamações provenientes dos habitantes desta localidade, com a posterior tentativa de administrativa e extrajudicialmente, compor os conflitos.

É importante comentar a importância do fenômeno da **desjudicialização de conflitos consumeristas por meio da efetividade do PROCON**. O Poder Judiciário no Brasil possui uma enorme demanda e conforme o Ayres Britto:

Um tribunal deixa de se destacar apenas pela boa produção de decisões ou alto volume de processos arquivados, pois passa a ser analisados a partir dessas duas variáveis, em combinação com seu contexto estrutural, sua despesa, número de servidores, grau de informatização e outros indicadores. O exame da eficiência passa a correlacionar produtividade com despesa, estrutura física e de pessoal (2012, p. 13).

Assim percebe-se que a realidade dos tribunais brasileiros carece de padrões adequados ao estabelecido na Constituição Federal, pois sabe-se que é incansável a busca pelas garantias do “contraditório”, da “ampla defesa” e do “devido processo legal”, do “acesso à justiça” e da “celeridade”, os quais são muitas vezes suprimidos em busca da justiça. De acordo com o art. 5º da CF, inciso LXXVIII CF, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação todavia, esses princípios nem sempre são alcançados e assim, é necessário o investimento e maior credibilidade aos meios extrajudiciais de composição de conflitos como por exemplo o PROCON que merece destaque por realizar o papel de auxiliar o consumidor na busca de seus direitos, uma vez amparados na lei, fazendo a intermediação com as empresas fornecedoras de produtos e serviços, realizando a conciliação entre as partes, o que consequentemente contribui para “desafogar” o Poder Judiciário, eliminando de forma consensual os processos que antes seriam resolvidos pela Justiça e que demandariam maior custo e tempo, tanto para as partes litigantes quanto ao Estado, ente provedor.

Desta forma, estes litígios que antes eram resolvidos após anos de tramitação de ações judiciais, passaram a ser resolvidos em apenas alguns meses e até mesmo no mesmo dia com uma simples ligação o que garante na maioria das vezes, um grau de satisfação maior ao consumidor. Este fenômeno da desjudicialização de conflitos consumeristas tem contribuído para aliviar a estrutura judiciária brasileira, tão dilatada pelas inúmeras lides já impetradas, sendo este imenso volume de demandas judiciais, em parte, causa da morosidade e consequente ineficácia da prestação jurisdicional.

Neste sentido, o papel exercido pelo PROCON é de suma importância para a plena, rápida e eficaz resolução do conflito, incentivando as partes a comporem seus litígios fora da esfera estatal da jurisdição, de forma a evitar acesso generalizado e, por vezes, infundado, injustificado e desnecessário à justiça estatal, retirando da esfera de competência dos tribunais os atos e procedimentos de menor complexidade, que possam ser eliminados pela própria entidade, salvaguardando o caráter essencial da função jurisdicional.

O atendimento feito pelo PROCON no município de Itaperuna é realizado ao público, independente da condição financeira do consumidor, sendo o serviço prestado de forma gratuita, diariamente das 8 às 16 horas. A partir do momento em que o consumidor chega ao polo, os atendentes procuram a melhor forma de resolver o conflito de imediato e preliminarmente, através dos canais diretos que possuem com as empresas de todo o país. Se a tentativa de resolução do conflito restar infrutífera, os atendentes geram uma notificação denominada CIP (carta de informações preliminares) que têm o prazo de 30 dias se for por Carta com A.R (aviso de recebimento) ou 10 dias se for online, pois existem empresas que não atendem por telefone, então são consequentemente obrigadas a abrir essa notificação. De modo geral, os casos são solucionados nessa etapa, todavia, se não resolverem, será aberta uma audiência de conciliação, na qual intimam o preposto da empresa que deverá comparecer diretamente ao PROCON assim como o consumidor e será proposta uma tentativa de conciliação, ocasião em que os atendentes do polo procuram estabelecer propostas que sejam benéficas e justas para o

consumidor, pois atuam como advogados deste. Se ao final não lograr êxito, o consumidor será encaminhado para buscar a via judicial.

Ao gerar um processo será encaminhado para a Capital, ao chamado PROCON CARIOCA e, a partir dessa fase, será verificado se a empresa lesou os direitos do consumidor e se o fez será aplicada uma multa pecuniária e o nome da empresa será registrado no cadastro de informações fundamentais, ocorrendo uma espécie de negativação.

Por todo o exposto, deve-se compreender que a atuação do PROCON no Município de Itaperuna em convênio com a UNIG é de extrema importância, pois promove administrativamente a economia processual ao atuar em garantia dos direitos do consumidor com respaldo jurídico não apenas no Código de Defesa do Consumidor, mas também no Código Civil, na Constituição Federal, no Estatuto do Idoso, no Código Penal dentre outros que são ferramentas essenciais para equiparação da parte vulnerável da relação consumerista, que é o consumidor.

Passa-se à análise dos percentuais de atendimento e perfil dos consumidores.

Os conflitos levados pelos consumidores insatisfeitos ao atendimento dos profissionais atendentes do PROCON no Município de Itaperuna no ano de 2018 foram em sua grande maioria solucionados administrativamente e pacificamente, gerando satisfação ao consumidor principalmente pela agilidade e eficiência do resultado, o que é comprovado estatisticamente por meio dos gráficos a seguir expostos.

No Gráfico 1 pode-se perceber que no período de 01/11/2017 a 01/11/2018 o setor que gerou o maior número de atendimentos foi o de assuntos financeiros enquanto o de menor incidência foi o de alimentos

totalizando 853 atendimentos nesse período.

GRÁFICO 1

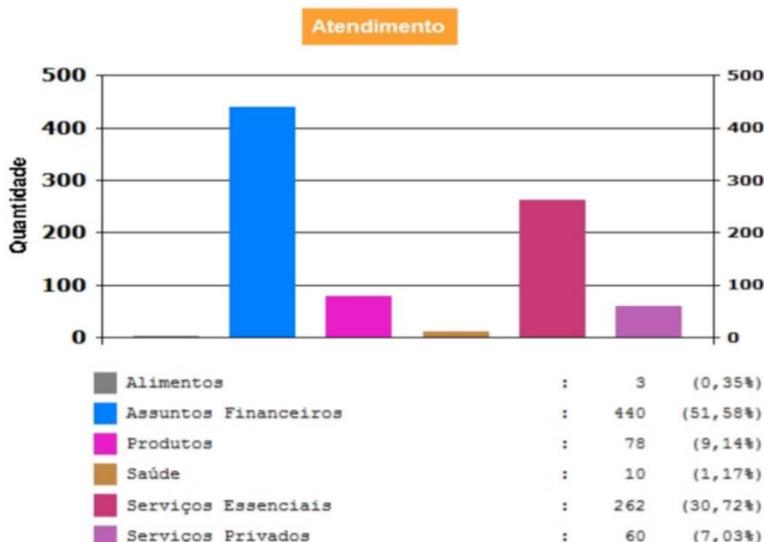
Unidade: Posto Procon UNIG / Itaperuna
Servidor: SINDECRJ

PROCON ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

Estatística de Atendimento e Reclamações por Área

Posto Procon UNIG / Itaperuna

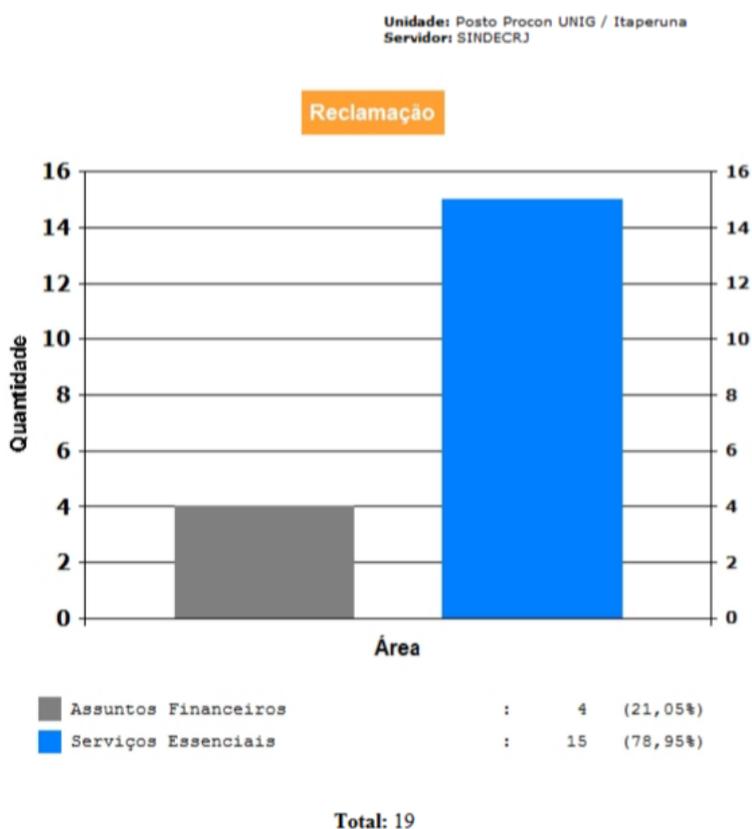
Período de 01/11/2017 a 01/11/2018



Total: 853

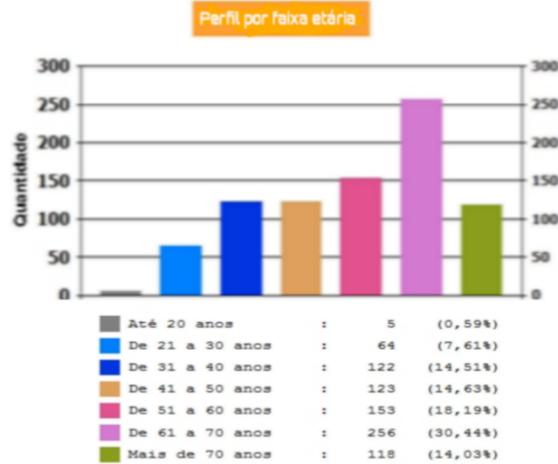
No gráfico 2 a seguir pode-se observar a eficácia do PROCON ao ver-se que apenas 4 atendimentos no setor de assuntos financeiros e 15 no setor de serviços essenciais foram transformados em reclamação. Desta forma, de 853 atendimentos realizados no período estudado apenas 19 foram transformados em reclamação, dados que comprovam de forma clara a eficácia do PROCON na solução administrativa de conflitos oriundos das relações de consumo.

GRÁFICO 2



Os gráficos 3 e 4 abaixo apresentam o perfil dos consumidores atendidos pelo PROCON do Município de Itaperuna no período de 01/11/2017 a 01/11/2018 por idade e gênero. O que se pode inferir é que os perfis são mesclados entre jovens, adultos e idosos tanto do sexo feminino quanto masculino, sendo comprovado que o maior número de atendimentos foi realizado a idosos com idade entre 61 a 70 anos que são mais facilmente enganados por fornecedores e prestadores de serviço que se aproveitam da fragilidade de entendimento deste público.

Unidade: Posto Procon UNIG / Itaperuna
 Servidor: SINDECRJ
PROCON ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO
Estatística por perfil do consumidor
 Posto Procon UNIG / Itaperuna
 Período de 01/11/2017 a 01/11/2018



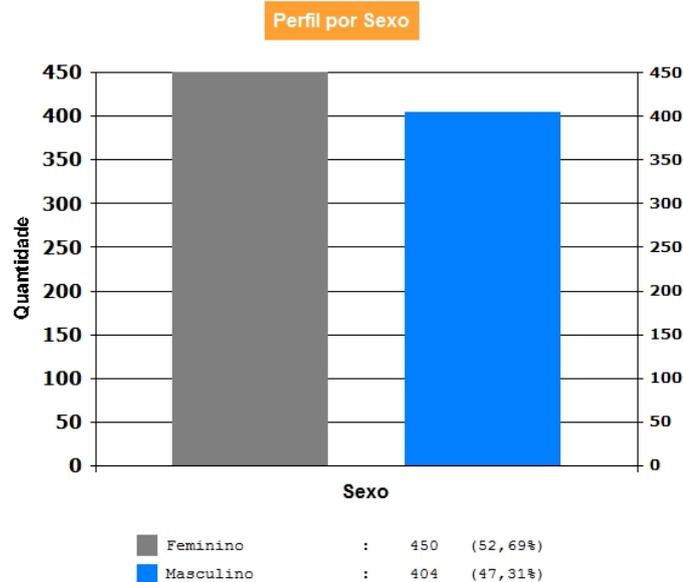
Total: 841
 (OBS: Foram considerados apenas os Consumidores com Datas de Nascimento cadastradas)

Considere as razões finais

Diante do exposto, demonstrou-se a importância do papel do PROCON como órgão administrativo extrajudicial na composição de conflitos

consumeristas e sua essencialidade para a garantia dos direitos do consumidor previstos na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais fontes

Unidade: Posto Procon UNIG / Itaperuna
 Servidor: SINDECRJ
 (OBS: Foram considerados apenas os Consumidores com Datas de Nascimento cadastradas)



Total: 854

assecuratórias da equiparação da parte vulnerável e hipossuficiente na relação de consumo – o consumidor. Elucidou-se que a atuação conjunta e harmoniosa de todos os órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor resulta na promoção da defesa do consumidor promovendo desta forma, o acesso à justiça que é um dos princípios norteadores do direito.

O estudo dos meios extrajudiciais de soluções de conflitos nas relações de consumo colabora significativamente para a sociedade promovendo assistência jurídica célere seja por meio da conciliação, mediação, negociação ou arbitragem uma vez que visam uma resolução alternativa ao Poder Judiciário. Analisou-se de acordo com os dados gráficos fornecidos pelo PROCON de Itaperuna que os litígios antes resolvidos após anos de tramitação de ações judiciais, passaram a ser compostos em apenas alguns meses ou até mesmo no mesmo dia com uma simples ligação, o que garante o acesso à justiça com maior satisfação do consumidor.

Conclui-se, por meio desta pesquisa, que o fenômeno da desjudicialização de conflitos consumeristas tem contribuído para aliviar a estrutura judiciária brasileira, tão dilatada pelas inúmeras lides ajuizadas, sendo este imenso volume de demandas judiciais, em parte, causa da morosidade e consequente ineficácia da prestação jurisdicional. Em virtude disso, a reflexão é que se faz necessário educar, motivar e melhor informar à população a respeito de seus direitos nas relações de consumo e despertar para a importância dos meios extrajudiciais de solução de conflitos consumeristas e suas maiores vantagens, quais sejam, a celeridade, a redução de tensão e a gratuidade na prestação do serviço.

Referências:

BARBOSA, Ivan Machado. Fórum e múltiplas portas: uma proposta de aprimoramento processual. In: AZEVEDO, André Gomma de (Org.). **Estudos em arbitragem, mediação e negociação**. Brasília: Editora Grupo de Pesquisas, 2003. P. 243-262.

BENJAMIN, Antônio Herman V.; MARQUES, Claudia Lima.; BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual do Direito do Consumidor**. 5. ed. rev. atual. e ampl. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BESSA, Leonardo Roscoe. MOURA, Walter José Faiad de. **Manual de direito do consumidor**. Brasília : Escola Nacional de Defesa do consumidor, 2008.

BESSA, Leonardo Roscoe. **O consumidor e seus direitos – ao alcance de todos**. 3. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.
Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

_____. **Convenção de Nova Iorque sobre Arbitragem** – Lei 4.311/02. – Ratificada pelo Brasil em 2002.

_____. **Decreto nº 2.181, de 20 de Março de 1997**. - Dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC, estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, revoga o Decreto Nº 861, de 9 julho de 1993, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei da arbitragem. Lei nº 9.307, de 23.09.1996**. Encontrado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9307.htm. Acesso: 27.10.2018.

CABRAL, Hildeliza Boechat. **Síntese do Direito do Consumidor**. Ed. Brasil Multicultural, 2016.

CAHALI, Francisco José. **Curso de Arbitragem**. 2ª ed. São Paulo: RT, 2012.

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo**. 2. ed. rev. atual. e amp. São Paulo: Editora Atlas, 2004a.

GAMA, Hélio Zaghetto. **Curso de Direito do Consumidor**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de direitos do consumidor**. São Paulo: Atlas, 2007.

MUNIZ, Joaquim de Paiva. **A arbitragem ao alcance de todos – Cartilha de arbitragem**. Rio de Janeiro, OAB-RJ, 2004.

RIBEIRO, Rochelle Pastana. A utilização de algoritmos para uma negociação mais justa e sem ressentimentos – uma análise da obra de Brams e Taylor. In: AZEVEDO, André Gomma de (Org.). **Estudos em arbitragem, mediação e negociação**. Brasília: Editora Grupo de Pesquisas, 2003. P. 381-395.

SAYED, Kassem. **Técnicas de negociação**. Disponível em: <http://www.prologbr.com.br/arquivos/documentos/tecnicas_negociacao.pdf>. Acesso em 13.10.2018.

SCAVONE JÚNIOR. **Manual de arbitragem**. 3ª ed., São Paulo: RT, 2010.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 5. ed. Rio de Janeiro, v. 1 e 3. Forense, 1978.

SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação de Conflitos** – da teoria à prática. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2016.

_____; MORAIS, José Luis Bolzan de. **Mediação e arbitragem**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2012.

VEZZULLA, Juan Carlos. **Mediação: guia para usuários e profissionais**. Florianópolis: Imab, 2001.
<https://jus.com.br/artigos/64366/conciliacao-e-mediacao-na-solucao-de-conflitos>
acesso em 10/10/2018

<https://www.ayresbritto.com.br/> acesso em 25/10/2018

O RECONHECIMENTO DO NOME SOCIAL DE PESSOAS TRANSEXUAIS À LUZ DA DECISÃO DO STF QUE JULGOU A ADI 4.275

*THE RECOGNITION OF THE SOCIAL NAME OF TRANSNATIONAL
PERSONS UNDER THE DECISION OF THE STF THAT JULGOU ADI 4,275*

*EL RECONOCIMIENTO DEL NOMBRE SOCIAL DE PERSONAS
TRANSEXUALES A LA LUZ DE LA DECISIÓN DEL STF QUE JULGO LA
ADI 4.275*

Débora Pinto da Silva

Graduanda em Direito pela Universidade Iguazu (UNIG).

Hideliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral

Doutoranda e Mestra em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - Uenf. Professora do Curso de Direito e Medicina da Universidade Iguazu Itaperuna. Membro efetivo da Associação Argentina de Bioética Jurídica da Universidade Nacional de La Plata. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Bioética e Dignidade Humana.

Carlos Henrique Medeiros de Souza

Docente e Coordenador do Programa de Pós graduação Mestrado e Doutorado em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro-Uenf. Doutor em Comunicação.

“Romeu, Romeu! Ah! por que és tu Romeu? Renega o pai, despoja-te do nome; ou então, se não quiseres, jura ao menos que amor me tens, porque uma Capuleto deixarei de ser logo.”

Shakespeare

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo enfatizar a importância do reconhecimento do nome social dos transexuais, já que são pessoas cuja identidade de gênero não corresponde à sua condição biológica. Pretende-se analisar com base na doutrina específica as mudanças sociais que elas atravessam, bem como o direito de poderem, com a autodeclaração, ver seu nome social reconhecido em cartório. Este artigo apresenta a seguinte questão-problema: De que forma o nome civil do transexual contribui para afirmação de seus direitos de personalidade? Pretende-se avaliar a função do nome perante a sociedade, como representação escrita e identificadora de alguém, examinando-se a referida votação, doutrinas, artigos científicos, posicionamento dos tribunais e a literatura científica a respeito do assunto. Traça-se uma análise a respeito desse direito que as pessoas transexuais conquistaram. Justifica-se a abordagem desse tema pela relevância social que perpassa o direito ao nome,

como elemento identificador, que se transforma no reconhecimento jurídico, a partir de um recorte atual. Demonstra-se a necessidade de se identificar o gênero transexual como sujeito de direito, reconhecendo-lhes o direito de personalidade, quanto à identidade social e apresentar a alteração introduzida por decisão do STF: possibilidade de transexuais alterarem o nome no registro civil sem a realização de cirurgia de redesignação sexual. Emprega-se metodologia qualitativa, por meio de revisão jurisprudencial e bibliográfica baseada em autores estudiosos do tema tais como Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald, Maria Berenice Dias, Adriano Cupis e Tereza Rodrigues Vieira.

Palavras-chave: nome; pessoa transexual; direito de personalidade; registro civil.

ABSTRACT

This article aims to emphasize the importance of recognizing transsexuals legal name, since they are people whose gender identity does not correspond to their biological condition. It is intended to analyze, on the basis of specific doctrine, the social changes they undergo, as well as the right to be able, through self-declaration, to see their legal name recognized in a notary's office. This article presents the following problem question: How does the civil name of the transsexual contribute to the reassurance of his personality rights? It is intended to evaluate the role that the name play before the society, as a written representation and identifier of someone, examining the said voting, doctrines, scientific articles, courts standpoints and the scientific literature on the subject. It is analyzed a right that transsexual people have conquered. It is justified to approach this theme by the social relevance that permeates the right to the name, as an identifying element, which becomes the legal recognition, from a current cut. It is demonstrated the need to identify the transsexual gender as a subject of law, recognizing the right of personality, regarding social identity and present the amendment introduced by decision of the STF: the possibility of transsexuals change the name in the civil registry without the realization of sexual reassignment surgery. A Qualitative methodology was used, through of jurisprudence and bibliographic review based on authors such as Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald, Maria Berenice Dias, Adriano Cupis and Tereza Rodrigues Vieira.

Keywords: name; transgender person; right of personality; civil registry

RESUMEN: El presente artículo tiene por objetivo enfatizar la importancia del reconocimiento del nombre social de los transexuales, ya que son personas cuya identidad de género no corresponde a su condición biológica. Se pretende analizar con base en la doctrina específica los cambios sociales que atraviesan, así como el derecho de poder, con la autodeclaración, ver su nombre social reconocido en notario. Este artículo presenta la siguiente cuestión-problema: ¿De qué forma el nombre civil del transexual contribuye a la afirmación de sus derechos de personalidad? Se pretende evaluar la función del nombre ante la sociedad, como representación escrita e identificadora de alguien, examinándose la referida votación, doctrinas, artículos científicos, posicionamiento de los tribunales y la literatura científica al respecto. Se traza

un análisis acerca de ese derecho que las personas transexuales conquistaron. Se justifica el abordaje de ese tema por la relevancia social que atraviesa el derecho al nombre, como elemento identificador, que se transforma en el reconocimiento jurídico, a partir de un recorte actual. Se demuestra la necesidad de identificar el género transexual como sujeto de derecho, reconociéndoles el derecho de personalidad, en cuanto a la identidad social y presentar la alteración introducida por decisión del STF: posibilidad de transexuales alterar el nombre en el registro civil sin la realización de cirugía de reasignación sexual. Se emplea metodología cualitativa, por medio de revisión jurisprudencial y bibliográfica basada en autores estudiosos del tema tales como Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald, Maria Berenice Dias, Adriano Cupis y Tereza Rodrigues Vieira.

Palabras clave: nombre; persona transexual; derecho de personalidad; registro Civil.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho visa analisar a importância do nome civil, que é um direito que remonta ao início da vida, a etiqueta social, sem a qual, não se legitima a cidadania.

Um olhar específico voltado ao nome social, que é o nome pelo qual a pessoa trans é reconhecida na sociedade, constata que ele vem ganhando espaço na legislação brasileira, sobretudo após a recente decisão, do Supremo Tribunal Federal (STF) que decidiu por unanimidade pela possibilidade da alteração do nome e do sexo, mediante autodeclaração no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais (RCPN), sem a necessidade da cirurgia de redesignação sexual. Agora, todas as pessoas que se declarem não pertencentes ao sexo que lhe é atribuído socialmente poderão ter seus nomes e sexos modificados.

Anteriormente, conforme a decisão que julgou a ADI 4.275, a cirurgia de redesignação sexual era requisito importante para que o Juiz concedesse a mudança de nome – que antes da referida decisão, dentre outras exigências, necessitava de processo judicial.

Os transexuais, que são pessoas cuja identidade de gênero não corresponde à biológica, ainda sofrem diversas formas de preconceito, que se materializam, diuturnamente ainda no século XXI.

Nas últimas décadas estas pessoas têm ganhado maior visibilidade e têm conquistado direitos que lhes afirmem a dignidade da pessoa humana, que

é um dos fundamentos da CRFB/88, e o princípio constitucional mais aclamado pelos ministros do STF ao justificarem seus votos.

A importância da alteração do nome civil está diretamente relacionada à afirmação da dignidade do transexual, sendo também relevante avaliar a função do nome perante a sociedade como instrumento de inclusão social, de forma a prevenir constrangimentos – realidade já prevista pela Lei de Registros Públicos que já permitia a alteração de nome nas hipóteses em que fosse ridículo ou vexatório (BRASIL. Lei Federal 6.015/73).

Emprega-se metodologia qualitativa, por meio de pesquisa jurisprudencial e bibliográfica baseada em autores estudiosos do tema tais como Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald, Maria Berenice Dias, Adriano Cupis e Tereza Rodrigues Vieira, artigos científicos e matérias que estudam o tema, que é atual e polêmico.

1 LINEAMENTOS CONCEITUAIS E HISTORICIDADE

A necessidade de se diferenciar as pessoas, na medida em que a população ia crescendo, fez surgir o nome, que constitui uma marca exterior (VIEIRA, 2012, p. 7).

O nome é um direito presente e inerente à vida de todo cidadão, é um direito que integra a identidade, independentemente da condição social, virtudes ou defeitos (CUPIS, 2004, p. 185) o nome se faz presente. O nome é um dos elementos que integra a cidadania, sem nome não há cidadão.

A relevância do direito ao nome civil da pessoa natural é sobremaneira que, antes mesmo que nasça seu prenome já é escolhido por sua família, revelando o cuidado e a importância de algo que será como o selo da pessoa, que em regra, o marcará por toda vida.

Toda e qualquer pessoa tem o direito de possuir um nome, como preconiza o artigo 16 do Código Civil. O nome integra os direitos que diz respeito a personalidade. Individualiza a pessoa não só em vida como também após a sua morte (GONÇALVES, 2014, p. 148).

Conforme preceitua o artigo 12, parágrafo único, do Código Civil que em se tratando de direito personalíssimo, os parentes civis do *de cujus* mesmo após sua morte poderão exigir que cesse ameaça e/ou lesão, podendo

reclamar por perdas e danos a este. Esse direito tão importante, também se faz imprescindível na vida da pessoa trans, que deseja a modificação. A mudança do nome para a pessoa transexual, aos que desejarem, é vital para a reafirmação de sua dignidade como pessoa.

1.1 Pontuando diferenciações conceituais: transgênero, travesti e transexual

A conceituação de transexuais é necessária, uma vez que é comum o equívoco dos termos no que diz respeito ao gênero, sexo e sexualidade.

Explica-se quanto ao gênero, é uma construção social, como a pessoa aprendeu a agir e se a relacionar na sociedade; já o sexo refere-se ao conjunto de características genéticas, funcionais e fisiológicas com as quais a pessoa nasceu (feminino ou masculino); ainda a sexualidade concerne à orientação sexual, que pode ser heterossexual, homossexual, bissexual, (VASCONCELLOS, 2014). Alguns aludem que a sexualidade pode ser ainda assexual, pansexual, entre outros.

A palavra transexual tem por prefixo o elemento “trans”, que significa “além de”, “para além de”, “do outro lado” (AURÉLIO, 2018), seu radical “sex”, refere-se ao sexo, podendo aqui ter a conotação de gênero.

Desta forma, transexual é a pessoa que não se amolda ao gênero/ou sexo em que nasceu, portanto, vai além, em busca do gênero que melhor o define.

É comum confundir-se os termos identitários: transgênero, transexual, travesti, que apesar de serem parecidos não têm o mesmo significado, embora estejam mais ligados à percepção de pertencimento da pessoa trans.

O transgênero, segundo a Associação Brasileira de Transgênero, define-se como:

Denominação geral de diversas síndromes e condições que levam uma pessoa a criar, desenvolver e/ou expressar, pública ou privadamente, uma identidade de gênero diferente daquela que recebeu ao nascer, em função da genitália que trouxe entre as pernas, Pelo tanto que esta condição sempre foi reprimida e combatida em diversas sociedades (principalmente judaicas, islâmicas e cristãs), a transgeneridade deve ser considerada como uma forte “transgressão” do binômio oficial de gêneros masculino/feminino: - todo transgênero é antes de mais nada um “transgressor”, alguém que não vive conforme com padrões

de conduta gênero vigentes na sociedade e época em que vive (LEITE, 2014).

Transgeneridade, também pode ser usado como termo mais amplo, incluindo, *dregg queens*, as transexuais e os travestis (CARRIERE; AGUIAR; SOUZA, 2014). Desse modo, transgênero é a pessoa que não se identifica com gênero em que nasceu e busca pela reafirmação como ser humano. Travestis configuram outra realidade, que pode se traduzir como:

As travestis são pessoas que nascem com o sexo genital masculino (por isso a grande maioria se entende como homem) e que procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente sancionado como feminino, sem, contudo, desejarem extirpar a genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos. Via de regra, as travestis gostam de se relacionar sexual e afetivamente com homens, porém, ainda assim, não se identificam com os homens homo orientados (VASCONCELLOS, 2014).

Travesti se aceita com a genitália com a qual nasceu (não deseja a cirurgia de transgenitalização), mas deseja ter aparência do gênero oposto, o que não se confunde com homossexualidade, como já visto acima, embora muitos travestis e transgêneros sejam gays.

A palavra transexualismo está mais associada à medicina, que a tratava como um Distúrbio de Identidade de Gênero. Sendo o sufixo *ismo* usado, geralmente, para designar doença (VIEIRA, 2012, p.158).

A Resolução do Conselho Federal de Medicina 1.955/2010 permitiu a cirurgia de transgenitalização (também conhecida como cirurgia de redesignação sexual, em osculatória e de forma popular cirurgia de mudança de sexo), sem a necessidade de um processo judicial.

Inclui-se nas técnicas de cuidados no processo de transexualização, a cirurgia de redesignação sexual, tratamento hormonal e o tratamento psicológico e psiquiátrico. (VASCONCELLOS, 2014). A cirurgia foi um processo importante para que as pessoas trans conseguissem ter o seu nome social reconhecido judicialmente.

Os termos trans: transgênero, transexual ou travesti estão ligados a como as pessoas se identificam. A cirurgia de transgenitalização não é o que define o gênero da pessoa, podendo se considerar transexual sem a adequação genital.

O sentimento de pertencimento ao termo transgênero e transexual é subjetivo, dependendo de cada, devendo, pois, a pessoa utilizar o termo que melhor lhe convém, apesar das diferenças já citadas.

1.2 Transexualidade na História

A transexualidade, esteve presente em toda a história da humanidade, por meio de relatos ou criação de mitos, especialmente nas duas grandes civilizações ocidentais. Na Grécia antiga existia a figura do deus *Hermafrodita*, filho de *Hermes*, deus da fertilidade, e de *Afrodite*, deusa do amor, que tinha a aparência física tanto masculina quanto feminina.

Há também o relato mitológico no qual uma tribo de *Scythians* foi punida, fazendo com que os homens e seus descendentes virassem mulheres, pela deusa Afrodite após eles terem saqueado o templo da referida deusa (LOPES, 2016, p.2).

Em Roma, também existiam casos de transexualidade, como é o caso do Imperador *Nero*, que depois de matar sua mulher grávida aos chutes, se arrependeu, tomando para si um jovem escravo, *Sporus*, que possuía a aparência semelhante a da ex esposa. O imperador fez com que o jovem fosse castrado. Tornou *Sporus* a nova imperatriz com direito a dote e véu.

Os imperadores Tibério e Calígula se fantasiavam de mulheres em banquetes ou em cerimônias em homenagem a deusa Vênus. Registrada também está a história do imperador *Heliogabalus*, que ofereceu fortuna a qualquer médico que transformasse sua genitália permanentemente em genitália feminina (CHRYSTAL, 2018). Ainda sobre o imperador *Heliogabalus*:

[...] “imperador menino”, pois contava apenas com 14 anos de idade quando assumiu a função, e que gostava de se vestir de mulher e acabou se apaixonando por um escravo loiro, casando-se com o mesmo. Posteriormente acabou assassinado por seus próprios soldados, que descobriram o plano de *Heliogabalus* fazer de seu marido o imperador de Roma. E segundo narrações, outra razão de sua morte, foi haver prometido ao médico que transformasse em mulher metade do Império Romano (LOPES, 2009, p. 03).

O desejo do imperador *Heliogabalus*, viria a se concretizar milênios depois de sua existência, quando a primeira cirurgia de transgenitalização, ocorreu na Dinamarca em 1952, pelo médico Dr. Christian Hamburguer que a

realizou em George Jorgensen, ex soldado americano, que à época tinha 28 anos de idade.

Após o feito, George passou a se chamar Christine Jorgensen, readequando assim, seu nome à sua nova identidade. Outro caso famoso, que também ocorreu na Dinamarca é a história Einar Mogens, que após a cirurgia passou a se chamar de Lili Elbar, tendo sido reconhecida sua nova identidade com a troca de seus documentos e passaporte (URZAIZ, 2016).

Embora sempre tenha existido na história da humanidade, somente no século XX, em 1953 que o médico estadunidense, Henry Benjamin, referiu-se ao termo transexualismo como divergência do psicomental do transexual (VIEIRA, 2012, p.158) Passando desde então a ser tratada como doença.

No Brasil o primeiro procedimento se realizou em São Paulo, em 1971, pelo cirurgião Roberto Farina em Waldir Nogueira, que passou a ser conhecida como Waldirene. Naquele momento, o cirurgião foi condenado em primeiro grau a dois anos de reclusão por lesão corporal grave em face de Waldir, mesmo que com o consentimento deste. Roberto Farina foi absolvido em segundo grau de jurisdição.

A transexualidade deixou de ser considerada como doença mental, transtorno de identidade de gênero, em 18 de junho de 2018 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Na atualização do catálogo da OMS, CID-11, traz a transexualidade como “incongruência de gênero”, na categoria saúde sexual, para que as pessoas possam, caso queiram, receber atendimento médico (MARTINELLI, 2018).

Todos os países deverão readequar o termo, seguindo o entendimento da OMS. Mudando a perspectiva global sobre o tema. Portanto transexualidade é o termo correto a ser utilizado e não é considerado doença.

2 O NOME NA LEGISLAÇÃO E NO JULGADO DO STF

O nome é protegido pela legislação, a fim de que este direito personalíssimo se mantenha íntegro e imutável, porém em alguns casos a modificação é permitida, como na possibilidade trazida pelo STF de alteração do nome extrajudicialmente sem a necessidade de comprovação da realização de cirurgia de redesignação sexual.

2.1 O nome na vigente legislação

O nome é protegido no Código Civil de 2002 como direito da personalidade e o artigo 11 estabelece que essa categoria de direitos é irrenunciável e intransmissível. Logo no artigo 16 o legislador também declara que todos têm direito ao nome, sendo compreendido prenome e sobrenome. O Código Civil dessa maneira, assume uma postura protetiva quanto aos direitos de personalidade.

No que tange ao registro do nome, no Brasil é a Lei de nº 6.015/73, popularmente conhecida como Lei de Registros Públicos (LRP), que regulamenta os Registros Públicos, portanto, de forma mais específica é essa Lei que regulamenta o quanto a obrigatoriedade do nome.

Há de se destacar alguns pontos relevantes sobre o nome segundo a Lei supracitada: O artigo 50 da referida Lei aduz que todo nascimento que ocorrer em território nacional deverá ser registrado. O registro é necessário para a existência da pessoa no âmbito na vida cidadã, porque é a partir do Registro que a pessoa tem a garantia do dever e direitos inerentes a todo cidadão, sendo possível seus atos civis.

O nome é um elemento importante na constituição do registro, haja vista ser um dos elementos necessários a sua realização. O nome dos pais e avós paternos e maternos também se fazem necessários.

A divergência quanto ao nome ou prenome, não impede a criança de ser registrada, conforme preconiza o inciso IV, do §1º do artigo 54, devendo o cartório interferir da forma a pacificar o desentendimento. Frisa-se o conteúdo expresso no artigo 50, parágrafo único: aduz que o oficial do cartório não poderá registrar nome que expuser a pessoa ao ridículo. A pessoa transgênera que cotidianamente é exposta ao ridículo em consequência de o nome não lhe representar.

Também o artigo 58, possibilita que o nome, embora definitivo, poderá ser substituído por apelidos notórios e públicos. Naturalmente é o que ocorre com o nome social, que são usados pelas pessoas trans. Neste sentido um estudioso do tema afirma:

Diversos transexuais já obtiveram judicialmente sua modificação de documentos, pois o registro público deve

espelhar na realidade, dentro do princípio da veracidade. A possibilidade de substituição do nome por apelido notório atende tendência social brasileira, abrindo importante brecha na regra que impunha a imutabilidade do prenome (VENOSA apud VIEIRA, 2012, p. 183).

Em 1991 a modelo Roberta Close ingressou com pedido judicial objetivando adequar seu nome ao seu corpo, pois se chamava Luís Roberto Gambine Moreira. Naquele momento, Roberta havia feito a cirurgia de transgenitalização na Inglaterra, visto que a cirurgia não era permitida no Brasil. Em primeira instância Roberta estava vencedora, porém em 1997 a sentença foi reformada pelo Tribunal de Justiça. Somente no ano de 2001, Roberta conseguiria ver seu nome modificado pela justiça. (VIEIRA, 2012, p. 217).

De forma tímida, a legislação permitia, através do Decreto de nº 8.727/16, que em alguns no âmbito da administração pública federal direta, fundacional e autárquica órgãos do governo. Também conselhos de classe, a exemplo o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em que 2016 permitiu a utilização o nome social.

Através da Portaria nº 1.820 de 2009, expedida pelo Conselho Nacional de Saúde, é possível que transexuais e travestis sejam atendidos no Sistema Único de Saúde pelo nome social.

Para as pessoas trans que pretendem ingressar nas universidades e desejam prestar o maior vestibular do país o Exame Nacional do Ensino Médio, Enem, desde 2014 é possível a utilização do nome social (NAKAMURA, 2016), para evitar situações como a que ocorreu com Rafaelly em 2012, que ao entrar na sala para realizar a prova a mesma estava dividida por gênero e ordem alfabética. Rafaelly relatou que: “Minha vontade era ir embora, fui tratada como homem, mesmo vestida como mulher” (SABINO, 2014). Gerando uma situação que para Rafaelly gera constrangimentos.

A Corte Interamericana dos Direitos Humanos, em 09 de janeiro de 2018, quando o tema já estava em discussão no STF, determinou aos países integrantes da OEA, incluindo o Brasil, estabelecerem procedimentos para realização da mudança de nome e sexo no RCPN de acordo com a identidade de gênero autopercebida (FÁBIO; 2018).

Também em Março do presente ano, o Tribunal Superior Eleitoral, através da Resolução de nº 23.562, trouxe a possibilidade de emissão de um

novo título no qual é possível inclusão do nome social e gênero em que a pessoa se percebe, além de mudanças no cadastro, permitindo, dessa maneira, que a pessoa trans (transgênera, transexual ou travesti) possa usar seu nome social.

2.2 Decisão do STF

No mês de março do corrente ano o STF, em sessão presidida pela Ministra Carmem Lúcia, sob a relatoria do Ministro Marco Aurélio, visto que o Ministro Dias Toffili estava impedido, por já ter julgado recurso extraordinário com repercussão geral sobre o tema, decidiu que além de o transexual, sendo a expressão expandida para os transgêneros, poderá requerer a modificação do nome e sexo sem a cirurgia de transgenitalização.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade de nº 4.275, foi ajuizada pela Procuradora Geral da República, Raquel Dodge, a cópia da representação formulada pela Associação de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais e pela Articulação Nacional de Travestis e Transexuais. Conceitualmente, o pedido realizado pela Procuradoria fazia menção tão somente à pessoa transexual. O termo transexual foi mantido pelo ministro Marco Aurélio, porém, no decorrer da votação, a maioria votou de forma a abranger as pessoas transgêneras por se tratar de um termo mais amplo.

Todas as mudanças e direitos alcançados são frutos de um processo histórico e de luta social. O nome social é sem dúvidas um grande direito conquistado, que agora passa a ser reconhecido do âmbito do direito ao nome civil, devendo ser registrado no livro em que constam os dados da pessoa que pretende realizar a alteração de nome, permitindo, a partir desse, a troca de todos os demais documentos.

Agora, os transgêneros poderão alterar nome e gênero através de uma autodeclaração, administrativamente, no Cartório Civil de Pessoas Naturais. O princípio da dignidade da pessoa fez-se presente no discurso de muitos ministros aos proferirem seus votos. Anteriormente, as pessoas que pretendiam a mudança do nome junto ao assento de nascimento, no Registro Civil, necessitavam ajuizar requerimento judicial, que como todas as ações, passavam pelo processo de conhecimento pelo Juízo. Precisavam, portanto,

em muitos casos, comprovar a realização da cirurgia de redesignação sexual, como parte do processo de conhecimento, com prova pericial.

Embora já consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), o entendimento no que diz respeito à viabilidade da mudança de nome e sexo após a cirurgia de redesignação (STJ, Ac. Unân, 3ªT. REsp. 1.008.398/SP, rel. Min. Nancy Andrighi, J. 15.10.09, DJU 18.22.09) (STJ, 2009), muitos juízos de primeira instância não concediam a mudança, principalmente os mais conservadores. Portanto, a referida cirurgia não dava garantia de êxito judicial, uma vez que ficava a critério do juízo, no exercício do livre convencimento e utilização de seus “parâmetros” de “certo” e “errado”, conceder a mudança de nome e de sexo.

A decisão do STF sedimenta algumas decisões judiciais que já permitiam a mudança do nome nos documentos sem a necessidade da cirurgia de redesignação sexual. Como se observa, na decisão do Ministro Alexandre de Moraes, em que cassou a decisão da 2ª Vara de Família de Maringá (PR) que não permitiu a mudança de nome sem a referida cirurgia (STF, 2018), não ficando à discricionariedade do Juízo, a partir da decisão do STF. Segundo o referido Ministro, a livre expressão da personalidade não deveria ser condicionada a um procedimento médico ou laudo psicológico, bastando a autodeclaração para que a mudança do nome seja realizada (MORAES, 2018).

A referida votação, além de estribada na dignidade da pessoa humana, fundamentou-se também, no reconhecimento da inviolabilidade dos direitos à intimidade, à vida privada, à honra e a imagem, ao nome, à liberdade pessoal, direito à honra e à dignidade, ao reconhecimento a personalidade jurídica tendo por base jurídica a CRFB, Pacto de São José da Costa Rica que tem por finalidade respeitar os direitos e liberdades das pessoas e o Pacto Internacional de Yogyakarta, que aborda os direitos humanos em relação a orientação sexual e identidade de gênero. Neste sentido, um Ministro em seu voto aduziu que:

O reconhecimento da identidade de gênero pelo Estado é de vital importância para garantir o gozo pleno dos direitos humanos das pessoas trans, incluindo a proteção contra a violência, a tortura e maus tratos, o direito à saúde, à educação, ao emprego, à vivência, ao acesso a seguridade social, assim como o direito à liberdade de expressão e de

associação”, como também registrou a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Por isso, “o Estado deve assegurar que os indivíduos de todas as orientações sexuais e identidades de gênero possam viver com a mesma dignidade e o mesmo respeito que têm todas as pessoas (FACHIN, 2018, p.12).

O entendimento da maioria, bem como dos outros Ministros da Suprema Corte foi no sentido de se distanciar a pessoa transexual da obrigatoriedade dos procedimentos médicos, os quais eram indispensáveis ao processo judicial, a fim de comprovar a percepção da pessoa trans a sua condição.

Na referida votação, a maioria dos ministros votou a favor da mudança de nome e sexo sem a cirurgia de transgenitalização, bem como, sem restrições. Exceto os ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski, Gilmar e Marco Aurélio, relator, que defenderam a necessidade de um processo judicial de jurisdição voluntária, sendo o último declarante da necessidade de especificações para que a adequação do nome ocorresse. O ministro Dias Toffoli foi o único a não votar porque se declarou impedido.

O Tribunal, por maioria, vencidos, em parte, os Ministros Marco Aurélio e, em menor extensão, os Ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, julgou procedente a ação para dar interpretação conforme a Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica ao art. 58 da Lei 6.015/73, de modo a reconhecer aos transgêneros que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Redator para o acórdão o Ministro Edson Fachin. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 1º.3.2018. (STF, Decisão de julgamento, 2018)

Dos vinte e sete estados federados, dez já haviam normatizado a referida decisão antes que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desse seu parecer. No dia 29 de junho o CNJ regulamentou a referida decisão, por meio do Provimento 73, que é como um “guia” (grifo nosso) para todos os estados da federação, que além dos documentos de identificação, e idade mínima de dezoito anos, a pessoa deverá apresentar: certidão de nascimento atualizada; certidão de casamento atualizada; cópia do registro geral de identidade (RG); cópia de identificação civil nacional se for o caso; cópia do cadastro de pessoa física (CPF) no Ministério da Fazenda; cópia do título de eleitor; cópia da carteira de identidade social se for o caso; comprovante de endereço; certidão do distribuidor cível do local de residência dos últimos cinco anos

(estadual/federal); certidão do distribuidor criminal do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal); certidão de execução criminal do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal); certidão dos tabelionatos de protestos do local de residência dos últimos cinco anos; certidão da Justiça Eleitoral do local de residência dos últimos cinco anos; certidão da Justiça do Trabalho do local de residência dos últimos cinco anos; certidão da Justiça Militar.

Alguns estudiosos criticam o excesso de documentos necessários para a realização da mudança:

Os requisitos impostos colidem com todos os demais atos declaratórios praticados no RCPN. Não há que se apresentar essas certidões para registrar um filho ou o óbito de um parente. Esses atos de registro e a averbação objeto do Provimento 73 têm em comum o fato de serem atos declaratórios, cuja responsabilidade civil e criminal por falsidade dessas declarações estão a cargo de quem declarou (LIMA: 2018; s/p).

É importante que haja critérios, a fim de evitar fraudes, para que a modificação de nome e sexo se realize no RCNP, porém, percebe-se certo excesso de cautela por parte do CNJ, restringindo a decisão da Suprema Corte, uma vez que esta não restringiu a procedimentos para que a modificação seja concretizada, há excessos também, quando das possibilidades de alteração de nome no âmbito administrativo, a exemplo quando no casamento o nome é alterado pelos noivos pelo acréscimo, não se solicita tantos documentos.

3 O NOME COMO REPRESENTAÇÃO ESCRITA E IDENTIFICADORA

Todas as pessoas possuem nome, sendo essa a forma que as distingue na sociedade. Tratando-se de um direito personalíssimo, algumas características do nome são: absoluto, obrigatório, indisponível, exclusivo, imprescritível, inalienável, incessível, inexpropriável, irrenunciável e intransmissível (FARIAS; ROSENVALD, 2018, p. 288).

É comum no Brasil com algumas exceções, que os prenomes sejam binários, ou masculinos ou femininos. Se uma pessoa, que contém todas as características de um gênero se percebendo assim, que não corresponde a sua

genitália e por conseqüente o nome que lhe foi atribuído ao nascer, este não o identifica, muito menos o representa.

Faz-se então, necessário que a mudança ocorra, não só no âmbito social, mas principalmente na documentação, que atesta o que a pessoa transexual já tem vivenciado. O nome que não representa o seu titular, que destoa do seu próprio conceito sobre si mesmo enquanto pessoa ou que força a marginalização de grupos não merece ser usado.

3.1 Nome civil ridículo e vexatório

Desde 1973, o ordenamento pátrio, de acordo com o art. 55, parágrafo único, da Lei de nº 6015 (BRASIL. Lei de Registros Públicos, 1973), preconiza que o Oficial não pode registrar nome que exponha a pessoa ao ridículo, dessa maneira, também se permite a troca do nome, quando este causa constrangimento à pessoa.

Observa-se que uma das características do nome civil é a imutabilidade (FARIAS; ROSENVALD 2016: p. 288), por estar ligado à identidade da pessoa, para tanto, existem uma série de dispositivos que regulamentam o tema. Não cabe à pessoa transexual a característica da imutabilidade do nome, uma vez que essa não se reconhece no nome que lhe foi atribuído. Dispõe o artigo supracitado que:

Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso, independente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do Juiz competente (BRASIL; 1973)

No caso das pessoas trans, o nome que não foi escolhido por eles próprios não lhes identifica em consonância com a aparência. Em diversos momentos, o nome causa não apenas constrangimentos, mas lhes dificulta as relações cotidianas de vida: no consultório médico, na entrevista de emprego, entre outras ocasiões, já que sua figura não corresponde à sua imagem, tampouco é legitimada pelas informações que seus documentos identificadores registram.

A advogada Giowana Cambrone afirma que expor sua condição e pedir que as pessoas respeitem o nome que escolheu, causa às pessoas trans uma

exclusão social, já que nem todos respeitam (LISBOA, 2015,) se tornando exaustivo e reafirmando a exclusão por não se enquadrar aos “moldes da sociedade”. Anteriormente à decisão do STF era permitido que se realizasse tanto a ação retificação de registro civil quanto a ação de redesignação do estado sexual.

Segundo a decisão do Supremo Tribunal Federal é permitido apenas a mudança do prenome e agnômes (Filho, Junior, Neto), não sendo permitido a mudança do sobrenome que é o nome de família, em que apresenta a estirpe da pessoa (BRASIL. STF, 2018) Porque os sobrenomes não são os causadores de constrangimentos e porque também não pode haver uma mudança total do nome, pois se assim o fosse traria diversas trazendo inseguranças jurídicas quanto a identificação da pessoa.

O nome que não identifica a pessoa de acordo com sua percepção, além de transtornos na vida social, torna-se um estigma às pessoas que desejam a mudança, transforma-se num fardo o qual a pessoa trans carrega em si.

Cabe ressaltar, que em respeito ao direito à privacidade, não poderão constar nos documentos as alterações sofridas. Todo processo deve ocorrer de forma sigilosa, a fim de que não traga nenhuma situação constrangedora para a pessoa que apresenta os documentos.

3.2 Violência e marginalização

A expectativa de vida das pessoas trans está em torno de 100 anos a menos em relação ao restante da população. Diferentemente das outras pessoas, que a cada dia tem essa expectativa de vida aumentada nos últimos anos, tendo sido de 33,4 anos em 1910 (IBGE, 2003), passando para 75,8 em 2016 (OLIVEIRA, 2017). A expectativa de vida de pessoas trans é de apenas 35 anos (THOMAZ, 2018). Portanto, a pessoa transexual vive em média, menos da metade dos anos vividos por um homem ou mulher que se reconhece como pessoas cisgêneres (pessoas que se percebe pertencente ao sexo no qual nasceu).

São diversos os fatores que contribuem para que as pessoas trans vivam menos, sendo o maior deles o preconceito. A partir do preconceito e intolerância advém em muitos casos a exclusão familiar e social. Sendo o

rechaço familiar ou social e tudo que se origina através destes, uma das causas de sofrimento psíquico podendo levar a desordens mentais (CHAVES, BARRETTO, PAMPLONA, 2017, p. 12), fato que obriga muitos transexuais e travestis a se prostituírem para garantirem sua sobrevivência.

O Brasil é o país onde mais se verifica homicídios de pessoas trans desde 2015 (AVENDAÑO, 2017), e a cada ano os números têm aumentado. Além da violência, são altos os índices de suicídio cometidos. As pessoas trans também têm maior propensão à contaminação com o vírus da Imunodeficiência Humana, HIV pela prostituição. Se prostituir não é uma escolha de vida, e sim uma alternativa para quem se vê sem saídas. Como a história de Rafaelly, de 31 anos que diz:

Sou curitibana, estudei sempre em escola pública e lembro o quanto eu sofri. Eu tinha dificuldade em me manter na escola. Aos 12 anos, eu estava construindo a minha sexualidade e tinha esse conflito em me tratarem no masculino, como 'o aluno'. Fui expulsa da escola pelo preconceito. Sempre fui a melhor aluna para nunca ser questionada, nunca tirei nota vermelha ou repeti o ano, mas não aguentei e fugi. Fiquei 11 anos longe da escola. Nasci do sexo masculino, dado pelo obstetra, mas eu não me reconheço como isso. A nossa maior luta é essa: se eu tenho direito a saúde e educação, o resto a agente consegue. Mas não temos, muitas caem na prostituição e ainda são julgadas pela sociedade. É tão fácil você passar na esquina e apontar o dedo para a travesti. Mas quantas pessoas trans trabalham na sua empresa? Quantas conseguiram estudar? Quantas tiveram uma oportunidade. Ser trans e fazer programas não é uma vida de glamour (SABINO, 2014).

O machismo se apresenta ainda mais cruel com homens que se veem como mulheres. O jovem transexual Kaito Felipe, em certa ocasião presenciou seu conhecido apresentar um comportamento mal humorado após ver algumas mulheres trans, e ao ser interpelado pelo rapaz que também é transexual, seu conhecido lhe respondeu: Você ser homem e nascer nesse corpo tudo bem, mas nascer como homem e ser mulher, é absurdo (SABINO, 2014).

Casos de violência contra as pessoas trans têm ganhado notoriedade, como o caso da travesti Dandara dos Santos, que em fevereiro de 2017 foi agredida no meio da rua com chutes, paus, pedras e posteriormente executada com dois tiros e (LAVOR, 2018). Encenando uma triste e dramática história de intolerância a transexuais, ganhando as manchetes dos principais meios de comunicação do país.

Embora catastrófico este não é o único caso a figurar as matérias de transfobia (aversão a pessoas transexuais, transgêneras e travestis) no Brasil. Nas mídias de comunicação (jornais) há também casos de assassinatos das transexuais: Ághata Gomes, Laysa Fortuna, Hérica Izidoro, Thalia Costa Barboza, Matheusa Passareli e demais milhares de vítimas da violência contra pessoas trans.

4 MODIFICAÇÃO DO NOME COMO MECANISMO DE INCLUSÃO SOCIAL À LUZ DA DECISÃO DO STF QUE JULGOU A ADI 4.275

A palavra inclusão, entre outros sinônimos, significa “introdução” e “inserção”. Para as pessoas transexuais estar inserido em sociedade, reflete ser tratado de forma igual, ter as mesmas garantias de acesso a direitos e deveres, que são para todos, e com isso gozar de uma melhor qualidade de vida.

Há estimativa de que 90% das travestis e transexuais se prostituam no país, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (KOMETANI, 2014). Muitos se vêm sem trabalho e sem alternativas no mercado de trabalho e se prostituem pela falta de oportunidades: “nunca quis ser puta, meu sonho era ser médica”, diz Rafaelly Wlest, mulher trans (SABINO, 2014).

A mudança trazida pela decisão do STF que julgou a ADI 4.275, que se fundamenta numa maior facilidade para a troca de nomes às pessoas trans, sem a burocratização do Judiciário que antes poderiam perdurar por meses ou anos. Tem como objetivo trazer uma condição mais digna à vida das pessoas trans, de forma que não lhes seja negado emprego ou outra oportunidade por sua aparência destoar do nome civil que lhe foi dado ao nascer, fato que pode servir, portanto como um mecanismo de inclusão social.

A Constituição Brasileira de 1988 inaugura o viés protetivo, priorizando a dignidade, primando pela igualdade, após anos de ditadura militar no Brasil, em que diversos direitos não eram respeitados, sobretudo os direitos humanos, diferenciando-se, portanto, das constituições federais que a antecederam.

Em seu artigo 5º, *caput*, a CRFB/88 preconiza igualdade perante a lei sem distinção de qualquer natureza, tendo direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade – embora em muitos momentos

direitos basilares como esses tenham sido negados, principalmente a grupos postos à margem da sociedade, a exemplo das pessoas transexuais, expostos a riscos de violência, não somente física como também emocional e psicológica.

O legislador quis equiparar as pessoas, ao menos no que tange às leis, de forma a todos sejam garantidos direitos, não devendo ser discriminadas por preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação (BRASIL;1988).

Uma pessoa transexual não pode ser considerada menos importante que uma pessoa que nunca passou por uma cirurgia de redesignação sexual ou uma pessoa cisgênera, uma vez que a intervenção cirúrgica ou a cisgeneridade não são requisitos para a humanização, assim a pessoa transgênera deve ser tratada com respeito.

Sendo assim, a decisão do STF ao garantir que a mudança de nome ocorra sem a comprovação da cirurgia de transgenitalização vai ao encontro de um Judiciário e uma sociedade que deseja alcançar o justo. Com a possibilidade de que a alteração ocorra com a autodeclaração diretamente em Cartório, este procedimento se aparta da burocratização estatal.

No que concerne à sociedade, apesar de haver uma certa concordância com o tema da igualdade entre todos, efetivá-la não é tão simples porque na realidade do cotidiano, encontram-se barreiras como “valores sociais” não fundamentadas na igualdade constitucional. Nesse sentido:

Estar à margem da lei não significa ser desprovido de direito nem pode impedir a busca do seu reconhecimento na Justiça. Ainda quando o direito se encontra envolto em uma auréola de preconceito, o juiz não deve ter medo de fazer justiça. A função judicial é assegurar direitos, e não bani-los pelo simples fato de determinadas posturas se afastarem do que se convencionou chamar de normal (DIAS; p.01).

A possibilidade de alteração do nome e sexo aos transexuais que assim o desejarem, através da Decisão do STF, marca sem dúvidas um importante avanço que vai ao encontro dos princípios e fundamentos constitucionais, em especial o maior deles – o da dignidade da pessoa humana – cláusula que permite a tutela integral da pessoa. Para além desse, há o princípio do livre desenvolvimento da personalidade, associado à liberdade individual de cada

pessoa, de se expressar e se apresentar ao mundo como se entende e se percebe, sendo assegurada ao cidadão a livre manifestação pessoal.

Assim, a dignidade humana, é um princípio universal, que a todos tutela, promovendo proteção contra toda forma de discriminação, perseguição e constrangimento às pessoas transexuais. Para uma especialista no assunto discutido:

Sob a perspectiva dos princípios da Bioética – de beneficência, autonomia e justiça –, a dignidade da pessoa humana deve ser resguardada, em um âmbito de tolerância, para que a mitigação do sofrimento humano possa ser o sustentáculo de decisões judiciais, no sentido de salvaguardar o bem supremo e foco principal do Direito: o ser humano em sua integridade física, psicológica, socioambiental e ético-espiritual. - A afirmação da identidade sexual, compreendida pela identidade humana, encerra a realização da dignidade, no que tange à possibilidade de expressar todos os atributos e características do gênero imanente a cada pessoa. Para o transexual, ter uma vida digna importa em ver reconhecida a sua identidade sexual, sob a ótica psicossocial, a refletir a verdade real por ele vivenciada e que se reflete na sociedade.

Assegurar ao transexual o exercício pleno de sua verdadeira identidade sexual consolida, sobretudo, o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, cuja tutela consiste em promover o desenvolvimento do ser humano sob todos os aspectos, garantindo que ele não seja desrespeitado tampouco violentado em sua integridade psicofísica. Poderá, dessa forma, o redesignado exercer, em amplitude, seus direitos civis, sem restrições de cunho discriminatório ou de intolerância, alçando sua autonomia privada em patamar de igualdade para com os demais integrantes da vida civil. A liberdade se refletirá na seara doméstica, profissional e social do recorrente, que terá, após longos anos de sofrimentos, constrangimentos, frustrações e dissabores, enfim, uma vida plena e digna (ANDRIGHI, Nancy. Relatório do Julgado Recurso Especial 1.008.398 - SP (2007/0273360-5)

Pode-se constatar que a Constituição Federal assegura o direito ao nome das pessoas trans, também, o Pacto Internacional, do qual o Brasil é signatário, Pacto São José da Costa Rica, que tem força constitucional, visto a Emenda Constitucional 45/2004. O artigo 18 do Pacto supracitado dispõe: “Toda pessoa tem direito a um prenome e aos nomes de seus pais ou ao de um destes. A lei deve regular a forma de assegurar a todos esse direito, mediante nomes fictícios, se for necessário” (CONVENÇÃO INTERAMERICANA DOS DIREITOS HUMANOS, 1969).

Toda a sociedade constata agora reconhecido, com base na Constituição Federal de 1988, na lei maior do ordenamento jurídico pátrio, o direito ao nome e ao sexo da pessoa trans nos quais a pessoa se reconhece, sem a necessidade de processo judicial ou cirurgia de redesignação sexual para contemplar e dispor seus direitos concretizados – mais um passo rumo à efetivação do direito à dignidade da pessoa humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transexualidade, não é um fenômeno recente. Existe desde o princípio da humanidade. Havendo relatos de sua existência em diferentes povos e tempos. Porém, nos últimos séculos, a sociedade tem visto a transexualidade como fato fora do padrão, fazendo com que esse grupo de seres humanos esteja à margem da sociedade.

O nome civil do transexual é direito personalíssimo e contribui para consagração de seus direitos de personalidade, uma vez que reafirma não somente o gênero (homem ou mulher), mas principalmente a condição de ser humano, oferecendo àqueles que desejarem, oportunidade de viverem suas vidas sem estarem à mercê dos olhos julgadores de uma sociedade ainda conservadora.

As pessoas trans que apesar de visibilidade que têm ganhado nos últimos tempos ainda são alvos de preconceito e violência, possuindo altos índices de depressão e prostituição pela exclusão social, tendo a expectativa de vida menor que a metade de uma pessoa que não se declara trans.

A decisão do STF marca a pacificação do entendimento jurisprudencial à luz da CRFB/88, no que tange à modificação do nome no registro civil dos transexuais, reconhecendo-lhe o direito ao nome social, o qual a pessoa escolheu de acordo com sua nova condição, mesmo sem cirurgia de redesignação sexual.

O nome social, de forma sigilosa, é reconhecido no livro em que constam os dados da pessoa, daí a necessidade de a pessoa realizar a alteração no cartório em que foi registrado. Portanto, o nome social tem o reconhecimento civil, podendo a pessoa modificar todos os outros documentos.

Os novos documentos não poderão constar a modificação, a fim de resguardar a nova identidade. A decisão vai além, quando possibilita a alteração de nome e sexo no próprio cartório de pessoas naturais por meio um procedimento administrativo, no qual a pessoa, maior de 18 anos deverá se declarar transexual e deverá apresentar os documentos relacionados no provimento 73 do CNJ.

Na decisão do STF foi unânime o entendimento de que as pessoas transexuais têm direito à alteração do nome e sexo, porém, alguns ministros divergiram quanto ao procedimento, defendendo a necessidade de procedimento judicial. Entretanto, o entendimento da maioria foi pelo procedimento administrativo no RCPN, consoante recomendação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em decisão proferida em 09 de janeiro do corrente ano.

A possibilidade de alteração do nome e sexo, administrativamente, é fato recente. Reflexões, críticas e debates sobre o tema devem surgir como acontece com toda discussão recentemente iniciada, porém, é necessário que se admita o considerável avanço na inclusão social desse grupo de pessoas, que poderão ver seus nomes formalizados em reconhecimento ao princípio basilar da dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

AVENDAÑO. Tom. C. O Brasil é o céu e o inferno para transexuais. El País. 30 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/30/politica/1514633797_328738.html> Acesso em 03 de novembro de 2018.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Direito de Família. CNJ padroniza alteração de nome de pessoas trans em cartório; burocracia imposta por conselho é criticada por especialistas. Assessoria de comunicação do IBDFAM. 2018. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/6681/CNJ+padroniza+altera%C3%A7%C3%A3o+de+nome+de+pessoas+trans+em+cart%C3%B3rio%3B+burocracia+imposta+por+conselho+%C3%A9+criticada+por+especialistas>> Acesso em: 10 de set. de 2018.

BRASIL. Lei de Registros Públicos. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015compilada.htm> Acessado em: 10 set. de 2018.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm: Acesso em 15 de set. de 2018.

BRASIL. Resolução do CFM nº 1.955/2010. Dispões sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 03 set. 2010. Seção 1, p. 109-10.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Reclamação 31.102 Paraná. In Conjur. Brasília. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/dl/pessoa-trans-escolher-via-judicial-ou.pdf> > Acesso em: 10 de set. de 2018.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão da Informação. Coordenadoria de Jurisprudência.** Resolução nº 23.562, de 22 de março de 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2018/RES235622018.html>> Acesso em 02 de novembro de 2018.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; AGUIAR, Ana Rosa Camillo; Souza, Aloísio Moulin de; AGUIAR, Ana Rosa Camillo; Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais. RAC, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, art. 5. pp. 78-95, Jan./Fev. 2014. Disponível em <<http://www.redalyc.org/html/840/84029528006/> > acesso em: 13 de set. de 2018.

CHAVES, Marianna; BARRETO, Fernanda Leão; PAMPLONA, Rodolfo Filho. A Tutela Jurídica da Transexualidade do Brasil. Revista Nacional e Direito de Família e Sucessões - Porto Alegre: Magister, 2017.p. 12

CRYSTAL, Paul. Na cama com os romanos: como o sexo mudou a história da Roma antiga. BBC News. 2018. Disponível em:<https://www.bbc.com/portuguese/geral-46275949>> Acesso em 21 de novembro de 2019

CUPIS, Adriano de. Os Direitos da Personalidade; Tradutor, Afonso Celso Furtado de Rezende – Campinas: Romana, 2004. p.185.

DIAS, Maria Berenice. Transexualidade e o direito de casar. Disponível em: [http://mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_788\)1__transexualidade_e_o_direito_de_casar.pdf](http://mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_788)1__transexualidade_e_o_direito_de_casar.pdf). Acesso em: 15 de set. de 2018.

DICIONÁRIO DE AURÉLIO. Significado de transexual. 29 de julho de 2018. Disponível em: < <https://dicionariodoaurelio.com/transexual> > Acesso em 14 de set. de 2018.

FÁBIO, André Cabette. Corte Interamericana permite a pessoas trans trocar de nome e registro. Como isso afeta o Brasil. Expresso Nexo. 19 de fev. de 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/01/16/Corte-Interamericana-permite-a-trans-trocar-registro-de-g%C3%AAnero.-Como-isso-afeta-o-Brasil>> Acesso em 15 de set. de 2018.

FACHIN, Edson. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275 Distrito Federal. Voto Vogal. Portal STF. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI4.275VotoEF.pdf> > Acesso em 11 de dezembro de 2018

FARIAS, Cristiano Chaves de; Roselva, Nelson. Curso de Direito: parte geral e LINDB- 14 ed. Ver., amp. E atual.- Salvador: Ed. Juspodivm, 2016. p. 288.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, Volume I: parte geral - de acordo com a Lei n. 12.874/2013 -12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 140.

IBGE. Ministério do Planejamento e Gestão. Estatísticas do Século XX. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxhtml.htm>> Acesso em 02 de novembro de 2018.

KOMETANI, Pâmela. Transexuais enfrentam barreiras para conseguir aceitação no mercado de trabalho. G1. 12 de novembro de 2017. Disponível em < <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/transexuais-enfrentam-barreiras-para-conseguir-aceitacao-no-mercado-de-trabalho.ghtml>> Acesso em 20 de novembro de 2018.

LAVOR, Thays. Um ano depois, acusados de linchar e matar travesti Dandara vão a julgamento. News Brasil. 04 de abril de 2018. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43648715>> Acesso em 03 de novembro de 2018.

LEITE, Fernanda Capibaribe. Fronteiras que Transbordam em cena: o transgênero como sujeito do dissenso em Olhe para Mim de Novo. COMUNICON. São Paulo, out/2014. Disponível em <http://www3.espm.br/download/Anais_Comunicon_2014/gts/gt_nove/GT09_Fernanda_capibaribe.pdf> Acesso em: 09 de setembro de 2018.

LOPES, André Córtes Vieira. TRANSEXUALIDADE: Reflexos da Redesignação Sexual. Congresso, IBDFAM. Disponível em: < http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/229.pdf > Acesso em: 14 de set. de 2018.

MARTINELLI, Andréa. Após 28 anos, OMS deixa de classificar transexualidade como doença mental. HUFFPOST. 19 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/18/apos-28-anos-transexualidade->

deixa-de-ser-classificada-como-doenca-pela-oms_a_23462157/ acesso em 13-09-20181> Acesso em 13 de set. de 2018.

NAKAMURA, Adriana. Número de travestis e transexuais que usarão nome social no Enem aumenta quase 50% em 2016. Quero Bolsa. 22 de julho de 2016. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/nome-social-no-enem>> Acesso em 02 de novembro de 2018.

OLIVEIRA, Nielmar. Expectativa de vida do brasileiro é de 75,8 anos diz o IBGE. Agência Brasil. 01 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2017-12/expectativa-de-vida-do-brasileiro-e-de-758-anos-diz-ibge>> Acesso em 02 de novembro de 2018.

Organização dos Estados Americanos, Convenção Americana de Direitos Humanos (“Pacto de San José de Costa Rica”), 1969. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm> Acesso em 15 de set. de 2018.

PRADO, João Carlos Navarro de Almeida. Transexualidade e alteração de registro civil. Fev/2018. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=DIJaZkN2ikI>> Acesso em 13 de set. de 2018.

REGÔ, Tânia. Agência do Brasil. In.LISBOA, Vinícius. Transexuais precisam recorrer à Justiça para mudar nome e gênero. EBC. 29 de agosto de 2018. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/2015/08/transexuais-precisam-recorrer-justica-para-mudar-nome-e-genero> > Acesso em: 13 de set. de 2018.

SABINO, Thaís. Transexuais contam história de vida: “nunca quis ser p...”. Terra. 23 de maio de 2014. Disponível em <<https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/mulher/comportamento/transexuais-contam-historias-de-vida-nunca-quis-ser-p,ae7cdef9a3a16410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>> Acesso de 03 de novembro de 2018.

STF. Decisão de Julgamento. Portal STF Jus. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2691371>> Acesso em 15 de dezembro de 2018

Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial 1.008.398 - SP (2007/0273360-5). Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Diário da Justiça, Brasília, DF, 18 de novembro de 2009.

Tribunal Superior Eleitoral. TSE abre prazo para eleitores transexuais e travestis registrarem nome social. 02 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Abril/tse-abre-prazo-para-eleitores-transexuais-e-travestis-registrarem-nome-social>> Acesso em 02 de novembro de 2018.

URZAI, Bergoña Gómez. A fascinante vida de Lili Elbe, a primeira transexual a entrar para a história. El País. 02 de jan. de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/02/estilo/1451748884_931165.html> Acesso em: 14 de set. de 2018.

VASCONCELLOS, Luciana Teixeira de. Travestis e Transexuais no Mercado de Trabalho. Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Agosto/2014. Disponível em: < http://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0409.pdf. Acesso em: 09 de set. de 2018.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Transexualismo, Consulex, nº 101,31.3.2001, p. 02 APUD VIEIRA, Tereza Rodrigues. Nome e Sexo: Mudanças no Registro Civil – 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2012. p.183.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. Nome e Sexo: Mudanças no Registro Civil – 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2012. p.7 e 217.

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO PLANEJAMENTO ESCOLAR

THE IMPORTANCE OF DEMOCRATIC MANAGEMENT IN SCHOOL PLANNING

LA IMPORTANCIA DE LA GESTIÓN DEMOCRÁTICA EN LA PLANIFICACIÓN ESCOLAR

Giani Fernandes Ferreira

Especialista em Gestão Escolar: administração, supervisão e orientação pela Universidade Candido Mendes - UCAM. Pós-graduanda em Metodologia de ensino da língua portuguesa e inglesa pela Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI.

RESUMO: A presente pesquisa tematiza o papel da gestão democrática nas atividades de planejamento escolar. O objetivo principal é analisar, mediante revisão de literatura, a importância desta perspectiva gerencial no contexto pedagógico durante as práticas de planejamento das ações a serem desempenhadas. De início, contextualiza-se o processo de gestão democrática enquanto condição para a qualidade educacional. Em seguida, apontam-se os tipos de planejamento com suas respectivas vantagens para as atividades pedagógicas. Por fim, investigam-se as contribuições e os desafios do viés democrático no contexto de planejamento das ações na escola. Como resultados, verificou-se que as principais contribuições residem na efetividade da participação coletiva, tanto da comunidade acadêmica, quanto das pessoas externas à escola, porém também envolvidas pelo processo educacional. Diagnosticou-se, ainda, os principais desafios a serem enfrentados pelo viés democrático na gestão do planejamento escolar, como a conciliação de opiniões e sugestões divergentes. Todavia, conclui-se que será justamente a ação gestora democraticamente engajada que saberá reconhecer o papel substancial de cada sujeito, espaço e segmento social envolvido no processo educativo.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Planejamento. Educação. Qualidade Educacional.

ABSTRACT: This research studies the role of democratic management in school planning activities. The main objective is to analyze, through literature review, the importance of this managerial perspective in the pedagogical context during the planning practices of the actions to be performed. At the outset, the process of democratic management is contextualized as a condition for the educational quality. Next, we point out the types of planning with their respective advantages for the pedagogical activities. Finally, we investigate the contributions and challenges of democratic bias in the context of planning

actions at school. As results, it was verified that the main contributions reside in the effectiveness of the collective participation, both of the academic community, as well as the people outside the school, but also involved by the educational process. The main challenges to be faced by the democratic bias in the management of school planning, such as the conciliation of divergent opinions and suggestions, were also diagnosed. However, it is concluded that it will be precisely the democratically engaged management action that will know how to recognize the substantial role of each subject, space and social segment involved in the educational process.

Key words: Democratic Management. Planning. Education. Educational Quality.

RESUMEN: La presente investigación tematiza el papel de la gestión democrática en las actividades de planificación escolar. El objetivo principal es analizar, mediante revisión de literatura, la importancia de esta perspectiva gerencial en el contexto pedagógico durante las prácticas de planificación de las acciones a ser desempeñadas. En principio, se contextualiza el proceso de gestión democrática como condición para la calidad educativa. A continuación, se apuntan los tipos de planificación con sus respectivas ventajas para las actividades pedagógicas. Por último, se investigan las contribuciones y los desafíos del sesgo democrático en el contexto de planificación de las acciones en la escuela. Como resultados, se verificó que las principales contribuciones residen en la efectividad de la participación colectiva, tanto de la comunidad académica, como de las personas externas a la escuela, pero también involucradas en el proceso educativo. Se diagnosticaron, además, los principales desafíos a ser enfrentados por el sesgo democrático en la gestión de la planificación escolar, como la conciliación de opiniones y sugerencias divergentes. Sin embargo, se concluye que será justamente la acción gestora democráticamente comprometida que sabrá reconocer el papel sustancial de cada sujeto, espacio y segmento social involucrado en el proceso educativo.

Palabras clave: Gestión Democrática. Planificación. Educación. Calidad Educativa.

Introdução

Este trabalho tem como tema o papel da gestão democrática nas atividades de planejamento escolar. Nesse contexto, busca respostas ao seguinte questionamento de pesquisa: de que modo a gestão democrática articulada às atividades de planejamento escolar podem promover a qualidade da educação?

Diante da necessidade de se pensar estratégias gestoras potencializadoras da qualidade educacional, evidencia-se a importância de trabalhos voltados para a temática aqui abordada e justifica-se a relevância desta pesquisa, uma vez que “a gestão democrática do trabalho pedagógico é essencial para que a escola cumpra sua função educativa” (KLIPPEL, 2012, p. 49).

Etimologicamente, a palavra gestão vem do latim *gerere*, que denominava o ato de administrar e deu origem ao termo *gestio*. Sendo assim, estabeleceu-se o conceito de gestão, que diz respeito a um processo que envolve várias ações e baseia-se em planejamentos prévios feitos por um grupo, já que o processo gerencial não deve se fundamentar em uma perspectiva individual.

No contexto educacional, administrar é algo primordial, uma vez que organização é o primeiro passo para instituir uma escola de excelência, porém só é possível organizar, de modo a garantir melhorias no espaço escolar, a partir de planejamentos prévios. Desse modo, compreender como ocorre o planejamento de determinadas ações desenvolvidas nas instituições de ensino, é fundamental para avaliar se a gestão assume uma perspectiva democrática.

O avanço e o retrocesso educacional estão intimamente ligados ao processo de organização da sociedade brasileira, uma vez que as relações de poder são responsáveis por orientar o ambiente pedagógico. Sendo assim, “o contexto escolar é definido por sua gestão, a partir da mudança da sociedade” (GROCHOSKA, 2013, p. 89). Isso demonstra que a gestão escolar é o caminho capaz de propor possibilidades para tornar o exercício da democracia e da participação social um contínuo processo de aprendizagem.

Desse modo, o presente estudo tem como objetivo principal analisar a importância da gestão democrática no contexto pedagógico durante as práticas de planejamento das ações a serem desempenhadas no contexto educacional. Para isso, de início, o trabalho contextualizará o processo de gestão democrática enquanto condição para a qualidade educacional. Já em um segundo momento, apontam-se os tipos de planejamento com suas respectivas vantagens para as atividades pedagógicas e, por fim, investigam-se as

contribuições e os desafios do viés democrático no contexto de planejamento das ações na escola.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, como aporte teórico, contaremos com as pesquisas de Grochoska (2013), Klippel (2012), Luck (2014), Luckesi (2001) e outros.

Desenvolvimento

O processo de gestão democrática pode ser interpretado historicamente mediante sua alusão em importantes documentos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Constituição Federal (CF) de 1988. Em um primeiro momento, a LDB de 1971 não apresenta o conceito de gestão democrática no capítulo que trata dos princípios e fins da educação. No entanto, na CF de 1988 esse termo é citado como um dos princípios para o ensino: “Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC no 19/98 e EC no 53/2006) [...] VI – *gestão democrática* do ensino público, na forma da lei;” (BRASIL, 1988, grifos nossos). Já a LDB de 1996 explicita e conceitua o conceito de gestão democrática, utilizando esse termo para tratar de diferentes temáticas pertinentes à educação:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 [...] VIII – *gestão democrática* do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

[...]

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da *gestão democrática* do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

[...]

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da *gestão democrática*, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional (BRASIL, 1988, *grifos nossos*).

Assim, evidencia-se a evolução do conceito de gestão democrática nos documentos oficiais, norteadores da educação brasileira. Nesse sentido, com base nesses princípios, convém apontar as condições para a efetividade da qualidade educacional.

Há alguns anos, frequentes discussões acerca da necessidade das instituições de ensino assumirem um novo papel frente ao contexto educacional brasileiro vêm surgindo e levantando questionamentos como: o que seria uma educação de qualidade? A partir das possíveis respostas para esse questionamento, nota-se que as escolas devem, além de oferecer um ensino de competências essenciais para a formação do aluno, fornecer subsídios para que o discente possa desenvolver uma participação ativa, por meio de consciência crítica, na sociedade em que está inserido (CAMARA, 2017), ou seja, ensinar com vistas ao desenvolvimento da sua democracia. Sobre isso, ressalta-se ainda o que diz Paro:

Se a verdadeira democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como “titulares de direito”, mas também como “criadores de novos direitos”, é preciso que a educação se preocupe com dotá-los das capacidades culturais exigidas para exercer essas atribuições, justificando-se, portanto, a necessidade de a escola pública cuidar, de modo planejado e não apenas difuso, de uma autêntica formação democrata (PARO, 2007, p. 25).

No âmbito escolar, o profissional da educação precisa estar apto a promover uma organização do trabalho pedagógico, mas isso nem sempre é fácil, pelo contrário, costuma ser uma tarefa complexa e desafiadora (CAMARA, 2017). Destaca-se, assim, a importância de uma boa gestão e da presença de uma liderança, a fim de que esse profissional seja instruído de maneira coerente. Mas, partindo dessa ideia, levanta-se um questionamento: liderança e gestão não seriam as mesmas coisas, apenas com terminologias distintas? Segundo Luck (2014, p. 97), esses conceitos se complementam, pois o exercício de gestão presume uma liderança, uma vez que não se pode “fazer gestão sem exercer liderança”. No entanto, a gestão escolar pressupõe o trabalho com outras dimensões, como, por exemplo, a gestão administrativa, enquanto a liderança corresponde a um processo de gestão de pessoas.

Assim, nota-se que os processos de gestão e liderança são aliados na promoção da qualidade educacional, mas, é preciso que um bom gestor possa organizar os processos de planejamento e organização de modo que os demais membros da comunidade escolar também se sintam responsáveis por uma gestão democrática, pois

para que de fato a gestão democrático-participativa se concretize nos espaços escolares, não basta apenas indicada pela legislação pertinente. É preciso que os agentes escolares percebam-se atuantes e responsáveis pelo processo (GROCHOSKA, 2013, p. 97).

Isso demonstra que todos podem ajudar a construir um processo educativo de qualidade, mas a autonomia da escola e sua gestão democrática devem ser os eixos norteadores, ressaltando assim a importância de um gestor que motive a comunidade escolar, para que essa seja sua aliada nos processos de melhoria da educação.

Dessa forma, evidencia-se que o importante para conseguir êxito nos processos de melhoria educacional é a participação da comunidade escolar democraticamente e um bom planejamento das ações. A conquista de bons resultados proverá, assim, de objetivos bem definidos e de uma teoria que sustente as atitudes gestoras, as quais precisam estar previamente planejadas pelo gestor antes de sua execução. Nesse sentido, é preciso realizar algumas reflexões acerca do processo de planejamento escolar e sua relação com a gestão democrática.

Um gestor precisa saber onde quer chegar. Para tanto, suas ações precisam estar bem delineadas quanto aos fins, mas, especialmente, quanto aos meios para alcançá-los. Do contrário, se intermediar suas práticas de modo aleatório, tende a recair, conforme Luckesi (2011), em um ativismo fantasioso, com ações inócuas. Diante desse contexto, aprender a se planejar pode ser uma válida estratégia para a efetividade da gestão. Convém, assim, apontar os tipos de planejamento e suas respectivas vantagens de uso.

Planejar transcende o planejamento, pois envolve gestores, professores, alunos, famílias, além dos planos de ensino em si, variáveis a serem consideradas ao se pensar a sistematização e organização das atividades, com vistas a não comprometer as ações com improvisos. Em definição:

Lembramos que realizar planos e planejamentos educacionais e escolares significa exercer uma atividade engajada, intencional, científica, de caráter político e ideológico e isento de neutralidade. Planejar, em sentido amplo, é um processo que visa dar respostas a um problema, através do estabelecimento de fins e meios que apontem para a sua superação, para atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro, mas sem

desconsiderar as condições do presente e as experiências do passado, levando-se em conta os contextos e os pressupostos filosófico, cultural, econômico e político de quem planeja e de com quem se planeja (PADILHA apud THOMAZI e ANSINELLI, 2009, p. 182).

Luckesi (2011) complementa a concepção de planejamento definindo-o como um conjunto coordenado de ações em um processo preparatório de decisões com objetivos e resultados previamente estipulados. Quando se fala em objetividade nesse processo de decisão, importa destacar sua necessidade de estar vinculada ao contexto acadêmico onde a escola se insere. Isso caracteriza, desse modo, a flexibilidade do planejamento, em dependência das situações específicas de cada escola. Logo, o planejamento “é o documento mais global; expressa orientações gerais que sintetizam, de um lado, as ligações do projeto pedagógico da escola com os planos de ensino propriamente ditos” (LIBÂNEO, 2001, p. 225).

Assim, três tipos de planejamento coexistem em ambiente escolar: Planejamento Educacional, o Planejamento Curricular e o Planejamento de Ensino (LUCKESI, 2011).

Entende-se por Planejamento Educacional como um processo mais amplo, racional e científico para correlacionar os problemas educacionais e as especificidades dos diversos níveis apresentados pela dinâmica educacional (LUCKESI, 2011). Nessa perspectiva, ao elaborar a proposta pedagógica, Kramer (1997) elege alguns critérios que devem ser anteriormente considerados: os autores da proposta; os leitores da proposta e o texto. A situação dos participantes e suas necessidades, bem como a linguagem empregada no texto de proposição precisam estar claras e objetivas para não comprometer a interpretação da intenção e dos sentidos planejados pela concepção pedagógica na qual a escola se pauta.

Já o Planejamento Curricular compreende uma análise multidisciplinar sobre a organização metodológica da abordagem dos conteúdos, de modo a favorecer significativamente o processo de ensino-aprendizagem. Luckesi (2011, p. 131) classifica-o como “previsão de todas as atividades que o educando realiza sob a orientação da escola para atingir os fins da educação”.

Dentre as atribuições do Planejamento de Ensino, aponta-se prever, inteligentemente, cada momento do trabalho escolar, articulando cada etapa ao compromisso de um ensino eficaz. Focaliza-se nas relações entre professor e aluno, com vistas a anteceder problemáticas, na medida em que se traça, de antemão, possíveis soluções. Como resultado, esse planejamento tende a promover consequências positivas, como a produtividade do processo (LUCKESI, 2011).

Importa destacar que o Planejamento de Ensino precisa, em tempos atuais, superar o mecanicismo de estabelecimento dos conhecimentos estáticos e programados (sem possibilidade de flexibilização). Em uma perspectiva crítica de educação, leva-se em conta a realidade discente com a mediação docente.

Isso significa dizer que as atividades educativas seriam planejadas tendo como ponto de referência as problemáticas sociocultural, econômica e política do contexto onde a escola está inserida. O Planejamento de Ensino nessa perspectiva estaria voltado eminentemente para a transformação da prática pedagógicas [sic] do professor no que se refere à organização do ensino (VEIGA, 2004, p. 58).

Ao realizar explanações sobre o que seria uma proposta ideal de ensino, Veiga (2004) salienta a importância do trabalho coletivo, participativo e integrado com os diferentes sujeitos e setores de atividade envolvidos. Recomenda, assim, a inserção do Planejamento Participativo, intermediando as ações planejadas para o contexto escolar. Dentre suas atribuições, requer uma relação harmoniosa entre os agentes envolvidos que, democraticamente, discutem os rumos das atividades a serem criadas em conjunto. Há assim, segundo a autora, integração efetiva entre o contexto escolar e o contexto sócio-histórico-cultural da comunidade escolar. Logicamente, essa inter-relação tende a promover impacto positivo no diálogo entre teoria e prática.

O planejamento eficaz caminha, portanto, envolvido por ações gestoras motivadas pela democracia, uma vez que se precisa dar voz para entender as necessidades do grupo como um todo.

Ao tratar das questões em torno do planejamento, Luckesi (2001) destaca que planejar é uma ação intencional e não neutra, por estar

ideologicamente comprometida, que revela, a depender da organização de suas proposições, como a escola vê o processo educativo.

O planejamento [...] será um ato ao mesmo tempo político-social, científico e técnico: político-social, na medida em que está comprometido com as finalidades sociais e políticas; científico, na medida em que não se pode planejar sem um conhecimento da realidade; técnico, na medida em que o planejamento exige uma definição de meios eficientes para se obter resultados (LUCKESI, 2011, p. 127).

A gestão democrática inserida nas atividades de planejamento escolar contribui para que se alcance o sentido de planejamento idealizado por Luckesi (2001), pois vislumbra uma finalidade político-social ao convocar os cidadãos de toda comunidade escolar para serem ouvidos, sem excluir ou segregar vozes; compromete-se a destinar um olhar científico à realidade escolar, ao considerar as especificidades de cada contexto de aprendizagem; e define, tecnicamente, as ações a serem desempenhadas para a obtenção dos melhores resultados. O planejamento participativo é, portanto, uma alternativa para a efetividade da democracia na organização das escolas.

Dentre os principais impasses para a ação do gestor na aplicação do Planejamento Participativo com vistas à gestão democrática, pode-se citar a dificuldade em superar a visão limitadora de quem são e onde se situam os agentes envolvidos no processo, uma vez que se tende a realizar consultas internas à escola, esquecendo-se de que o diálogo com a comunidade em torno da escola, os pais/responsáveis, os egressos e os possíveis ingressantes também deve ser estimulado.

Outra problemática eminente, apontada por Libâneo (2001), é a dúvida sobre o espaço específico e a autonomia do professor. O envolvimento dos outros agentes, tal como os pais, é importante, mas é o fazer pedagógico, em sala de aula, que oferece respaldo concreto para se rever práticas e repensar planejamentos. Logo, a percepção do professor deve ser considerada. A dificuldade reside, assim, em conduzir as discussões para o bem comum, não reduzindo o momento de planejamento participativo em um processo fiscalizador do trabalho docente, por parte dos pais/responsáveis. É necessário que seja encarado como uma situação de acordo mútuo e ajuda recíproca.

A compreensão do planejamento do ensino compreendida de maneira mecânica, ou seja, desvinculada da realidade histórico-social, é um dos desafios mais evidentes que um gestor enfrenta no contexto escolar. Muitos professores compreendem planejamento como uma prática exclusiva de organização e, desse modo, não percebem a necessidade de construir uma abordagem educativa voltada para o contexto de vivência dos alunos. Segundo Veiga (2004), ao estabelecer essa relação entre conteúdo e contexto histórico-social, valoriza-se o conhecimento que o aluno já construiu ao longo de sua vivência e isso propicia um maior envolvimento do mesmo no processo de ensino e aprendizagem.

Outro desafio que os gestores precisam driblar, no contexto educacional, para que a gestão seja efetivamente democrática, é a mobilização dos docentes para que haja participação de todos na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP). Apesar de ser importante que uma equipe gestora assuma a liderança da elaboração deste documento norteador para a prática educativa escolar, é preciso que cada membro da comunidade assuma o comprometimento de tornar esse processo mais participativo, possibilitando, assim, que todos exerçam a gestão democrática.

Desse modo, evidencia-se “que o planejamento é para todos, e, conseqüentemente, cada um deve assumir a parte que lhe cabe, com base em uma visão sistêmica em prol dos propósitos da escola” (CORDEIRO & MAIA, 2017, p. 86) e, para a gestão escolar, a tarefa de planejar se mostra fundamental, pois é através de um trabalho participativo que se torna possível oferecer os subsídios necessários ao aluno para que este possa avançar em busca de conhecimento.

Conclusão

Gerir democraticamente é uma ação que vem aos poucos sendo construída e efetivada ao longo do percurso histórico da educação brasileira, visto que sua menção mais explícita data de 1996, no texto legal da LDB, como se pôde observar nas contextualizações realizadas na primeira seção deste artigo.

Mais recentes ainda são os estudos em torno da perspectiva democrática associada às práticas de planejamento pedagógico. A respeito deste, a segunda seção apontou a tipologia de planejamentos descrita por Luckesi (2001) e destacou a tendência do Planejamento Participativo (VEIGA, 2004) como norte para todo processo em torno das atividades de planejamento escolar.

Diante dessa necessidade de integração entre os participantes, a democracia precisa ser um princípio a ser seguido pelo gestor, pois, como visto na terceira seção, tende a contribuir para o atendimento às necessidades coletivas e a construção, em conjunto, dos caminhos possíveis para uma educação de qualidade. Em contrapartida, realmente há os desafios para a efetivação dessa perspectiva, a saber a conciliação entre as opiniões ouvidas e a dúvida sobre a autonomia docente diante dos resultados do planejamento posto em prática. Entretanto, reside nesse ponto a importância da figura gestora em agir democraticamente, em reconhecimento do papel indispensável de todos os sujeitos, espaços e segmentos sociais envolvidos no processo educativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 26 jun. 2018.

_____. *Lei 5. 692*, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino do 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 13 jun. 2018.

_____. *Lei 9. 394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm>. Acesso em 13 jun. 2018.

CAMARA, Susana Aparecida Santos. *Gestão pedagógica*. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2017.

GROCHOSKA, Marcia Andreia. *Organização Escolar: perspectivas e enfoques*. 2. ed. Curitiba: InterSaber, 2013.

KLIPPEL, Sandra Regina. *A prática da gestão democrática no ambiente escolar*. Curitiba: Intersaberes, 2012.

KRAMER, Sônia. Propostas pedagógicas ou curriculares: Subsídios para uma leitura crítica. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.18, n. 60, dez., p. 15-35, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão escolar: teoria e prática*. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LUCK, Heloísa. *Liderança em gestão escolar*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Planejamento e avaliação na Escola: articulação e necessária determinação ideológica. In: _____. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino*. São Paulo: Ática, 2007.

THOMAZI, Áurea Regina Guimarães; ASINELLI, Thania Mara Teixeira. Prática docente: considerações sobre o planejamento das atividades pedagógicas. *Educar*, Curitiba, n. 35, p. 181-195, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n35/n35a14.pdf>>. Acesso em 26 jun. 2018.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Repensando a didática*. Campinas: Papyrus, 2004..

LINHA DE PESQUISA II:
Relações étnico-raciais, memória e identidade cultural.

ANÁLISE COMPARATIVA REFERENTE A OBRA CINEMATOGRAFICA, O NOME DA ROSA E A OBRA BIBLIOGRÁFICA, AS TRÊS ORDENS OU O IMAGINÁRIO DO FEUDALISMO

**COMPARATIVE ANALYSIS CONCERNING THE CINEMATOGRAPHIC
WORK, THE NAME OF THE ROSE AND THE BIBLIOGRAPHICAL WORK,
THE THREE ORDERS OR THE IMAGINARY OF FEUDALISM**

**ANÁLISIS COMPARATIVO REFERENTE LA OBRA CINEMATOGRAFICA,
EL NOMBRE DE LA ROSA Y LA OBRA BIBLIOGRÁFICA, LOS TRES
ORDENES O EL IMAGINARIO DEL FEUDALISMO**

Marlon Douglas Martineli Coelho

Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ). Graduando em História (UniFSJ).

Anízio Antônio Pirozi

Mestre em Sociologia Política, Historiador e Professor de História Medieval no Centro Universitário São José de Itaperuna – UNIFSJ.

E-mail: apirozi@fsj.edu.br

Resumo: A obra historiográfica “*As Três Ordens, ou o Imaginário do Feudalismo*” de George Duby (1978), tem em sua concepção principal, o desenvolvimento das ideias de distinção da estrutura medieval, abordando as ordens determinantes para o prosseguimento e como estas ordens foram importantes para o sucesso dessa elaboração no espaço de tempo da Idade Média. Já o retrato histórico apresentado pela obra cinematográfica “*O Nome da Rosa*” de Jean-Jacques Annaud (1986), tem por base de inspiração, “*O Nome da Rosa*” de Umberto Eco (1980), uma obra bibliográfica do gênero de romance, na qual retrata diversos mistérios encadeados na trama, dentro de um mosteiro beneditino. O prosperar desta análise comparativa, além da conexão realizada entre a obra bibliográfica e a obra cinematográfica e sua devida inspiração, também se constitui com os auxílios teóricos das obras de autores como, FRANCO (1983), MACDONALD (1995), ROPS (2010), BARROS (2010), dentre outros, tendo por generalidade a discussão sobre o período medieval.

Palavras-Chave: Medieval. Religiosidade. Mentalidades. Influências. Ordens.

Abstract: The historiographical work “*The Three Orders, or the Imaginary of Feudalism*” by George Duby (1978), has in its main conception, the development of the ideas of distinction of the medieval structure, addressing the determining orders for the continuation and how these orders were important for the success of this elaboration in the time space of the Middle Ages. Already the historical portrait presented by the cinematographic work “*The Name of the Rose*” of Jean-Jacques Annaud (1986), is inspired by, “*The Name of the Rose*” of Umberto Eco (1980), a bibliographical work of the genre of novel, in which it

portrays diverse mysteries threaded in the plot, inside a Benedictine monastery. The prosperity of this comparative analysis, as well as the connection between the bibliographical work and the cinematographic work and its due inspiration, is also constituted with the theoretical help of the works of authors such as FRANCO (1983), MACDONALD (1995), ROPS (2010), BARROS (2010), among others, generally having the discussion about the medieval period.

Key-words: Medieval. Religiosity. Mentalities. Influences. Orders.

Resumen: La obra historiográfica "*Las Tres Órdenes, o el Imaginario del Feudalismo*" de George Duby (1978), tiene en su concepción principal, el desarrollo de las ideas de distinción de la estructura medieval, abordando las órdenes determinantes para la prosecución y cómo estas órdenes fueron importantes para el éxito de esa elaboración en el espacio de tiempo de la Edad Media. El retrato histórico presentado por la obra cinematográfica "*El nombre de la rosa*" de Jean-Jacques Annaud (1986), tiene como base de inspiración, "*El nombre de la rosa*" de Umberto Eco (1980), una obra bibliográfica del género de romance, en la que retrata diversos misterios encadenados en la trama, dentro de un monasterio benedictino. El éxito de este análisis comparativo, además de la conexión realizada entre la obra bibliográfica y la obra cinematográfica y su debida inspiración, también se constituye con las ayudas teóricas de las obras de autores como, FRANCO (1983), MACDONALD (1995), ROPS (2010), BARROS (2010), entre otros, teniendo por general la discusión sobre el período medieval.

Palabras- clave: Medieval. Religiosidad. Mentalidades. Influencias. Pedidos.

INTRODUÇÃO

A estrutura criada em torno de tal labuta tem pôr objetivo a realização de uma longa explicação e criação de diversos debates sobre as análises comparativas referentes a obra cinematográfica "*O Nome da Rosa*" (1986) de Jean-Jacques Annaud e sua inspiração o romance literário "*O Nome da Rosa*" (1980) de Umberto Eco (1932 – 2016) e a obra bibliográfica historiográfica "*As Três Ordens, ou o Imaginário do Feudalismo*" (1978) de Georges Duby (1919 – 1996), sendo que este conjunto de obras a qual se desenvolve está análise comparativa e demais debates, tem por fator comum a discussão sobre o contexto da Idade Média, um período de baixa mobilidade social, retratado por um alto pagamento de tributos, por uma alta influência direta da religião cristã nas mentalidades e com um baixo desenvolvimento teórico, sendo tratado nesta visão em obras de diversos autores, tendo o exemplo neste caso do autor Georges Duby (1919 – 1996), onde dentro da referente obra "*As Três*

Ordens, ou o Imaginário do Feudalismo” (1978), debate questões ligadas aos indivíduos no contexto da Idade Média e logo suas mentalidades e o que as influenciavam neste determinado período.

O florescer da ideia de qual seria o motivo e por quais razões na qual a mentalidade do indivíduo medieval se estabelecia para manter sua sanidade mental, suas crenças e seus objetivos, acaba se tornando então algo fielmente analisado e também se tornando o gatilho para o desenvolvimento das questões ligadas a como a mentalidade do homem medieval se era formulada e influenciada por parte de instituições e qual se era a mentalidade de cada indivíduo perante sua determinada ordem na estrutura medieval, além de como se era apresentada a questão referente a leitura de textos na qual abordavam conhecimentos de cunho científico e filosófico. Assim se utilizando destas indagações a análise minuciosa da obra cinematográfica e sua inspiração bibliográfica, se expande e se formula, criando as devidas ligações comparativas com ideais presentes na obra historiográfica, tendo por exemplo, o retrato das mentalidades e as influências a qual se eram estabelecidas sobre o indivíduo de cada ponto da dita estrutura medieval e como se era o tratamento das mentalidades e seus indivíduos influenciados pelo campo racional e científico nesta temporada.

I. A LONGA-METRAGEM E SUA INSPIRAÇÃO

A película “*O Nome da Rosa*” (1986) de Jean-Jacques Annaud, se contextualiza durante o período da Idade Média e tem por base para formação de seu enredo, o romance literário “*O Nome da Rosa*” (1980) de Umberto Eco (1932 – 2016), sendo assim um filme que se destaca por retratar fielmente sua inspiração, mesmo que por um formato compacto. O enredo se formula em torno de William de Baskerville (Sean Conery), um monge da ordem franciscana, ordem está ligada ao objetivo de viver e propagar a fé cristã e se afastando do conceito de ser uma ordem clerical, o mesmo também tem por característica, ser um antigo membro do entorno inquisitório, que em sua essência, os membros da inquisição, tem por objetivo a investigação e julgamento de atos ligados a heresia. Ao desenvolver da trama, juntamente a

seu discípulo Adso von Melk (Christian Slater) ao irem a um mosteiro, para a realização de uma Assembléia ligada aos gerenciamentos da ordem eclesiástica¹⁵, sendo para certa contextualização, os mosteiros, locais utilizados para o estabelecimento ou formação habitacional de membros das ordens religiosas (FERNANDES, 2015).

A chegada e estabelecimento de tais personagens principais desta trama no mosteiro faz com que, os reais objetivos iniciais acabassem sendo modificados e logo são despertados novos interesses ligados a diversos mistérios ocorrentes em torno deste mesmo local, se tornando a explicação destes eventos, o principal motivo para estes indivíduos, se transformando a trama em torno de um teor investigativo. As críticas presentes ao progredir do enredo do filme, apresenta-se pontos específicos fieis ao romance, sua principal inspiração, além de retratar grandes críticas presentes em tal obra, tendo por exemplo, o retrato do pecado em torno de membros da instituição religiosa, sendo os pecados relacionados como por exemplo o da cobiça sexual e da ganância.

O enredo sobre ambas obras, tanto cinematográfica, quanto no romance literário, em determinado ponto, acaba se modificando drasticamente, quando se conecta os mistérios ocorrentes no mosteiro em questão, a uma biblioteca secreta e protegida por indivíduos deste local, indivíduos esses que para proteger tal local cometem atrocidades perante sua crença para manter a segurança do material contido em seu interior, pois tal material seria contrário aquilo que a Igreja Católica Apostólica Romana¹⁶ disseminava, sendo as obras inseridas nesta linha de materiais, obras referentes a uma suposta escritura de Aristóteles, um filósofo grego, aluno de outro filósofo de renome chamado Platão, onde em seus escritos, Aristóteles abordava uma gama gigantesca de assuntos, como a metafísica, leis da poesia, música, lógica, dentre outros temas (MOURA, 2004).

Tem por questões de enredo, a obra cinematográfica e sua inspiração literária, fazerem a colocação das obras de Aristóteles, onde as tais retratariam

¹⁵ A área eclesial é ligada à igreja, no caso composta por membros do clero (COMSHALOM, 2010).

¹⁶ A Igreja Católica Apostólica Romana, é uma igreja relacionada a fé cristã, com aproximadamente mais de dois mil anos e possui como autoridade suprema visível o Papa (AQUINO, 2010).

questões ligadas ao riso, ato esse mostrado e relacionado como algo pecaminoso e rigorosamente proibido durante o período medieval, com exemplos perceptivos destas ações na longa-metragem. O autor do romance literário ao criar este ponto na qual retrata a biblioteca secreta e sua proteção em um formato máximo, se projeta sua crítica referente a questão onde a proteção deste material, vai além do pensamento racional, mostrando a completa influência da religiosidade sobre os indivíduos e suas mentalidades, que utilizam da intolerância e irracionalidade como seus principais modos de proteção deste local, sendo capazes de diversas atitudes sendo mais afluída e perceptível está crítica na obra cinematográfica, onde o diretor, consegue trabalhar está crítica, dentre outras diversas relacionadas a este assunto, sendo cada crítica trabalhada de forma perceptível e simplificada, mesmo que de maneira curta em alguns pontos específicos.

II. A CINEMATOGRAFIA, A DIVISÃO ESTRUTURAL E AS CARACTERÍSTICAS EM COMUM

A obra cinematográfica é uma romaria ao imaginário tanto no campo social, quanto no campo religioso da Idade Média, abrindo uma grande reflexão sobre desenvolver do pensamento histórico e filosófico, retratados com ênfase na obra “*O Nome da Rosa*” (1980) de Umberto Eco (1932 – 2016). São essas características contidas no filme e no romance literário que mostram o quanto a obra bibliográfica historiográfica “*As Três Ordens, ou o Imaginário do Feudalismo*” (1978) de Georges Duby (1919 – 1996), tem relações comparativas com estas obras apresentadas, por se tratar neste livro questões do campo social, ideológico, racional, religioso e principalmente a mentalidade dos indivíduos e suas especificidades perante a estrutura da sociedade feudal.

Para certa contextualização o autor da obra bibliográfica historiográfica “*As Três Ordens, ou o Imaginário do Feudalismo*” (1978), divide de maneira criteriosa a sociedade e estrutura medieval em três ordens, sendo essa a ordem dos cavaleiros, a ordem dos clérigos e a ordem dos vilões, apresentando de maneira igualitária para o leitor, sendo as características principais e adversas inseridas pelo mesmo, nas diversas divisões. Já se pode

imaginar que esta divisão tinha por suas características sendo a defesa, a religiosidade e mão de obra, pois se era dividida entre os cavaleiros que cuidavam do gerenciamento local e questões de justiça, além da defesa territorial, enquanto a ordem ligada ao meio religioso, o clero, tratava das mentalidades, por conta de serem os principais detentores do poder de influência das mentalidades da época medieval europeia, por fim desta estrutura, se localiza a base, os vilões ou camponeses eram aqueles que mantinham o desenvolvimento produtivo do local, pois trabalhavam constantemente e rigorosamente para a realização do pagamento de seus impostos ao clero e a nobreza, no caso em relação a pirâmide medieval, seus superiores, mesmo que ambos necessitassem um do outro para o mantimento desta estrutura.

A ênfase na questão da mentalidade religiosa, se apresenta em ambas obras em questão e o fator comum inserido nestas mentalidades é de todas essas camadas da estrutura medieval, possuíam o medo relacionado ao fim dos tempos, tendo a concepção geral que cada um estava no local que se tinha direito por decisão do divino e assim não sendo um período de mobilidade social e sim de uma estrutura social estática e injusta. É seguindo este elemento, o medo do fim, o medo da morte e a mobilidade estática, que se mostrava o principal fator determinante e essencial para manutenção da mentalidade medieval e logo da estrutura medieval. As ações ligadas ao medo, se tornam algo cotidiano, algo na qual se faz parte da estrutura mental e física do indivíduo medieval, o mesmo desde o seu nascimento até o dia de sua morte, se mantém influenciado e moldado aos dogmas apresentados pela crença cristã. O medo não se possuía em um determinado local ou indivíduo, mas sim estava em quase todos os locais, tendo certamente a exclusividade de se localizar fora de locais sagrados.

III. AS MENTALIDADES E OS ESTUDOS CIENTÍFICOS E FILOSÓFICOS

Nas obras contextualizadas, devidamente apresentadas, podemos reformular e debater as questões na qual se aprisionava o campo das mentalidades para tal recusa de novos objetivos e conhecimentos, sendo

retirado da obra de Georges Duby (1919 – 1996), obra essa que insere sua ideia de divisão da Idade Média através de uma estrutura em formato de pirâmide, composta por nobreza, clero e servos, na qual se é tratada nesta pesquisa, outro ponto a qual se cria uma explicativa para tais atos e tais acontecimentos deste período da história do mundo pode ser representado no seguinte trecho de uma de suas principais obras:

“A dificuldade é outra. Como confrontar o imaginário com o concreto? Como dissociar o estudo “objetivo” do comportamento dos homens dos sistemas simbólicos que lhes ditaram a conduta e a justificaram a seus olhos?” (DUBY, 1978, p. 17)

Pode-se perceber que, tendo em mente o contexto apresentado anteriormente, o trecho retrata a situação a qual o homem medieval era submetido, onde suas crenças, juntamente ao simbolismo a qual se segue junto, determinava o contexto que aquele indivíduo seria coadjuvante durante sua existência nas circunstâncias da vida humana, sendo influenciado diretamente por conta de suas crenças e dogmas¹⁷ que seguiam.

Se adentrando de forma perpassa, como um formato de exemplificação e contextualização e relacionando a seguinte indagação ao livro “*As Três Ordens, ou o Imaginário do Feudalismo*” de Georges Duby (1919 – 1996), dos efeitos a qual está mentalidade se é moldada ao formato religioso, certamente de forma extrema, logo perante aos indivíduos participantes deste período da história, temos o fato de que a ciência, em caso particular, se desenvolveu minimamente no mundo medieval, pois sobre esmagadora influência das crenças presentes no cristianismo que se exerceu sobre ela, fazia com que os limites se diminuíssem perante os demais estudos e pesquisas, por conta disso, em comparação ao próximo período, a qual se estabeleceria a história da humanidade, no contexto do renascimento, a ciência havia caminhado em passos curtos e extremamente lentos.

Na obra cinematográfica e no romance literário, seguindo o apresentado nestas obras e as comparando, os textos de maior importância, tiveram por conta da necessidade de manutenção da crença perante a fé católica, podendo

¹⁷ O **dogma** tem por significado explicar aquilo que não se pode ser mudado, o termo é ligado a uma crença ou convicção, um pensamento firme ou doutrina (AQUINO, 2018).

ser um dos motivos para o avanço lento da ciência, a retirada de páginas e adultério das mesmas, por conta de oferecerem riscos as mentalidades da situação e por grande maioria se estabelecerem sobre o caráter científico e filosófico que vem a contraponto aquilo que influenciavam, colocando no local destes trechos, orações e conteúdos em geral, ligados a fé cristã. A situação já do acesso ao material em questão, os livros, pergaminhos, documentos em geral, dependendo da situação ou do que se era contido em tal objeto, fazia com que sua leitura e acesso fosse quase que impossível, sendo utilizado esconderijos e até material nocivo para o organismo humano, retratado todos os pontos anteriores nas ambas obras citadas.

Sendo inserido, neste momento, com base na qual as mentalidades se apresentam no contexto da obra literária “*O Nome da Rosa*” (1980) e a obra cinematográfica “*O Nome da Rosa*” (1986), juntamente a divisão das ordens apresentadas na obra “*As Três Ordens, ou o Imaginário do Feudalismo*” (1978), demonstra que o clero, de forma impudica, impossibilitava a leitura de uma infinidade de livros e outros materiais por serem perigosos a influência a qual propagavam.

A leitura de documentos se era necessário um indivíduo específico, logo alfabetizado e especializado para manusear e interpretar o mesmo, sendo bastante restrito, tanto por conta do cotidiano e suas realidades que se passava o indivíduo medieval, tendo um extremo esforço diário para o pagamento de seus impostos e para sua sobrevivência, impossibilitando assim a realização de diversas atividades, retratada e trabalhada estas realidades do indivíduo medieval na obra “*O Cotidiano Europeu na Idade Média*”¹⁸ (1997) de Fiona Macdonald e também tendo por outro ponto de impossibilidade para manuseio destas leituras a posição em questão a estrutura feudal se moldava, tendo a mesma, uma ênfase explicativa na obra “*As Três Ordens, ou o Imaginário do Feudalismo*” (1978) de Georges Duby (1919 – 1996), onde certamente já se era difícil um indivíduo da nobreza ser alfabetizado, assim se tornando quase impossível um membro da estrutura, participante da base, ter

¹⁸ A obra *O Cotidiano Europeu na Idade Média* (1997) de Fiona Macdonald tem por objetivo principal desfazer o retrato a qual a Idade Média é observada pelo âmbito popular, como algo calmo e desenvolvido de forma lenta, apresentado diversas modificações tanto no conceito privado, quanto popular deste período histórico.

acesso a tais textos e a alfabetização, tornando assim o detentor das obras escritas, os membros alfabetizados do meio eclesiástico.

As bibliotecas e os locais na qual se eram armazenados conteúdos de cunho teórico, como já dito, livros e documentos em geral, se eram de difícil acesso, assim impossibilitando de que leitores leigos, manipulassem tais materiais e tendo também está restrição por conta da ideia de que estes materiais viriam ao contrário a qual a Igreja Católica Apostólica Romana, apresentava a seus influenciados, fazendo com que assim, por conta do difícil acesso a leitura de novos pensamentos, de cunho teórico, fosse realizada uma constante manutenção do poder de influência da fé cristã, perante as mentalidades da sociedade medieval, retornando assim ao que se é apresentado durante o decorrer do livro “*O Cotidiano Europeu na Idade Média*” (1997) de Fiona Macdonald e mostrando um dos fatores de mantimento da principal instituição religiosa e detentora da influência dos pensamentos durante os longos anos de período, pontos esses tratados com êxito, tanto no formato crítico, como representativo na obra literária “*O Nome da Rosa*” (1980) de Umberto Eco (1932 – 2016) e a obra cinematográfica “*O Nome da Rosa*” (1986) de Jean-Jacques Annaud.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo, possibilitou uma análise, reflexão e debate de como a utilização de dogmas e certamente de influência de indivíduos através do medo, se pode melhorar, piorar ou adequar, o influenciado em certa situação. É de fato que a mentalidade a qual se comprimia o longo período da Idade Média, foi um dos principais fatores, se não o principal, tanto para a manutenção deste determinado período durante anos, quanto para mostrar a eficiência na utilização de atitudes ligadas ao divino, perante seus fiéis, para assim influencia-los, sendo nesta situação a Igreja Católica Apostólica Romana, a instituição de maior influência e controle desta temporada da história humana.

Logo além das demais ideias estabelecidas e trabalhadas no formato principal, a qual se desenvolve perante as obras, sendo a apresentada bibliográfica historiográfica “*As Três Ordens, ou o Imaginário do Feudalismo*”

(1978) de George Duby e a obra cinematográfica, “*O Nome da Rosa*” (1986) de Jean-Jacques Annaud e sua influência para realização do filme a obra de romance literário “*O Nome da Rosa*” (1980) de Umberto Eco (1932 – 2016), trabalham e se conectam por serem obras que abordam as diversas visões dos indivíduos da Idade Média, apresentando com certa ênfase a visão dos membros do contexto eclesiástico desde o período inicial e os fatores a que possibilitaram a realização e êxito da influência sobre a sociedade medieval, assim formulando o pensamento crítico sobre os eventos, a manutenção deste período e as atitudes em volta dos mais diversificados acontecimentos da Idade Média.

REFERÊNCIAS

ROPS, D. **História da Igreja de Cristo**. São Paulo: Quadrantes, 2010.

WIPPEL, John F. **Estudos da Filosofia Medieval**. Catholic New York: University of America Press, 1987.

ANNAUD, Jean-Jacques. **O Nome da Rosa**. França; Itália e Alemanha: Cristaldifilm, 1986. 1 DVD (130 min).

FRANCO, Hilário. **Georges Duby e o outro lado do Feudalismo**. São Paulo: Revista de História, 1983.

MACDONALD, F. **O Cotidiano Europeu na Idade Média**. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. São Paulo: Melhoramentos, 1995.

DUBY, Georges. **As Três Ordens, ou o Imaginário do Feudalismo**. Tradução: Maria Helena Costa Dias. 2ª ed. Lisboa: Estampa, 1994.

NEDERMAN, Cary J; LAURSEN, John. **Heresia em Transição: Transformando Idéias de Heresia na Europa Medieval e Primitiva Moderna**. Londres: Routledge, 2005.

KRAMER, H; SPRENGER, J. **O Martelo das Feiticeiras**. Rio de Janeiro: Record, 2017. p. 660-753.

GILLES, M. E. **Mulheres na Inquisição: Espanha e o Novo Mundo**. Maryland: John Hopkins University Press, 1998.

FRANCISCANOS. **Ordem**. Disponível em: <<https://www.franciscanos-rs.org.br/ordem/>> Acesso em: 8 de dezembro.

BARROS, José Assunção. **Cristianismo e Política na Idade Média: As Relações entre o Papado e o Império**. Disponível em:
<<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3655136.pdf>> Acesso em: 8 de dezembro.

IMDB. **O Nome da Rosa**. Disponível em:
<<https://www.imdb.com/title/tt0091605/>> Acesso em: 8 de dezembro.

SADRE, Emílio. **As Três Ordens, ou o Imaginário do Feudalismo: Uma Análise**. Disponível em:
<<http://www.academia.edu/9557971/ASTR%C3%8ASORDENSOUOIMAGIN%C3%81RIODOFEUDALISMO>> Acesso em: 8 de dezembro.

GOÉS, Paulo. **O Problema da Risada em O Nome da Rosa de Umberto Eco**. Disponível em:
<<https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/viewFile/1225/1159>> Acesso em: 8 de dezembro.

COMSHALOM. **A Palavra de Deus na Vida Eclesial**. Disponível em:
<<https://www.comshalom.org/a-palavra-de-deus-na-vida-eclesial/>> Acesso em: 8 de dezembro.

FERNANDES, Cláudio. **Mosteiros Medievais**. Disponível em:
<<https://historiadomundo.uol.com.br/idade-media/mosteiros-medievais.html>> Acesso em: 8 de dezembro.

PINTO, Felipe Martins. **A Inquisição e o Sistema Inquisitório**. Disponível em:
<<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/download/116/108>> Acesso em: 8 de dezembro.

CLÉOFAS. **A Igreja Católica Apostólica Romana**. Disponível em:
<<https://cleofas.com.br/igreja-catolica-apostolica-romana/>> Acesso em: 8 de dezembro.

CLÉOFAS. **Dogmas: Luzes no Caminho da Fé**. Disponível em:
<<https://cleofas.com.br/dogmas-luzes-no-caminho-da-fe/>> Acesso em: 8 de dezembro.

MOURA, Paulo Sergio. **Biografia de Aristóteles**. Disponível em:
<<https://www.pucsp.br/pos/cesima/schenberg/alunos/paulosergio/biografia.html>> Acesso em: 8 de dezembro.

**LINHA DE PESQUISA III:
SAÚDE, MEIO AMBIENTE E CIDADANIA**

OS BENEFÍCIOS FARMACOLÓGICOS DA CAFEÍNA PARA A REDUÇÃO DE GORDURA LOCALIZADA

THE PHARMACOLOGICAL BENEFITS OF CAFFEINE FOR LOCALIZED FAT REDUCTION

LOS BENEFICIOS FARMACOLÓGICOS DE LA CAFEÍNA PARA LA REDUCCIÓN DE GRASA LOCALIZADA

Bruno Borges Carmo

Mestre em Avaliação pela Cesgranrio . E-mail: brunobji@gmail.com

Déborah Rangel de Oliveira Borges

Graduanda em Farmácia pelo Centro Universitário São José de Itaperuna – UNIFSJ – E-mail: deborah_rangel_oliver@hotmail.com.

Resumo: O presente artigo visa estudar os efeitos causados pela cafeína quando utilizada para fins estéticos na redução da gordura localizada. O estudo bibliográfico se baseou em artigos científicos, livros, dissertações e periódicos. Foi explanado o princípio ativo da cafeína e seus efeitos no organismo humano, a segurança terapêutica do uso da cafeína em pessoas, bem como seu uso no tratamento da gordura localizada e benefícios farmacológicos. Pode-se verificar que a cafeína promoveu resultados satisfatórios nos tratamentos revisados e estudados nesse artigo, podendo ser utilizada em diferentes veículos de transmissão, desde uma emulsão, cremes e gel condutor na fonoforese apresentando resultados positivos nos protocolos realizados para redução da gordura localizada.

Palavras-chave: Cafeína. Redução de Gordura. Estética. Metilxantina. Gordura Localizada. Benefícios farmacológicos.

Abstract: This article aims to study the effects caused by caffeine when used for aesthetic purposes in reducing localized fat. The bibliographic study was based on scientific articles, books, dissertations and periodicals. The active principle of caffeine and its effects on the human body, the therapeutic safety of the use of caffeine in people, as well as its use in the treatment of localized fat and pharmacological benefits were explained. It can be verified that the caffeine promoted satisfactory results in the treatments reviewed and studied in this article, being able to be used in different transmission vehicles, of an emulsion, creams and conductive gel in the phonophoresis and presenting positive results in the protocols for reduction of localized fat.

Keywords: Caffeine. Fat reduction. Aesthetics. Methylxanthine. Localized fat. Pharmacological benefits.

Resumen: El presente artículo tiene por objeto estudiar los efectos causados por la cafeína cuando se utiliza para fines estéticos en la reducción de la grasa localizada. El estudio bibliográfico se basó en artículos científicos, libros, disertaciones y periódicos. Se ha explicado el principio activo de la cafeína y sus efectos en el organismo humano, la seguridad terapéutica del uso de la

cafeína em personas, así como su uso en el tratamiento de la grasa localizada y los beneficios farmacológicos. Se puede verificar que la cafeína ha promovido resultados satisfactorios en los tratamientos revisados y estudiados en este artículo, pudiendo ser utilizada en diferentes vehículos de transmisión, de una emulsión, cremas y gel conductor en la fonoforesis presentando resultados positivos en los protocolos realizados para reducción de la grasa localizada.

Palabras-clave: Cafeína. Reducción de Grasa. Estética. Metilxantina. Grasa localizada. Beneficios farmacológicos.

Introdução

O presente trabalho tem o objetivo de estudar os efeitos e benefícios farmacológicos do princípio ativo da cafeína para fins estéticos no combate à gordura localizada. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica de artigos científicos, livros, periódicos, dissertações entre outras, e baseou nos seguintes autores: Beloni; Tassinari; Ramalho; Curvelo; Ferreira e Mendonça, dentre outros.

Dentre os diversos tratamentos utilizados para a redução de gordura localizada, a cafeína tem sido muito estudada e aplicada para tal propósito. Esse estudo se justifica devido a alta procura pelas pessoas com tratamentos tópicos em busca da redução ou eliminação de gordura localizada e a oferta de vários tratamentos com pouco embasamento científico, dentre eles, o uso da cafeína como ativo tópico, tornando-se importante investigar seus efeitos farmacológicos nas pessoas e pesquisar até que ponto o tratamento a base de cafeína trás resultados estéticos sem riscos elevados para as pessoas, sendo essa a problemática do estudo.

1 A cafeína

A cafeína é um alcalóide do grupo das xantinas trimetiladas e pode ser encontrada em aproximadamente 60 tipos de plantas como, por exemplo, as folhas de diversos chás, noz de cola, frutos do guaraná grãos de café e no cacau. É absorvida pelo nosso organismo atingindo a corrente sanguínea entre 40 minutos a 2 horas do seu consumo. Sua metabolização ocorre no fígado e após o efeito de primeira passagem a cafeína é rapidamente distribuída por todos os tecidos do corpo devido à alta capacidade de atravessar as membranas. (TAVARES, 2012).

A cafeína ou 1,3,7-trimetilxantina é lipossolúvel e, quando ingerida, é rapidamente absorvida pelo trato gastrointestinal; sua metabolização acontece no fígado, iniciando com a retirada dos grupos metila 1 e 7, reação catalizada pelo citocromo P450 1A2, levando à formação de três grupos metilxantina. Sua ação lipolítica se deve à mobilização dos ácidos graxos livres dos tecidos ou estoques intramusculares. Atua ainda como competidor dos receptores de adenosina e como estes atuam inibindo a lipólise, tem-se um aumento nos níveis de AMPc, que ativa as lipases hormônios sensíveis, promovendo a lipólise (KRUPEK; MAREZE-DA-COSTA, 2012).

De acordo com Ishikawa (2016) vários estudos comprovam a que a cafeína potencializa o estado de alerta e permite uma maior concentração. É utilizada em diversos tratamentos das mais variadas formas e atualmente tem-se estudado a cafeína na dieta em alguns inibidores de apetite, para tratamentos de dor associadas com outros medicamentos e mais recentemente tem estudado os efeitos da cafeína como ativo cosmético em tratamentos estéticos para combater a celulite a perda de gordura localizada.

A intoxicação pela cafeína não é comum quando ingerida, e quando ocorre acomete pessoas que possuem hábitos alimentares com altos consumos de bebidas como o café e outras que possuem cafeína, podendo levar a efeitos de ansiedade, taquicardia, e em casos graves ao coma (MOREIRA, 2015).

2 O uso da cafeína no tratamento de gordura localizada e sua segurança terapêutica

Muitas pessoas procuram os cosméticos para tratamento de gordura localizada, tornando esses tipos de tratamento tópicos cada vez mais estudados por pesquisadores, que realizam análises das mais diversas substâncias para combater vários problemas que atingem as pessoas dentre eles a gordura localizada (A autora, 2018).

Diversas metilxantinas atuam sobre o tecido adiposo, dentre elas a cafeína que causa a lipólise dos adipócitos, através da inibição da fosfodiesterase e aumento da adenosina monofosfato cíclica (KRUPEK; MAREZE-DA-COSTA, 2012).

As metilxantinas como a cafeína, aminofilina, teofilina e teobromina são classificadas como β -agonistas e constituem a principal categoria bem documentada para o tratamento da celulite. A metilxantina mais amplamente estudada é a cafeína, utilizada em concentrações de 1% a 2% (TORRES; FERREIRA, 2017).

De acordo com Torres; Ferreira (2017) a cafeína usada com emulsão aumenta os níveis de adenosina monofosfato cíclica (AMPc), que ativa a enzima lipase de triglicerídeos e os quebra em ácidos graxos livres e glicerol devido atuar diretamente nas células adiposas, promovendo lipólise, inibindo a fosfodiesterase. Ocorre um efeito estimulante sobre a microcirculação cutânea reduzindo o diâmetro das células gordurosas.

Uma ação da cafeína para a perda de gordura localizada foi verificada em animais transgênicos que expressavam essas proteínas além do normal apresentaram redução do tecido adiposo. Então, esta seria outra ação da cafeína na lipodistrofia localizada (KRUPEK; MAREZE-DA-COSTA, 2012).

A cafeína é a substância lipolítica que atua inibindo a fosfodiesterase que faz a quebra do AMPc (adenosina monofosfato cíclica), e a junção desses dois princípios aumenta a quantidade de AMPc e, conseqüentemente, a atividade lipolítica (RAMALHO; CURVELO, 2006).

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) estipulou que em cosméticos a base de cafeína deve ter limite de concentração de 8% e, no caso das demais xantinas, não deve ultrapassar 4%. Os cosméticos que contêm estas formulações são considerados como de grau de risco 2. (KRUPEK; MAREZE-DA-COSTA, 2012).

A classificação se refere ao grau de risco que a cafeína representa à saúde humana foi determinada pela RDC 343/05 da Anvisa. O grau de risco 1 estão as formulações com propriedades básicas não necessitando de comprovação prévia, não possuindo restrições ou especificação da forma de uso, devido apresentarem risco mínimo. (KRUPEK; MAREZE-DA-COSTA, 2012). As formulações que apresentam possuem um risco potencial e têm indicações específicas, necessitando de informações referentes a forma de uso, comprovação de segurança, eficácia sujeitas às restrições.

As formulações que contêm cafeína são bem toleradas pela população. Diversos estudos feitos, concluíram que os cremes com cafeína são bem

toleradas pelas pessoas que fazem o seu uso, mas que o risco de reações deve ser considerado, devido ocorrências de reações alérgicas (RAMALHO; CURVELO, 2006).

Em um estudo com aplicação do gel condutor acrescido de cafeína a 5% pelo ultrassom de 3MHz, houve um aumento dos níveis de colesterol total e frações dos sujeitos pesquisados, sendo então importante avaliar os níveis de lipídios no sangue após as intervenções com o tratamento (BELONI, 2010).

Um protocolo da utilização da cafeína com uma solução de 7% foi usado em um grupo de mulheres de 20 a 39 anos. A cafeína que foi aplicada diariamente, em apenas um membro inferior (coxa e quadril). O outro membro inferior foi mantido como controle. Ao final do estudo, das 134 pacientes inicialmente selecionadas, 99 completaram o protocolo. Após um mês de tratamento, houve redução significativa das circunferências da coxa em mais de 80% dos casos e redução da circunferência do quadril em 67,7% (MACHADO *et al*, 2017).

Em estudo realizado por Ramalho (2006), realizou 5 sessões empregando cosmético com cafeína na fórmula, observou uma redução de 2mm a 3cm nas dobras cutâneas abdominais e suprailíaca por meio da adipometria.

3 Benefícios farmacológicos da cafeína na perda de gordura localizada

A cafeína utilizada na terapêutica para a perda de gordura localizada atua no tecido conjuntivo ou na microcirculação, sendo utilizada por via tópica (A autora, 2018).

O ativo da cafeína estimula o aumento da circulação sanguínea e linfática, podendo também promover a desagregação das fibras de gordura acelerando a hidrólise do excesso de gordura na formação de ácidos graxos (MACHADO *et al*, 2017).

De acordo com Machado *et al* (2017) a cafeína pode aumentar a produtividade das enzimas que participam do processo de redução do acúmulo de gordura (MACHADO *et al*, 2017).

A cafeína é usada para potencializar a lipólise nos adipócitos, o que provoca degradação dos triglicerídeos, reduzindo o volume dos adipócitos (GOMES; DAMAZIO, 2009).

A cafeína é uma metilxantina que atua sobre o tecido adiposo potencializando uma resposta lipolítica que favorece a metabolização de ácidos graxos e a gordura será utilizada para gastos energéticos ao invés de acumular no organismo (SANTOS; ULLER, 2009).

A composição de muitos cremes inclui aminofilina, cafeína e teofilina que pertencentes ao grupo químico das metilxantinas. São utilizados para tratamentos estéticos pela sua conhecida capacidade de quebrar a gordura. Estudos apontam uma redução das medidas da coxa, por aplicação de algumas formulações com as metilxantinas (CONTENTE, 2017).

De acordo com Contente (2017) a cafeína penetrada facilmente na pele com concentrações de 1% a 2 %, demonstra propriedades antioxidantes, ajuda a proteger as células contra a radiação UV e atrasa o processo de fotoenvelhecimento da pele.

Quando se associa a cafeína com a cecrópia, a mesma possui um papel fundamental a nível lipídico, com degradação lipolítica em cadeia, transformando os triglicéridos, que se encontram no adipócito, em ácidos graxos livres sendo eliminados do organismo. Ela diminui o tamanho dos adipócitos. O efeito da lipólise quando aplicado a cafeína bloqueia a ação da fosfodiesterase, deste modo, mobiliza triglicerídeos, assim transformando excesso de lipídeos em ácidos graxos, onde são eliminados pelo sistema linfático(ibid).

3.1 Ativo da cafeína na redução da gordura localizada através da fonoforese

Segundo Ferreira; Mendonça (2015) a cafeína tem a capacidade de reduzir a espessura da hipoderme devido ao achatamento nos lóbulos do tecido adiposo, quando aplicada na pelo pó fonoforese,além da ação diurética.

No entanto, para que essas moléculas da cafeína tenham melhor efeito terapêutico é preciso passar pela principal barreira para penetrar na pele por isso indica-se usar promotores de permeação cutânea, ou seja, um meio que

acelere a absorção da mesma (FERREIRA; MENDONÇA, 2015). Propõem-se o uso de concentração a 1-2% mas encontra-se no mercado formulações com 5% é considerado um ativo dos mais seguros.

De acordo com Ramalho; Curvelo (2006) a cafeína utilizada em formulações cosméticas tópicas com concentrações de % a 2% pode estimular a lipólise e a redução do tamanho dos adipócitos, através do aumento da AMPc, mas as características físico-químicas da cafeína dificulta a transposição da barreira cutânea, sendo necessário o auxílio de formulações cosméticas constituídas por substâncias que causem a permeação, no caso, a fonoforese.

De acordo com Tassinari *et al* (2011) em um estudo realizado com mulheres de 18 a 52 anos com queixas de gordura localizada, no total 54 mulheres, divididas em 3 grupos, sendo que o 1 grupo utilizou cafeína a 5% + UST desligado, o 2 grupo usou a cafeína a 5% + o UST ligado e por fim o 3 grupo apenas utilizou o gel a base de água + o UST desligado. Foram realizadas um total de 10 sessões sendo realizado o tratamento 5 vezes na semana, porém após serem analisados os 3 grupos não foram encontradas diferenças estatisticamente importantes entre as voluntárias, sendo assim não se pode afirmar se houve penetração ou aumento da penetração do gel da cafeína.

A penetração de substâncias na pele é limitada e uma das maneiras de aumentar a permeabilidade das mesmas é utilizando o ultrassom terapêutico (TASSINARY *et al*, 2011).

Chartuni (2011), realizou estudo utilizando gel com princípio ativo cafeína a 2%, através da fonoforese, técnica que utiliza Ultrassom Terapêutico de 3MHZ, para introduzir substâncias por meio das ondas mecânicas promovidas pelo ultrassom. No estudo, foram avaliadas 27 mulheres entre 18 e 30 anos, através da perimetria, adipometria e Ultrassonografia. Elas foram submetidas a 12 sessões de fonoforese na região infra abdominal, três vezes na semana. Essas mulheres foram divididas em 3 grupos: um grupo que realizou Ultrassom + gel com princípio ativo, segundo grupo gel neutro + Ultrassom e o terceiro grupo que utilizou somente o transdutor de Ultrassom desligado. Foi utilizada uma intensidade que variou entre 1,12w/cm² a 2w/cm², durante 6 minutos divididos em 3 minutos para cada lado da região infra abdominal. Após as 12 sessões, foi observada diminuição nas medidas através de adipometria e a perimetria quando comparadas com as medidas iniciais.

Considerações finais

Nesse estudo foi observado que a gordura localizada é uma das principais reclamações corporais estéticas das pessoas. Diante desta situação, as pessoas tendem a buscar tratamentos e/ou cosméticos que asseguram realizar redução da gordura localizada.

A cafeína tem destaque devido sua capacidade de atuação em níveis profundos e ainda sobre componentes específicos do tecido adiposo e por ter fácil absorção pela pele. Pode-se verificar que a cafeína promoveu resultados satisfatórios nos tratamentos revisados e estudados nesse artigo, podendo ser utilizada em diferentes veículos de transmissão, desde uma emulsão, cremes e gel condutor na fonoforese apresentando resultados positivos nos protocolos realizados para redução da gordura localizada. No entanto, ainda é um objeto de estudo relevante para esclarecer seus benefícios farmacológicos com o uso do ultrassom para fins estéticos.

Referências

- BELONI C. R. R.; **Análise do perfil lipídico sérico em mulheres após terapia por ultrassom de 3MHz e gel condutor acrescido de cafeína.** Dissertação de Mestrado em Ciências da Saúde – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. Brasília. P.12-43. 2010.
- CHARTUNI, J.M. **Efeitos do ultrassom 3mhz associado à ativos lipolíticos na adiposidade infra-abdominal: ensaio clínico randomizado.** Seer.perspectivasonline.com.br. vol. 1, nº 1, 2011.
- CONTENTE B. L. S. C.; **Anticelulíticos: tópicos ou orais?** Dissertação de Mestrado em Ciências Farmacêuticas – Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz. Almada.p. 25. 2017.
- FERREIRA, A.; MENDONÇA, A. **Fonoforese x permeação cutânea.** Curitiba, 2015.
- GOMES, R. K. DAMAZIO, M. G. **Cosmetologia: Descomplicando os Princípios Ativos.** 3. ed. São Paulo: Livraria Médica Paulista, 2009.
- ISHIKAWA. A. C. B. **Abordagem fisioterapêutica do FEG (Celulite) utilizando laserterapia.** Cuiabá. 2016. Disponível em file:///C:/Users/Bruno/Downloads/144-

Abordagem_fisioterapYutica_do_FEG_Celulite_utilizando_laserterapia.pdf.
Acesso em 01 jun. 2018.

KRUPEK T.; MAREZE-DA-COSTA C. E. Mecanismo de ação de compostos utilizados na cosmética para o tratamento da gordura localizada e da celulite. **Revista Saúde e Pesquisa**, v. 5, n. 3, p. 555-566, set./dez. 2012.

MACHADO, A. T. O.M.; NOGUEIRA, A. P. S.; LEÃO, L. T. S.; SANTOS, B. A.; PINHEIRO, L. M.G.; OLIVEIRA, S. S. Benefícios da Massagem Modeladora na Lipodistrofia Localizada. Id onLine **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Maio, vol.11, n.35, p.542-553, 2017.

MOREIRA D. M. **Cafeína e Biologia**- Resumo apresentado na Universidade Braz Cubas. Mogi das Cruzes, São Paulo, 2015.

RAMALHO A. T.; CURVELO S. Substâncias Cosmetologicamente Ativas – Caracterização, Indicação, Eficácia e Segurança: Cafeína. **Rev. Lusófona de Ciências e Tecnologias da Saúde**, (3) 2: 183-190, 2006.

SANTOS A. S.; ULLER F. N. O exercício físico no processo de envelhecimento. **Revista Científica JOPEF**, Editora Korppus – Curitiba. Vol.15 , nº 2, 2013.

TASSINARY, J. *et al.* Ultrassom Terapêutico associado ao principio ativo cafeína: análise de utilização fisioterapêutica, avaliação eletroquímica e de difusão vertical. **Quím. Nova**. Vol.34 nº.9. Set. São Paulo: Lajeado, 2011.

TAVARES, Cristiane; SAKATA, Rioko Kimiko. Cafeína para o tratamento de dor. **Rev. Bras. Anesthesiol.**, Campinas , v. 62, n. 3, p. 394-401, Jun, 2012 .

TORRES K. A.; FERREIRA L. A. Ativos cosméticos para o tratamento da lipodistrofiaginóide e adiposidade localizada. **Rev. Psicol Saúde e Debate**. Dez:3(2):115-130, 2017.

ANÁLISE DE PARÂMETROS DOS FLUIDOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS DE PETRÓLEO

THE PHARMACOLOGICAL BENEFITS OF CAFFEINE FOR LOCALIZED FAT REDUCTION

LOS BENEFICIOS FARMACOLÓGICOS DE LA CAFEÍNA PARA LA REDUCCIÓN DE GRASA LOCALIZADA

Lucas Capita Quarto

Engenheiro de Petróleo. Universidade Iguazu (UNIG)

Lucas Seabra Eccard

Engenheiro de Petróleo. Universidade Estácio de Sá.

Sonia Maria da Fonseca Souza

Doutoranda em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

João Vitor Capita Quarto

Graduando em Engenharia de Produção pela Universidade Iguazu (UNIG)

Vyvian França Souza Gomes Muniz

Mestranda em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Resumo: O desenvolvimento e aprimoramento das técnicas de perfuração têm proporcionado à exploração de hidrocarbonetos em horizontes cada vez mais profundos. O petróleo é a fonte de energia não renovável mais utilizada no mundo e, cada vez mais, necessita-se de aperfeiçoamentos que promovam melhorias aos processos de exploração e produção petrolíferas. Os fluidos de perfuração possuem importância fundamental nas atividades relacionadas ao petróleo. Eles têm as funções, entre outras, de resfriamento e lubrificação da broca de perfuração, a manutenção da estabilidade do poço perfurado, o transporte de partículas da formação cortadas pela broca para a superfície. Com a necessidade de desenvolver fluidos para perfurações em ambientes que apresentem condições de altas temperaturas e elevadas pressões, cenário muito comum em perfurações direcionais, condições estas que geram limitações técnicas e operacionais aos fluidos aquosos, fez-se necessário estudos detalhados das propriedades destes fluidos. A análise do comportamento reológico dos fluidos de perfuração é de fundamental importância para se determinar a melhor composição e o melhor tratamento a ser aplicado nesses fluidos para a realização de tarefas solicitadas no poço perfurado. Neste trabalho, visou-se fazer um levantamento bibliográfico das principais metodologias para a caracterização das propriedades e tecnologias dos fluidos de perfuração, verificar os principais parâmetros que podem vir a

melhorar o desempenho desses fluidos, como por exemplo as viscosidades plástica e aparente, o limite de escoamento, as forças géis e o volume de perda de filtrado.

Palavras-chave: Perfuração, Fluidos de Perfuração, Tecnologias de Fluidos, Análises de Fluidos de Perfuração.

Abstract: The development and enhancement of printing techniques have provided the exploration of hydrocarbons in ever deeper horizons. Oil is a most widely used non renewable energy source in the world, and is increasingly needed to promote advances in oil exploration and production processes. Cargo fluids are essential in oil related activities. They have as function, between other, cooling and lubrication of drill drilling, the maintenance of the sea of the perforated, the transport of particles the corticadas by the drill to the surface. The design should be developed so that perforations in environments with high temperature and high pressure conditions are the most frequent in directional perforations, germinative conditions and aqueous fluids, are necessary for detailed studies of the properties of these fluids. The analysis of the rheological behavior of the fluid fluids is fundamental to determine the best and the best way to work in fluids to perform tasks in deep waters. This work aimed to make a bibliographical survey of the main methods for a characterization of the properties and technologies of the drilling fluids, to verify the main parameters that can improve the performance of the fluids, such as the plastic and apparent viscosities, the limit flow, the forces gels and the filtrate loss volume.

Keywords: Drilling, Drilling Fluids, Fluid Technologies, Drilling Fluids Analysis

Resumen: El desarrollo y la mejora de las impresiones técnicas han proporcionado la exploración de los hidrocarbones en los intervalos de hormigón. El aceite es una sustancia utilizada no reanudable de la fuente de energía en el mundo, y es necesaria para promover la progresión en la exploración y los procesos de producción. La carga fluida es esencial en las actividades relacionadas con la industria. En el caso de que se produzca un cambio en el tamaño de la superficie de la superficie de la superficie, El diseño debe ser desarrollado para que las perforaciones en ambientes con altas temperaturas y condiciones de alta presión son las que más frecuentemente en las directivas de rendimiento, las condiciones gerenciales y los flujos de agua, son necesarios para estudios detallados de las propiedades de estas fluidas. El análisis del comportamiento quirúrgico de los flujos de fluido es fundamental para determinar la mejor y la mejor manera de trabajar en fluidos para realizar tareas en aguas profundas. En el caso de los flujos de fluencia, el límite de viscosidad, el límite de fluencia, el límite de fluencia, el límite de fluencia, , las fuerzas gels y el filtrado de volumen de volumen.

Palabras clave: Perforación, Fluidos de Perforación, Tecnologías de Fluidos, Análisis de Fluidos de Perforación.

1 INTRODUÇÃO

A perfuração de poços para extração de petróleo, junto às demais operações, manobras e atividades realizadas no processo de exploração em geral em águas profundas e ultra profunda, tem proporcionado uma busca constante por novas tecnologias perante a necessidade de soluções para os problemas enfrentados durante a perfuração dos poços de petróleo (SOUZA, 2002).

Durante séculos, o homem vem desenvolvendo novas formas para aprimorar os métodos de perfuração de poços (óleo, gás e água). Alguns relatos referentes à perfuração podem ser encontrados em textos antiquíssimos da Pérsia, Egito e China. Eram métodos bastante eficientes, tendo em vista as condições precárias da época. Com o decorrer dos anos, surgem novos avanços nos campos da engenharia mecânica, civil, química, entre outras, que vão servir como base para o surgimento de métodos mais eficientes e dinâmicos para a perfuração de poços, principalmente os poços de petróleo, que serão abordados neste trabalho. Um exemplo muito ilustrativo desses avanços é o surgimento dos métodos rotacionais de perfuração que conferem uma maior eficiência e rapidez na perfuração. Esse método, tal qual conhecemos atualmente, originou-se no século XIX, tendo seu maior avanço no século passado e atual. A eficiência desse método é devida a muitos fatores importantes, sendo um deles os fluidos de perfuração. Em 1887, foi reconhecida a importância da utilização dos fluidos de perfuração por meio de uma patente concedida ao doutor Chapman, que utilizou argila, grãos e cimento como aditivos para composição do fluido de perfuração, que foi utilizado em um processo de perfuração rotacional. No entanto, verificaram-se problemas de instabilidade, inchamento e colapso do poço, atribuindo-se a esta instabilidade a presença da água (SOUZA, 2002).

A necessidade de melhorar a eficiência desse fluido e a busca de novos componentes para tentar solucionar tais problemas estimulou o pensamento de uma nova composição para os fluidos de perfuração que foram introduzidas, então, em pesquisas que passaram a utilizar o óleo como componente para tais fluidos de perfuração. A partir de meados da década de 40, os primeiros fluidos a base de óleo passaram a estar disponíveis no mercado, sendo sua formulação objeto de pesquisa, realizada pela empresa *Oil Base Drilling Fluid*

Company (EUA). Na mesma época, a empresa Halliburton introduziu no mercado um fluido a base de asfalto e óleo, sendo este resultante de uma reação de óleo origem animal, e hidróxido de sódio e silicato de sódio, que solucionaria os problemas com a instabilidade provocada pela água. Todavia, tal fluido trazia algumas desvantagens, principalmente, em questões ambientais. Como relatado anteriormente, a água era considerada um contaminante mesmo presente em pequenas quantidades, pois não se tinha conhecimento da intrínseca relação 2 folhelho e água, responsável por alterações nas propriedades reológicas dos fluidos de perfuração. Só a partir de meados do século XX, vão surgir fluidos com aditivos poliméricos e eletrólitos capazes de inibir esta interação. Surge, então, a necessidade de se utilizar aditivos emulsificantes mais eficientes, proporcionando, assim, o desenvolvimento de fluidos em que a água passasse a estar presente como um aditivo intrínseco ao fluido, e não mais como um contaminante (SOUZA, 2002).

Na tentativa de evitar maiores danos e prejuízos ao processo de perfuração de um poço, os fluidos de perfuração são selecionados cuidadosamente para atender às necessidades do poço viabilizando sua perfuração. Ao longo dos anos, várias formulações de fluidos de perfuração foram desenvolvidas para atender às diversas condições de subsuperfície. A seleção do melhor fluido para satisfazer as condições de forma antecipada minimizará os custos do poço e reduzirá o risco de catástrofes envolvendo cascalhos, como tubos de perfuração presos, faturamento da formação e perda da circulação induzida por excesso de sólidos no anular do poço (PEREIRA, 2014).

Destacam-se a reologia, viscosidade, forças géis, filtrado, pH, estabilidade elétrica e alcalinidades do fluido como parâmetros fundamentais para formulação e bom funcionamento prático de um fluido de perfuração, associados, por exemplo com informações de teor de água, fase orgânica, tipo de formação a ser perfurada, pressões, temperaturas, assim como massa específica e granulometria de sólidos são essenciais no estudo das tecnologias aplicadas aos fluidos de perfuração (THOMAS, 2004).

O objetivo geral deste trabalho é descrever as principais tecnologias aplicadas aos fluidos de perfuração de poços de petróleo marítimos e terrestres

e as vantagens e desvantagens dessas tecnologias em função de diversos fatores que as influenciam.

Desta forma, a partir de um levantamento bibliográfico, é feita uma análise desses fluidos em relação à presença dos aditivos e como eles podem modificar as condições necessárias para que os fluidos se tornem mais atrativos economicamente e seguros ambientalmente (mantendo suas principais características e propriedades, ou seja, as que conferem um desempenho eficaz durante a perfuração do poço). Cada aditivo atua de acordo com sua função específica, por exemplo, é diferente atuação dos aditivos redutores de filtrado, dos inibidores de corrosão, dos que apresentem fortes características gel. Certos aditivos podem também se inter-relacionar, fortalecendo uma função específica sem alterar outras características importantes para o bom funcionamento do mecanismo de uma sonda de perfuração.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi uma pesquisa bibliográfica para compor a revisão do Estado da Arte, isto é, levantamento das informações mais atuais sobre as tecnologias aplicadas aos fluidos de perfuração de poços de petróleo nas atividades de exploração e produção de petróleo (E&P) onshore e offshore.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 PERFURAÇÃO DOS POÇOS DE PETRÓLEO E GÁS

O petróleo é a maior fonte de energia e de matérias primas do planeta e encontra-se na natureza ocupando os vazios de uma rocha porosa chamada rocha reservatório. (ANP, 2010).

Após a constatação da presença de petróleo através de estudos sísmicos, é iniciado o processo de perfuração do poço para a exploração utilizando plataformas móveis denominadas sondas de perfuração.

A perfuração pode ser vertical, quando o horizonte de exploração está exatamente na linha vertical do ponto escolhido para a unidade de perfuração

na superfície; horizontal, quando a perfuração é feita na horizontal, geralmente para maior aproveitamento do petróleo, ou direcionais, quando o ponto na superfície deve ser desviado do ponto ideal para melhor extração do fluido (THOMAS, 2004).

O método mais utilizado para a perfuração de um poço de petróleo é o chamado rotativo, onde o fraturamento da rocha se dá a partir do movimento de rotação e peso exercidos sobre a broca. Este processo gera sedimentos que devem ser retirados do poço com o auxílio dos fluidos de perfuração, a fim de evitar que obstruam o caminho da broca ou o espaço de fluxo. Durante a perfuração faz-se necessário um controle rígido de parâmetros do poço como pressão hidrostática e de formação (pressão de poros), bem como da temperatura e características gerais

da rocha perfurada a fim de prover melhores resultados nos aspectos econômicos, ambientais e principalmente de segurança (THOMAS, 2004).

A coluna de perfuração é descida ou suspensa no poço do início ao fim da perfuração, este movimento denomina-se manobra, também utilizadas para alocação de tubos de revestimento ao final de cada fase perfurada, a fim de promover a estabilidade das paredes do poço, assim como a troca de tubos internos, substituição e manutenção da broca, entre outros (CAENN et al., 2016).

O espaço entre o revestimento e as paredes do poço, chamado anular, deve ser cimentado a fim de evitar o desmoronamento do poço promovendo o isolamento das rochas expostas e evitando assim também o fluxo de fluidos por locais permeáveis, porém não desejados, como por exemplo, atrás do revestimento.

3.2 FLUIDOS DE PERFURAÇÃO

O fluido de perfuração é composto basicamente de uma base aquosa, ou não aquosa, viscosantes e adensantes (agentes utilizados para conferir peso) injetado no poço a fim de manter a pressão ideal, impedindo que as paredes do poço desmoronem. A lama de perfuração serve, também, para lubrificar e resfriar a broca e deter a subida do gás e do petróleo, em caso de descoberta. Para manter as condições hidrostáticas ideais para a perfuração

em cada formação geológica, profundidade e ângulo são utilizados fluidos com diversos aditivos químicos (THOMAS, 2004).

Os fluidos de perfuração são indispensáveis durante as atividades de perfuração, pois desempenham uma série de funções essenciais, que estão diretamente relacionados com suas propriedades físicas e químicas. Dentre as propriedades físicas que merece mais destaque e que são medidas em laboratório podemos destacar: a densidade, os parâmetros reológicos (viscosidade plástica e viscosidade aparente), as forças géis, os parâmetros de filtração e o teor de sólidos.

Algumas outras de menor uso são a resistividade elétrica, o índice de lubrificidade e a estabilidade elétrica. Os parâmetros químicos mais significativos e comumente medidos em laboratórios são o PH, o teor de cloreto, o teor de bentonita e as alcalinidades. Outras propriedades químicas são o excesso de cal (determinada nos fluidos trados por cal hidratada), o teor de cálcio e de magnésio, a concentração de ácido sulfídrico (H₂S) e a concentração de potássio testada nos fluidos inibidores por gesso. Segundo Souza (2002), os fluidos são indispensáveis durante as atividades de perfuração, pois desempenham uma série de funções essenciais, dependentes diretamente das suas propriedades físicas, químicas e reológicas, ou seja, densidade, viscosidade, consistência de gel, controle de filtrado e reboco e inibição das argilas hidratáveis (THOMAS, 2004).

A utilização de fluidos de perfuração é um grande desafio para a indústria do petróleo, na busca pelo ponto ótimo entre custo, performance técnica e o atendimento às exigências ambientais. A eficiência da perfuração de um poço depende em grande parte do casamento entre o fluido de perfuração utilizado com as formações perfuradas (CAENN et al., 2016).

Os fluidos de perfuração são misturas de sólidos, líquidos, aditivos químicos e/ou gases. Podem assumir o aspecto de suspensões, emulsões ou dispersões coloidais, dependendo do estado físico de seus componentes (CAENN et al., 2016). Na perfuração dos primeiros poços de petróleo utilizava-se a própria argila da formação misturada à água, formando uma espécie de lama, motivo do fluido também ser denominado lama de perfuração (PEREIRA, 2014).

3.2.1 Funções dos fluidos de perfuração

- a) lubrificar e resfriar a broca;
- b) limpar o poço e transportar o cascalho à superfície;
- c) proteger e suportar as paredes do poço;
- d) prevenir a entrada de fluidos da formação para dentro do poço;
- e) trazer à superfície informações a respeito das formações perfuradas;

3.2.2 Sistemas de circulação do fluido de perfuração

Um sistema de fluido de circulação é essencial na construção de poços e consiste em uma série de operações físicas e químicas individuais. Seu objetivo principal é a circulação do fluido no circuito poço-superfície-poço, o que garante o seu reuso contínuo durante a perfuração (CAENN et al., 2016).

Na superfície da unidade marítima de perfuração são conduzidas as operações de tratamento do fluido que retorna do poço. Essencialmente, este processo consiste na retirada de sólidos e, quando necessário, na correção das propriedades físico-químicas do fluido retornado (PEREIRA, 2014).

Para a separação de sólidos do fluido de perfuração em unidades marítimas, emprega-se um sistema de separação constituído, basicamente, por peneiras, desareiator, dessiltador e, quando necessário, utiliza-se uma centrífuga (CAENN et al., 2016).

Após a perfuração, o fluido retorna do poço através do espaço anular entre a coluna de perfuração e o revestimento. Antes de chegar aos tanques da unidade marítima, o fluido usado passa por uma bateria de peneiras que têm a função primordial de separá-lo do cascalho agregado durante a perfuração (THOMAS, 2004).

3.2.3 Aditivos dos fluidos de perfuração

Os fluidos de perfuração sofrem a inclusão de aditivos com o objetivo de desempenharem as mais diversas funções como: adensantes; viscosificantes; dispersantes; defloculantes; agentes utilizados no controle da “perda de fluido”; emulsionantes; biocidas; salmouras; lubrificantes; inibidores de corrosão; liberadores de coluna e controladores de pH (THOMAS, 2004).

3.2.4 Classificação dos fluidos de perfuração

A classificação de um fluido de perfuração é feita em função de sua composição. O principal critério se baseia no constituinte principal da fase contínua ou dispersante. Neste critério, os fluidos são classificados em fluidos à base de água, fluidos à base de óleo e fluidos à base de ar ou gás (CAENN et al., 2014).

Há novos fluidos de perfuração que vêm ganhando espaço no mercado, são os chamados fluidos sintéticos. As substâncias usadas na formulação destes fluidos incluem ésteres, éteres, polioleofinas, glicóis, glicerinas e glucosídeos. Estes fluidos de base polimérica são de grande importância, porque podem desempenhar as mesmas funções dos fluidos à base de óleo e serem utilizados em situações em que os fluidos à base de água sofrem limitações (THOMAS, 2004).

3.2.4.1 Fluidos de perfuração a base de água

A grande maioria dos fluidos de perfuração utilizados no mundo é formada por líquidos à base de água. Um fluido de base aquosa é constituído de água e diversos componentes como argilas e colóides orgânicos, que são adicionados para conferir as propriedades viscosas e de filtração necessárias.

O fluido à base de água consiste numa mistura de sólidos, líquidos e aditivos químicos, tendo a água como a fase contínua. O líquido base pode ser a água salgada, água doce ou água salgada saturada (salmoura), dependendo da disponibilidade e das necessidades relativas ao fluido de perfuração (THOMAS, 2004).

Podem ser adicionados também minerais densos (ex. barita) e sólidos provenientes da formação que acabam por se dispersar no fluido. O fluido também contém sais dissolvidos que podem ser tanto proveniente das formações como adicionados por diversos propósitos. Com esses constituintes é possível obter fluidos com propriedades e custo em uma ampla faixa de acordo com a necessidade do projeto (THOMAS, 2004).

Um determinado fluido aquoso pode ter propriedades e constituintes que permitiriam enquadrar em mais de uma classificação. Os principais tipos de

fluidos à base de água são os fluidos convencionais, fluidos naturais, fluidos dispersos tratados com lignosulfonados, fluidos tratados com cal, fluidos tratados com gesso, fluidos não dispersos tratados com cal e polímeros, fluidos salgados tratados com polímeros, fluidos de base cloreto de potássio (KCl), fluidos isentos de sólidos e os fluidos biopoliméricos (CAENN et al., 2016).

Devido às interações do fluido aquoso com as rochas da formação, os fluidos de perfuração à base de água não conseguiram acompanhar os novos desafios que foram surgindo com a evolução da tecnologia, como a perfuração direcional ou a grandes profundidades. A utilização dos fluidos à base de água nesses empreendimentos pode tornar a perfuração lenta, custosa ou até mesmo impossível, além de gerar uma quantidade maior de resíduos (THOMAS, 2004).

Em operações de perfuração simples e de baixa profundidade um fluido de perfuração à base de água e constituído de argila em baixa concentração é adequado. Porém, em casos complicados de perfuração e/ou elevadas profundidades um fluido mais elaborado, com a introdução de alguns aditivos, para aperfeiçoar o desempenho do fluido, é necessário. A Tabela 1 apresenta alguns tipos de aditivos e suas funções para a formulação do fluido de perfuração (CAENN et al., 2016).

Tabela 1 – Aditivos e suas funções no fluido de perfuração

ADITIVOS	FUNÇÃO
Argila ativada e polímeros	Viscosificantes e gelificantes
Lignosulfonatos e lignitos	Dispersantes e afinantes
Amidos e polímeros	Controladores de filtrado (parte líquida do fluido de perfuração que invade a parede do poço)
Hidróxido de sódio ou de potássio	Alcalinizantes
Sulfato de bário e hematita	Adensantes
Detergente	Remoção de argilominerais nas superfícies metálicas
Ésteres graxos	Lubrificantes
Poliacrilamina, cloreto de sódio ou potássio	Inibidores de hidratação de argilas
Bactericidas	Previnem/reduzem as ações de microorganismos
Antiespumantes	Previnem/reduzem/eliminam a formação de espumas
Mica, fibra raspa de coco etc.	Controladores de perda de circulação

Fonte: (CAENN et al., 2016)

3.2.4.2 Fluidos de perfuração a base de óleo

Os fluidos de perfuração à base de óleo foram desenvolvidos para situações onde os à base de água apresentavam limitações técnicas e operacionais. As lamas à base de óleo são similares em composição às à base de água, exceto pela fase contínua que passa a ser o óleo. A água está presente na lama à base de óleo sob a forma de uma emulsão (THOMAS, 2004).

Os fluidos à base de óleo ganharam destaque, apesar de custarem de 2 a 4 vezes mais do que os de base aquosa. Os fluidos à base de óleo são muito utilizados e indicados para a perfuração marítima (LIMA, 2001).

As vantagens de desempenho na perfuração com lamas à base de óleo em comparação com as de base aquosa são:

a) compatibilidade com as formações sensíveis à água;

- b) minimização da corrosão;
- c) maior estabilidade térmica e estrutural na perfuração de poços profundos e com altas temperaturas;
- d) melhor lubrificação, facilitando a perfuração de poços direcionais;
- e) reaproveitamento após tratamento adequado; e
- f) em virtude das vantagens acima a perfuração é feita mais rapidamente, proporcionando um aumento das taxas de penetração (ROP).

3.2.4.3 Fluidos de perfuração a base de ar

Para esse tipo de perfuração é utilizado o ar ou gás como fluido principal durante a perfuração. Este é um fluido de baixa densidade e seu uso é recomendado somente em algumas situações. O fluido à base de ar pode ser aplicado em zonas com perda de circulação severas, formações produtoras com pressão muito baixa ou com grande susceptibilidade a danos, formações muito duras como o basalto ou diabásio, regiões com escassez de água e regiões glaciais com espessas camadas de gelo. Quando se utiliza o ar puro ou outro gás

(Nitrogênio) como fluido, deve-se considerar a pouca existência de água nas formações rochosas, pois se trata de uma técnica usualmente empregada para perfurações de formações rochosas consolidadas, cujo objetivo é aumentar a taxa de penetração (PETROBRAS, 2011).

Outros fluidos de perfuração podem ser empregados para tornar uma perfuração mais eficiente, como é o caso da água dispersa no ar (névoa), sendo que esse método é empregado quando a utilização do ar puro é comprometida pela presença de água nas formações rochosas. Ar puro e névoa são em geral executados em conjunto. A espuma é uma dispersão de gás em líquido e é utilizado quando há necessidade de uma maior eficiência no carregamento dos sólidos, devido à sua alta viscosidade (PETROBRAS, 2011).

O fluido aerado é resultado de uma técnica de injeção de ar, nitrogênio ou gás natural no fluxo contínuo dos fluidos convencionais, sendo utilizado onde ocorre perda por circulação severa (THOMAS, 2004).

3.2.4.4 Fluidos de perfuração sintéticos

São definidos como fluidos cuja fase contínua é um líquido sintético. Estes podem desempenhar as mesmas funções dos fluidos à base de óleo, bem como, serem utilizados em situações nas quais os fluidos à base de água sofrem limitações.

Os fluidos sintéticos são menos tóxicos que os fluidos de base oleosa, mas possui a desvantagem de um alto custo na fabricação. Eles podem ser à base de éter, éster, parafinas, olefinas, aldeídos ou linear alquil benzeno (CATARINA, 2007). O autor ainda diz que apesar de possuir um alto custo comparado com a base de óleo, é economicamente viável tendo em vista que são biodegradáveis, ou seja, não precisa de tratamento, podendo ser descartado no mar.

3.3 TECNOLOGIAS E PROPRIEDADES DOS FLUIDOS DE PERFURAÇÃO

A determinação das propriedades dos fluidos de perfuração é de fundamental importância no acompanhamento do fluido durante sua aplicação no poço, para definição de tratamento através de teste-piloto, e em trabalho de pesquisa e desenvolvimento de novas formulações, tanto em sondas como em laboratórios de pesquisa (PETROBRAS, 2011).

As propriedades de controle dos fluidos podem ser físicas ou químicas. As propriedades físicas são mais genéricas e são medidas em qualquer tipo de fluido, enquanto que as químicas são mais específicas e são determinadas para distinguir certos tipos de fluidos (CAENN et al., 2016).

3.3.1 Propriedades físicas

As propriedades físicas mais importantes e frequentemente medidas nas sondas são a densidade, os parâmetros reológicos, as forças géis (inicial e final), os parâmetros de filtração e o teor de sólidos. Outras propriedades físicas de menor uso são a resistividade elétrica, o índice de lubrificidade e a estabilidade elétrica (CAENN et al., 2016).

3.3.1.1 Densidade

A densidade do fluido de perfuração tem que ser tal que a pressão hidrostática exercida pela coluna de fluido evite o influxo de fluido para dentro

do poço, ou seja, o ponto inicial de controle de pressão é o controle da densidade do fluido. O peso da coluna de fluido no poço, necessário para balancear a pressão da formação é ponto de referência em que todos os cálculos de controle de pressão são baseados (ANNIS; SMITH, 1996).

Esta é a propriedade do fluido que assegura, através de pressão hidrostática, a estabilidade das paredes do poço e a concentração dos fluidos nas formações. Fisicamente é a massa do fluido por unidade de volume. Usualmente é expressa em lb/gal (PETROBRAS, 2011).

A densidade não é muito afetada pelas condições de poço. Um aumento na temperatura causa uma diminuição na densidade, mas um aumento na pressão causa um aumento na densidade. Estes efeitos opondo-se um ao outro tendem ao equilíbrio (ANNIS; SMITH, 1996).

Quando se está perfurando um poço, em operações de campo, a densidade é uma das propriedades monitoradas frequentemente e aferidas utilizando o equipamento específico chamado balança de lama pressurizada em alguns instantes necessita-se o aumento desta propriedade para estabilizar alguns tipos de formação (ANNIS; SMITH, 1996).

3.3.1.2 Parâmetros relógios

As propriedades reológicas de um fluido de perfuração são aquelas propriedades que descrevem as características de fluxo de um fluido sob várias circunstâncias de deformação. Em um sistema de circulação de fluido, o fluxo ocorre em uma variedade de taxas nas canalizações de tamanhos e de formas diferentes.

No interesse de saber ou prever os efeitos deste fluxo é preciso saber o comportamento reológico de fluido nos vários pontos de interesse no sistema de circulação (ANNIS E SMITH, 1996). O comportamento do fluxo de um fluido é definido pelos parâmetros reológicos. Para isto, considera-se que o fluido é definido como um modelo reológico, cujos parâmetros vão influir diretamente no cálculo de perdas de cargas na tubulação e velocidade de transporte dos cascalhos (CAENN et al, 2016).

Nas operações de perfuração, o controle das propriedades reológicas tem uma importância fundamental, pois essas propriedades são responsáveis

pela remoção dos cascalhos perfurados e, ainda, influenciam no progresso da perfuração do poço no que se refere à taxa de penetração. No campo, as propriedades reológicas de interesse para o desenvolvimento de um fluido de perfuração são: viscosidade aparente, viscosidade plástica, limite de escoamento (ponto onde começa o fenômeno de escoamento) e força gel. Os fluidos de perfuração são geralmente compostos de uma fase fluida contínua em que sólidos estão dispersos (CAENN et al., 2016).

A viscosidade plástica é a parte da resistência ao fluxo causada pela fricção mecânica. Esta fricção pode ser causada por: concentração de sólidos, tamanho e forma dos sólidos e viscosidade da fase fluida. Para aplicação de campo, a viscosidade plástica é considerada como um guia de controle de sólidos, se a viscosidade plástica aumenta, o volume percentual de sólidos aumenta, ou se o volume percentual permanece constante, o tamanho das partículas sólidas diminui.

Diminuindo o tamanho das partículas aumenta a área superficial das partículas que aumenta a fricção das mesmas dentro do fluido. Esta propriedade pode ser aumentada pelo aumento da concentração dos sólidos ou pela diminuição da área superficial. E pode ser diminuída pela redução da concentração dos sólidos, pela diluição ou pela separação mecânica (CAENN et al., 2016).

A viscosidade aparente é medida através do cisalhamento constante e em um único ponto, expressa em unidades de Poise (Pa.s) ou centipoise (mPa.s). Utilizada na leitura de fluidos pseudo-plásticos. O limite de escoamento representa o esforço requerido para iniciar um fluido em movimento. É um indicador das forças de atração entre as partículas quando o fluido de perfuração está em movimento. Ele pode ser diminuído com afinantes ou, reduzindo o teor de sólidos. A adição de sólidos, a quebra de sólidos em pedaços menores, a introdução de contaminantes, inadequado tratamento químico e a instabilidade à temperatura pode aumentar o limite de escoamento. As diferentes viscosidades do fluido de perfuração podem ser medidas através do viscosímetro (THOMAS, 2004).

3.3.1.3 Forças Geís

Alguns fluidos de perfuração são tixotrópicos, isto é, adquirem um estado de semirrígido quando estão em repouso e voltam a adquirir um estado de fluidez quando estão novamente em movimento. A força gel é um parâmetro também de natureza reológica que indica o grau de gelificação devido à interação elétrica entre as partículas dispersas. A força gel inicial mede a resistência inicial para colocar o fluido em fluxo. A força gel final mede a resistência do fluido para reiniciar o fluxo quando este fica certo tempo em repouso (CAENN et al., 2016).

A diferença entre as forças gel inicial – aquela medida de reologia realizada no campo no momento exato da parada de circulação – e as forças gel final – referente à medida feita após um tempo da parada de circulação – indica o grau de tixotropia do fluido.

O fluido de perfuração é projetado para gelificar gradativamente quando não há cisalhamento aplicado sobre ele. A esta propriedade dá-se o nome de tixotropia, a qual é definida como um decréscimo contínuo da viscosidade com o tempo quando um escoamento é aplicado a uma amostra que tenha estado previamente em repouso e a subsequente recuperação da viscosidade no tempo quando o escoamento é descontinuado. Quando o escoamento é então reiniciado, o gel é quebrado e picos de pressão são observados, os quais podem ser suficientes para comprometer a estabilidade do poço ou até fraturar a formação nas imediações do poço. A tixotropia se caracteriza como um fenômeno isotérmico e reversível. A Figura 1 mostra, esquematicamente, o processo de tixotropia.

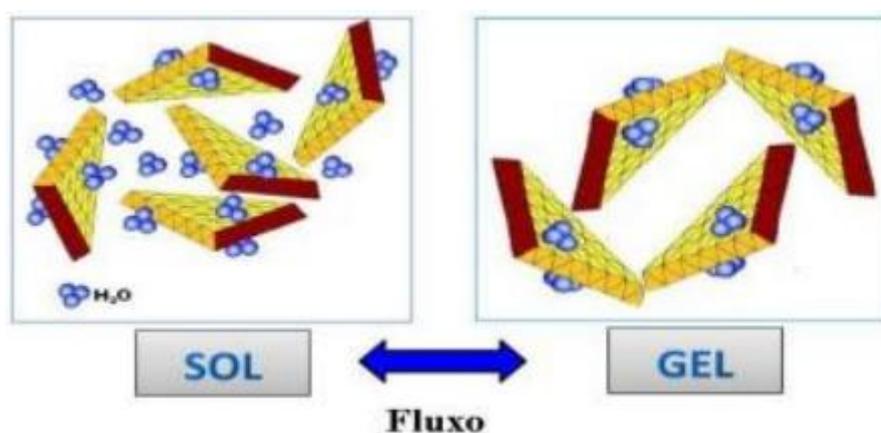


Figura 1 – Representação esquemática do fenômeno de tixotropia
Fonte: (ANNIS; SMITH, 1996)

3.3.1.4 Parâmetro de filtração

A capacidade do fluido de perfuração em formar uma camada de partículas sólidas úmidas, denominada de reboco, sobre as rochas permeáveis expostas pela broca é de fundamental importância para o sucesso da perfuração e da completação do poço. Para formar o reboco, deve haver o influxo da fase líquida do fluido do poço para a formação. Este processo é conhecido como filtração. É essencial que o fluido tenha uma fração razoável de partículas com dimensões ligeiramente menores que as dimensões dos poros das rochas expostas. Quando existem partículas sólidas com dimensões adequadas, a obstrução dos poros é rápida e somente a fase líquida do fluido, o filtrado, invade a rocha. O filtrado e a espessura do reboco são dois parâmetros medidos rotineiramente para definir o comportamento do fluido quanto à filtração (THOMAS, 2004).

A invasão de filtrado na formação pode causar um número de dificuldades em analisar o poço. Se a invasão do filtrado é grande, pode transportar todos os líquidos do poço para a formação antes que este seja recuperado. O filtrado pode, também, reagir quimicamente com a argila dos poros da formação ou com espécies químicas dos fluidos das formações e mudar as características de permeabilidade do poço.

Os elevados valores de volume de filtrado indicam invasão excessiva de filtrado nas formações geológicas. Como consequência pode ocorrer diversos problemas: desmoronamento de formações hidratáveis, avaliações equivocadas da formação de rebocos muito espessos. Além disto, filtrados elevados contribuem fortemente para o processo de prisão diferencial da coluna de perfuração (FARIAS, 2005).

Além da viscosidade aparente e viscosidade plástica, determina-se ainda o volume de filtrado. A determinação do volume de filtrado permite extrair conclusões sobre a qualidade coloidal da argila; quanto maior a proporção de partículas coloidais, menor a porcentagem de água livre no sistema e, conseqüentemente, menor a perda de filtrado (SOUZA, 2002). O volume de filtrado que ultrapassa a parede do poço (reboco) é realizado através do ensaio de volume de filtrado feita em filtro prensa (PEREIRA, 2010).

3.3.1.5 Teor de sólidos

O teor de sólidos, cujo valor deve ser mantido no mínimo possível, é uma propriedade que deve ser controlada com rigor porque o seu aumento implica no aumento de várias outras propriedades, tais como densidade, viscosidade e forças géis, além de aumentar a probabilidade de ocorrência de problemas como desgaste dos equipamentos de circulação, fratura das formações devido à elevação das pressões de bombeio ou hidrostática, prisão da coluna e redução da taxa de penetração (CAENN et al., 2016).

O tratamento do fluido para reduzir o teor de sólidos pode ser preventivo ou corretivo. O tratamento preventivo consiste em inibir o fluido, física ou quimicamente, evitando-se a dispersão dos sólidos perfurados. No método corretivo pode-se fazer uso de equipamentos extratores de sólidos, tais como tanques de decantação, peneiras, hidrociclones e centrifugadores conforme figura 10 ou diluir o fluido (THOMAS, 2004).

As partículas sólidas podem ser convenientemente divididas em três grupos, de acordo com o tamanho: coloides, que conferem propriedades de filtração e viscosidade; silte e barita (algumas vezes chamados "sólidos inertes"), que fornecem densidade; areia, indesejável devido às suas características abrasivas. A atividade da fração coloidal deriva fundamentalmente do tamanho muito pequeno de partícula (e conseqüente área elevada) em relação ao seu peso. A Tabela 2 demonstra a classificação dos sólidos quanto ao tamanho (PEREIRA, 2010).

Tabela 2 – Classificação de Sólidos Quanto ao Tamanho

DENOMINAÇÃO	FAIXA DE TAMANHO (μm)	TIPOS DE PARTÍCULAS
Cascalho	Maior que 2000	Sólidos de perfuração, cascalhos, pedras
Areia	74 a 2000	Areia, sólidos de perfuração
Fluido	2 a 74	Barita, silte, sólidos de perfuração finos
Colóides	Menor que 2	Bentonita, argila, sólidos de perfuração ultrafinos

Fonte: (PEREIRA, 2010)

O controle de sólidos pode ser realizado através do equipamento chamado de retorta a qual fornece os percentuais de água e sólidos existentes no fluido, lidos diretamente numa proveta de 10 ml.

3.3.2 Propriedades químicas

As propriedades químicas determinadas com maior frequência nos laboratórios das sondas são o pH, os teores de cloreto e de bentonita e a alcalinidade. Outras propriedades químicas são o excesso de cal (determinada nos fluidos tratados por cal hidratada), o teor de cálcio e de magnésio, a concentração de H₂S e a concentração de potássio (testada nos fluidos inibidos por gesso) (CAENN et al., 2016).

3.3.2.1 Concentração Hidrogeniônia - pH

A acidez ou alcalinidade relativa de um fluido é convenientemente expressa como pH. Definido como o logaritmo negativo (na base 10) da concentração de íons hidrogênio, unidades de pH diminuem com o aumento da acidez por um fator de 10 (CAENN et al, 2016).

O controle ótimo de alguns sistemas de lama baseia-se no pH, assim como na detecção e no tratamento de alguns contaminantes. A lama produzida

com bentonita e água doce, por exemplo, terá um pH 8 a 9. Contaminação por cimento elevará o pH para 10 a 11, e o tratamento com um polifosfato ácido trará o pH de volta para 8 ou 9. Outras razões para controlar o pH incluem a manutenção das lamas tratadas com cal, a mitigação da corrosão e a utilização eficaz de afinantes.

3.3.2.2 Teor de cloretos ou salinidade

A partir da análise volumétrica de precipitação feita por titulação dos íons cloretos, é possível fazer o teste de salinidade de um fluido, podendo ser expressa em mg/l cloretos, mg/l de NaCl equivalente ou PPM de NaCl equivalente. As determinações de campo do teor salino são um parâmetro importante na medição da água de preparo do fluido, no controle à salinidade de fluidos inibidos com sal, na identificação de influxos de água salgada e na identificação da perfuração de uma rocha ou domo salino (THOMAS, 2004).

3.3.2.3 Teor de bentonita

A bentonita é a argila comercial mais utilizada em fluidos à base de água doce, sendo adicionada para desempenhar uma ou várias das seguintes funções: aumentar a capacidade de limpeza do poço, reduzir as infiltrações nas formações permeáveis, formar uma membrana de baixa permeabilidade (reboco), promover estabilidade do poço e evitar ou controlar a perda de circulação. As quantidades de argila adicionadas ao fluido variam de acordo com as formulações a serem perfuradas (SOUZA, 2002).

A bentonita é usada em muitos fluidos para conferir viscosidade e controlar o volume de filtrado. Sua presença também proporciona ao fluido alta capacidade de transporte e suspensão dos detritos gerados durante a operação de perfuração (CAENN et al., 2016). Sabe-se que a bentonita cálcica possui menor grau de inchamento do que a bentonita sódica, que pode inchar em até 25 vezes o seu volume inicial.

3.3.2.4 Alcalinidade

O pH fornece, por diferença, a alcalinidade de uma solução. Em fluidos de perfuração, tal alcalinidade, percebida pela capacidade de reação com

ácidos, é devido ao sistema carbonato-bicarbonato, além das bases. Uma forma de quantificar esta alcalinidade é fazer a titulação com ácido sulfúrico em meio contendo um indicador apropriado. Para a água incolor, os indicadores são: fenolftaleína e metilorange, mas se a água estiver corada, devido à presença de lignossulfonato, por exemplo, deve-se utilizar o azul de bromofenol em lugar do metilorange, em último caso, deve-se utilizar o vermelho de metila no lugar do metilorange (PEREIRA, 2010).

Para os testes de rotinas, são avaliados os seguintes tipos de alcalinidade presente em um fluido: alcalinidade parcial do filtrado, alcalinidade da lama e alcalinidade total do filtrado. Os testes de rotina podem ser registrados de três maneiras distintas:

1. Alcalinidade parcial do filtrado (Pf), usando a fenolftaleína como indicador, como volume de uma solução tituladora de ácido sulfúrico N/50, em cm³;
2. Alcalinidade parcial do fluido (Pm), usando a fenolftaleína como indicador, como volume de uma solução tituladora de ácido sulfúrico N/50, em cm³;
3. Alcalinidade total do filtrado (Mf), usando o metilorange, como volume de uma solução tituladora de ácido sulfúrico N/50, em cm³.

4 QUESTÕES AMBIENTAIS

As questões ambientais estão ganhando cada vez mais importância no mundo contemporâneo, não são apenas os problemas com vazamento de óleo que estão preocupando os órgãos ambientais responsáveis; outra questão de grande importância é quando nos referimos ao descarte dos fluidos usados em perfuração de poços de petróleo.

Como visto anteriormente os fluidos de perfuração são misturas compostas por uma fase contínua ou dispersante (água ou óleo) e aditivos químicos responsáveis pela alteração das propriedades do fluido. Na sua maioria, esses aditivos não são biodegradáveis, além do que são substâncias de bioacumulação.

Com isso, nota-se que é de fundamental importância a apresentação de um relatório de controle de toxicidade, para que assim possam ser tomadas as

medidas cabíveis para o descarte desses fluidos, sem que ocorra a contaminação do meio ou cause intoxicação individual ou coletiva durante o manuseio dos mesmos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi realizado a partir de análises bibliográficas e buscas em sites, onde foram feitos levantamentos sobre aplicação de fluidos. O trabalho partiu de uma base conceitual bastante sólida e coesa, onde foram abordadas e analisadas as diferentes propriedades dos fluidos, e como as mesmas podem interferir no desempenho dos fluidos durante a perfuração. Deve-se levar em consideração a aplicabilidade de novas tecnologias, devido às novas reservas de petróleo o do pré-sal. Assim, não apenas novos equipamentos serão essenciais para aprimorar as perfurações, mas haverá a necessidade de novos fluidos de perfuração e aditivos como peças fundamentais para o sucesso das operações. Logo, os estudos desses fluidos e seus aditivos serão de grande importância para o mercado exploratório da indústria petrolífera. Uma perfuração de um poço de petróleo otimizada envolve a seleção das condições de operação que exigirão menor despesa para atingir a profundidade desejada, sem sacrificar os requisitos de segurança do pessoal, a proteção ambiental, as informações adequadas sobre as formações perfuradas e a produtividade.

A perfuração bem-sucedida de um poço de petróleo e seu custo dependem amplamente das propriedades do fluido de perfuração. O custo do fluido de perfuração em si é relativamente baixo, entretanto a escolha do fluido adequado e a manutenção das propriedades certas durante a perfuração influenciam profundamente os custos totais do poço uma vez que o fluido de perfuração afeta a avaliação da formação e a subsequente produtividade do poço. Muitos são os parâmetros a serem avaliados para perfurar até a profundidade total planejada inicialmente e atingir o objetivo final depende da taxa de penetração da broca, da prevenção de atrasos causados pelo desmoronamento de folhelhos, por tubos de perfuração presos, por perdas de circulação e outros tantos motivos, todos os quais influenciados pelas

propriedades do fluido de perfuração e um sistema de controle de sólidos eficiente.

REFERÊNCIAS

ANNIS R. M.; SMITH V. M. **Drilling Fluids Technology. Revised Edition Exxon Company U.S.A.**, 1996.

ANP- **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.** Rio de Janeiro, 2010.

CAENN, R.; DARLEY, H. C. H.; GRAY, GRAY, R. **Fluidos de Perfuração e Completação.** 6. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

CATARINA, A. **Perfuração de poços.** Material didático, Apresentação em slides (50), 2007.

FARIAS, K. V. **Influencia de umectante aniônico na reologia e espessura do reboco de fluidos hidroargilosos.** Novembro 2005. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, Paraíba.

LIMA, H. R. P. **Fundamentos de Perfuração.** Apostila do curso de formação de engenheiros de petróleo da Petrobras, Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos NorteNordeste, Salvador : 2001, cap. I, II e 9, p. 1-14 e 159-166.

PEREIRA, ALEXANDRE Z. I. **Acidificação de Formações.** Rio de Janeiro: Petrobras, 2010.

PEREIRA, A. F. C. **Problemas de estabilização de poços petrolíferos: as questões críticas no onshore e no offshore.** 2014. Dissertação (Mestrado em Engenharia Geológica e de Minas). Universidade Técnica de Lisboa. 67 p. 2014.

PETROBRAS. **Manual de Fluidos.** 1. ed. Rio de Janeiro: Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A., 2011.

SOUZA, P. J. B.; LIMA, V. L. **Avaliação das técnicas de disposição de rejeitos da perfuração terrestre de poços de petróleo.** Monografia (Curso de Especialização em Gerenciamento e Tecnologias Ambientais na Indústria). 2002. Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, Salvador. 38 p. Disponível em: www.teclim.ufba.br/site/material_online/monografias/mono_souza_e_lima.pdf Acesso em: 02 mar. 2018.

THOMAS, J. E.; TRIGGIA, A. A.; CORREA C. A.; FILHO, C. V.; XAVIER, J. A.; CARVALHO, R. S. **Fundamentos de Engenharia de Petróleo.** 2a Ed. Editora: INTERCIÊNCIA. Rio de Janeiro, 2004. Acesso em: 20 fev. 2018. UFPR.

Apostila de Perfuração. Disponível em: www.tecnicodepetroleo.ufpr.br/apostilas/engenheiro_do_petroleo/perfuracoes.pdf acesso em: 25. Abr. 2018.

A MORTE ASSISTIDA E SUAS RAZÕES

ASSISTED DEATH AND ITS REASONS

LA MUERTE ASISTIDA E SUS RAZONES

Nathália Pontes Vieira

Bacharelada em Direito

Brenon Adriano Maluf Molina Balthar

Bacharelado em Direito, Professor de Língua Estrangeira Inglesa, Italiana e Espanhola

Marlene Soares Freire Germano

Mestre em Educação, Professora de Filosofia e Filosofia do Direito, Metodologia Científica da Universidade Iguazu/Campus V

RESUMO

Este artigo aborda o tema da Morte Assistida, tradicionalmente conhecida como suicídio assistido. O objetivo é realizar um estudo sobre a morte assistida, conceituando esse instituto e abordando as justificativas que levam as pessoas a optarem por essa prática. Esse assunto tem sido tema de muitos debates na sociedade, haja vista as pessoas optarem por esse ato com o único propósito de ter uma morte digna e pôr fim ao sofrimento de uma dor insuportável, que afeta a própria vida e a de seus familiares. O grande atrativo pelo tema surge das grandes discussões em sociedade, sendo um conjunto de questões debatidas em vários níveis. Esta pesquisa é de cunho bibliográfico, realizada a partir de fontes legais e doutrinárias, artigos científicos da internet, legislação brasileira e estudo de caso, com referencial teórico embasado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da autonomia da vontade. Conclui-se que a maior parte dos pacientes não possui o desejo de morrer, esse afã advém das intensas dores e excessivos tratamentos em consequência do desenvolvimento de uma doença. Dessa forma, existem vários fatores que contribuem para a decisão de se submeterem à morte assistida, conforme se verá neste trabalho.

Palavras-Chave: Morte Assistida. Doença terminal. Sofrimento. Autonomia.

ABSTRACT

This article approaches the theme of Assisted Death, traditionally known as Assisted Suicide. The objective is to conduct a study on assisted death, conceptualizing this institute and addressing the justifications that lead people to opt for this practice. This subject has been the topic of many debates in society, since people opt for this act with the sole purpose of a dignified death and put an end to the suffering of

unbearable pain that affects their own lives and that of their families. The great attraction for the theme arises from the great discussions in society, being a set of issues debated at several levels. This research is based on bibliographical data, based on legal and doctrinal sources, scientific articles on the Internet, Brazilian legislation and case study, with theoretical reference based on the principles of the dignity of the human person and the autonomy of the will. It is concluded that the majority of the patients do not have the desire to die, this anxiety comes from the intense pains and excessive treatments as a consequence of the development of a disease. Therefore, there are several factors that contribute to the decision to undergo assisted death, as will be seen in this study.

Keywords: Assisted Death. Terminal illness. Suffering. Autonomy.

RESUMEM

Este artículo aborda el tema de la muerte asistida, tradicionalmente conocida como suicidio asistido. El objetivo es realizar un estudio sobre la muerte asistida, conceptuando ese instituto y abordando las justificaciones que llevan a las personas a optar por esa práctica. Este tópico ha sido tema de muchos debates en la sociedad, cuando las personas eligen este acto con el único propósito de tener una muerte digna y poner fin al sufrimiento de un dolor insostenible que afecta la propia vida y la de sus familiares. El gran atractivo por el tema surge de las grandes discusiones en sociedad, siendo un conjunto de cuestiones debatidas en varios niveles. Esta investigación es de tipo bibliográfico, realizada a partir de fuentes legales y doctrinarias, artículos científicos de internet, legislación brasileña y estudio de caso, con referencial teórico basado en los principios de la dignidad de la persona humana y de la autonomía de la voluntad. Se concluye que la mayoría de los pacientes no tienen el deseo de morir, ese afán viene de los intensos dolores y excesivos tratamientos como consecuencia del desarrollo de una enfermedad. De esta forma, existen varios factores que contribuyen a la decisión de someterse a la muerte asistida, conforme se verá en este trabajo.

Palabras clave: Muerte asistida. Enfermedad terminal. Sufrimiento. Autonomía

Consideração Inicial

O Trabalho aborda um dos temas contemporâneos mais polêmicos perante a sociedade, pois divide opiniões, visto que, prevalece a vontade própria do ser humano em pôr fim à sua vida, desejando morrer com dignidade. A morte digna não é um tema recente na história da humanidade, embora diversos tipos de assistências prestadas a pacientes com doenças avançadas e terminais tenham sido objeto de intenso debate atualmente na literatura. O grande atrativo pelo tema, surge das grandes discussões em sociedade, sendo um conjunto de questões debatidas

em vários níveis. As pessoas temem a morte, mas de todas as certezas que os seres vivos têm, é de que um dia todos atravessarão esse momento. Essa realidade estabelece conflitos para a maioria dos seres vivos, pois deseja-se viver mais e mais, aproveitando-se a vida da melhor forma possível, entretanto, às vezes, algumas pessoas se veem passando por determinadas situações de muito sofrimento, e, não suportando mais viver em meio a tanta angústia e sofrimento, preferem a morte a prolongar esse sofrimento.

Com o passar dos anos, a tecnologia teve grandes avanços no contexto da medicina, possibilitando aumento da expectativa de vida das pessoas e o prolongamento do processo de morte por um lapso temporal cada vez maior – uma boa notícia para uns e sofrimento para outros, a postergação vida em sofrimento.

A presente pesquisa apresentou a seguinte situação-problema: Que razões levam uma pessoa a procurar a morte assistida para solucionar um problema de intensa dor? Muitas pessoas dizem que é loucura falar de morte, mas há quem entende como uma solução para um doente acometido de sérias e intermináveis dores, pois pode ser esta a única forma de acabar com o sofrimento de anos sem solução. A escolha do tema se deu por tratar de um assunto muito interessante, e polêmico, pois a morte assistida na sociedade é tratada como um tabu, sendo já um tema de alta relevância a ser discutido e estudado com participação de vários segmentos da sociedade, pois várias pessoas gostariam de morrer dignamente.

Esta pesquisa é de cunho bibliográfico, realizada a partir de fontes legais e doutrinas, artigos científicos da internet e legislação brasileira, com referencial teórico embasado nos princípios da dignidade da pessoa humana e o da autonomia da vontade – ambos garantidores do direito à liberdade de escolha do ser humano.

Visa-se neste trabalho apresentar um estudo sobre as possíveis razões que levam as pessoas a optarem pela prática da morte assistida, levando o leitor a refletir sobre o sentido da vida e o porquê de abreviá-la.

A morte assistida

A morte assistida, também tradicionalmente denominada suicídio assistido é o tema que ora se estuda. O suicídio aqui abordado não é aquele sobre o qual se fala diariamente, indicando situações em que as pessoas põem fim à própria vida em

razão de depressão. Aborda-se aqui a opção pela decisão do término de uma vida com sofrimento intenso de pessoas com doenças incuráveis que recorrem à alternativa da morte assistida, quando já não existem forças para resistir a tanta dor e sofrimento causado por uma enfermidade que irá levá-lo à morte, mais tarde, de forma dolorida, à custa de muito sofrimento.

Ingrid Esslinger (2008, p. 23) escreve que: “falar sobre morte e o morrer numa sociedade na qual cada vez mais se valorizam o belo, a eterna juventude ou mesmo a busca da “permanência” a qualquer custo é árdua tarefa!”.

Não raro se é surpreendido por comentários do tipo “será que não dá para falar de vida?” Entretanto, desligar a vida da morte como se elas não estivessem plenamente juntas é o grande problema enfrentado pela sociedade contemporânea. É necessário que se perceba que vida e morte são duas faces da mesma moeda, são fases do ciclo vital e precisam ser pensadas. E para efeitos deste estudo é muito importante que se diferencie a morte assistida, planejada e pensada do suicídio por ato desesperado:

Há uma morte que vem de fora e uma morte que cresce por dentro. Cada uma delas produz uma dor diferente. [...] A morte do suicida não é coisa que venha de fora, é gesto que nasce de dentro. Seu cadáver é o último acorde, término de uma melodia que vinha sendo preparada no silêncio de seu ser. [...] O que assusta é precisamente pensar que, quem sabe, o desejo de morrer também more, escondido, dentro da gente. [...] O assustador é precisamente isso: que esse desejo, não de morte, mas de outra espécie de fim, more também dentro do meu corpo. Daí o espanto ante o corpo do suicida: estamos tão próximo um do outro (ALVES APUD ESSLINGER, 2008, p. 24).

A morte assistida, portanto, é quando já se está condenado à morte, quando a medicina já não pode oferecer esperança nem qualidade de vida. É querer antecipar um fim que inevitavelmente está próximo.

O termo suicídio foi instituído no século XVII a partir do latim: *sui* (auto) e *cidium* (assassinio), ou seja, é o ato intencional de matar a si mesmo.

Suicídio assistido designa a retirada da própria vida com auxílio ou assistência de terceiro. O ato causador da morte é de autoria daquele que põe termo à própria vida. O terceiro colabora com o ato, quer prestando informações, que colocando à disposição do paciente os meios e condições necessárias à prática. O auxílio e assistência diferem da indução ao suicídio. No primeiro a vontade advém do paciente, ao passo que no outro o terceiro age sobre a vontade do

sujeito passivo, de modo a interferir com sua liberdade de ação (BARROSO, MARTEL, 2012, p. 27).

Diante desta conceituação, para que o ato seja considerado suicídio assistido ou morte assistida, deverá apresentar elementos básicos: expressa intenção do agente e que ele esteja consciente de que de seu ato resultará a própria morte. Para os defensores da prática, este ato somente poderá ser concebido mediante manifestação expressa do paciente, em razão de diagnóstico de grave doença física ou mental, comprovada por três médicos, sendo um deles o médico que cuidou do paciente; quando a morte esta próxima a acontecer; quando houver a orientação ou auxílio de profissionais da medicina; e quando houver ausência de interesse por parte dos médicos (agirem apenas por piedade) (HERRERA, 2015).

A prática é permitida em alguns países do mundo, como na Holanda, Bélgica, Suíça, Luxemburgo, Colômbia, Canadá e em cinco estados Norte Americanos, e que de uma maneira ou de outra o assunto se tornou público, entretanto, veio a ser motivo de debates em todo o mundo.

No Brasil a Constituição da República Federativa de 1988, defende o direito à vida, em todos os aspectos. Não menos importante, o Código Penal Brasileiro (CPB), em seu Artigo 122, fixa punições para o ato de auxiliar uma pessoa a se suicidar. A lei brasileira determina que a pessoa que induzir, instigar ou auxiliar alguém a cometer suicídio, está praticando crime. Entretanto, para o suicida, a conduta é penalmente irrelevante, sendo, portanto, atípica – não constitui crime.

Existem atualmente instrumentos que facultam ao paciente a decisão de fazer disposições a respeito de sua vontade sobre sua saúde para quando sobrevier incapacidade as pessoas não decidam por ela. São as denominadas Diretivas Antecipadas de Vontade (DAV), que é gênero, que apresentam duas espécies: o testamento vital e o mandato duradouro.

O testamento do paciente consiste num documento escrito por parte de uma pessoa maior e capaz, geralmente na presença de testemunhas e que contém directivas a respeito dos tratamentos nos últimos momentos da vida e tendo vista eventuais situações de incapacidade de tomar decisões por e sobre si próprio (BARCELLOS APUD PEREIRA, 2004, p. 204).

André Gonçalo Dias Pereira (2004), professor da Universidade de Coimbra apud Saldanha, diz que, foram criados institutos que visam assegurar a dignidade da pessoa humana, garantindo o respeito pela sua autonomia.

Segundo menciona Saldanha apud Roxana Borges, o instituto do testamento vital, também conhecido como “LIVING WILL”:

[...] é um documento em que a pessoa determina, de forma escrita, que tipo de tratamento deseja para a ocasião em que se encontrar doente, em estado incurável ou terminal, e incapaz de manifestar sua vontade. Visa-se com o testamento vital, a influir sobre os médicos no sentido de uma determinada forma de procedimento ou, simplesmente, no sentido do não tratamento, como uma vontade do paciente que pode vir a estar incapacitado de manifestar sua vontade em razão da doença (SALDANHA, 2017, p. 71).

Segundo Saldanha (2017), essa norma criada visa estipular previamente a vontade do doente, antes mesmo de descobrir certa doença, para que no caso do mesmo encontrar-se em estado de inconsciência, causada por uma gravidade por uma doença degenerativa, prevaleça sua decisão manifestada em sua tese.

Vale considerar neste estudo ainda as relações da morte assistida com a eutanásia, que não são institutos equivalentes, conforme se pode constatar pela abordagem do próximo tópico.

Relações da morte assistida com a eutanásia

A morte assistida segundo Silveira (2009) consiste em propiciar ao doente, meio necessário para que provoque a própria morte, que normalmente consiste em aplicações de doses de medicamentos, suficientes para letalidade instantânea. Este instituto enseja uma subespécie da eutanásia. Já Vieira (2012, p. 103) conceitua como “[...] emprego ou obtenção de procedimentos que permitem apressar ou provocar o óbito de um doente incurável, a fim de livrá-lo dos extremos sofrimentos que o assaltam ou em razão de outro motivo de ordem ética”.

A eutanásia consiste em um procedimento muito parecido com a morte assistida, podendo às vezes até confundir, conforme se pode verificar no paralelo apresentado a seguir:

Na eutanásia, o médico age ou omite-se. Dessa ação ou omissão surge, diretamente, a morte. No suicídio assistido, a morte não depende diretamente da ação de terceiro. Ela é consequência de uma ação do próprio paciente, que pode ter sido orientado, auxiliado

ou apenas observado por esse terceiro (SÁ, MOUREIRA, 2012, P. 165).

Tanto na morte assistida quanto na eutanásia, tem-se que observar o elemento volitivo, ou seja, a vontade do paciente.

Eutanásia deriva do grego *eu* (boa) e *thanatos* (morte), podendo ser traduzido como “boa morte” ou “morte apropriada”. A palavra eutanásia foi empregada pela primeira vez por Francis Bacon, no século XVII. Segundo Monica Silveira (2009), anteriormente diversos doutrinadores já apresentavam registros históricos da prática da eutanásia, antes mesmo, da criação do termo ou da atribuição do sentido que tem hoje:

Os celtas eliminavam os nascidos com características monstruosas e os idosos enfermos, os brâmanes abandonavam na selva as crianças de má índole, consideradas desgraças, e, na Índia, realizavam-se cerimônias públicas, nas quais os portadores de doenças graves eram atirados no Rio Ganges, com a boca e as narinas obstruídas com lama sagrada (RODRIGUES APUD SILVEIRA, 2012, p. 170).

Alguns autores costumam indicar eutanásia somente aos adultos, capazes de expressarem vontade, entretanto, outros, aplicam as mesmas considerações aos incapazes e aos que se encontram impossibilitados de exprimir sua vontade, como por exemplo, crianças, especialmente recém-nascidos:

[...] hoje se fala em eutanásia não apenas em relação ao doente grave e terminal, mas também em outras situações: no caso dos recém-nascidos com graves defeitos, que, sugerem alguns, deve ser abandonado mediante a subtração de alimento para evitar o sofrimento – assim se argumenta – do indivíduo e o peso para a sociedade; nesta situação se fala de eutanásia do recém-nascido (ELIO SGRECCIA APUD VIEIRA, 2012, p. 105).

Fundamentos ético-jurídicos da morte assistida

Perante, as discussões a respeito do início e do fim da vida, algumas questões ético-jurídicas precisam ser analisadas, como os princípios da bioética e do biodireito, dentre eles o princípio da autonomia, da beneficência e o da dignidade da pessoa humana.

A autonomia para decidir sobre a própria morte, o direito de escolher dar fim ao sofrimento através da morte.

Assegura a lei francesa que todo paciente tem direito de ser informado sobre sua saúde, inclusive no que tange a medidas

protetivas propostas, sua utilidade, seu grau de urgência, suas consequências, riscos previsíveis ou graves que têm sobre as alternativas e consequências prováveis em caso de recusa. Diante de tais informações, a referida lei assegura ao indivíduo a liberdade para tomar decisões sobre sua saúde (SÁ, MOUREIRA, 2012, p. 163).

Tomada a decisão pelo paciente de pôr fim ao sofrimento por meio do suicídio assistido, deve o médico respeitá-la, interrompendo qualquer tratamento, nos casos em que o paciente é capaz de se autodeterminar.

Exigem, da mesma forma, definições com respeito à autonomia, quando a capacidade de decidir, do sujeito que está comprometido. São as pessoas consideradas vulneráveis. Segundo Sá e Moureira (2012, p.169):

[...] o direito civil, ao instituir o regime das incapacidades, pretendeu proteger os indivíduos que padecessem de qualquer limitação ao exercício da sua autonomia. A clássica teoria das incapacidades foi construída sob a égide do individualismo e do patrimonialismo, cujo propósito, inegável, era a proteção do patrimônio do incapaz.

Portanto, Sá e Moureira explicam que esse posicionamento do direito foi mantido até o momento em que os incapazes começaram a buscar seus próprios direitos, rumo ao reconhecimento de sua autonomia, ainda que meio limitada, todavia nem todas as situações são parecidas ou iguais; diante de cada circunstância fática, é necessária a discussão sobre a capacidade e autonomia privada dos então incapazes, em cada caso, isoladamente.

Nesse caso, no lugar da autonomia, “[...] toma lugar a atuação externa de quem realmente tem capacidade para discernir quais são os melhores interesses do indivíduo demente, e devido a ele” (HERRERA, 2015).

E é esse princípio da beneficência, princípio inerente ao da autonomia, que proporciona a calma para as pessoas. Visto que, quando uma pessoa está sob cuidados de outra, a ela é assegurado o direito de que esta tome decisões, para satisfazer aos seus interesses mais importantes. “o princípio da beneficência apontará para uma justificativa aceitável para que um profissional de saúde colabore com a assistência no processo de morte a fim de eliminar a dor e o sofrimento derivado de uma doença incurável” (HERRERA, 2015).

Fahd Awad salienta que a Constituição Federal de 1988 (BRASIL. CF, 1988) deixa claro que o Estado Democrático de Direito tem como fundamento a dignidade

da pessoa humana. A CRFB/88 reconheceu que na dignidade pessoal privilegia todo o ser humano ao ser respeitado como pessoa de não ser lesado em sua vivência (a vida, o corpo e a saúde) e de desfrutar de um domínio existencial próprio.

A dignidade da pessoa humana deve ser entendida como:

[...] algo que não se pode possuir por natureza, mas que decorrer de inserção do indivíduo humano em uma esfera de relações, na qual os vínculos interpessoais favorecem o seu reconhecimento enquanto pessoa, efetivamente, livre e igual, capaz de construir e afirmar a sua personalidade (SÁ, MOUREIRA, 2012, p. 56).

A dignidade da pessoa humana, não mais entendida como apenas um princípio jurídico, mas como um axioma a permear todas as condutas no Estado democrático de direito (ROSENVALD, 2007), passa a ser o fio condutor de todas as relações em sociedade e também as questões de vida e de morte necessitam passar obrigatoriamente pelo crivo deste princípio-base do ordenamento jurídico.

Justificativas para a prática da morte assistida

Na maior parte dos desejos dos doentes não é morrer, esse desejo advém do resultado no prognóstico quando surge a piora no tratamento e como consequência o desenvolvimento da doença. Desta forma, existem fatores que contribuem para a mudança de pensamento, fatores que fazem sentir quando a morte se aproxima. Que justifica a busca pela prática da morte assistida.

Geralmente a sociedade constrói uma noção de morte ligada à dor, ao sofrimento:

[...] a ideia da morte encontra-se sempre ligada à ideia de dor, e que uns dos principais motivos pelos quais se teme a morte é o medo de que seja ela dolorosa, o que também justificaria o direito de abreviar uma vida que se converteu em fonte de sofrimento [...] (VIEIRA APUD MENEZES, 2009, p. 171).

O sofrimento é parte inseparável da existência humana, principalmente quando há um diagnóstico negativo, colocando os pacientes em seus últimos dias ao lado de sofisticados aparelhos, procedimentos invasivos e disposição médica obstinada a vencer a morte sempre, tendo como resultado os últimos dias do paciente, muitas vezes desenganados, deslocados para o ambiente hospitalar, nos leitos frios de uma UTI, submetendo-o a vários exames, pois o importante no momento é que tudo esteja equilibrado, e os sinais vitais mantidos.

Segunda a filósofa Marilena Chauí

Vivemos num mundo dominado pelos avanços da tecnologia e cujo 'progresso' sequestra a identidade das pessoas e que mesmo aqueles que circunstancialmente podem usufruir dos resultados da fartura trazidos pela ciência e pela tecnologia tornam-se reféns daquilo que o pensador Otavio Paz interpretou como sendo a condição de o progresso ter preenchido a historia humana com as maravilhas e os monstros da tecnologia, ao mesmo tempo que roubava dos indivíduos a essência de suas vidas pessoais, dando-lhes mais coisas e simultaneamente retirando-lhes a condição de seres biográficos (SÁ, DADALTO, 2018, p. 100). Grifo da autora.

Nesse meio tempo, esquecendo que diante de todo esse controle, do querer bem, da esperança de melhora, em meio os diagnósticos cada vez mais desesperadores, o paciente é esquecido e é quem não suporta mais todos os tipos de tratamentos; tudo que ele mais quer é que seu sofrimento acabe, porém com toda a tentativa de amenização de dor física, a dor de vivenciar tudo ao seu redor e sem poder tomar uma atitude para que seu estado de saúde melhore, causa mais sofrimento, chegando a um ponto que o sofrimento é tão grande para o paciente, que não há como suportar mais.

A doença terminal corresponde aquela que não mais apresenta qualquer tipo de resposta a procedimentos destinados a recuperar o estado anterior à doença que lhe acomete, ou mesmo próximo a ele. (GOUVEIA, 2017, p. 162).

Sendo assim, o doente deseja manter o controle sobre a sua situação e a independência de tomar a sua decisão, para eficácia em tempo futuro, no caso de sua doença vir a piorar. Assim, os pedidos de morte assistida representam o medo de não se ter a capacidade, no futuro, de poder fazer a sua escolha (SANTOS, 2011, p. 53). Medo de ter que se submeter muitas vezes a remoção de seu ambiente familiar e ser levado às pressas para uma sala de emergência, o começo de uma longa batalha, que leva ao paciente perder a o sentido da vida.

Quando um paciente está gravemente enfermo, em geral é tratado como alguém sem direito a opinar. Quase sempre é outra pessoa quem decide sobre se, quando e onde um paciente deverá ser hospitalizado. Custaria tão pouco lembrar-se de que o doente também tem sentimentos, desejos, opiniões e, acima de tudo, o direito de ser ouvido (ROSS, 2012, p. 12).

Como já dito no início, não se fala aqui da morte por depressão, e sim por doença terminal. Assim, é necessário determinar a sua incapacidade e nunca

permitir que uma pessoa com depressão sendo ela sã, procure o procedimento de morte assistida.

Com a chegada de um diagnóstico negativo de um doente, a vida do enfermo se transforma, sendo assim, conseqüentemente transformando a vida dos familiares, e é cruel inicialmente exigir a presença constante de qualquer um dos membros da família, sendo que, cada um deles tem suas ocupações cotidianas. O doente acaba por sofrer ainda mais, sentindo-se um peso para os familiares, pois, a vida do familiar às vezes pode ser interrompida para ter que cuidar do doente, a rotina não é mais a mesma, um simples ato de ir ao supermercado é dificultoso.

Assim como temos de renovar o ar dos pulmões, as pessoas têm de “recarregar suas baterias” fora do quarto do doente e, de vez quando, viver uma vida normal (ROSS, 2012, p.165).

O doente sofre de ver que por causa dele os familiares são privados dos momentos de lazeres, dos seus afazeres. A doença faz com que o lar se adapte e se transforme, preparando os familiares para a longa batalha. Fazendo com que o doente sinta-se um peso para a família.

Relatos de Casos em que pessoas optaram pela morte assistida

A morte assistida é uma realidade, embora não seja legalizada em diversos países, como é o caso do Brasil. As atenções e debates são voltadas ao tema quando há pessoas que, sem esperança de vida, desejam antecipar o fim de suas vidas.

O caso Robert James Stransham-Ford, Na África do Sul

Robert James Stransham-Ford, conhecido como Robin, era um prestigiado advogado com 35 anos de profissão, tendo exercido outras atividades profissionais. Tinha 65 anos, quatro filhos, três dos quais com mais de 25 anos, e uma filha com 12 anos, que estava sob a guarda da mãe. Tinha amplos conhecimentos inerentes à profissão e sabia exatamente o que queria e por que queria. Em 19 de Fevereiro de 2013, realizou exames e foi diagnosticado um adenocarcinoma. O tumor foi analisado como agressivo e dentro de um ano e meio já havia se disseminado e atingido órgãos e estrutura do sistema linfático. A doença, no correr dos anos, foi evoluindo, e o câncer chegou no Estágio IV, o último grau da escala de

estadiamento desse tipo de câncer, que inclui metástase em outros órgãos, com expectativa de alguns dias de vida. Robin q por uma psicóloga clínica, que concluiu que ele não apresentava qualquer limitação e não havia evidência de distúrbios psiquiátricos. Mantinha boa compreensão da sua doença, do seu prognóstico e dos aspectos éticos e legais da morte assistida.

Em Abril de 2015, Robert James Stransham-Ford ajuizou uma ação pedindo um alvará para que um médico pudesse aplicar-lhe ou disponibilizar-lhe, para autoaplicação, drogas letais. O paciente dizia que não tinha medo de morrer, mas que tinha medo de morrer sofrendo, por esse motivo buscou o direito de poder realizar a prática da morte assistida. A decisão judicial favorável ao autor foi despachada em Abril de 2015, aproximadamente duas horas após a sua morte (SÁ, DADALTO, 2018).

O caso David Goodall, Austrália

David Goodall, o cientista australiano de 104 anos que viajou até a Suíça para empregar a prática da morte assistida na Basileia – uma possibilidade negada em seu país.

Goodall não possuía nenhuma doença terminal, mas considerava que sua qualidade de vida havia piorado e desejava morrer. A princípio, ele apelou, às autoridades australianas que permitissem o suicídio assistido, mas não teve êxito. Então resolveu ir à Suíça, onde várias fundações oferecem o serviço.

A morte foi confirmada pela clínica Exit International, instituição que ajuda pacientes a morrerem na Suíça, onde o suicídio assistido é legal. O pesquisador escolheu uma injeção letal para morrer e caiu no sono segundos depois. O cientista estava acompanhado de netos, familiares e médicos.

Goodall Nasceu em Londres, mas vivia sozinho no Leste da Austrália, ele deixou seu emprego em 1979, mas se manteve trabalhando depois disso, editou uma serie de livros de com 30 volumes, e foi nomeado membro da Austrália por seu trabalho científico.

Em 2016 o centro de ensino da Universidade Edith Cowan de Perth solicitou que abandonasse o cargo, alegando riscos vinculados a seus deslocamentos, mas a universidade recuou em sua decisão após a indignação provocada pela notícia.

Segundo Notícia o site www.em.com.br, David Goodall, "Preferia morrer na Austrália e lamentou muito que a Austrália esteja atrasada em relação à Suíça nesta questão".

O caso Nancy Cruzan, nos Estados Unidos da América

Nancy Cruzan sofreu um acidente em Janeiro de 1983, aos 25 anos, ao dirigir próximo à cidade de Carteville, no Estado de Missouri, perdeu o controle de seu carro e após capotar teve seu corpo arremessado para fora do veículo tendo sido encontrada inconsciente e sem sinais vitais, por profissionais. Os atendentes procederam tentando reanimar a paciente e transportaram para o hospital da região. Examinada por neurocirurgião, eles detectaram que já tinha transcorrido o prazo superior a 10 minutos para que os dados vitais da paciente fossem restaurados, sendo assim, ocorreu anoxia severa ao sistema nervoso central, resultando dano cerebral irreversível com provável estado vegetativo persistente.

Após a internação, a paciente continuou em estado de coma por três semanas, sem esboçar qualquer sinal de retomada de contato com o meio ambiente. A equipe médica optou por alimentá-la por sonda gástrica, procedimento feito com o consentimento do esposo da paciente. Passados dez meses de internação, em outubro do mesmo ano, não tendo ocorrido nenhuma mudança no quadro clínico, com diagnóstico definitivo de EVP, os pais e o marido da paciente solicitaram aos médicos a suspensão dos procedimentos de suporte vital, incluindo alimentação e hidratação. A argumentação dos familiares era que conforme a explicação detalhada dos profissionais de saúde, a EVP é uma condição irreversível e Nancy jamais recuperaria sua vida normal, permanecendo indefinidamente em estado vegetativo. O hospital e a equipe médica se negaram a atender a solicitação dos familiares admitindo rever a decisão somente diante da apresentação de uma ordem judicial. Os familiares foram em busca da obtenção da ordem judicial, que desencadeou um prolongado debate na esfera judicial. Ajuizaram a primeira ação, mas não obtiveram sucesso, sendo indeferido o pedido. Ajuizada nova ação, o pedido foi deferido para suspender todas as medidas de suporte artificial da vida, Nancy Cruzan faleceu em 26 de Dezembro de 1990 (SÁ, DADALTO, 2018).

O caso Letícia franco, no Brasil

Há oito anos, Letícia foi diagnosticada como portadora de uma doença autoimune chamada dermatopolimiosite. Doenças autoimunes são aquelas em que o organismo passa a atacar células saudáveis do próprio corpo. No caso da dermatopolimiosite, o principal efeito é sobre os músculos e a pele. Mas pela complexidade de seu quadro, ela recebeu, mais tarde, outro diagnóstico: de ter uma rara síndrome ligada ao uso de prótese de silicone.

Na primeira internação, quando seus membros ficaram paralisados e ela mal conseguia abrir os olhos, passou três meses no hospital.

Nunca tinha ouvido falar nessa doença, não lembro de ter estudado isso na faculdade. Ali eu soube que meus músculos estavam morrendo. Eu corria, participava de competições, malhava muito. Tenho 1,73 m e cheguei no hospital pesando 78 kg, a maior parte de músculo. Quando eu tive alta estava pesando 43 kg (G1.GLOBO.COM).

O seu primeiro diagnóstico foi quando estava prestes a se casar, o casamento já estava marcado. O medo de a noiva ter crises ainda maiores fez com que o noivo terminasse o relacionamento, segundo ela.

"Eu estava horrorosa, ele não quis mais saber. Como ele era médico também, sabia que ia ser difícil e falou pra eu ficar sendo cuidada pelos meus pais."

A cada quatro meses ela tinha crise da doença, e manifestou sintomas de outras enfermidades, como lúpus e esclerodermia. Por consequência da grande carga de cortisona tomada, foi desenvolvido osteoporose e passado a sofrer fraturas.

A médica hoje se locomove em cadeira de rodas e diz que a dor que sente é tanta que precisa tomar morfina de quatro em quatro horas. Há alguns anos o quadro piorou, muitas dores nas articulações e músculos, e as constantes paralisias, com o tempo começou a ter paradas respiratórias e outros sintomas. O médico do Hospital das Clínicas de São Paulo, diagnosticou ela como portadora de uma nova síndrome, chamada ASIA, que ainda está sendo estudada.

Ela e o reumatologista que a atendeu no Hospital das Clínicas, em São Paulo, acreditam que a prótese de silicone colocada pela primeira vez aos 18 anos, e que se rompeu anos depois, teria sido a responsável para que ela desenvolvesse a doença.

Os sintomas da síndrome se assemelham muito aos de algumas doenças autoimunes, como a dermatopolimiosite, com a qual foi inicialmente diagnosticada.

No ano passado, foi internada e fez a traqueostomia para poder respirar, neste momento que começou a pensar no suicídio assistido. Como médica, ela sempre defendeu que pacientes de doenças incuráveis ou com morte cerebral pudessem ter essa opção.

Quantas vezes minha mãe pegou na mão e disse “Descansa, que vai ficar tudo bem”. E eu via aquele olhar cheio de lágrimas. Isso pra mim dói mais que a doença, eu tô matando meus pais com tudo isso. Por isso pensei: se eu não posso voltar atrás e não ter essa doença, o que posso tentar é um final melhor, com dignidade (G1.GLOBO.COM).

Católica praticante, a oftalmologista conta que a decisão pela pratica fez perder algumas noites de sono.

Ao receber um e-mail com instruções da clínica de morte assistida Dignitas, na Suíça, comunicou a decisão aos pais. Em um primeiro momento, eles aceitaram levá-la até o local, mas depois desistiram da ideia.

Aflita com a negativa da família, a médica tentou tirar a própria vida com um bisturi. Foi salva pelos pais e ficou internada mais alguns dias. Dentro desse período no hospital, ela consultou três padres:

Falei pra eles do sofrimento meu e da minha família e perguntei se Deus ia me perdoar, se estava vendo a cruz que eu carrego, diz. Um me perguntou o que eu faria se fosse o contrário, se eu levaria minha mãe para morrer. E eu disse que sim, eu levaria. E todos me falaram que não iriam interferir na minha decisão, que só Deus conhecia meu coração (G1.GLOBO.COM).

Então, recebeu um e-mail que a fez suspender o plano da morte assistida. Ela havia escrito para o médico israelense Yehuda Shoefeld, um dos principais pesquisadores da síndrome ASIA no mundo, relatando seu caso e oferecendo-se para servir de estudos para suas buscas sobre a doença. O cientista, que é professor da Universidade de Tel Aviv, sugere que Ela tentasse se submeter a um dos tratamentos recomendados por ele para tentar evitar crises, mas não se compromete a recebê-la para estudar seu caso. A médica diz que pretende ir a Israel conhecer Shoefeld. "Eu sou médica, minha vida toda foi doação, então pensei que é um final justo eu poder ajudar os outros."

Letícia recebeu inúmeras ligações, Enquanto tomava remédios para controlar as dores que sentia, ela escutava o som dos telefonemas. A pedido da filha, a mãe da médica atendeu uma das ligações. No outro lado da linha, o empresário Guilherme, de 29 anos, pediu para rever a ex-namorada. Ele resolveu retomar o contato com Letícia após descobrir que ela decidira morrer.

Para Letícia e Guilherme, aquela última noite de março marcou a retomada de uma história de 10 anos atrás. No fim de junho, eles se casaram no civil.

Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo apresentar um estudo sobre as razões que levam as pessoas a optarem pela prática da morte assistida, induzindo o leitor a refletir sobre o sentido da vida e o porquê de abreviá-la. No decorrer da pesquisa, foi possível perceber que este instituto divide muitas opiniões pelo mundo. As pessoas têm uma visão muito desumana sobre a morte assistida, é um ato, pelo qual, uma pessoa simplesmente põe fim à sua vida, pessoas que tenha uma doença incurável, busca pôr fim ao sofrimento (ao próprio sofrimento e aos sofrimentos de pessoas que os cercam) e ter uma morte digna.

A legalização da morte assistida no Brasil causa desconforto ao poder Judiciário, pois a Constituição Federal de 1988 defende o direito à vida – e muitos entendem esse direito sem limites éticos. Não menos importante, o Código Penal Brasileiro (CPB), em seu Artigo 122, fixa punições para o ato de auxiliar uma pessoa a se suicidar. A lei brasileira determina que a pessoa que induzir instigar ou auxiliar a cometer suicídio, está praticando crime. Entretanto, para o suicida, a conduta não é punível, sendo, portanto, atípica, não constituindo crime.

Em busca de mudanças em prol da dignidade e de uma melhor qualidade de vida para o ser humano, a humanidade procura formas de atenuar o direito penal, que deve estar atento aos reclamos da atualidade, necessitando acompanhar essa evolução da sociedade. Nesse contexto, a eutanásia deve ser reavaliada, sendo um procedimento muito semelhante ao da morte assistida, causando equívocos. Tanto no suicídio assistido quanto na eutanásia, tem-se que observar o elemento volitivo, ou seja, a vontade do paciente.

Perante, as discussões a respeito do início e do fim da vida, algumas questões ético-jurídicas precisam ser analisadas, como os princípios da bioética e do biodireito, dentre eles o princípio da autonomia, da beneficência e o da dignidade da pessoa humana. Portanto, embora alguns países admitam a prática da morte assistida, o Brasil ainda se encontra em um nível de compreensão muito diferente, negando o direito à escolha pelo procedimento àqueles que dela necessitam.

A maior parte dos pacientes não possui o desejo de morrer, esse afã advém das intensas dores e excessivos tratamentos em consequência do desenvolvimento de uma doença. Dessa forma, existem fatores que contribuem para a mudança de pensamento, fatores que fazem sentir quando a morte se aproxima e que justificam a busca pela prática da morte assistida pelo titular da vida.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Carlos Alberto Kastein; **Direito Sanitário: diretivas antecipadas de vontade sob o enfoque dos direitos fundamentais.** Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

BARROSO, Luis Roberto; MARTEL, Leticia de Campos Velho. **A morte como ela é: dignidade e autonomia individual no final da vida.** São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Cientista David Goodall, de 104 anos, morre na Suíça após suicídio assistido. G1, 10 mai. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/cientista-david-goodall-de-104-anos-morre-na-suica-apos-suicidio-assistido.ghtml>>. Acesso em: 28 set 2018.

GOUVEIA, Lene Revoredo. Diretivas antecipadas da vontade Diretivas Antecipadas de Vontade- Testamento Vital: Aplicação do Fundamento Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana. **Revista eletrônica da Faculdade de Franca**, 2017. Disponível em: <<https://www.revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/view/515/pdf>>. Acesso em: 17 set 18.

HERRERA PATROCÍNIO, André. **Suicídio Assistido no Direito Brasileiro.** JusBrasil, 2015. Disponível em: <<https://herreraalemao.jusbrasil.com.br/artigos/185634010/suicidio-assistido-no-direito-brasileiro>>. Acesso em: 10 set 18.

KOVÁCS, Maria Júlia; ESSLINGER, Ingrid. **Dilemas éticos**. São Paulo: Loyola, 2008.

Médica que anunciou 'morte assistida' no Facebook busca sentido para vida na pesquisa de síndrome. **G1**, 30 mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/se-nao-posso-deixar-de-ter-essa-doenca-quero-um-final-digno-diz-medica-que-planeja-suicidio-assistido.ghtml>>. Acesso em: 28 set 2018.

ROSENVALD, Nelson. **Dignidade humana e boa-fé no Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2007.

SÁ, Maria de Fátima Freire; DADALTO, Luciana. **Direito e Medicina, A morte digna nos tribunais**. Belo Horizonte: Foco, 2018.

SÁ, Maria de Fatima Freire; MOUREIRA, Diogo Luna. **Autonomia para morrer**. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

SALDANHA, Rodrigo Róger. **Testamento Vital, Aspectos controversos e autonomia do enfermo**. Curitiba: Jurúa, 2017.

SANTOS, Sandra Cristina Patricio. **Eutanásia e o suicídio assistido**. Dissertação de mestrado. 2011. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/19198>>. Acesso em: 24 set 18.

VIEIRA, Mônica Silveira. **Eutanásia: humanizando a visão jurídica**. 1.ed. Curitiba: Juruá editora, 2012.

**LINHA DE PESQUISA IV:
PSICOLOGIA, SUBJETIVAÇÃO, PSICOPATOLOGIA E
LINGUAGEM**

O BOM COMBATE DE PAULO: uma leitura da cegueira espiritual na sociedade contemporânea

PAUL'S GOOD FIGHT: a reading of spiritual blindness in contemporary society

EL BUEN COMBATE DE PAULO: una lectura de la ceguera espiritual en la sociedad contemporánea

Márcio de Oliveira Monteiro

Mestre em Educação, pela Universidad Autónoma de Asunción (UAA), especialista em Supervisão Escolar (UNIVERSO), Administração Escolar (UCAM) e História do Brasil (FIPH), e-mail: diretoreap@yahoo.com.br.

Resumo: Em meio a um cenário sociocultural conturbado em que o errado parece estar assumindo o papel de certo a cada dia, invertendo valores e colocando em xeque a ação do homem de bem no planeta Terra, necessário se torna refletir sobre a cegueira espiritual presente nas ações do homem contemporâneo, apresentando Saulo de Tarso como grande protagonista e modelo da transformação esperada. Nesse intuito, este trabalho objetiva refletir sobre a força presente no exemplo deste homem perseguidor dos cristãos e que em se deparando com a Verdade, se transforma por inteiro deixando à margem o homem velho nele existente. Trata-se, portanto, de um chamado ao encontro do homem novo potencializado em cada ser humano, mesmo cristão, preso às amarras exteriores do mundo contemporâneo.

Palavras-chave: cristão, teologia, homem.

Abstract: In the midst of a troubled socio-cultural scenario where wrong seems to be taking on the role of right every day, reversing values and challenging the action of the good man on planet Earth, it becomes necessary to reflect on the spiritual blindness present in the actions of contemporary man, presenting Saul of Tarsus as a great protagonist and model of the expected transformation. In this sense, this work aims at reflecting on the force present in the example of this persecutor of the Christians and that in facing the Truth, it transforms completely leaving the old man in it. It is, therefore, a call to meet the new man empowered in every human being, even a Christian, bound to the outer chains of the contemporary world.

Keywords: christian, theology, man.

Resumen: En medio de un escenario sociocultural conturbado en que el mal parece estar asumiendo el papel de cierto cada día, invirtiendo valores y poniendo en jaque la acción del hombre de bien en el planeta Tierra, necesario se vuelve reflexionar sobre la ceguera espiritual presente en las acciones del hombre contemporáneo, presentando a Saulo de Tarso como gran protagonista

y modelo de la transformación esperada. En este sentido, este trabajo tiene por objeto reflexionar sobre la fuerza presente en el ejemplo de este hombre perseguidor de los cristianos y que en la confrontación con la Verdad, se transforma por entero dejando al margen al hombre viejo en él existente. Se trata, por tanto, de un llamado al encuentro del hombre nuevo potenciado en cada ser humano, incluso cristiano, preso a las amarras exteriores del mundo contemporáneo.

Palabras-clave: cristiano, teología, hombre.

Introdução

Determinado o objeto deste artigo científico como O BOM COMBATE DE PAULO: uma leitura da cegueira espiritual na sociedade contemporânea com ênfase na discussão dos aspectos resultantes do processo de ação e reação que se constroi no universo de relação sociocultural, quase sempre resultante de uma relação conflituosa desgastada pelas crises de espiritualidade que envolve e predomina na sociedade contemporânea.

Culturalmente consagra a sociedade contemporânea o pensamento “facetado” de Descartes e os estímulos negativos, alucinatórios e desconexos do pensamento humano coletivo ganham força na produção da cegueira dos fatores de perturbação desencadeadores da alienação do Ser.

Ao mesmo tempo constata-se um universo humano no qual o pensamento metamorfósico dá lugar ao vazio da alma compilada no agir individualizado, inerte e vazia de “vida”, descogitada de toda e qualquer possibilidade de construir e desconstruir-se no âmbito sociocultural macro.

Diante dessa realidade procurar-se-á respostas à proposição, a saber: de que forma a História de Paulo de Tarso e seu “bom combate” se relaciona à leitura da cegueira espiritual na sociedade contemporânea em meio a um cenário marcado por tantos estímulos e influências internas e externas capazes de levar o cidadão comum a compreender o real sentido da vida?

Enquanto objetivo geral busca-se compreender como o exemplo de Paulo de Tarso, por meio do bom combate, se relaciona à leitura da cegueira na sociedade contemporânea em meio a um cenário marcado por tantas influências, internas e externas, capazes de levar o cidadão comum a compreender o real sentido da vida.

De modo específico, procurar-se-á apresentar a personalidade marcante de Paulo de Tarso em meio a um contexto religioso histórico; entender o episódio da cegueira de Paulo de Tarso e discutir a cegueira da sociedade contemporânea em meio a um cenário marcado por tantos estímulos e influências internas e externas capazes de levar o cidadão comum a compreender o real sentido da vida.

Se a cegueira do homem no passado configurou-se pela manifestação religiosa com base na obediência estatal. O que pensar da sociedade contemporânea em que o estado se aproveita da cegueira da sociedade organizada para conduzir a “boiada” em direção a cancela que repudia a metamorfose e a criticidade em nome de um protagonismo materializado pelo Ter, que facilita a morte?

Metodologicamente, esse artigo científico tem caráter qualitativo de cunho bibliográfico. Como pressupostos teóricos o estudo encontra apoio nas obras de Xavier (2017), Pires (2006), Franco (1990) e Cury (2005).

Oportunamente, esse artigo tem a pretensão de criar novas reflexões e pensares acerca da cegueira enquanto movimento de transformação, análogo a mudança manifesta por Paulo de Tarso, provocando o entendimento, ainda, de que viver o contemporâneo exige coragem para romper com paradigmas doutrinários vigentes e alucinatório, destruidores de um olhar humanístico pelo homem em relação ao outro em meio a tantas divergências e diferenças.

1 A personalidade de Saulo de Tarso em meio a um contexto religioso histórico

Saulo reconhecido como Apóstolo dos Gentios [povo pagão], nasceu na cidade de Tarso, de onde se origina o nome Saulo de Tarso, uma cidade cosmopolita sob o império romano. Sua cidade de nascimento tem como capital a Cecília do séc. I. Fez parte de uma família judaica da tribo de Benjamin, sendo considerado cidadão romano. Por movimentos religiosos, Saulo adotou o farisaísmo, movimento religioso do judaísmo que defendia e aspirava um rigor e uma exigência singular acerca do cumprimento da liturgia

difundida, construída em bases extremistas, pautada na intransigência quando o assunto era conduzido para a possibilidade do desregramento a Lei.

Asseguro-vos, irmãos, que o Evangelho pregado por mim não tem nada de humano. Não o recebi nem o aprendi de homem algum, mas mediante uma revelação de Jesus Cristo. Certamente ouvistes falar de como outrora eu vivia no judaísmo: com que excesso perseguia a Igreja de Deus e a assolava, avantajava-me no judaísmo a muitos dos meus companheiros de idade e nação, extremamente zelosos das tradições e meus pais (NOVO TESTAMENTO, 1975, p. 350).

Tecelão de ofício, Saulo era Membro do Sinédrio na cidade de Jerusalém ocupando posição de grande prestígio. Homem de notável inteligência falava fluentemente o grego, o latim e o hebraico dotado de uma verbalização e oratória invejáveis. Saulo, como se percebe consiste em um homem com um diferencial muito singular em relação aos demais homens de sua época.

Saulo foi enviado para Jerusalém ainda adolescente [13 - 14 anos] com o objetivo de educar-se com o rabino Gamaliel. Com o passar dos anos ficou noivo de Abigail, com quem pretendia matrimônio. Abigail tornara-se seguidora fiel do Cristo e por ver sua escolhida seguidora das verdades cristãs passa a atribuir seus insucessos de mocidade àquele Rabi nazareno. “Odiá-lo-ia enquanto vivesse. Não sendo possível encontrá-lo para uma vingança direta, persegui-lo-ia na pessoa dos seus caudatários, através de todos os caminhos.” (XAVIER, 2017, p. 156). Era a brasa ardente em ação cega e de revolta contra o Cristo que ele só o conhecia de falar.

Como traço de personalidade, Saulo era um homem doutrinado para desenvolver uma concepção de serviço a Deus sob o qual não admitia concessões a si mesmo, inflexível no cumprimento das suas obrigações que considerava sagradas, tamanho o grau de seu radicalismo. Tratava-se de um homem marcado pelo orgulho e vaidade, sob a qual depositava o poder da posição social que ocupava como sacerdote da lei e, sobretudo, das tradições familiares, dos cultos externos. Estudioso e bom articulista, Saulo era um orador por natureza e dono de um raciocínio claro, consistente e denso em conteúdo.

Apropriando-se de um adágio contemporâneo, Saulo podia ser considerado como um ser respeitado e venerado por todos e invejado por muitos.

2 A conversão de Saulo de Tarso ao Cristianismo o surgimento de Paulo

O Cristo já havia sido crucificado e seus seguidores se incumbiam de palestrar as verdades cristãs em meio a um cenário político-religioso blindado pela opressão e punição direta.

No capítulo X, da obra Paulo e Estevão, fica clara a posição reflexiva na qual se encontrava imerso Saulo. Relembrando a amada Abigail, desencarnada devido enfermidades contraídas na lida cristã com os menos favorecidos, removia o passado na busca de respostas para a morte de Estevão e o radicalismo adotado com Abigail, porém o sentimento de vingança o corroia de forma obsessiva e profundamente a alma a despeito do Nazareno.

Agora que se encontrava só, inteiramente liberto de preocupações particulares, de natureza afetiva, buscava concentrar esforços na punição e corretivo de quantos encontrasse transviados da Lei. Julgando-se prejudicado pela difusão do Evangelho, renovaria os processos da perseguição infamante. Sem outras esperanças, sem novos ideais, já que lhe faltavam os fundamentos para constituir um lar, entregar-se-ia de corpo e alma à defesa da Lei de Moisés, preservando a fé e a tranquilidade dos compatriotas. (XAVIER, 2017, p. 170)

Ciente de que Ananias fora o grande incentivador de Abigail ao conhecimento das verdades do Cristo, Saulo de Tarso em nome e em defesa da Lei de Moisés. Inquirindo Matatias Johanan, sob tortura, no salão dos castigos onde se alinhavam os instrumentos odiosos e execráveis das perseguições político-religiosas, que envenenavam Jerusalém nos embates da época (XAVIER, 2017), Saulo, fica sabendo o paradeiro de Ananias e, sob o aval do sinédrio ganha autonomia para agir na cidade vizinha de Damasco na companhia de Jacob e Demétrio.

Na estrada de Damasco em busca de Ananias,

Devia ser meio-dia. Muito distante ainda, a paisagem de Damasco apresentava os seus contornos: pomares espessos, cúpulas cinzentas que se esboçavam ao longe. Bem montado, evidenciando o aprumo de um homem habituado aos prazeres do esporte, Saulo ia à frente, em atitude dominadora.

Em dado instante, todavia, quando mal despertara das angustiosas cogitações, sente-se envolvido por luzes diferentes da tonalidade solar. Tem a impressão de que o ar se fende como uma cortina, sob pressão invisível e poderosa. Intimamente, considera-se presa de inesperada vertigem após o esforço mental, persistente e doloroso. Quer voltar -se, pedir o socorro dos companheiros, mas não os vê, apesar da possibilidade de suplicar o auxílio.

—Jacob!... Demétrio!... Socorram-me!... — grita desesperadamente.

Mas a confusão dos sentidos lhe tira a noção de equilíbrio e tomba do animal, ao desamparo, sobre a areia ardente. A visão, no entanto, parece dilatar-se ao infinito. Outra luz lhe banha os olhos deslumbrados, e no caminho, que a atmosfera rasgada lhe desvenda, vê surgir a figura de um homem de majestática beleza, dando-lhe a impressão de que descia do céu ao seu encontro. Sua túnica era feita de pontos luminosos, os cabelos tocavam nos ombros, à nazarena, os olhos magnéticos, imanados de simpatia e de amor, iluminando a fisionomia grave e terna, onde pairava uma divina tristeza.

O doutor de Tarso contemplava-o com espanto profundo, e foi quando, numa inflexão de voz inesquecível, o desconhecido se fez ouvir:

—Saulo!... Saulo!... por que me persegues?
 (XAVIER, 2017, p. 177-178).

Genuflexo, o homem perseguidor, em nome da Lei de Moisés, vê-se arrebatado por grande emoção e diante da resplandecência da luz, debruça-se em singular interrogatório como quem busca, sob a curvatura do joelho, explicação para algo que desconhece o sentido e natureza (XAVIER, 2017, p. 178).

— Quem sois vós, Senhor?

Aureolado de uma luz balsâmica e num tom de inconcebível doçura, o Senhor respondeu:

— Eu sou Jesus!...

Então, viu-se o orgulhoso e inflexível doutor da Lei curvar-se para o solo, em pranto convulsivo. Dir-se-ia que o apaixonado rabino de Jerusalém fora ferido de morte, experimentando num momento a derrocada de todos os princípios que lhe conformaram o espírito e o nortearam, até então, na vida.

Diante dos olhos tinha, agora, e assim, aquele Cristo magnânimo e incompreendido!

Foi já a partir deste instante que o perseguidor irrefutável do Cristianismo vai ter, agora cego, suas primeiras reflexões íntimas sobre o Cristo a quem desconhecia e perseguia. O Cristo o havia chamado por todos os meios e de todos os modos, mas ele não o havia escutado. O contato com Ananias dá-se sem que o algoz pudesse consumir o desejo mortal.

No terceiro dia de preces fervorosas, eis que o hoteleiro anuncia alguém que o procura. Seria Sadoc? Saulo tem sede de uma voz carinhosa e amiga.

Manda entrar. Um velhinho de semblante calmo e afetuoso ali está, sem que o convertido possa ver-lhe as câs respeitáveis e o sorriso generoso.

O mutismo do visitante indiciava o desconhecido.

—Quem sois? — pergunta o cego admirado.

—Irmão Saulo — replica o interpelado com doçura —, o Senhor, que te apareceu no caminho, enviou-me a esta casa para que tornes a ver e recebas a iluminação do Espírito Santo.

Ouvindo-o, o moço de Tarso tateou ansiosamente nas sombras. Quem seria aquele homem que sabia os feitos lá da estrada! Algum conhecido de Jacob? Mas... aquela inflexão de voz enternecida e carinhosa?

—Vosso nome? — perguntou quase aterrado.

—Ananias.

A resposta era uma revelação. A ovelha perseguida vinha buscar o lobo voraz. Saulo compreendeu a lição que o Cristo lhe ministrava. A presença de Ananias revoca-lhe à memória os apelos mais sagrados (XAVIER, 2017, p. 191).

“Transformado em rude operário” (2017, p. 277) Saulo inicia com Barnabé, pregador de destaque do Evangelho, um extenso “estágio” de acompanhamento e observação. Em Nea-Pafos, Saulo terá, então, a primeira igreja na qual seus préstimos evangélicos serão utilizados em nome do Cristo.

— Saulo, quando Ananias te batizou não chegou a sugerir a mudança do teu nome?

— Não me lembrei disso.

—Pois suponho que, doravante, deves considerar tua vida como nova. Foste iluminado pela graça do Mestre, tiveste o teu Pentecostes, foste sagrado Apóstolo para os labores divinos da redenção.

O ex-doutor da Lei não dissimulou a própria admiração e concluiu:

—É muito significativo para mim que um chefe político seja atraído para Jesus, por nosso intermédio, mesmo porque,

nossa tarefa conclama os gentios ao Sol divino do Evangelho de salvação.

Intimamente, recordou os laços sublimes que o ligavam à memória de Estevão, a generosa influência do patricio romano que o libertara dos trabalhos duros da escravidão e, invocando a memória do mártir, num apelo silencioso, falou comovido:

—Sei, Barnabé, que muitos dos nossos companheiros trocaram de nome quando se converteram ao amor de Jesus; quiseram assinalar desse modo sua separação dos enganos fatais do mundo. Não quis valer-me do recurso, de qualquer modo. Mas a transformação do governador, a luz da graça que nos acompanhou no curso dos acontecimentos de hoje, levam-me, igualmente, a procurar um motivo de perenes lembranças.

Depois de longa pausa, dando a entender quanto refletira para tomar aquela resolução, falou:

—Razões íntimas, absolutamente respeitáveis, obrigam-me a reconhecer, doravante, um benfeitor no chefe político desta ilha. Sem trocar formalmente meu nome passarei a assinar-me à romana.

—Muito bem — respondeu o companheiro —, entre Saulo e Paulo nenhuma diferença existe, a não ser a do hábito de grafia ou de pronúncia. A decisão será uma formosa homenagem ao nosso primeiro triunfo missionário junto dos gentios, ao mesmo tempo que constituirá agradável lembrança de um espírito tão generoso (XAVIER, 2017, p. 302-303).

Portanto, o agora Paulo de Tarso convertido, deixa clara a sua condição de seguidor do Cristo e de modo imperativo, o papel a ser adotado no contexto de divulgação dos ensinamentos do Mestre de Nazaré, agora adorado, na figura de um novo homem desprovido do homem velho que perdurou na ignorância espiritual durante largos anos de sua vida.

3 A Cegueira Espiritual

O tema provocativo elucidada a figura emblemática de Paulo de Tarso, após sua conversão e abre espaço para uma importante discussão doutrinário-científica de cunho socioantropológico e psicológico entorno do homem metamorfose e sua capacidade de transformação e mudança sistêmica em relação ao seu pensamento, depois de trabalhada a cegueira imperativa existente em seu ego (Eu).

Trata-se, assim, de iniciar um pensar sobre “o bom combate” apresentado por Paulo de Tarso, em o Livro II de Timóteo 4:7, quando convicto do tempo próximo do seu desencarne e reflexivo quanto aos seus feitos e o muito, ainda, necessário a ser realizado, confessa: *Combati* o bom combate, *acabei* a carreira, *guardei* a fé.

Longe de se tratar de uma aliança com o ócio, Paulo revela uma sensibilidade para a historicidade que se confunde com o tempo passado, presente, e futuro, dos Cristãos, onde preconiza e realça a importância e a necessidade da verdadeira atitude cristã sob a qual do seu primeiro ao seu último dia no corpo carnal deve-se preparar para COMBATER O BOM COMBATE.

Muito embora a crença do ócio eterno se vitalize em conformidade a uma dinâmica inatista de inércia pelos oportunistas religiosos, comparando a vida a um destino sagaz, o dinamismo humano suscita algo que se contrapõe a esta hipótese. Afinal: é fácil carregar Jesus no peito. Difícil é colocar o peito a serviço de Jesus, como Paulo o fez.

O que se percebe, inexoravelmente, é uma ação humana primária de buscar fechar os olhos para as coisas de Deus, ignorando a necessidade do combate íntimo, tratando as dificuldades como meros acontecimentos e acidentes divinos, determinista e desprovido do controle da ação humana, sob a qual se busca fugir da real responsabilidade de seres atuantes no processo de melhora e progresso planetário. Vale lembrar que este comportamento já foi experimentado, por nós mesmos, em tempos passados quando os combates se valiam da aceitação pacífica e da acomodação repressiva.

Ao cristão não lhe cabe mais imaginar escondendo-se na ideia de que algo só será possível realizar quando talentos especiais lhe forem agregados. Os defeitos estão à amostra colocando toda sociedade cristã a prova, diariamente. Contudo, o fato é que a sociedade tem se acovardado em nome de uma cobrança meramente social, qual larva que se esconde no casulo aguardando a temporada favorável ao nascimento, reforçando a cegueira espiritual na qual a humanidade se encontra envolvida.

Desperta irmão! Os tempos são chegados. A terra está arada.

É chegado o momento em que se faz necessário provocar o bom combate, despertando do processo de hibernagem voluptuosa que há séculos afasta o verdadeiro cristão da Verdade em virtude da instabilidade de caráter. Instabilidade esta que se funda no ditame emocional do ser humano e que consiste, especificamente, na instabilidade do próprio EU, da sua *persona*, perdida em meio a um conjunto de “notórios” de cunho material e imediatista.

Não é necessário esperar ter *olhos de nince* para enxergar o que consiste no mero “olhos de ver” evangélico e perceber o quanto a sociedade tem marcado passos quando o assunto diz respeito ao pensamento dicotômico do servir a dois deuses Capítulo XVI de O Evangelho Segundo o Espiritismo: Deus e a Mamom (2006).

Paradoxalmente a sociedade vem abraçando os calabouços das múltiplas memórias inconscientes e, sem vasculhar os “eus” espirituais acaba por se acercar de desculpismos primários no afã de mascarar as imperfeições morais existentes e que acabam por credenciar as atitudes ignorantes dos seres credenciados modernos em tempos contemporâneos.

Falta a nós, coragem para travarmos o nosso maior combate. Um combate que não se trava em despreparo, na se trava em desarmonia, afinal este combate se faz do Eu consigo mesmo. Enfim, conclama a sociedade, absorvida pela cegueira espiritual, de espiritualidade sem, para tanto, compreender seu conceito em essência.

Na obra de Herculano Pires - O Evangelho Segundo o Espiritismo (2006) presente está o alerta, ao mesmo tempo o chamamento, para a possibilidade ímpar de releitura dos atos manifestos em sociedade pela pessoa humana, tendo por ponto nevrálgico a necessidade de se espelhar na célebre frase encontrada no importante Templo de Delfos dedicado ao deus Apolo, na Grécia, e eternizada por Sócrates, conduzindo a humanidade cega à reflexão salutar e comedida de profusão em essência por meio do: “Conhece-te a ti mesmo” no sentido de travar o bom combate, na busca incessante de empreender novos passos em busca de Deus.

Quando Paulo se permite ser tocado pelo Cristo nota-se uma entrega real e um encontro de almas. Analogicamente e, respeitadas as diferenças, o que se procura e tenta retratar, consiste na histeria declinada a partir deste

encontro com a luz pela pessoa humana e o estímulo provocado a partir da cegueira em relação a autoavaliação e proatividade.

É muito importante que se creia no fato de que Mamon (2006) nunca esteve tão ligado ao cotidiano humano como na modernidade tecnológica contemporânea e tão facilmente ligado à humanidade alienada e afastada dos ensinamentos do Cristo. Mas, afinal, por que a pessoa humana tem tanta dificuldade para iniciar o combate paulino?

Talvez por conta de cinco características, dentre tantas, que acabam por favorecer este afastamento impedindo o discernimento crítico. Todavia estas cinco características estão longe de serem as absolutas e, quiçá, ocuparem uma ordenação digna de assertiva em virtude do quão multifacetado se encontra o ser humano. Vejamo-nas:

- 1-Distanciamento e descumprimento das Leis Morais (Leis de Deus);
- 2-Apego aos bens materiais (Materialismo);
- 3-Adormecimento espiritual (letargia humana);
- 4-Estado esquizofrênico e as cobranças sociais (modismo);
- 5-Falta de vontade de iniciar o bom combate (fé no futuro).

Grandes filósofos, repentinistas, pesquisadores de áreas diversas e escritores buscaram explicar e exemplificar os acontecimentos humanos por meio de escritos e fontes da Literatura. Dentre os muitos escritos existentes, necessário parece ser elencar o poema “O Bicho”, de autoria de Manoel Bandeira, haja vista permitir uma analogia bastante apropriada e elucidativa para o instante filosófico criado. Constata-se no texto histórico a análise completa deste Ser antropológico imerso no cotidiano humano, onde “criador” e criatura, ao mesmo tempo, se confundem numa amistosidade ímpar capaz de quantificar o materialismo presente no bicho homem e que preconiza, por si mesmo, o distanciamento do outro homem, tonificando o célebre adágio de que: o “homem é o lobo do homem.” Eternizado pelo Inglês Thomas Hobbes (1588 – 1679).

Apropriando-se de Bandeira, eis que o poema se propõe a descortinar:

“O Bicho

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem” (Rio, 25-2-1947).

3.1 A observância das Leis Morais e a Cegueira Espiritual

Com vistas à formação macro de entendimento e compreensão sobre a importância das Leis Morais para a vida espiritual, talvez seja necessário um melhor entendimento sobre os estímulos e as múltiplas experiências atreladas aos fatores de perturbação definidos por Franco (1990) como sendo: a rotina, a ansiedade, o medo, a solidão e a liberdade.

O mundo contemporâneo em torno da espécie humana vem se avolumando, quantitativamente, em bases frágeis em cuja atmosfera egocêntrica, a torna afastada, a cada dia mais, do compromisso e comprometimento com a prática e vivência das Leis Morais (2010):

Lei de Adoração
Lei do Trabalho
Lei de Reprodução
Lei de Conservação
Lei de Destruição
Lei de Sociedade
Lei de Progresso
Lei de Igualdade
Lei de Liberdade
Lei de Justiça, Amor e Caridade.

Listadas elas inspiram um pensar e um agir tonificado pela harmonia, pela humildade, pela caridade e, sobretudo e de modo resumido, pelo amor. O apego descabido aos bens materiais encontra-se brilhantemente desenvolvido no capítulo XVI da obra básica *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, *Servir a Deus e a Mamom*.

Afinal, de modo breve e bastante sucinto, as Leis Morais são um conjunto de princípios ou regras relativas à conduta humana, a partir de Leis regidas por

Deus. Assim, a Lei de Adoração, mostra o sentimento inato de que todos os viventes possuem da divindade, sendo oportuno afirmar-se que uma vez embalada por esta certeza o ser humano permite reabrir os canais santificadores de ligação com o plano espiritual e Deus; na Lei do Trabalho fica certo o entendimento de que é necessário a ocupação das mãos para que a mente vazia e infrutífera não se debande e dê acesso a construções mentais pobres de vida e cristandade. Todavia, não se deve confundir trabalho com emprego. Alguns trabalham e não têm emprego; outros têm emprego e não trabalham. A Lei de Reprodução fundamenta a razão dos enlances carnis que não se vulgariza pelo ato instintivo apenas do coito carnal, mas de todo o compromisso afetivo, emocional circundante presente na reprodução humana, há muito banalizada e erotizada pelos seres modernos em território contemporâneo, causando desvios morais profundos para a existência.

Constata-se, facilmente, na Lei de Conservação de que todo ser vivo tem a percepção da necessidade de progredir e aperfeiçoar-se. Uma vez excluída esta certeza, viver e morrer torna-se uma questão descabida para o ser humano. Antagonicamente, a Lei de Destruição, identifica a certeza, pautada no pensamento de Lavoisier de que “na natureza nada se cria[...], tudo se transforma”. Deste modo, reforça a tese paulina de que o homem é um Ser em construção, passível de mudança e de que o homem-velho pode ser destruído em nome do “nascimento” de um novo homem.

A sociedade é um espaço coletivo e esta deve ser sua característica macro. Por isto, a Lei de Sociedade, solidifica o entendimento de que em um espaço de natureza coletivo, os mais fortes devem ajudar os mais fracos; os mais inteligentes, os menos e assim sucessivamente. Não mais o Eu, mas o Nós! Até, porque a Lei de Progresso, retrata uma inexorabilidade: a de que quer esteja-se encarnado ou desencarnado, todos estamos sujeitos à lei do progresso, que se configura a máxima presente na Lei de Igualdade, sob a qual encerra e preconiza-se o entendimento de que a desigualdade se refere apenas aparente ao mérito e que tem por característica a temporalidade em virtude do esforço de que cada qual faz por merecer, muito embora seja uma máxima comum. Afinal, todos somos iguais perante a Deus.

A Lei de Liberdade vem sendo alterada em virtude dos apelos mundanos. Não se confunda a Lei com a ideia de libertinagem. Todavia, há no seu contexto real a máxima de que “conhecereis a verdade e ela vos libertará”, em plena conjunção com as demais Leis. A leitura que a sociedade vem fazendo a respeito desta Lei não condiz com sua natureza divina, que não é libertina. Dessa forma, quanto maior for a obediência à Lei de Deus, maior a liberdade dos seres humanos.

Por fim, constata-se na Lei de Justiça, Amor e Caridade, o resumo simbólico de todas as demais. Afinal, sem JUSTIÇA, AMOR E CARIDADE, todas as demais Leis serveriam apenas, como códigos isolados e sem conectividade, o que não tem fundamento holístico.

Posto isto, o adormecimento espiritual, ao qual se caracteriza pela cegueira moral, sugere uma leitura prévia delineada por meio da Parábola: “Os Trabalhadores da Última Hora” (S. MATEUS, cap. XXII, vv. 1 a 16 – O Evangelho Segundo o Espiritismo – capítulo XX), assim transcrita:

O reino dos céus é semelhante a um pai de família que saiu de madrugada, a fim de assalariar trabalhadores para a sua vinha. - Tendo convencionado com os trabalhadores que pagaria um denário a cada um por dia, mandou-os para a vinha. - Saiu de novo à terceira hora do dia e, vendo outros que se conservavam na praça sem fazer coisa alguma, - disse-lhes: Ide também vós outros para a minha vinha e vos pagarei o que for razoável. Eles foram. - Saiu novamente à hora sexta e à hora nona do dia e fez o mesmo. - Saindo mais uma vez à hora undécima, encontrou ainda outros que estavam desocupados, aos quais disse: Por que permaneceis aí o dia inteiro sem trabalhar? - É, disseram eles, que ninguém nos assalariou. Ele então lhes disse: Ide vós também para a minha vinha.

Ao cair da tarde disse o dono da vinha àquele que cuidava dos seus negócios: Chama os trabalhadores e paga-lhes, começando pelos últimos e indo até aos primeiros. - Aproximando-se então os que só à undécima hora haviam chegado, receberam um denário cada um. - Vindo a seu turno os que tinham sido encontrados em primeiro lugar, julgaram que iam receber mais; porém, receberam apenas um denário cada um. - Recebendo-o, queixaram-se ao pai de família, - dizendo: Estes últimos trabalharam apenas uma hora e lhes dás tanto quanto a nós que suportamos o peso do dia e do calor.

Mas, respondendo, disse o dono da vinha a um deles: Meu amigo, não te causo dano algum; não convencionaste comigo receber um denário pelo teu dia? Toma o que te pertence e vai-te; apraz-me a mim dar a este último tanto quanto a ti. - Não

me é então lícito fazer o que quero? Tens mau olho, porque sou bom?

Assim, os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos, porque muitos são os chamados e poucos os escolhidos.

O cenário aberto para discussão proporciona analisar a questão geradora de todo este investimento intelectual, neste artigo, uma vez que o bom combate paulino trás a tona o pensar filosófico, sociológico, psicológico, antropológico, humanístico e moral que recai sobre o homem acomodado no seu mundinho e que vem se perdendo ao preocupar-se em demasia com o outro, com as ofertas mundanas, com as produções externas, com as ofertas que a “porta larga” vem oferecendo ao homem, a cada dia mais distante da sua espiritualidade.

Para tanto, é preciso abandonar o homem velho, extirpado por Paulo na estrada de Damasco e simplificado ao dizer que já não seria mais ele quem vivia, mas o Cristo, numa clássica demonstração de libertação do homem velho, cheio de mazelas e vícios morais.

Cury (2005) promove um pensar sobre o estado esquizofrênico, vivido pelo homem que paga um alto preço por viver fora do modelo social e que fora do paradigma existente sucumbe o ardor das flagelações e cobranças impostas pela sociedade. Por não se calçar em solo fértil se esvai qual areia que escorre entre os dedos. Franco (1990) aborda de maneira enfática a temática, chamando a atenção para os problemas diretamente ligados a constituição e formação da humanidade tecnológica e moderna presente no mundo contemporâneo.

Sendo assim, se ainda falta à humanidade travar e vencer o “bom combate” é porque esta se tem distanciado da vontade, permanecendo presa ao simples desejo que, por si só, não transforma o casulo do homem velho no qual se está inserido, na borboleta ferosa e deslumbrante que com esforço se liberta em nome da grandiosidade da vida.

À humanidade cabe travar o bom combate paulino com vistas a libertar-se da cegueira espiritual, na qual se encontra imersa, o quanto antes se não desejar provocar a extinção do “bicho homem”, humanizado e espiritualizado

que ainda resta, promovendo a sua reconquista territorial e a transformação do mundo para melhor.

Considerações finais

Entender o mecanismo da cegueira humana manifesta e presente em função dos múltiplos convites e apelos do mundo em simbiose com o homem velho que reside em cada um do ser humano que habita o planeta Terra é buscar compreender o antídoto ao mal instaurado, na ação de Saulo de Tarso ao renunciar-se enquanto homem velho, descobrindo sua potencialidade para o bem, trazendo a tona o homem novo possível, presente em nosso ser mais profundo.

O contato com o Nazareno não o santifica, mas resgata suas certezas cristãs já impregnadas em seu íntimo, possibilitando seu posicionamento frango e real sobre a decisão de doar-se a causa cristã. O protagonista Saulo de Tarso e, por fim, Paulo de Tarso não abre mão apenas de um nome, mas, sobretudo, de suas convicções e certezas em troca, não substituição apenas, por verdades de consistência absoluta permitindo o nascimento de um novo homem em detrimento ao homem velho que o fazia, por ignorância, desejar a extinção dos cristãos.

Assim, constata-se o quanto o homem contemporâneo vem sofrendo e se permitindo sofrer a partir do acolhimento das influências exteriores que marcam o modismo social do homem de se permitiu avançar os satélites e planetas, mas que tem dificuldade para implodir o homem velho que o habita, dando espaço ao homem de bem tão necessário a reforma interior do planeta Terra.

Referências

CURY, Augusto. **O futuro da humanidade: a saga de Marco Pólo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

FRANCO, Divaldo P. **O Homem Integral [ditado] pelo Espírito Joana de Angelis**: Salvador (BA): Livr. Espírita Alvorada, 1990.

GREGÓRIO, Sérgio Biagi, **Leis Morais**: 2010. Disponível em: <http://www.ceismael.com.br/artigo/artigo104.htm>. Acesso em 01 nov. 2018.

KARDEC, Allan. **O Evangelho Segundo o Espiritismo**: contendo a explicação das máximas de Jesus Cristo, sua concordância com o Espiritismo e sua aplicação às diversas situações da vida. Trad. J. Herculano Pires, 62. ed. São Paulo – LAKE, 2006.

NOVO TESTAMENTO. 19. ed. São Paulo: Ave Maria LTDA, 1975.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. Disponível em:
<https://drive.google.com/file/d/1Bs5XgG4ahKXDj87RT-x37gCA9J3dPcAC/view>.
Acesso em 01 nov. 2018.

SCHUTEL, Caibar. **Vida e Atos dos Apóstolos – crônica**. São Paulo: o clarim, 1987.

XAVIER, Francisco Cândido. **A Caminho da Luz. Pelo Espírito Emmanuel**. 37. ed. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: FEB, 2010.

XAVIER, Francisco Cândido. **Paulo e Estevão**: episódios históricos do Cristianismo primitivo. Romance/ pelo Espírito Emmanuel; [psicografado por] Francisco Cândido Xavier. 45. ed. 11. Imp. Brasília: FEB, 2017.

TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL FRENTE A TEORIA DE AARON BECK NO TRATAMENTO DO TRANSTORNO DEPRESSIVO

BEHAVIORAL COGNITIVE THERAPY AGAINST AARON BECK'S THEORY IN THE TREATMENT OF DEPRESSIVE DISORDER

TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL FRENTE LA TEORÍA DE AARON BECK EN EL TRATAMIENTO DEL TRANSTORNO DEPRESIVO

Juliana Sampaio Lóss

Psicóloga, pedagoga, especialista em psicologia da saúde e hospitalar, especialista em psicologia cognitivo comportamental, especialista em psicopedagogia institucional, especialista em terapia familiar, licenciada em sociologia, acadêmica de medicina. Doutoranda em psicologia clínica.

Vinicius Evangelista Dias

Graduação em Medicina pela Universidade Iguazu - UNIG em 2013, Residência em Cirurgia Geral pelo Hospital São José do Avay, Mestre em Medicina pela Santa Casa de Misericórdia de BH, experiência profissional em Terapia Intensiva em Hospital São José do Avay, Professor de Fisiologia médica na Faculdade Medicina São Carlos, médico auditor em Secretaria de Saúde de Natividade - RJ.

Hildeliza Tinoco Boechat

UENF, Mestra e Doutoranda do programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem. Docente da graduação de Direito e Medicina. Avaliadora dos Cursos de Direito do MEC/INEP. Professora dos Cursos de Direito e Medicina. Membro efetivo da Associação de Bioética Jurídica da Universidade Nacional de La Plata, Argentina. Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro às pesquisas científicas do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Carlos Henrique Medeiros de Souza

Professor Associado e Coordenador do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Cognição e Linguagem (Uenf)
chmsouza@gmail.com

Resumo

Este estudo buscou compreender a psicoterapia cognitiva comportamental para pacientes com transtorno depressivo maior baseando-se nas premissas de Aaron Beck, onde se pode contemplar, o quanto é importante para o terapeuta cognitivo comportamental saber como tratar pacientes com transtorno depressivo, baseando-se nas premissas de Aaron Beck, bem como, a eficácia da abordagem em terapia cognitiva comportamental. Como método

foram utilizadas a pesquisa bibliográfica a fim de levantar dados e compreendê-los através de leitura de teses, monografias e livros acerca da teoria. Concluiu-se, que a terapia cognitiva comportamental está em crescente desenvolvimento, sendo eficaz para tratamento de depressão maior, com maior adesão por parte do paciente, além de ser diretiva, focada no aqui agora.

Palavras-chave: Terapia Cognitivo Comportamental, Aaron Beck, Depressão.

Abstract

This study aimed to understand cognitive behavioral psychotherapy for patients with major depressive disorder based on the premises of Aaron Beck, where it can be contemplated, how important it is for the behavioral cognitive therapist to know how to treat patients with depressive disorder, based on the premises of Aaron Beck, as well as, the effectiveness of the approach in cognitive behavioral therapy. As a method the bibliographic research was used in order to collect data and to understand them through reading theses, monographs and books about the theory. It was concluded that cognitive behavioral therapy is in increasing development, being effective for the treatment of major depression, with greater adherence by the patient, besides being directive, focused on here now.

Key words: Cognitive Behavioral Therapy, Aaron Beck, Depression.

Resumen: Este estudio buscó comprender la psicoterapia cognitiva conductual para pacientes con trastorno depresivo mayor basándose en las premisas de Aaron Beck, donde se puede contemplar, cuán importante es para el terapeuta cognitivo conductual saber cómo tratar a pacientes con trastorno depresivo, basándose en las premisas de Aaron Beck, así como, la eficacia del abordaje en terapia cognitiva conductual. Como método se utilizó la investigación bibliográfica a fin de levantar datos y comprenderlos a través de lectura de tesis, monografías y libros acerca de la teoría. Se concluyó que la terapia cognitiva conductual está en creciente desarrollo, siendo eficaz para el tratamiento de la depresión mayor, con mayor adhesión por parte del paciente, además de ser directiva, enfocada en el aquí ahora.

Palabras clave: Terapia Cognitiva Comportamental, Aaron Beck, Depresión.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Beck e Alford (2011) a natureza e a etiologia da depressão estão sujeitas a opiniões divididas. Algumas autoridades afirmam que a depressão é um transtorno psicogênico, outras alegam que pode ser causada por fatores orgânicos. Porém, a sua importância é reconhecida por todos que atuam em áreas de saúde mental. Como nos ensina Kline apud Beck e Alford (2011) a depressão tem causado em todo mundo muito sofrimento, mais do que qualquer outra doença que afeta o ser humano, sendo a principal causa de invalidez.

A depressão tem sido há muito estudada, tendo sido também chamada inicialmente melancolia. Tal descrição fora feita por Hipócrates no século IV a.C. Também Aretaeus no século II d.C. descreveu os sintomas da melancolia como sendo: tristeza, consternação, perda de sono, emagrecimento e desejo de morte. (BECK e ALFORD, 2011). Sendo assim, podemos perceber semelhanças que já apontavam o episódio depressivo.

Como nos mostra Beck e Alford (2011) hoje podemos classificar a depressão com os seguintes sintomas: Alteração específica do humor: tristeza, solidão, apatia.

- a) Autoconceito negativo associado a autor: recriminações, autoacusações.
- b) Desejos regressivos e autopunitivos: Desejos de fugir, esconder, morrer.
- c) Alterações vegetativas: anorexia, insônia, perda da libido.
- d) Alterações do nível de atividade: retardo psicomotor ou agitação.

Beck e Alford (2011) elucidam que os fatores psicodinâmicos da depressão atraíram o interesse de muitos autores de psiquiatria, constituindo uma ampla bibliografia acerca do assunto. Porém, Beck verificou que haviam poucos estudos controlados que testassem hipóteses, dado a problemas conceituais e metodológicos, tais como a formulação Freudiana da depressão em Luto e Melancolia que são complexas e difíceis de serem redutíveis e operacionais para um estudo.

Como nos mostra Beck e Alford (2011) a teoria da depressão predominante antes de Beck era a psicanalítica onde os sintomas cognitivos eram interpretados como expressões de desejos proibidos, mas inconscientes. Encontrava-se o significado psicanalítico, por meio de um terapeuta treinado e as interpretações eram compatíveis com a noção da raiva para dentro. O olhar negativo do cliente era ignorado.

A nova formulação e Beck traz a proposta de que não haveria significado simbólico, seria trabalhado a própria cognição, ou seja, a forma negativa com a qual os pacientes deprimidos veem a si mesmos. Beck e Alford (2011). Assim, a psicoterapia cognitiva postula que:

O indivíduo deprimido ou propenso à depressão tem certos padrões cognitivos (esquemas) idiossincráticos, que podem ser ativados seja por estresse específicos que atingem vulnerabilidades específicas, seja por estresse não específicos que quando ativados tendem a dominar o pensamento do indivíduo e a produzir os fenômenos afetivos e motivacionais associados a depressão (BECK & ALFORD, 2011, p.251).

Beck e Alford (2011) dizem que é possível utilizar a psicoterapia cognitiva durante episódios de depressão, com o objetivo de ajudar o paciente a ter reações mais adaptativas, a fim de neutralizar as menos adaptativas, ou seja, a terapia visa modificar padrões cognitivos idiossincráticos a fim de reduzir a vulnerabilidade do paciente, facilitando a transferência e a internalização do paciente sobre a terapia cognitiva.

Diante de todo o exposto, nos indagamos acerca da importância de saber como tratar pacientes com transtorno depressivo baseando-se nas premissas de Aaron Beck. Assim, sabemos o quanto um paciente diagnosticado com transtorno depressivo sofre com os sintomas negativos, com a autoimagem distorcida, muitas vezes os levando a atitudes e comportamentos destrutivos. Atitudes estas que necessitam da intervenção do psicólogo, onde a Terapia cognitiva comportamental tem encontrado espaço para atuar, pois o que o paciente mais necessita, é sentir-se aliviado dos

sintomas, e voltar a encontrar prazer e vontade de executar tarefas simples, adquirindo para si qualidade de vida.

Os estudos de Beck nos mostram que através da abordagem cognitiva, os indivíduos atribuem significado a acontecimentos, pessoas, sentimentos e demais aspectos de sua vida, com base nisso comportam-se de determinada maneira e constroem diferentes hipóteses sobre o futuro e sobre sua própria identidade, ou seja, as pessoas reagem de formas variadas a uma situação específica podendo chegar a conclusões também variadas. Desta forma o presente estudo contribui:

- 1 – À Ciência: Para ampliar o conhecimento acerca das técnicas cognitivas comportamentais na abordagem da depressão.
- 2 – À sociedade: diminuindo os índices de depressão e tentativas de suicídio.
- 3 - À psicologia enquanto profissão: Auxiliando o terapeuta na abordagem Cognitiva comportamental na aplicabilidade da técnica.

Destarte, buscamos compreender a psicoterapia cognitiva comportamental para pacientes com transtorno depressivo maior, baseando-se nas premissas de Aaron Beck. Bem como, compreender as técnicas da TCC, avaliar como se dá a teoria de Aaron Beck e estudar o transtorno depressivo maior em adultos e as possibilidades de tratamento com TCC. Este estudo tem caráter descritivo cuja abordagem é de natureza qualitativa, trata-se de uma revisão bibliográfica. Onde foram analisadas teses, monografias nas bases de dados scielo e redalyc, assim como, livros da teoria, que versam sobre o assunto, privilegiando a Terapia cognitiva comportamental na depressão, e a teoria de Aaron Beck.

2. BASES DA TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL

Leahy (2006) nos mostra que a TCC (Terapia Cognitiva Comportamental) baseia-se, em uma visão de que eventos estressores, como

uma depressão são mantidos pela forma de pensar do paciente, que pode ser exagerada ou tendenciosa.

Este estudo traz um breve histórico da teoria fundada por Aaron Beck para transtornos depressivos. Beck e Alford (2011) nos dizem que técnicas cognitivas consistem em abordagens macroscópicas ou longitudinais, que procuram mapear as sensibilidades do paciente, reações exageradas ou inadequadas, observar as relações de causa e efeito, os eventos externos. Consistem também em abordagens microscópicas ou transversais que visam o reconhecimento e a avaliação de cognições mais específicas, para que seja devidamente modificado o que leva o paciente ao comportamento não adaptativo.

Assim, podemos perceber que a forma como o paciente organiza seus pensamentos irá influenciar a maneira como se comporta. Por essa razão, acreditamos como Beck e Alford, que é muito importante conhecer a história de vida do paciente deprimido fazendo um levantamento de dados, revisando as dificuldades do paciente. O terapeuta tenta então, reconstruir junto ao paciente o desenvolvimento da depressão. (2011, p. 259).

Ao olhar para a própria história de vida o paciente é capaz de perceber sua perturbação psicológica, no que tange a problemas específicos e não somente quanto à sintomatologia. (BECK e ALFORD, 2011). Com isso, o paciente aprende certo domínio sobre o problema, aprendendo a perceber seus padrões mal adaptativos.

Segundo os autores Beck e Alford (2011) as situações que geram reações desagradáveis ou mesmo inadequadas no paciente propenso a depressão incluem as de não conseguir atingir uma meta, ser excluído de um grupo, ser rejeitado, receber críticas, reações que em uma pessoa normal, pode gerar tristeza momentânea, no paciente depressivo gera sensações prolongadas de sentimentos de decepção e desesperança.

Desta forma, o paciente deprimido ao ver que sua reação é exagerada, se torna mais forte para lidar com eventos estressantes que poderiam ser

eliciadores de um transtorno depressivo, prevenindo assim futuras recaídas, assim os autores dizem que:

“Ao ser preparado antecipadamente para reconhecer sua típica reação exagerada, o paciente é fortalecido quando ocorre o estresse específico e é menos propenso a ser dominado por ele. Geralmente é possível que o terapeuta aponte as características específicas da reação exagerada, isto é, o paciente está agindo de acordo com um padrão repetitivo, e não as características específicas da situação real. O paciente sente-se oprimido ou impotente, por exemplo, não por que uma situação é opressora ou insolúvel, mas por que ele a interpreta dessa forma. (BECK e ALFORD, 2011 p.260)

Beck sugere que existem vários tipos de avaliação cognitiva, os pensamentos automáticos que aparecem de forma espontânea e estão associados a comportamentos problemáticos e emoções perturbadoras. Os pensamentos automáticos se classificam de acordo com as distorções, tais como: leitura de mente, rotulação, adivinhar o futuro, catastrofização, entre outros. (Beck, 1976; Beck et al 1985 apud Leahy 2006). Este estudo tem caráter descritivo cuja abordagem é de natureza qualitativa, trata-se de uma revisão bibliográfica. Onde foram analisadas teses, monografias e livros que tratem do assunto privilegiando a Terapia Cognitiva comportamental na depressão, bem como a teoria de Aaron Beck, assim sendo, foram lidas na íntegra e separadas por categorias, para serem devidamente analisadas.

3 UM BREVE HISTÓRICO DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL DE AARON BECK

Dr. Beck ao final da década de 1950, resolve testar o conceito psicanalítico que afirmava que a depressão era o resultado de uma hostilidade voltada para si mesmo, todavia, descobriu que ao invés de hostilidade os conteúdos dos sonhos dos pacientes tinham mais a ver com privação, perdas e fracasso. Beck, chegou à conclusão após estudos que sua hipótese de que pacientes depressivos tinham a necessidade de sofrer, estaria errada (BECK, 1967 *apud* BECK, 2013).

Beck ao ouvir seus pacientes, percebia que eles traziam um discurso de livre associação e de pensamentos rápidos com qualificações pessoais, pensamentos estes que Beck denominou de pensamentos automáticos negativos, que estavam ligados às emoções (BECK, 1967 *apud* BECK, 2013). Assim, iniciou em identificar, avaliar e responder a pensamentos irrealis e desadaptados, seus pacientes começaram a melhorar rapidamente.

Beck formulou para tratar depressão uma psicoterapia estruturada, de curta duração, voltada para o presente, prevendo a solução de problemas atuais e a modificação de pensamentos inadequados e disfuncionais (BECK, 2013 p.22). Em todas as formas de tratamento cognitivo comportamental derivado de Beck, será baseado em uma formulação cognitiva, as crenças e estratégias comportamentais que caracterizam determinado transtorno.

A partir daí a Terapia Cognitivo Comportamental passou a ser testada pelos alunos do Dr. Beck e outros autores importantes se uniram a ele para comprovar a eficácia da TCC, fizeram então um ensaio clínico randomizado que foi publicado em 1977. Com este estudo foi possível constatar que a TCC era tão boa quanto a medicação utilizada na época. Era a primeira vez que uma terapia fora comparada a uma medicação. Beck, Rush, Shaw e Emery (1979) publicaram o primeiro manual de Terapia cognitiva (BECK, 2013).

Beck (2013) em seu manual de terapia cognitivo comportamental Teoria e Prática elucida que Dr. Beck avançou seus estudos ampliando para transtornos como a ansiedade e que ainda hoje pesquisadores continuam a estudar, teorizar, testar tratamentos e que a TCC é estudada em muitas partes do mundo.

4 O MODELO COGNITIVO

Leahy (2006) ensina que o modelo cognitivo de psicopatologia proposto por Beck elucidada o papel central do pensamento na evocação da depressão, ou seja, o pensamento distorcido e negativo da realidade mantém o padrão desadaptativo da depressão. Beck nos diz que não é a situação em si que determina o que a pessoa sente, mas como ela interpreta uma situação (BECK, 1964 in BECK, 2013). Assim compreendemos que a interpretação do paciente influenciará seu modo de agir e pensar em determinada situação.

Segundo Wright, Basco e Thase (2008) o modelo cognitivo de TCC é utilizado para ajudar os terapeutas a conceitualizarem melhor os casos e poderem intervir com métodos específicos para cada caso. Esse modelo permite levar o terapeuta a relação entre pensamentos, comportamentos e emoções.

4.1 PENSAMENTO AUTOMÁTICO

Como nos mostram Wright, Basco e Thase (2008) pensamentos automáticos são cognições que passam rapidamente pela mente quando se está em determinada situação. Mesmo quando reconhecemos esses pensamentos automáticos, esses pensamentos não são tão passíveis a análise racional.

Beck (2013) nos ensina que aprender a avaliar pensamentos automáticos é uma habilidade que alguns pacientes aprendem rápido e outros precisarão de mais treino e ajuda do terapeuta.

Os pensamentos automáticos mais comuns são do tipo pensamento do tipo tudo ou nada, catastrofização, desqualificar o positivo, raciocínio emocional, rotulação, magnificação ou minimização, filtro mental, leitura mental, supergeneralização, personalização, visão em túnel (BECK, 2013).

Wright, Basco e Thase (2008) retratam que na depressão, os pensamentos automáticos muitas vezes estão focados em temas como desesperança, baixa autoestima e fracasso. Porém, é preciso ressaltar todas

as pessoas tem pensamentos automáticos, não somente pessoas com depressão ou outro transtorno.

4.2 CRENÇAS

Beck (2013) elucida que durante a infância desenvolvemos ideias sobre nós mesmos, sobre as pessoas e sobre o mundo. São as crenças centrais ou crenças nucleares, são verdades absolutas, como as coisas são. Tendem a ser rígidas e supergeneralizadas. As crenças surgem desde a infância, quando tentamos através de nossa cognição entender o mundo e funcionarmos adaptativamente, nossas interações nos conduzem a determinadas interpretações, ou seja: as crenças (BECK, 2013). Para Beck a forma mais rápida de fazer seu paciente se sentir melhor é trabalhar a modificação das crenças para que ele possa interpretar situações de forma mais construtivas.

Beck (2013) ressalta que as crenças desadaptativas podem ser desaprendidas e novas crenças mais reais e funcionais podem se desenvolver e fortalecer no percurso do tratamento. Portanto, o tratamento com TCC envolve em sua fase inicial identificação e modificação de pensamentos automáticos derivados de crenças nucleares, e intervenção para modificação dessas crenças.

5 TRANSTORNO DEPRESSIVO MAIOR – ASPECTOS CLÍNICOS

Beck e Alford (2011) descreveram em seu livro depressão causas e tratamento que em 1960 duas pesquisas sistemáticas acerca da sintomatologia foram realizadas para delinear o quadro clínico típico, onde após uma análise das principais queixas os sintomas da depressão são delineados sob quatro aspectos: emocionais, cognitivos, motivacionais, físicos e vegetativos.

Sintomas, segundo Alford e Beck (2011), são discutidos em torno de como aparecem nos estados leve, moderado ou grave da depressão, servindo de norte para o clínico. Assim, os autores elucidam as manifestações emocionais ou formas de se comportar do paciente deprimido, a saber: é

importante apreciar o estado de humor, nível de humor, faixa normal, idade, sexo, grupo social, ocorrência de crises de choro.

Segundo o CID 10 a depressão se caracteriza por:

Apresentar um rebaixamento do humor, redução da energia e diminuição da atividade. Existe alteração da capacidade de experimentar o prazer, perda de interesse, diminuição da capacidade de concentração, associadas em geral à fadiga importante, mesmo após um esforço mínimo. Observam-se em geral problemas do sono e diminuição do apetite. Existe quase sempre uma diminuição da autoestima e da autoconfiança e frequentemente ideias de culpabilidade e ou de indignidade, mesmo nas formas leves. O humor depressivo varia pouco de dia para dia ou segundo as circunstâncias e pode se acompanhar de sintomas ditos “somáticos”, por exemplo, perda de interesse ou prazer, despertar matinal precoce, várias horas antes da hora habitual de despertar, agravamento matinal da depressão, lentidão psicomotora importante, agitação, perda de apetite, perda de peso e perda da libido. O número e a gravidade dos sintomas permitem determinar três graus de um episódio depressivo: leve, moderado e grave. (CID 10, 2011)

Como nos mostra Alford e Beck (2011) as manifestações cognitivas de pacientes depressivos estão intimamente ligadas a atitudes distorcidas do paciente em relação a si mesmo, a vida e ao futuro, sempre com baixas autoavaliações, distorções da imagem corporal e expectativas ativas.

Segundo Beck e Alford (2011) o estudo de Beck propõe que negativo está ligado a um grupo de comportamentos relacionados considerados autoderrotistas, fracasso, dúvidas em relação a si próprio mesmo quando bem-sucedido, aumento dos defeitos pessoais, auto depreciação e rejeição. Este comportamento, fora descrito como uma manifestação da necessidade de sofrer ou distorção cognitiva duradoura.

Como segue, os autores Beck e Alford (2011) podemos observar que as perturbações na depressão podem ser vistas, em termos de ativação de um

conjunto de três padrões, que fazem com que a pessoa veja a si mesma, o mundo e o futuro de forma idiossincrática.

Ou seja, a primeira coisa que ocorre é o indivíduo ver as situações de forma negativa, interpretando um fato de maneira negativa, com um olhar de derrota, privação ou depreciação. A segunda coisa é ver a si mesmo de forma negativa, considerando que são deficientes inadequados ou indignos com problemas de rejeição. A terceira coisa é ver o futuro de forma negativa com pensamentos de penúria e frustração ante ao futuro (BECK & ALFORD, 2011).

6 O TERAPEUTA NA TCC

A terapia cognitiva comportamental se baseia, em que a pessoa deprimida ou propensa à depressão tem certos padrões de comportamento, ou seja, cognições, com esquemas próprios idiossincráticos que podem ser ativados por estresse ou não dominando o pensamento do sujeito produzindo formas de sentir e pensar associados a depressão (BECK & ALFORD, 2011).

Assim os autores Beck e Alford (2011) elucidam que com a TCC é possível ajudar o paciente a adquirir objetividade frente a suas reações automáticas e neutralizá-las. O propósito da TCC é facilitar a transferência a partir do terapeuta e internalizar como se dá a TCC para o paciente. Tal fenômeno, ocorre por meio do questionamento socrático.

Assim, o paciente é levado a refletir de forma crítica as evidências que confirmem ou refutem seu pensamento ora distorcido. Uma característica da TCC é que avalia pensamentos de forma diretiva e apoiadora, assim o terapeuta tem uma postura didática para se comunicar com o paciente (BECK & ALFORD, 2011).

Beck diz que na depressão o modo de organizar o pensamento é primitivo, os julgamentos são amplos e globais, com significados extremos, negativos e absolutamente críticos. De forma geral o terapeuta modifica o pensamento a fim de corrigir crenças e reduzir os sintomas bem como prevenir recaídas.

Segundo Beck e Alford, (2011, p. 255) o terapeuta deve:

Oferecer o melhor tratamento possível e ajudar o paciente a aplicar os princípios da terapia; fazer uma tentativa autêntica de compreender o paciente do ponto de vista dele; ajudá-lo a estabelecer tarefas de casa; Tomar a iniciativa de guiar e dirigir o desenvolvimento das intervenções.

Destaca-se que a TCC é uma abordagem estruturada, orientada para o presente, com técnicas e diretivas a serem seguidas, onde o terapeuta deve compreender a visão que o paciente tem do terapeuta e da terapia, nesse passo, é importante a psicoeducação, tanto da depressão, quanto da própria abordagem, para que o paciente compreenda com clareza seu processo psicopatológico e também tenha autonomia para ressignificar crenças e pensamentos distorcidos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo exposto, foi possível perceber que a depressão tem sido muito estudada por diversas vertentes, todavia, a TCC tem mostrado eficácia no tratamento da depressão, é importante ressaltar que em alguns casos se faz necessário o uso de medicação apropriada aliada a psicoterapia o que pode ajudar o paciente a modificar padrões destrutivos de pensamento, bem como crenças disfuncionais, adquirindo para si melhor qualidade de vida com remissão dos sintomas.

Inicialmente tínhamos a hipótese de que pacientes com depressão deveriam permanecer em psicoterapia de longo prazo, entretanto, tal hipótese não se confirmou, pois, estudos apontam que a TCC, pode ser de curta duração para casos de depressão, fazendo com que, em pouco tempo de terapia, novos esquemas mais adaptativos apareçam no repertório cognitivo do paciente.

Estimávamos que quanto a eficácia, a TCC apareceria como mais relevante que outras psicoterapias, e esta questão fora confirmada, onde nos cabe ressaltar que as pesquisas apontam que a TCC tem um excelente caráter preventivo, através da modificação de esquemas depressivos, aumentando

também a responsabilidade do paciente e o autoconhecimento. A TCC mostra-se eficaz para a depressão, pois é possível restituir o controle pessoal e o pensamento negativo é enfraquecido. Aprendendo o paciente a ser mais otimista em relação a si mesmo e ao futuro. Esta proposta de revisão bibliográfica, nos permitiu apreender mais acerca da TCC bem como do funcionamento e atuação do psicólogo nos casos de depressão.

REFERÊNCIAS

Beck, A.T. (1976). **Cognitive therapy and the emotional disorders**. New York: International Universities Press.

Beck, A.T. (2013). **Além da crença: Uma teoria de modos, personalidade e psicopatologia**. In P. M. Salkovskis (Ed.), *Fronteiras da terapia cognitiva* (pp. 21-40). São Paulo: Casa do Psicólogo

Beck, A.T. Alford, A.B. **Depressão: Causas e Tratamento**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre, Artmed, 2011.

CID 10 (2007) **Classificação Internacional de doenças e problemas relacionados à saúde**. Vol. 3 OPS OMS. São Paulo.

Leahy, R. L. (2006). **Técnicas de terapia cognitiva: Manual do terapeuta** (M. A. V. Veronese, & L. Araújo, Trad.). Porto Alegre: Artmed (Obra original publicada em 2003)

Wright, J. H., Basco, M. R., & Thase, M. E. (2008). **Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental: Um guia ilustrado** (M. G. Armando, Trad.). Porto Alegre: Artmed (Obra original publicada em 2006).

DISFUNÇÃO FAMILIAR E HIPERATIVIDADE NA CRIANÇA: contribuições da Abordagem Sistêmica de Família

FAMILY DYSFUNCTION AND HYPERACTIVITY IN CHILDREN: contributions of the Systemic Family Approach

DISFUNCIÓN FAMILIAR Y HIPERATIVIDAD EN EL NIÑO: contribuciones del Enfoque Sistémico de Familia

Gisele Ferreira de Castro Silva

Graduanda em Psicologia (UniFSJ)
giselecstro189@hotmail.com

Ieda Tinoco Boechat

Doutoranda em Cognição e Linguagem (Uenf)
Docente do Curso de Psicologia (UniFSJ)
iedatboechat@hotmail.com

Carlos Henrique Medeiros de Souza

Professor Associado e Coordenador do Programa de Pós-graduação
Stricto Sensu em Cognição e Linguagem (Uenf)
chmsouza@gmail.com

RESUMO: Este estudo aborda a relação entre a disfunção familiar e a hiperatividade na criança na ótica da concepção sistêmica de família. Objetiva-se analisar as implicações da família disfuncional na hiperatividade da criança. Os objetivos específicos são, portanto: diferenciar família funcional e disfuncional na perspectiva da Abordagem Sistêmica de Família; descrever acerca da hiperatividade em crianças conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5); apresentar contribuições da concepção sistêmica de família para a compreensão da hiperatividade em crianças. Metodologicamente, tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, problematizando a questão: a disfunção familiar é causa ou efeito da hiperatividade na criança? As relações familiares são baseadas em trocas que podem ser saudáveis, prazerosas e felizes, mas também podem ser adoecidas e adoecedoras. Conclui-se, de acordo com a Abordagem Sistêmica de Família que todos os membros são corresponsáveis pelo comportamento disfuncional, um dos outros. Assim sendo, a criança com hiperatividade deixa de ser a única responsável pelo seu comportamento inadequado.

Palavras-chave: DSM-5. Sistema familiar. Transtorno mental.

ABSTRACT: This study addresses the relationship between family dysfunction and hyperactivity in children from the point of view of the systemic family conception. The aim of this study is to analyze the implications of the dysfunctional family on the child's hyperactivity. The specific objectives are,

therefore: to differentiate functional and dysfunctional family from the perspective of the Systemic Family Approach; to describe about hyperactivity in children according to the Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5); to make contributions of the systemic conception of family for the understanding of hyperactivity in children. Methodologically, it was a qualitative bibliographical research, problematizing the question: is family dysfunction cause or effect of hyperactivity in the child? Family relationships are based on exchanges that can be healthy, happy and happy, but they can also be sick and sick. It is concluded, according to the Systemic Family Approach that all members are co-responsible for dysfunctional behavior, one of the others. Therefore, the child with hyperactivity is no longer the only one responsible for their inappropriate behavior.

Keywords: DSM-5. Family system. Mental disorder.

RESUMEN: Este estudio aborda la relación entre la disfunción familiar y la hiperactividad en el niño en la óptica de la concepción sistémica de la familia. Se pretende analizar las implicaciones de la familia disfuncional en la hiperactividad del niño. Los objetivos específicos son, por lo tanto: diferenciar familia funcional y disfuncional en la perspectiva del Enfoque Sistémico de Familia; describir acerca de la hiperactividad en niños conforme al Manual Diagnóstico y Estadístico de Trastornos Mentales (DSM-5); presentar contribuciones de la concepción sistémica de familia para la comprensión de la hiperactividad en los niños. Metodológicamente, se trató de una investigación bibliográfica, de cuño cualitativo, problematizando la cuestión: ¿la disfunción familiar es causa o efecto de la hiperactividad en el niño? Las relaciones familiares se basan en intercambios que pueden ser saludables, placenteros y felices, pero también pueden ser enfermas y enfermas. Se concluye, de acuerdo con el Enfoque Sistémico de Familia que todos los miembros son corresponsables por el comportamiento disfuncional, uno de los otros. Por lo tanto, el niño con hiperactividad deja de ser la única responsable de su comportamiento inadecuado.

Palabras clave: DSM-5. Sistema familiar. Trastorno mental.

Considerações iniciais

No contexto sociocultural contemporâneo, influenciado pela medicalização, quando uma criança apresenta um comportamento considerado

disfuncional, como a hiperatividade, muitas vezes, somente essa criança passa por um processo de avaliação médica, sendo, em seguida, submetida a tratamento farmacológico e, em alguns casos, encaminhada a psicoterapia.

O presente artigo, entretanto, propõe reflexões acerca da tendência de patologizar comportamentos, individualizando em apenas um dos membros da família uma questão que pode dizer respeito a todos. Trata-se de considerar a participação de todos os membros da família no comportamento considerado inadequado de um de seus membros. Abordando a temática na ótica da concepção sistêmica de família, o texto tem, assim, por objetivo geral, analisar as implicações da família disfuncional na hiperatividade da criança.

Sendo assim, este estudo problematiza a seguinte questão: a disfunção familiar é causa ou efeito da hiperatividade na criança? Considera-se a hipótese de que há uma relação entre a disfunção familiar e a hiperatividade na criança, de tal modo que, do ponto de vista sistêmico, a hiperatividade dessa criança pode estar sendo diretamente influenciada pelo comportamento dos demais membros da família, enquanto, também, os influencia.

A fim de encontrar contribuições teóricas que fundamentem respostas para a questão que o trabalho investiga, a pesquisa busca diferenciar família funcional e disfuncional na perspectiva da Abordagem Sistêmica de Família, descrever acerca da hiperatividade em crianças conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) e elencar contribuições da concepção sistêmica de família para o entendimento da hiperatividade na criança.

Esta pesquisa visa contribuir com elementos científicos para levar as famílias à reflexão sobre a possibilidade de considerar o quanto todos no contexto familiar podem estar diretamente implicados no comportamento da criança hiperativa, uma vez que a intervenção pautada na abordagem sistêmica considera a família como um sistema, logo, se um membro apresenta um determinado comportamento disfuncional, toda a família contribui, de algum modo, para que o referido comportamento seja mantido ou mesmo gerado.

A metodologia adotada é, portanto, qualitativa quanto ao problema, exploratória quanto aos objetivos, e pesquisa bibliográfica quanto aos procedimentos, e se realiza por meio de consulta a artigos científicos

selecionados por meio de busca no banco de dados do Scielo, do Portal dos Psicólogos e do Portal do Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ), usando as palavras-chave: “família disfuncional”, “terapia de família” e “hiperatividade em crianças”. O estudo se baseia, ainda, na contribuição de autores como Minuchin (1982), Boechat, Cabral e Souza (2016), Santi (1997), Cardozo e Boechat (2016), bem como na 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (2014).

1 Família funcional e disfuncional na perspectiva da Abordagem Sistêmica de Família

A família é considerada como um sistema, como um grupo de pessoas que trabalham juntas em prol de seus interesses e necessidades em constante interação. Boechat, Cabral e Souza (2016), baseando-se em autores como Calil e Bateson, descrevem a família como um sistema aberto, cuja dinâmica dos membros dentro e fora da família, devido à relação de uns com os outros e com os sistemas extrafamiliares, o que assinala a tendência de atuarem como sistema total, no qual as atitudes e comportamentos de um dos membros influenciam e, ao mesmo tempo, são influenciados pelos de todos os outros.

Nessa perspectiva, consoante Santi (1997), implica considerar o funcionamento familiar do seguinte modo:

[...] o funcionamento familiar não deve ser visto de maneira linear, mas de maneira circular, isto é, o que é uma causa pode se tornar um efeito ou consequência e vice-versa. A abordagem sistêmica nos permite substituir a análise de causa-efeito pela análise das regras e regras de interação recíproca da família. Sempre quando um sintoma aparece pode ser tomado como um indicador de disfunção familiar, o paciente não é visto como o problema, mas como portador de problemas familiares. (SANTI, 1997).

A concepção da família como um sistema, segundo Santi (1997), contribui para redimensionar a relação familiar quanto à noção de causalidade. Os problemas familiares, muitas vezes, têm sido tradicionalmente vistos de forma linear, que considera que determinada causa gerou certo efeito, o que é uma abordagem de certo modo equivocada, porque em uma família não há

"culpado". Os problemas e sintomas se devem justamente às deficiências na interação familiar, à disfuncionalidade da família se compreendida como um sistema.

Não se pode falar sobre a funcionalidade familiar como algo estável e fixo, na concepção de Santi (1997), mas como um processo que precisa ser reajustado constantemente. Uma família funcional é uma família com um funcionamento satisfatório, no qual se consegue proporcionar meios para que aconteça o desenvolvimento completo e saudável de seus membros. Para essas famílias, tornam-se essenciais: hierarquias claras, limites claros, papéis claros e definidos, comunicação aberta e explícita, e capacidade de se adaptar à mudança.

De acordo com Minuchin (1982), para o funcionamento apropriado da família, as fronteiras dos subsistemas devem ser nítidas. Elas devem ser definidas suficientemente bem para permitir que os membros do subsistema levem a cabo as suas funções, sem interferência indevida, mas devem admitir contato entre os membros do subsistema e de outros sistemas. A composição de subsistemas organizada em torno das funções familiares não é especialmente tão significativa quanto a nitidez das fronteiras do subsistema. Um sistema pode funcionar muito bem, desde que as linhas de responsabilidade e autoridade sejam nitidamente delineadas. Deve existir uma hierarquia de poder, em que os pais e os filhos têm diferentes níveis de autoridade. Também deve haver uma complementaridade de funções, em que se aceita a interdependência e se opera como uma equipe. Assim, uma família disfuncional, com funcionamento inadequado, deve ser considerada como um fator de risco, uma vez que promove o aparecimento de sintomas e doenças em seus membros.

Segundo Minuchin (1982), quando surgem situações de desequilíbrio do sistema, é comum que os membros da família achem que os outros não estão cumprindo as suas obrigações. Então, aparecem reivindicações de lealdade familiar e manobras que induzem à culpa. Em famílias disfuncionais, a diferenciação do sistema fica difusa, o que resulta numa confusão de papéis. Tal sistema pode se tornar sobrecarregado e carecer de recursos necessários para se adaptar e mudar, sob circunstâncias estressantes. Algumas famílias

desenvolvem fronteiras excessivamente rígidas e a comunicação através dos subsistemas se torna difícil, com isso a falta de resolução do problema e as funções protetoras da família ficam prejudicadas. A falta de diferenciação do subsistema desencoraja a exploração autônoma e o domínio dos problemas. A autonomia individual é severamente restrita nesse sistema familiar.

Conforme Minuchin (1982), a família é disfuncional quando há incompetência intrafamiliar, quando não se tem a capacidade de assumir mudanças, quando não há cumprimento de suas funções básicas. Se a família estabelece estratégias disfuncionais diante de situações de mudança, como rigidez e resistência, isso leva a um encadeamento de conflitos e, portanto, sintomas começam a aparecer, sinalizando que estão sob ameaça a saúde e o desenvolvimento harmônico de seus membros.

Quando o “adoecimento” refere-se à hiperatividade, a fim de ampliar a reflexão, cabe analisá-lo, também, na perspectiva médica, uma vez que, culturalmente, concebe-se fundamentalmente a hiperatividade como um transtorno mental. Assim sendo, a seção seguinte busca compreender a hiperatividade tal como apresentada na 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5).

2 Hiperatividade em crianças conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

De modo amplo, a hiperatividade está associada ao déficit de atenção. Segundo o DSM-5, a característica essencial do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) é um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade que interfere no funcionamento ou no desenvolvimento. No TDAH, a “desatenção” se deixa mostrar em comportamentos relativos à divagação em tarefas, falta de persistência, dificuldade de manter o foco e desorganização, em situações que não implicam consequência de desafio ou falta de compreensão. “Hiperatividade-impulsividade implicam atividade excessiva, inquietação, incapacidade de permanecer sentado, intromissão em atividades de outros e incapacidade de

aguardar - sintomas que são excessivos para a idade ou o nível de desenvolvimento” (DSM-5, 2014, p. 32).

Quanto à determinação dos subtipos, as apresentações ganham “divisões” de acordo com predomínio de desatenção ou de hiperatividade-impulsividade, e apresentação combinada.

314.1 (F90.2) Apresentação combinada: Se tanto o Critério A1 (desatenção) quanto o Critério A2 (hiperatividade-impulsividade) são preenchidos nos últimos 6 meses.

314.0 (F90.0) Apresentação predominantemente desatenta: Se o Critério A1 (desatenção) é preenchido, mas o Critério A2 (hiperatividade-impulsividade) não é preenchido nos últimos 6 meses.

314.1 (F90.1) Apresentação predominantemente hiperativa/impulsiva: Se o Critério A2 (hiperatividade-impulsividade) é preenchido, e o Critério A1 (desatenção) não é preenchido nos últimos 6 meses. (DSM-5, 2014, p. 60).

Assim sendo, a hiperatividade, objeto de interesse deste trabalho, está associada à impulsividade e é diagnosticada a partir dos seguintes critérios:

2. Hiperatividade e impulsividade: Seis (ou mais) dos seguintes sintomas persistem por pelo menos seis meses em um grau que é inconsistente com o nível de desenvolvimento e tem impacto negativo diretamente nas atividades sociais e acadêmicas/profissionais:

Nota: Os sintomas não são apenas uma manifestação de comportamento opositor, desafio, hostilidade ou dificuldade para compreender tarefas ou instruções. Para adolescentes mais velhos e adultos (17 anos ou mais), pelo menos cinco sintomas são necessários.

a. Frequentemente remexe ou batuca as mãos ou os pés ou se contorce na cadeira.

b. Frequentemente levanta da cadeira em situações em que se espera que permaneça sentado (p. ex., sai do seu lugar em sala de aula, no escritório ou em outro local de trabalho ou em outras situações que exijam que se permaneça em um mesmo lugar).

c. Frequentemente corre ou sobe nas coisas em situações em que isso é inapropriado. (Nota: Em adolescentes ou adultos, pode se limitar a sensações de inquietude.)

d. Com frequência é incapaz de brincar ou se envolver em atividades de lazer calmamente.

e. Com frequência “não para”, agindo como se estivesse “com o motor ligado” (p. ex., não consegue ou se sente desconfortável em ficar parado por muito tempo, como

em restaurantes, reuniões; outros podem ver o indivíduo como inquieto ou difícil de acompanhar).

f. Frequentemente fala demais.

g. Frequentemente deixa escapar uma resposta antes que a pergunta tenha sido concluída (p. ex., termina frases dos outros, não consegue aguardar a vez de falar).

h. Frequentemente tem dificuldade para esperar a sua vez (p.ex., aguardar em uma fila).

i. Frequentemente interrompe ou se intromete (p. ex., mete-se nas conversas, jogos ou atividades; pode começar a usar as coisas de outras pessoas sem pedir ou receber permissão; para adolescentes e adultos, pode intrometer-se em ou assumir o controle sobre o que outros estão fazendo). (DSM-5, 2014, p. 60).

Quanto às características diagnosticadas, conforme o DSM-5 (2014), a hiperatividade está relacionada à atividade motora excessiva (quando esse comportamento não se mostra apropriado) ou remexer, batucar ou conversar excessivamente. A impulsividade, que pode refletir um desejo de recompensas imediatas ou de incapacidade de postergar a gratificação, diz respeito a ações precipitadas sem premeditação e com elevado potencial para dano à pessoa, levando a comportamentos que podem se manifestar com intromissão social e/ou tomada de decisões importantes sem a avaliação das consequências que podem advir delas com o tempo.

A hiperatividade, na perspectiva considerada, é compreendida a partir de sintomas que a caracterizam e permitem diagnosticá-la, para que se estabeleçam metas para o tratamento, o que inclui, em geral, a prescrição medicamentosa e, em alguns casos, a psicoterapia. Não obstante, a concepção sistêmica de família apresenta uma forma de compreender a “patologia” de modo que considera não apenas a pessoa “adoecida” nem se restringe a um rol de sintomas.

Nesse sentido, o tratamento médico e/ou o psicológico podem ser necessários. Contudo, é preciso ampliar o espectro para tentar alcançar a rede de relações da qual a criança participa, em especial a familiar, a fim de evitar o clássico modo de conduzir uma avaliação que individualiza nela questões relativas ao seu contexto interacional mais amplo, que pode influenciar seu comportamento, enquanto, também, o influencia.

3 A Abordagem Sistêmica de Família e a hiperatividade na criança: algumas contribuições

Segundo Minuchin (1982), a patologia pode estar no paciente, em seu contexto social ou no *feedback* entre eles. Nessa análise, de acordo com o autor, implica considerar o contexto do paciente do seguinte modo:

[...] a vida psíquica de um indivíduo não é inteiramente um processo interno. O indivíduo influencia o seu contexto e é influenciado em sequências de ação constantemente recorrentes. O indivíduo que vive numa família é membro de um sistema social, ao qual deve se adaptar. Suas ações são governadas pelas características do sistema e estas características incluem os efeitos de suas próprias ações passadas. O indivíduo responde aos estresses em outras partes do sistema, às quais se adapta, e pode contribuir significativamente para estressar outros membros do sistema. O indivíduo pode ser encarado como um sistema ou como parte do sistema, mas o todo deve ser levado em conta. (MINUCHIN, 1982, p.18).

Afirma Minuchin (1982) que as mudanças numa estrutura familiar contribuem para mudanças no comportamento e nos processos psíquicos dos membros desse sistema. O desenvolvimento do sintoma, numa criança, está relacionado a um tipo especial de organização e funcionamento familiar, ao envolvimento da criança no conflito parental e à vulnerabilidade fisiológica. A criança com sintoma desempenha um papel vital na evitação de conflito de sua família apresentando um foco para a preocupação. O sistema reforça o seu comportamento sintomático, a fim de preservar o seu padrão de evitação de conflito. O sintoma é, então, sustentado por um conflito não resolvido, implícito.

Assim, quando uma criança apresenta um comportamento que comumente se poderia classificar como hiperatividade, por exemplo, a família inteira encontra-se envolvida, seja por acreditar que manter os conflitos velados pode minimizar problemas, seja por não ter aprendido outras formas de se comportar, seja porque nunca analisou seu modo de interagir. Uma família pode se comportar de modo extremamente “hiperativo” sem notar. Todos falam rápido, movimentam-se rápido, fazem muitas coisas ao mesmo tempo, têm pressa, exigem muito uns dos outros, em ritmo acelerado se alimentam, andam

e desempenham as tarefas tanto em casa como no trabalho, comportam-se “eletricamente” até mesmo nos momentos de lazer. Entretanto, algumas vezes, na procura de ajuda terapêutica para a criança, a família consegue perceber o quanto todos são “agitados”.

Desse modo, de acordo com Cardozo e Boechat (2016), com o entendimento sistêmico de família, a criança deixa de ser a única responsável pelo seu comportamento inadequado e o que ela vivencia em família passa a ganhar expressão. Assim, investigando “seu” comportamento disfuncional no contexto familiar, pode-se não somente compreendê-lo, mas evitar ou minimizar as condições que sustentam ou geram seu comportamento considerado disfuncional.

Nesse contexto, fundamentando-se em Calil, Cardozo e Boechat (2016) assinalam, portanto, que é inadequado a família atribuir ao “membro sintomático” a culpa ou o fardo de ser o único responsável por “seu” problema. A pessoa adoecida é considerada apenas um “representante circunstancial” de alguma disfunção no sistema familiar.

Logo, do ponto de vista sistêmico, a hiperatividade na criança não deve ser considerada apenas em termos de um comportamento patológico a ser diagnosticado a partir dos sintomas apresentados, porque ele sofre influência direta do comportamento dos demais membros da família, enquanto, também, os influencia. Nesse sentido, é preciso considerar toda a gama de aspectos relacionais – indefinição de papéis, falta de nitidez das fronteiras geracionais, organização e funcionamento familiar, envolvimento no conflito parental, estratégias disfuncionais na resolução de problemas, invariabilidade de funções – a que essa criança está exposta no contexto interacional familiar que se apresenta disfuncional.

Revedo tais aspectos, a família tem a oportunidade de reorganizar seus padrões de interação e de comunicação e de promover mudanças que irão beneficiar a todos.

Considerações finais

De acordo com a Abordagem Sistêmica de Família, as ações e comportamentos de um dos membros da família influenciam e, simultaneamente, são influenciados pelos comportamentos de todos os outros. Os membros são corresponsáveis pelo comportamento disfuncional que um dos familiares venha a apresentar, ou seja, a criança com hiperatividade deixa de ser a única responsável pelo seu comportamento inadequado.

Enfatiza-se que não se trata de culpar os pais ou cuidadores pela hiperatividade na criança, tampouco de invalidar a pertinência de tratamento médico e/ou psicológico em tal demanda. Pretende-se, neste trabalho, contribuir para que não se individualize na criança questões relacionais, em especial, aquelas vividas no âmbito familiar, uma vez que elas implicam todos.

Assim sendo, a disfunção familiar não é pensada em termos de causa e efeito em relação à hiperatividade em crianças. Abolindo a causalidade linear, importa pensar em termos de corresponsabilidade, de modo que todos os membros do sistema familiar incluídos no processo possam colaborar, de algum modo, para que a família reestruture sua forma de relacionar-se e de organizar-se, visando tornar-se funcional, com hierarquias estabelecidas claramente, limites delineados, papéis claros e definidos, fronteiras delineadas, complementaridade de funções, comunicação explícita e capacidade de adaptação às mudanças. Provavelmente assim, a família substituirá a hiperatividade em um dos seus membros pela atividade de todos eles e experimentará a conseqüente remissão de sintomas.

Referências

BOECHAT, Ieda Tinoco; CABRAL, Hideliza Lacerda Tinoco Boechat; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. A comunicação na família caracterizada pela pseudomutualidade e pelo duplo vínculo. **Revista Transformar**, 2016.

Disponível em:

<<http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/42>>.

Acesso em: 09 nov. 2018.

CARDOZO, Jussara Hoffmann; BOECHAT, Ieda Tinoco. Pseudomutualidade, Lealdade e Posição do Nascimento: fenômenos relacionais familiares que podem fazer adoecer. **Revista Transformar**, 2016. Disponível em:

<http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/82>. Acesso em: 31 out. 2018.

CARVALHAL, Pedro Nuno Martins; SILVA, Cátia Patrícia Fernandes da. Terapia Familiar Sistêmica: uma breve introdução ao tema. **Portal dos Psicólogos**, 2011. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0235.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2018.

MACHADO, Mônica. Compreendendo a Terapia Familiar. **Portal dos Psicólogos**, 2012. Disponível em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Resenha%20do%20texto.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2018.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. DSM-5 / [American Psychiatric Association, tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordoli... [et al.]. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Trad. Jurema Alcides Cunha. Porto Alegre, Artes Médicas, 1982.

SANTI, Patricia María Herrera. La familia funcional y disfuncional, un indicador de salud. **Rev Cubana Med Gen Integr**, Ciudad de La Habana, v. 13, n.6, p.591-595, dic. 1997. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-21251997000600013&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 29 out. 2018.

**LINHA DE PESQUISA V:
GESTÃO DE NEGÓCIOS, ECONOMIA E MERCADOS**

A MERITOCRACIA COMO INSTRUMENTO DE MOBILIDADE INTERNA NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO TÍPICAMENTE ADMINISTRATIVO

Meritocracy as an instrument of internal mobility in the typically administrative Brazilian public service

La Meritocracia como instrumento de movilidad interna en el servicio público brasileño típicamente administrativo

ANDERSON ABARDES MOURÃO

SERVIDOR PÚBLICO. BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE EM 2016.

MARIA DE FÁTIMA TEIXEIRA OLIVEIRA

GRADUANDA EM BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL.

SANDRA CRISTINA BENTO SIQUEIRA

SERVIDOR PÚBLICO. BACHARELA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE EM 2016.

ISABEL CABRAL

Mestre em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Serra dos Órgãos. Professora Assistente da Universidade Federal Fluminense - Pólo Universitário de Volta Redonda. Foi gerente técnica de seguros da Banerj Seguros. Membro da equipe responsável pela prestação de contas da prefeitura com governos federal e estadual. Possui experiência na área de Administração e Ciências Contábeis. Leciona as disciplinas de Contabilidade Internacional, Teoria da Contabilidade.

Dados pesquisados em: Currículo Lattes, 12/2018.
<http://lattes.cnpq.br/6811278470912455>

Contato: Volta Redonda, RJ - Brasil, Telefone: (24) 30768759.

Resumo: A meritocracia vem se tornando cada vez mais relevante na gestão das organizações brasileiras. Entretanto, os mais complexos sistemas meritocráticos encontram dificuldade em avaliar o desempenho dos trabalhadores quando estes pertencem a organizações públicas sem fim econômico, mas meramente administrativo. O objetivo deste artigo foi explorar os sistemas meritocráticos das organizações brasileiras, bem como desbravar novas possibilidades de aplicação, sem a pretensão de esgotar o tema. O artigo foi pautado basicamente pela pesquisa bibliográfica em livros, periódicos e sítios organizacionais, e pela experiência dos autores em suas funções

públicas. Como resultado, pode-se afirmar que a meritocracia, quando utilizada de forma livre de influências políticas, pode ser uma importante ferramenta motivacional dos servidores de organizações públicas.

Palavras-chave: Meritocracia. Serviço Público. Motivação. Burocracia.

Abstract: Meritocracy has become increasingly relevant in the management of Brazilian organizations. However, the more complex meritocratic systems find it difficult to evaluate the performance of employees when they belong to public organizations without economic goals, but merely administrative scope. The objective of this article was to explore the meritocratic systems of Brazilian organizations as well as to explore new possibilities of application, without the intention of exhausting the subject. This article was based primarily on bibliographic research in books, periodicals and organizational sites, and on the authors' experience in their public functions. As a result, it can be said that meritocracy, when employed without political influences, can be an important motivational tool for public organization employees.

Key words: Meritocracy; Public service; Motivation; and Bureaucracy.

Resumen: La meritocracia se está volviendo cada vez más relevante en la gestión de las organizaciones brasileñas. Sin embargo, los más complejos sistemas meritocráticos encuentran dificultad en evaluar el desempeño de los trabajadores cuando éstos pertenecen a organizaciones públicas sin fin económico, pero meramente administrativo. El objetivo de este artículo fue explorar los sistemas meritocráticos de las organizaciones brasileñas, así como desbravar nuevas posibilidades de aplicación, sin la pretensión de agotar el tema. El artículo fue pautado básicamente por la investigación bibliográfica en libros, periódicos y sitios organizacionales, y por la experiencia de los autores en sus funciones públicas. Como resultado, se puede afirmar que la meritocracia, cuando se utiliza de forma libre de influencias políticas, puede ser una importante herramienta motivacional de los servidores de organizaciones públicas.

Palabras clave: Meritocracia; Servicio Publico; La Motivación; y Burocracia.

Introdução

Diversas são as dificuldades encontradas diariamente pelas organizações públicas brasileiras, sobretudo quando o assunto diz respeito ao nível de eficiência dos serviços prestados, uma vez que o alto nível de especialização dos trabalhadores reduz significativamente sua autonomia e criatividade. Um dos maiores desafios atuais da gestão de pessoas reside em como manter os trabalhadores incentivados, aproveitando ao máximo seu capital intelectual a fim de gerar maior produtividade. É inegável que a motivação do ser humano se apresenta como um dos fatores capazes de influenciar o nível de eficiência das organizações públicas. E uma das formas mais eficazes de se incentivar o homem em seu ambiente de trabalho é a meritocracia, "(...) fórmula utilizada por organizações, como estímulo profissional, oferecendo recompensas aos seus integrantes que proporcionem melhorias importantes para elas ou para sua clientela" (Duarte, 2005, p. 365). Ou seja, é a valorização do homem, pecuniária ou não, em razão daquilo que ele de fato produz, colaborando com o sucesso da organização. É a valorização pelo mérito pessoal, consequência da gestão de pessoas realizada de forma eficiente e justa.

Nas organizações que desenvolvem atividades de cunho econômico, onde a definição de metas a serem alcançadas e a identificação do grau de colaboração de cada servidor para o alcance das metas se dão de forma mais perene, a implantação da meritocracia não encontra grandes obstáculos, ainda que deva ocorrer de forma clara e objetiva, adequada à realidade e à cultura da organização a qual se pretende. No entanto, acredita-se que é nas organizações públicas que desenvolvem atividades tipicamente administrativas, nas quais não se pode definir com clareza as metas a serem alcançadas nem medir o grau de participação individual dos trabalhadores, que a implementação de métodos meritocráticos torna-se mais dificultosa.

É notório que a implementação da meritocracia em determinadas organizações públicas brasileiras, tais como o Banco do Brasil e a Petrobrás, trouxeram relevantes ganhos de produtividade e eficiência para suas atividades. Entretanto, o mesmo não pode ser dito em relação as organizações que desenvolvem atividades tipicamente administrativas, tais como os sistemas

prisionais, os serviços de recuperação de malha rodoviária, entre outros.

A tão desejada eficiência estatal, forte influenciadora do desenvolvimento social, depende basicamente do comprometimento e da satisfação do seu quadro funcional. Entretanto, as organizações públicas administrativas, burocráticas e de cunho não econômico apresentam um campo de estudo específico, mais fértil em relação ao tema da meritocracia, para as quais não se encontram pesquisas prontas, capazes de guiar novos estudos ou, até mesmo, novas opções e variáveis de abordagem. E é neste contexto que a presente pesquisa se mostra relevante. Assim, a pesquisa pretende explorar as práticas meritocráticas no serviço público, com ênfase nas instituições burocráticas tipicamente administrativas, ou seja, aquelas que não se revestem de cunho econômico, já que nestas observa-se maior dificuldade no estabelecimento de parâmetros avaliativos, dada a inexistência de metas organizacionais claramente definidas, visando identificar as principais diferenças encontradas entre os dois tipos de organizações, bem como os modelos de métodos meritocráticos disponíveis e utilizados por ambas, além de responder as seguintes perguntas: a meritocracia no serviço público brasileiro tipicamente administrativo é uma realidade ou uma utopia? Sendo uma realidade, qual o modelo meritocrático mais eficaz para o aumento da motivação e da eficiência humanas em tais ambientes organizacionais? Para responder a tais perguntas, a pesquisa deverá se valer da bibliografia disponível sobre o tema, inclusive de possíveis modelos meritocráticos adotados por algumas organizações públicas e esferas de governo.

1 Referencial Teórico

1.1 Considerações iniciais sobre o estudo da meritocracia

Ao estudar a Meritocracia é preciso levar em consideração que a prática corre o risco de tornar-se inócua, caso seja implantada isoladamente, sem o auxílio de outros instrumentos de gestão administrativa capazes de nortear as decisões meritocráticas. Adiante, após localizar no tempo o surgimento do "*homo social*" e conceituar a Meritocracia, serão então analisados tais instrumentos e suas estreitas relações com o tema principal e, ao final, será

traçado um breve histórico da Meritocracia no serviço público brasileiro.

1.2 O advento do "*homo social*"

A quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, fato gerador da grande depressão, pode ser considerada como o marco da evolução das teorias administrativas até então admitidas para os conceitos de gestão atualmente adotados. Foi a partir daí, e sob forte influência da experiência de Hawthorne, cujos resultados puderam se observar em 1932, que surgiu a Escola das Relações Humanas, ou Teoria das Relações Humanas, "(...) marcada pela introdução da aplicação de uma abordagem mais humanística na administração das organizações, em que o foco são as pessoas e não as tarefas" (Jacobsen; Neto, 2009, p. 64). Assim, os seres humanos passaram a ser vistos e entendidos de forma menos mecânica e mais complexa. O homem deixa de ser visto como "*homo economicus*", movido apenas pela necessidade de possuir bens e valores para fins de subsistência, e passa a ser visto como "*homo social*", naturalmente carente de segurança, afeto, aprovação social, prestígio e autorrealização. Surgem então, através da Escola de Relações Humanas, as novas ideias administrativas que incluem a flexibilidade nos controles burocráticos, como forma de reduzir a influência da organização sobre a formação de grupos sociais informais, a participação dos funcionários nas tomadas de decisões e os primeiros traços do conceito de liderança. (Jacobsen; Neto, 2009, p. 59).

Posteriormente, surge a Administração de Recursos Humanos (ARH), com a missão de coordenar as estratégias relativas aos recursos humanos das organizações com as relações sindicais e as relações de trabalho. Admite como técnicas e métodos as funções de recrutamento, seleção, treinamento, planos de cargos e salários, avaliação de desempenho, incentivos e política de remuneração, encarregando-se especificamente de promover a integração do trabalhador à organização, por meio da coordenação de interesses entre a empresa e o seu capital humano. Alguns pesquisadores afirmam que "(...) a ARH é um conjunto de decisões integradas sobre as relações de emprego que influenciam a eficácia dos funcionários e das organizações" (Milkovich; Boudreau, 2000, P. 12).

Por meio da ARH observou-se que tais necessidades, especificamente relativas aos ambientes de trabalho, estão intrinsecamente ligadas ao sentimento de pertencimento a um grupo de relacionamento informal sólido, ao reconhecimento da importância de seu trabalho, à satisfação em desempenhar suas funções e à valorização pelo exercício do trabalho, que pode se dar através de um plano de cargos e salários justo e acessível, de benefícios indiretos de natureza não pecuniária e/ou de um plano de incentivos condizente com o seu desempenho. É o atendimento a tais necessidades psicossociais humanas que gera a motivação necessária nos trabalhadores para que estes desempenhem suas funções com o máximo de eficiência, visando o alcance das metas e objetivos da organização, em conformidade com sua missão, valores e cultura.

Entretanto, todas estas novas teorias administrativas trouxeram consigo um difícil dilema: qual o instrumento mais eficaz para influenciar positivamente a motivação da força de trabalho? Para responder tal questionamento, surge então a meritocracia.

1.3 O conceito de meritocracia

A palavra meritocracia é originária do latim "*meritum*" e do grego antigo "*kpatia*" (cracia), poder (Wikipédia, 2015). Ou seja, é o poder do mérito, a valorização das realizações individuais como condicionante para a ascensão social. Acredita-se que a palavra meritocracia tenha sido usada pioneiramente por Michael Young (1958), em seu livro intitulado "*Rise of the Meritocracy*". Entretanto, "a obra de Young apresentava um conteúdo negativo para o termo através de uma narração que retrata uma sociedade na qual as posições sociais são definidas pelo QI e pelo nível de esforço de seus indivíduos" (Junior, 2015).

Barbosa (2003) conceitua a meritocracia como "(...) um conjunto de valores que postula que as posições dos indivíduos na sociedade devem ser consequência do mérito de cada um. O reconhecimento público das qualidades individuais" (Barbosa, 2003, p. 22).

A meritocracia pode então ser entendida como um sistema de gestão que considera o mérito, o merecimento, como o elemento principal a ser

analisado nos processos de ascensão social e/ou profissional, proporcionando assim maior justiça que outros sistemas hierárquicos, já que suas distinções não se dão por quaisquer outros fatores senão pelo valor objetivo da realização e da colaboração individual de cada ser humano dentro de um processo cujas possibilidades participativas são equânimes a todos os envolvidos.

Os críticos da meritocracia, tais como Barbosa (2014, p. 15), em "Revista da Administração de Empresas", e Chauí (2014, p. 73), em "A Ideologia da Competência", costumam alegar que o método é suscetível de falhas pois está sujeito a arbitrariedade na sua forma de execução, gerando, conseqüentemente, injustiças nas avaliações e premiações. Além disso há a dificuldade de se estabelecer medidas específicas de valoração do esforço e da contribuição individual, sobretudo quando a atividade em questão não está diretamente associada ao alcance de metas nem se reveste de cunho econômico, apresentando atributos subjetivos de avaliação, com pouca influência no desempenho global da organização.

O maior problema que cerca o tema da meritocracia diz respeito ao processo de avaliação do mérito do trabalhador, pois

existem múltiplas interpretações acerca de como avaliar o desempenho, do que realmente entra no seu cômputo, do que sejam talentos e esforço, das origens das desigualdades sociais, da relação entre responsabilidade individual e/ou social e desempenho, da existência de igualdade de oportunidades para todos, da possibilidade concreta de mensuração individual, etc. (Barbosa, 2003, p. 25).

O problema maior da meritocracia reside então na definição dos parâmetros de representação do mérito, ou seja, na definição dos níveis de eficiência no desempenho das atividades, de forma justa, acessível a todos os colaboradores e em iguais condições de serem reconhecidos ao final, pois, caso contrário, a meritocracia, além de perder seu sentido, pode passar a ser vista como um instrumento de privilégios ou de segregação.

Uma vez definida a técnica da meritocracia como instrumento de valorização da força de trabalho, surge então um novo dilema: como avaliar com justiça o desempenho individual do trabalhador, dentro de parâmetros lógicos e aceitáveis por todos os envolvidos?

1.4 A avaliação de desempenho

Pode-se afirmar que o ser humano, no desenvolvimento de suas atividades laborativas, busca constantemente se autoafirmar e ascender socialmente através, respectivamente, do reconhecimento e da bonificação por aquilo que realiza. Para que tenha de fato um caráter motivacional, o processo de reconhecimento e bonificação deve estar pautado por critérios de avaliação de desempenho claros e bem definidos. Assim, uma das mais importantes atividades da gestão de pessoas é a avaliação de desempenho, definida como "(...) um sistema formal de revisão e avaliação do desempenho das pessoas ou das equipes de trabalho em suas atividades profissionais" (Oliveira; Medeiros, 2011, p. 98).

Por esta definição observa-se que a avaliação de desempenho pode ser realizada de forma individual ou em grupos, cabendo à organização analisar e definir o melhor método. Entretanto, cabe ressaltar que a avaliação de desempenho em grupos, utilizada frequentemente por organizações voltadas para a busca da lucratividade, pode não ser a opção mais adequada a ser utilizada pelas organizações públicas estritamente burocráticas, que desenvolvem atividades meramente administrativas, já que nestas, muitas vezes, a definição de metas e resultados é pouco clara, com critérios altamente subjetivos, dificultando ainda mais a mensuração da contribuição individual de cada trabalhador.

Outros autores, tais como Santos (2011, p. 14), em "Avaliação de Desempenho nas Organizações", e Peixoto (2015, p. 6), em "O papel da Avaliação de Desempenho e sua importância nas Organizações", corroboram o conceito de avaliação de desempenho como sendo "(...) um instrumento gerencial que permite ao administrador mensurar os resultados obtidos por um empregado ou por um grupo, em período e área específicos" (Marras, 2011, p. 165).

Infere-se assim, que a avaliação de desempenho não pode nem deve ser um instrumento a ser utilizado de forma estática, mas sim contínua e periodicamente, que possibilite ao avaliado identificar os itens de seu desempenho que precisam ser melhorados e que poderão ser novamente

testados em uma avaliação futura.

A avaliação de desempenho, além de subsidiar as decisões de promoções e bonificações, apresenta outras aplicabilidades, tais como: auxiliar no planejamento e na seleção dos recursos humanos; sinalizadora das necessidades de treinamento e da descoberta de talentos; e guia para o desenvolvimento dos trabalhadores dentro de suas carreiras.

Dentre os vários modelos disponíveis de avaliação de desempenho, um dos mais utilizados, segundo Chiavenato (2004), é o das Escalas Gráficas. O método consiste na determinação dos fatores de desempenho a serem avaliados e nas escalas de pontuação a serem alcançadas pelo trabalhador, sendo a soma final indicadora de sua performance.

BOLETIM DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO		
NOME: FULANO DA SILVA	ADMISSÃO: 01/01/2001	MATRÍCULA Nº. 123.457
DESEMPENHO		GRAU
01 - ASSIDUIDADE: Permanência do estagiário em seu local de trabalho ou de estudo.		
02 - CAPACIDADE DE INICIATIVA: Habilidade do estagiário para desenvolver novas ideias, aperfeiçoando as rotinas de trabalho.		
03 - PRODUTIVIDADE: Nível de desempenho do estagiário para resolver os problemas que lhe tenham surgido no trabalho.		

Modelo do método de Escalas Gráficas, adaptado pelos autores.

No exemplo citado foi utilizado um modelo reduzido de avaliação de desempenho por Escalas Gráficas contemplando apenas três quesitos de avaliação. Entretanto, a critério da organização, podem ser incluídos outros itens avaliativos, tais como Espírito de Equipe, Pontualidade, Disciplina, Eficiência e etc. Ao final somam-se os valores obtidos a fim de determinar o nível de desempenho do avaliado. Por fim, o Boletim é assinado por todos que participaram do processo de avaliação, sendo uma cópia entregue ao funcionário.

Destaca-se que "todo sistema de avaliação humana apresenta vícios de julgamento.... Trata-se, em geral, muito mais de questões ligadas diretamente aquele que avalia do que ao instrumento propriamente dito (Marras, 2011, p. 171). As principais críticas feitas à avaliação de desempenho dizem respeito a

- ausência de planejamento, falta de treinamento para aplicação,
- baixo envolvimento da alta administração, ausência de líderes

para avaliar pessoas, avaliação circunscrita a um dia, ausência de participação dos colaboradores no processo de planejamento, [...] as pessoas submetidas ao processo percebem este como uma forma de punição ou recompensa, o processo de avaliação de desempenho se reduz apenas ao preenchimento de formulários e não à avaliação objetiva e crítica (Silva, 2008).

Ademais, a exigência de justificativas por parte do avaliador em razão de baixas pontuações pode estimulá-lo a atribuir apenas pontuações mais altas, como forma de reduzir sua responsabilidade. Entretanto, os maiores problemas a serem enfrentados com relação a forma de aplicação da avaliação de desempenho, sobretudo nas organizações públicas, parecem ser o corporativismo e a influência política.

Uma das formas para diminuir a possibilidade de ocorrência de tais problemas é tornar o processo de avaliação o mais claro e objetivo possível, a ser conduzido por equipe multidisciplinar capacitada e envolvendo ao máximo as atividades organizacionais correlatas, tais como o planejamento de recursos humanos, o recrutamento, a seleção, o treinamento, o desenvolvimento e os programas de compensação. Além disso

o avaliado deve receber o feedback do seu avaliador, relatando o que considerou pontos fortes e pontos fracos ... em um processo que vise fundamentalmente analisar resultados obtidos no período passado, com o intuito de repensar novos objetivos para um período futuro, de forma a beneficiar o avaliado e a empresa. Importante também para conseguir tal objetivo, é que o rito da avaliação se faça acompanhar, no seu término, de um compromisso conjunto que estabeleça formalmente o que as partes acordaram para o período seguinte (Marras, 2011, p. 174).

Nas organizações públicas cuja atividade pode ser classificada como tipicamente administrativa e burocrática, sem qualquer caráter econômico que facilite a identificação do alcance de metas, além do envolvimento de todos os setores, pode ser interessante também o envolvimento da sociedade, já que esta pode ser considerada como cliente direta dos serviços prestados. Em tais

casos uma das opções é a utilização da avaliação de desempenho em 360°, que consiste em um método no qual "(...) cada servidor recebe feedback de quase todas as pessoas que tenham contato com ele, como subordinados, superiores, colegas de trabalho, clientes externos e internos, fornecedores e etc." (Oliveira; Medeiros, 2011, p. 101).

Guardadas as devidas proporções valorativas de cada método de avaliação de desempenho, a realizada em 360° parece ser de fato a mais indicada para as organizações públicas tipicamente administrativas, já que o método "(...) encontra uma grande ressonância atualmente nas organizações brasileiras por estar identificado fortemente com ambientes democráticos e participativos..." (Marras, 2011, p. 171).

1.5 O planejamento de carreiras

Outro fator intrinsecamente ligado à meritocracia e à avaliação de desempenho, diz respeito ao planejamento das carreiras pelas organizações. É indubitável a premissa de que atualmente a responsabilidade pelo planejamento da carreira deva ser atribuída também ao próprio trabalhador,

(...) buscando empregar seu talento em atividades que lhe proporcione prazer, uma vez que o profissional não depende somente da organização para decidir seus caminhos profissionais. Portanto, as pessoas precisam ter consciência de seu papel para fazer a gestão de suas carreiras. (Benedet, 2004, p. 4).

Entretanto, para efeito deste estudo, o foco recai sobre o planejamento das carreiras elaborado pelas organizações públicas brasileiras e oferecidas por elas aos seus servidores ou empregados. Assim, para alguns autores, carreiras são

(...) as sequências de posições ocupadas e de trabalhos realizados durante a vida de uma pessoa. A carreira envolve uma série de estágios e ocorrências de transições que refletem necessidades, motivos e aspirações individuais e expectativas e imposições da organização e da sociedade. Da perspectiva do indivíduo, engloba o entendimento e a avaliação de sua experiência profissional, enquanto da perspectiva da

organização engloba políticas, procedimentos e decisões ligadas a espaços ocupacionais, níveis organizacionais, compensação e movimento de pessoas. (Dutra, 2002, p. 100).

No caso específico do serviço público a carreira está associada invariavelmente a um cargo, com denominação própria e retribuição conforme os estágios correspondentes. Tais estágios se subdividem em níveis e classes. Os primeiros relacionam-se à qualificação funcional do servidor e sua progressão ocorre de forma vertical. Já as classes relacionam-se ao desempenho do servidor na realização de suas funções e a progressão é horizontal.

É importante destacar que no serviço público brasileiro, por força do ordenamento constitucional, a promoção vertical, ou seja, em níveis, não pode ocorrer, já que esta ensejaria efetivamente mudança de cargo. Como forma de solucionar este empecilho, Bergue (2007), propõe a promoção em diagonal, em um mesmo cargo, mas com competências distintas.

Por outro lado, observa-se que a carreira, além de servir como mecanismo de estruturação da hierarquia e das atividades desenvolvidas pela organização, pode também ser vista como um elemento a mais no processo de motivação do ser humano.

Bergue (2007) destaca ainda a característica negativa da promoção horizontal, uma vez que esta "(...) não apresenta desafio, motivação para a carreira" (Bergue, 2007, p. 38).

Entretanto, ainda que a promoção vertical esteja vedada no serviço público brasileiro por força constitucional, e na ausência de uma carreira escalonada de forma diagonal, como sugere o autor, é possível atribuir à carreira escalonada horizontalmente certo grau de motivação, bastando para isso que a carreira esteja estruturada em classes logicamente espaçadas no tempo e que a ascensão entre elas seja de fato algo factível e percebível pelo servidor. De nada adianta, por exemplo, uma carreira escalonada em três classes, em que o servidor ascende da terceira para a segunda com cinco anos de serviço e da segunda para a primeira somente com quinze anos. Nesta situação pode até ser possível que o servidor, no início da carreira, sintasse motivado, mas ao ser premiado com a primeira promoção tenderá a

acomodar-se, visto que o tempo necessário para a próxima promoção seria muito longo.

CARGO	REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIOS			
	1	2	3	4
Inspetor de Polícia				
1ª classe	5.464,55	5.737,77	6.011,00	6.284,23
2ª classe	4.923,01	5.169,16	5.415,31	5.661,47
3ª classe	4.516,53	4.742,35	4.968,18	5.194,01
4ª classe	4.321,05	4.432,11	4.643,16	4.854,21
5ª classe	4.020,05	4.221,05	4.422,06	4.623,06
Escrivão de Polícia				
1ª classe	5.464,55	5.737,77	6.011,00	6.284,23
2ª classe	4.923,01	5.169,16	5.415,31	5.661,47
3ª classe	4.516,53	4.742,35	4.968,18	5.194,01
4ª classe	4.321,05	4.432,11	4.643,16	4.854,21
Papiloscopista				
1ª classe	5.464,55	5.737,77	6.011,00	6.284,23
2ª classe	4.923,01	5.169,16	5.415,31	5.661,47
3ª classe	4.516,53	4.742,35	4.968,18	5.194,01
4ª classe	4.321,05	4.432,11	4.643,16	4.854,21

Quadro 2: Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná. Modelo de planejamento de carreira em classes, adaptado pelos autores.

O modelo reduzido, acima, de planejamento de carreiras em classes e níveis, sendo que estes, apenas para fins de ilustração, foram aqui limitados em apenas quatro. Ressalta-se, entretanto, que quanto maior a quantidade de níveis existentes em um planejamento de carreira, mais esta tende a ser atrativa.

Assim, para que a carreira planejada e oferecida pela organização possa ser vista como um elemento motivador a mais, é preciso que esta esteja subdividida em diversas classes, preferencialmente com interstício máximo de cinco anos entre elas, de forma a gerar reais perspectivas de crescimento por parte do servidor. Nada impede que a ascensão entre as classes se dê em razão do tempo de serviço, mas é preciso que também haja a possibilidade de ascensão pelo mérito, com base em avaliações de desempenho constantes e livres de vícios.

1.6 A capacitação e o treinamento

É preciso destacar o processo de capacitação e treinamento também como elemento motivador, intimamente ligado à meritocracia. A capacitação e o treinamento podem ser definidos como um conjunto de atividades oferecidas pela organização ao trabalhador, visando qualificá-lo com os conhecimentos necessários para o exercício das suas funções.

Por capacitação, especificamente, entende-se a preparação do trabalhador, assim que ele ingressa no quadro funcional da organização, de modo a habilitá-lo para o desempenho eficiente das tarefas que lhe forem atribuídas. É indiscutível que muitas organizações públicas brasileiras capacitam mal seus servidores ou empregados, resultando na prestação de serviços públicos de baixa qualidade. Tal fato gera não só a ineficiência dos serviços prestados, mas também a desmotivação dos servidores ou empregados, em razão das críticas negativas que lhes são direcionadas, cuja responsabilidade, muitas vezes, deveria recair exclusivamente sobre a imprudência da organização em preparar seus servidores para a realização de suas tarefas. Daí se origina a importância da atividade de capacitação do funcionalismo público.

Já o treinamento pode ser entendido como "(...) um processo de assimilação cultural a curto prazo que objetiva repassar ou reciclar conhecimentos, habilidades ou atitudes relacionados diretamente à execução de tarefas ou à sua otimização no trabalho" (Marras, 2011, p. 133). Evidente então que o treinamento consiste em uma atividade mais ampla a ser realizada após a capacitação, conforme as necessidades vão sendo identificadas no dia-a-dia da organização, independentemente de tais necessidades terem sido geradas por falhas no processo de capacitação ou por mudanças nos ambientes internos e/ou externos que ensejem novas posturas, habilidades, procedimentos e/ou conhecimentos dos trabalhadores envolvidos.

Uma das principais responsabilidades da área de recursos humanos é elaborar "(...) uma estratégia de capacitação que possibilite o aprimoramento constante da força de trabalho, de forma tal que os novos servidores e os atuais possuam/atinjam o perfil desejado" (Marconi, 2005, p. 6). Assim, pode-se

afirmar que a capacitação e o treinamento não devem ter sua aplicabilidade restrita aos novos servidores, mas sim a todo o capital humano, de forma contínua. Seu objetivo deve ser o de fornecer ao trabalhador as ferramentas necessárias para que este atinja o nível de eficiência pré-determinado. Infere-se que a atividade de capacitar e treinar deve ser desenvolvida com excelência pela organização, pois o trabalhador tende a sentir-se satisfeito e motivado ao identificar o resultado positivo de suas realizações. Pode-se então afirmar que

(...) treinamento não é apenas mostrar ao indivíduo o que deverá executar na posição em que se encontra e sim gerar mudanças em seu comportamento, torná-lo mais qualificado, competente, inovador, criativo e conseqüentemente mais produtivo no desempenho de suas atividades diárias. (Pereira, 2013, p. 7).

Outros autores, ao relacionar os objetivos genéricos do treinamento, destacam ainda mais a importância desta atividade como ferramenta influenciadora da motivação do trabalhador em ambientes organizacionais. Para estes autores

(...) treinar um trabalhador é oferecer a ele a possibilidade de ser eficiente e eficaz - meta de todos ser humano. Quanto mais real essa afirmação, maior a possibilidade de o trabalhador sentir-se motivado a fazer o que faz e a fazê-lo bem feito para sua própria satisfação. (Marras, 2011, p. 136).

No caso específico do serviço público brasileiro, a capacitação e o treinamento constante como ferramentas motivacionais e guias nos processos de ascensão, encontram-se amparados pelo artigo 39 da Constituição Federal de 1988, cuja redação foi dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998.

A importância dada pelo legislador às atividades de capacitação e treinamento do funcionalismo público, sobretudo à condicionante de participação em cursos como requisito para a promoção, representa um marco na história do serviço público nacional, cuja clientela direta é a sociedade, cada vez mais disposta a cobrar por serviços públicos de qualidade.

Assim, evidencia-se que a capacitação e o treinamento, aliados a planejamentos de carreiras sólidas e bem estruturadas e a avaliações de

desempenho contínuas, claras e objetivas, podem servir de alicerce para um sistema meritocrático justo e acessível, capaz de influenciar positivamente a motivação do capital humano e, conseqüentemente, gerar serviços públicos de maior qualidade, dotados de maiores níveis de eficiência e efetividade.

1.7 A Gestão por Competências

A competência pode ser entendida como "(...) um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos e habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo" (Fleury; Fleury, 2001, p. 188). A pessoa competente utiliza de forma eficaz seus conhecimentos, habilidades e atitudes, para realizar com eficiência suas obrigações, visando sempre o máximo rendimento. Assim, pode-se definir a competência como a

Qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto, fazer determinada coisa. Capacidade. Habilidade. Aptidão. Idoneidade. Ter competência para assumir as funções e responsabilidades exigidas no trabalho significa apresentar atitudes, conhecimentos e habilidades compatíveis com o desempenho exigido, bem como capacidade para colocar em prática sua experiência sempre que for necessário. (Gramigna, 2007, p. 225).

Infere-se que a competência está alicerçada sobre três pilares básicos: "(...) conhecimentos, habilidades e atitudes que credenciam um indivíduo a exercer uma determinada função (Lana; Ferreira, 2007, p. 5). O primeiro diz respeito ao conhecimento sobre todos os fatores que se relacionam, direta e indiretamente, com o trabalho. No caso do serviço público, tais conhecimentos são em parte adquiridos pelo servidor mesmo antes de ingressar no cargo, ainda na fase de preparação para a participação em concurso, e outra parte deve ser fornecida pela própria organização nas fases de capacitação e treinamento do servidor, ou mesmo pelo próprio servidor. Já as habilidades dizem respeito aos fatores psicomotores do ser humano, como a capacidade de operar máquinas e instrumentos, de se relacionar interpessoalmente, de pensar de forma crítica, de argumentar logicamente, de julgar, de tomar decisões, de administrar tempo e equipes de trabalho, e etc. Pode-se dizer que

tais capacidades integram ou não previamente o perfil do servidor. Entretanto, mesmo aqueles que não apresentam tais habilidades podem vir a desenvolvê-las através de treinamentos fornecidos pela própria organização. E, por fim, as atitudes que dizem respeito a capacidade de inovação, a iniciativa, a preocupação com o próximo e a determinação pessoal em produzir com excelência. Tais características, pressupõe-se, integram ou não o perfil do servidor, sem que haja a possibilidade de lhe serem fornecidas pela organização, já que estão intimamente interligadas à motivação humana. Quanto mais motivado estiver o servidor maiores suas atitudes positivas no trabalho.

Portanto, pode-se afirmar que a adoção da gestão por competências no serviço público permite à organização: melhor estruturar seu quadro funcional, através da identificação dos conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para a execução das diversas tarefas; identificar as necessidades de capacitação e treinamento; reforçar a missão e os valores; e contribuir positivamente com a cultura organizacional.

Mas, é para as organizações públicas burocráticas, de atividade tipicamente administrativa, que a adoção da gestão por competências pode ter ainda mais valor, na medida em que também as atitudes são exploradas, servindo, inclusive, como item imprescindível a constar nas avaliações de desempenho que irão basear as decisões de premiação e ascensão dentro de um sistema meritocrático justo.

1.8 Breve histórico da meritocracia no serviço público brasileiro

Pode-se dizer que o ideal meritocrático surgiu no ordenamento jurídico brasileiro através da Constituição de 1824, ainda que tenha ocorrido de forma tímida, já que apenas previa a possibilidade de admissão pelo mérito do indivíduo. Já a Constituição da República de 1891 avançou no sentido de reforçar , "(...) o direito de livre acesso de todos os brasileiros aos cargos públicos civis e militares, observadas as condições de capacidade especial exigidas pela lei sendo, porém, vedadas as acumulações remuneradas." (Barbosa, 1996, p. 3).

Não obstante aos avanços até então experimentados pela sociedade

brasileira da época sobre o tema do acesso aos cargos públicos, foi de fato a Constituição Federal de 1934 que trouxe traços mais consistentes à ideologia meritocrática brasileira, definindo o concurso de provas e títulos como condição para ingresso em cargo público, acabando com as distinções de sexo e estado civil como pré-requisitos para o ingresso e determinando a realização de exames de sanidade e de provas ou títulos para a primeira investidura em postos de carreira.

É evidente, entretanto, que o reforço dado à questão meritocrática pela Constituição de 1934, foi um reflexo dos problemas econômicos mundiais causados pela queda da bolsa de Nova York em 1929, que fez emergir uma nova realidade mercadológica, na qual a eficiência administrativa, a redução de custos desnecessários e o remodelamento organizacional passaram a ocupar um papel de destaque nos ambientes organizacionais, inclusive públicos. Alia-se ainda a este fato os crescentes movimentos de defesa dos direitos humanos observados à época, à luz da igualdade perante todos os homens.

Todavia, apesar dos avanços dos textos constitucionais, ainda hoje ocorre a prática de contratações de pessoal sem a realização de concurso público em todas as esferas do poder, legalmente justificadas pela excepcionalidade em caráter emergencial, permitindo o nefasto retorno à era do apadrinhamento e da influência política. A este fato unem-se ainda as nomeações de pessoas despreparadas para cargos de chefia e funções de confiança de alto comando em incontáveis organizações públicas brasileiras, baseadas apenas na ingerência política, sem levar em consideração o mérito individual que deveria estar presente como condição essencial para a ocupação de tais cargos.

2 Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho foram realizadas consultas de dados através de pesquisas bibliográficas referenciadas em obras já publicadas, artigos científicos e sites especializados, com o objetivo de analisar a prática meritocrática no serviço público brasileiro, bem como os possíveis resultados a serem alcançados pelas organizações que a adotam. A pesquisa bibliográfica, enquanto técnica científica de produção do conhecimento,

(...) é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Portanto, a pesquisa bibliográfica abrangeu a leitura, a análise e a interpretação de livros, periódicos, documentos, e outros materiais que se apresentaram necessários, a fim de estabelecer um plano de leitura a partir da triagem de todo o material recolhido, servindo ao final para a fundamentação teórica do estudo.

A abordagem utilizada foi a qualitativa que, conforme nos ensina Minayo (2001),

trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (Minayo, 2001, p. 14).

Assim, através da abordagem qualitativa, foi possível realizar análises dissertativas sobre o tema da meritocracia e seus subtemas, buscando entender a dinâmica de seu funcionamento e possibilitar a interpretação de novas possíveis variáveis, sobretudo para o universo das organizações públicas que desenvolvem atividades típicas de Estado, burocráticas, sem metas ou objetivos de cunho econômico, mas meramente administrativo.

A pesquisa, quanto ao seu objetivo, classifica-se ainda em descritiva, que

(...) exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade, seja através de estudos de caso, de análise documental ou de pesquisa *ex post facto*". (Triviños, 1987, p. 112).

A pesquisa pretendeu então descrever o tema da meritocracia que, mesmo não sendo novo, ainda é descrito e pesquisado com pouca intensidade, sem oferecer um amplo rol de teorias e dados específicos capazes de guiar o aprofundamento do tema, sobretudo no tocante à utilização do método como instrumento de mobilidade interna.

3 Resultados e discussões

O advento do "*homo social*" trouxe consigo a necessidade humana de se relacionar em grupos, formais ou informais, bem como de ser reconhecido pelo grupo ao qual se insere, em razão de suas realizações pessoais, inclusive nos ambientes organizacionais. Segundo o conceito de B. F. Skinner, professor da Universidade de Harvard, o trabalhador que experimenta o sucesso após assumir uma atitude tende a repetir aquela atitude, na espera de um novo sucesso. Ou seja, "(...) um comportamento recompensado tende a ser repetido (Marras, 2011, p. 29) . Assim, pode-se inferir que o fator motivacional possui relevância significativa no desempenho das atividades humanas, inclusive em ambientes de trabalho, originando-se daí uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas organizações no mundo contemporâneo. Assim surgiu a meritocracia, baseada na aplicação de avaliações de desempenho, como instrumento não só de valorização do trabalhador que se destaca, mas também como fator motivacional, em razão de seu poder de inspirar toda a equipe de trabalho através do reconhecimento pelo bom trabalho realizado.

No caso das organizações públicas de fins econômicos a simples existência de metas é um fator de facilitação para as decisões meritocráticas, pois seu atingimento já representaria o mérito grupal, ainda que esta não seja a forma ideal de abordagem da prática meritocrática, já que, nestes casos, não seriam analisadas as contribuições individuais dos servidores.

No que concerne à adoção da prática meritocrática pelo Governo

Federal, pode-se dizer que esta encontra-se já alicerçada e em crescente processo de maturação, em virtude da relativa facilidade de se observar a utilização da prática em diversas organizações, como no Banco do Brasil e na Petrobrás, nas quais ocorrem premiações e bonificações baseadas no alcance de metas estabelecidas pelas organizações e no desenvolvimento de seus indivíduos.

Já no tocante ao uso da meritocracia como instrumento de mobilidade interna poucos avanços são observados, prevalecendo ainda as indicações políticas para a ocupação de cargos em comissão de alto escalão em diversos setores do Governo Federal. Um raro e bom exemplo encontrado foi o da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), na qual foi criada em 1995 uma Coordenação de Desenvolvimento Institucional, visando integrar e fortalecer a carreira de Analista de Finanças e Controle ao planejamento estratégico da Organização, através de políticas de capacitação, de mobilidade interna via sistemas meritocráticos e de divisão de concursos por áreas específicas de especialização.

Outro bom exemplo encontrado e que merece ser destacado é o caso do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no qual, desde 2006, vem sendo realizado processo seletivo interno para a escolha das Gerências Executivas, organizado pela Universidade Católica de Brasília, que inclui provas objetivas e de títulos. Assim, conforme dados da associação de classe representante dos servidores do INSS, a ANASPS, 24% dos gerentes executivos em atuação em 2006 haviam sido escolhidos pelo processo de seleção interna.

Outro exemplo é o do Ministério da Fazenda, no qual, desde 2008, à luz da Portaria nº 111/08, ocorre processo seletivo interno para elaboração de lista de servidores efetivos do Ministério para a ocupação de cargos em comissão de Gerentes Regionais de Administração da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. O processo seletivo é realizado pela Escola de Administração Fazendária em todas as capitais, com provas objetiva e discursiva, além de análise de títulos. Entretanto, destaca-se que a nomeação não depende apenas da aprovação no processo seletivo, que o Secretário Executivo do Ministério poderá escolher para ocupar um cargo vago um dos cinco melhor classificados, independente da ordem de classificação, o que por

si só desfaz o caráter igualitário da iniciativa, desvalorizando o mérito dos candidatos inscritos. Outro fato a ser destacado é que o processo seletivo é tão rigoroso e específico que, aliado ao fato de a Portaria não vedar, as nomeações de alguns não servidores para os cargos de Gerente ainda continuam a ocorrer.

Quando o foco da abordagem passa a ser os governos estaduais, pode-se afirmar que a utilização das práticas meritocráticas pós ingresso, ou seja, aquelas que se destinam a guiar as decisões de mobilidade interna nas instituições, são ainda mais incipientes. Gorski (2012), por exemplo, destaca em seu estudo que

apenas foi possível identificar práticas concretas de utilização da meritocracia nos Estados do Rio Grande do Sul e Goiás, ambos com legislação já vigente sobre o tema e com inúmeros postos de gerência preenchidos por servidores do quadro efetivo que passaram por processo de seleção em várias etapas. (Gorski, 2012, p. 3).

Destaca-se também a iniciativa do Governo do Estado de Minas Gerais, que, no período de 2003 a 2006, implementou o chamado "Choque de Gestão", redesenhando processos, planejando e controlando projetos estruturadores de Governo, implantando nova metodologia gerencial, extinguindo secretarias e órgãos tidos como desnecessários e capacitando os servidores públicos para a nova metodologia gerencial, entre outros. A iniciativa, que teve sua eficiência reconhecida pelo Banco Mundial, permitiu ao Estado converter seu déficit orçamentário de R\$ 2,1 bilhões em um superávit de R\$ 91 milhões, além de reduzir a burocracia em vários setores, bonificar 240 mil servidores pelo atingimento das metas e aumentar a capacidade de investimentos para R\$ 12,4 bilhões.

Outra importante iniciativa meritocrática refere-se ao projeto "Prata da casa", lançado recentemente pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de identificar os talentos dos servidores do estado, em todas as Secretarias, através de processo seletivo interno amplamente divulgado, cuja participação é aberta a todos os interessados que possuam, ao menos, nível superior completo. O processo seletivo é formado pelas etapas de análise de títulos, aplicação de provas escritas e avaliação de competências, realizada em

um contexto de dinâmica de grupo. O projeto, que ainda se encontra em fase de execução, deverá formar através de seu primeiro edital um banco de talentos composto, inicialmente, por quarenta servidores, que receberão um prêmio único de R\$ 3.000,00 cada um, podendo ainda serem remanejados para funções de gerência e/ou direção, conforme as competências individuais identificadas, representando neste caso um verdadeiro exemplo meritocrático de valorização do servidor pelas suas capacidades e contribuições para com o serviço público estadual.

Pode-se observar alguns bons exemplos de aplicação da meritocracia como guia para a mobilidade interna em determinadas organizações públicas brasileiras, sobretudo em âmbitos federal e estadual, bem como de utilização da prática como ferramenta de bonificação e/ou punição a servidores de instituições públicas que realizam atividades de cunho econômico, nas quais o alcance de metas preestabelecidas é facilmente identificável.

Entretanto, observou-se que o problema maior parece concentrar-se nas organizações públicas cuja atividade é tipicamente administrativa, com metas de desempenho difíceis de serem definidas, como nas instituições correcionais, de manutenção da malha rodoviária e de prestação de serviços básicos, como coleta de lixo e fornecimento de água e luz.

Do ponto de vista pessoal do funcionalismo, observa-se em diversas organizações públicas a existência de servidores que se destacam, mas são penalizados com cargas de trabalho maiores geradas pela falta de comprometimento de seus pares que, muitas vezes, em razão da estabilidade, demonstram interesse apenas no recebimento de seus proventos, desempenhando suas funções de forma incompetente e sem a menor preocupação sobre a qualidade do serviço prestado à sociedade. Daí resulta a importância de se reforçar a meritocracia pós ingresso na cultura das organizações públicas brasileiras, destacando seu potencial maximizador dos serviços, que se tornam mais efetivos e menos dispendiosos, além de promotor da valorização da imagem do servidor público, visto na maioria das vezes como pessoas preguiçosas e descompromissadas.

4 Conclusão

Nas organizações privadas brasileiras observa-se que a meritocracia já se encontra bem estruturada, sendo inclusive adotada frequentemente como guia para a mobilidade interna, sendo nas organizações públicas onde se encontram ainda barreiras que dificultam a disseminação da prática. Ainda que se observe uma evolução histórica da meritocracia nas organizações públicas brasileiras, com alguns exemplos bem sucedidos principalmente naquelas com fins econômicos, pode-se concluir que a prática ainda é adotada de forma incipiente, em ambas as esferas de governo e escalões, sobretudo quando o foco são os governos municipais. Portanto, urge a necessidade de se avançar mais na adoção da prática meritocrática, como ferramenta capaz de aumentar a eficiência administrativa do serviço público, em razão da globalização e da concorrência cada vez mais acirrada entre as economias, em busca de uma fatia maior de participação nos mercados internacionais.

É notório que a meritocracia, condicionante para o ingresso no serviço público, já encontra-se enraizada na cultura das organizações públicas brasileiras, via ordenamentos jurídicos e constitucionais. Todavia, ao abordar o tema da mobilidade interna nas organizações públicas brasileiras, sobretudo no tocante a ascensão a cargos de gerência e direção, observa-se que estas ainda sofrem com os problemas do corporativismo e das influências políticas e sociais externas, tais como o apadrinhamento e a nomeação para cargos e funções de confiança. Não se trata de desmerecer os avanços obtidos ao longo do tempo pelos textos constitucionais, mas sim de traçar o atual paradoxo entre o acesso e a ascensão nos cargos públicos brasileiros. Enquanto o acesso aos cargos públicos encontra amparo meritocrático no texto constitucional, a ascensão do servidor ainda se encontra à mercê de toda a sorte de influências internas e externas.

É preciso lembrar que ainda impera na cultura brasileira a máxima de que o servidor público trabalha pouco e não tem comprometimento, sobretudo se já tiver atingido a estabilidade, uma vez que sua demissão só pode se dar em casos específicos, como a prática de atos delituosos ou o abandono do cargo, muito embora, em alguns casos, ocorra exatamente o contrário, em que o servidor trabalha ainda mais que anteriormente, quando ocupava uma vaga de trabalho em empresa privada. Entretanto, é perene a afirmação de que

ainda existem no serviço público, em todas as esferas de governo e ramos de atividade, servidores sem o menor comprometimento com a missão e os valores institucionais, sobrecarregando aqueles que sentem prazer com o trabalho que realizam. Em tais casos, torna-se injusta uma avaliação de desempenho corporativista ou grupal como base para um plano de bonificação extensível a todos os integrantes do quadro funcional. E, uma possível solução para o problema pode se dar através da implementação de um conjunto de medidas formado pela gestão por competências, pela avaliação de desempenho em 360º, por um melhor planejamento das carreiras, pela capacitação e treinamento e por programas de bonificação condizentes e acessíveis, em todas as organizações e em todas as esferas de governo, objetivando de fato reconhecer pelo mérito aqueles servidores e empregados públicos comprometidos com a qualidade do serviço que prestam à sociedade.

Assim, pode-se dizer que o sucesso de qualquer método meritocrático depende da consolidação de um tripé formado por: avaliações de desempenho claras, objetivas, contínuas, livres de quaisquer tipos de vícios e que possibilitem *feedback* ao avaliado; planejamento de carreiras sólidas, com classes nas quais as evoluções ocorram dentro de um espaço de tempo lógico e razoável e que permitam a ascensão não só por tempo mas também pelo mérito; e treinamento constante com os objetivos de preparar o capital humano para as novas exigências da sociedade e oferecer ao servidor as condições de se autodesenvolver através da aquisição dos conhecimentos necessários para que este desempenhe suas funções com maior nível de eficiência e, conseqüentemente, possa ser bonificado nas avaliações posteriores. Ressalta-se ainda a importância da gestão por competências para todas as organizações públicas brasileiras, imprescindível para a mobilidade interna, com destaque para as organizações que desenvolvem atividades tipicamente administrativas. Nestas, onde a meritocracia se torna ainda mais importante, há que se reforçar o tripé acima citado com avaliações de desempenho em 360º, que permitam a participação de todos os envolvidos no processo, inclusive da sociedade, como forma de avaliar com maior precisão e justiça o quanto cada servidor contribui para o sucesso da organização.

Destaca-se que o presente trabalho, além de não ter a pretensão de

esgotar o assunto, foi limitado pela disponibilidade de material científico específico sobre o tema que, mesmo não sendo totalmente novo, possui poucas publicações a seu respeito, sobretudo que versem sobre a meritocracia pós-ingresso. Assim, abre-se espaço para a realização de novas pesquisas, sobretudo com o objetivo de investigar os resultados de possíveis boas práticas da meritocracia nas organizações públicas de caráter não econômico, que tenham adotado a gestão por competências como guia para a mobilidade interna e a avaliação de desempenho em 360º, o que não foi de fato encontrado em qualquer instituição pública brasileira.

5 Referências

ANASPS. Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social. Disponível em: <http://www.anasps.org.br/pesquisa_anasps.php>. Acesso em: 10 fev. 2015.

BARBOSA, L. Meritocracia à brasileira: O que é desempenho no Brasil. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/96-Barb-osa,L%C3%ADvia47\(3\).pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/96-Barb-osa,L%C3%ADvia47(3).pdf)>. Acesso em: 18 set. 2014.

BARBOSA, L. Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BARBOSA, L. Revista da Administração de Empresas. Volume 54, Número 1. São Paulo. 2014.

BENEDET, R. O Papel do Planejamento de Carreira no Mercado Atual. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Adm295469>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

BERGUE, S. T. Gestão de pessoas em organizações públicas. Caxias do Sul: Educs, 2007.

CHAUÍ, M. A Ideologia da Competência. 1ª Edição. Volume 3. São Paulo: Autêntica, 2014. CHIAVENATO, I. Recursos humanos: O capital humano das organizações. São Paulo: Atlas, 2004. DUARTE, Geraldo. Dicionário de Administração. 2ª Ed.. Fortaleza: CRA/CE e Realce, 2005.

DUTRA, J. S. A gestão de carreira. In: FLEURY, Maria Teresa (Coord.). As pessoas na organização. São Paulo: Gente, 2002.

ESAF. Escola de Administração Fazendária. Disponível em: <<http://www.esaf.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY A. Construindo o Conceito de Competência. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v5nspe/v5nspea10.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GORSKI, A. Meritocracia no serviço público: o uso da meritocracia para alcançar eficiência na gestão. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/meritocracia-no-servico-publico-uso-da-meritocracia-para-alcancar-eficiencia-na-gestao/67235/>>.

Acesso em: 01 mai. 2014.

GRAMIGNA, M. R. Modelo de competência e gestão dos talentos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

INSS. Instituto Nacional do Seguro Social. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/aceso-a-informacao/programas-e-acoes/>>.

Acesso em: 18 maio. 2015.

JACOBSEN, A. L.; NETO, L. M. Teorias da Administração II. Brasília: CAPES/UAB, 2009.

JUNIOR, A. G. Meritocracia. Disponível em:

<http://www.infoescola.com/politica/meritocracia/>>. Acesso em: 10 set. 2014.

LANA, M. S.; FERREIRA, V. C. P. Gestão por Competências: Impactos na Gestão de Pessoas. Disponível em: <http://portal.estacio.br/media/3327523/2-gestao-competencias-impactos-gestao-pessoas.pdf>> Acesso em: 19 abr. 2015.

MARCONI, N. Políticas integradas de recursos humanos para o setor público. Disponível em:

<<http://www.top.org.ar/ecgp/FullText/000000/MARCONI%20Nelson%20%20Políticas%20integradas%20de%20recursos%20humanos.pdf>>.

Acesso em: 05 abr. 2014.

MARRAS, J. P. Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico. São Paulo: Saraiva, 2011.

MILKOVICH, G. T.; BOUDREAU, J. W. Administração de recursos humanos. São Paulo: Atlas, 2000.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, J. A.; MEDEIROS, M. P. M. Gestão de pessoas no setor público. Brasília: CAPES/UAB, 2011.

PEIXOTO, D. E. O papel da Avaliação de Desempenho e sua importância nas Organizações. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-papel-da-avaliacao-de-desempenho-e-sua-importancia-nas-organizacoes,53443.html>>. Acesso em: 20 set. 2015.

PEREIRA, M. J. G. A Importância do Treinamento e Capacitação de Pessoas: Um estudo de caso na lavanderia industrial. Disponível em: <http://www.rhportal.com.br/artigos/rh.php?rh=-A-Importancia-Do-Treinamento-E-Capacitacao-De-Pessoas:-Um-Estudo-De-Caso-NaLavanderia-Industrial-&idc_cad=ssliq6jxoo>. Acesso em: 21 ago. 2014.

SEPLAG-MG. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br/programas->

e-acoés>. Acesso em: 22 ago. 2015.

SEPLAG-RJ. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.servidor.rj.gov.br/portal-web/portal/publico/Noticia/detalhar>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

SILVA, M. A. Críticas à Avaliação de Desempenho. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/criticas-a-avaliacao-de-desempenho/26634/>>. Acesso em: 03 mai. 2015.

SOARES, J. C. S. Avaliação de Desempenho nas Organizações. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/avaliacao-de-desempenho-nas-organizacoes/52692/>>. Acesso em 20 set. 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

<<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/criticas-a-avaliacao-de-desempenho/26634/>>. Acesso em: 03 mai. 2015.

SOARES, J. C. S. Avaliação de Desempenho nas Organizações. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/avaliacao-de-desempenho-nas-organizacoes/52692/>>. Acesso em 20 set. 2015.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO FERRAMENTA NA GESTÃO EMPRESARIAL

TAX PLANNING AS A TOOL IN BUSINESS MANAGEMENT

LA CONTABILIDAD Y LA PRESTACIÓN DE CUENTAS EN EL TERCERO SECTOR: Estudio de Caso en una Organización Religiosa Católica.

Mariany Ferrari Fumian

Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ).

Dalila Valeriotte Ramos

Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ).

Daniele Rangel Perissé

Orientadora da pesquisa. Mestre em Ciências das Religiões, pela Faculdade Unida de Vitória/ES.

Liessandro Fernandes Ribeiro

Coautor da pesquisa. Professor Especialista em Docência do Ensino Superior, pelo Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ).

Resumo: No cenário econômico atual, as empresas passam por constantes alterações em busca de resultados melhores e satisfatórios na tentativa de manter-se nos negócios ou até mesmo sobreviver. Neste contexto, muitas organizações estão se adequando ao planejamento tributário, utilizando-o como mecanismo de suma importância na gestão empresarial. O objetivo dessa pesquisa é identificar as vantagens e contribuições do planejamento tributário como ferramenta na gestão empresarial. A metodologia utilizada nesse estudo é de pesquisa bibliográfica, qualitativa, quantitativa e revisão literária. O planejamento tributário na gestão da empresa se resume na maneira com que a entidade planeja suas ações, dispondo como causa os impostos e a maneira que estes se refletem nas organizações, aderindo meios legais na busca de alcançar a contenção dos tributos. Através deste estudo, percebeu-se que o planejamento tributário é uma excelente ferramenta de gestão empresarial, possuindo muitas vantagens e contribuições para as empresas, tornando-se muito viável para que as entidades possam resistir a um país cuja carga tributária é considerada como uma das maiores do mundo.

Palavras-chave: Carga tributária. Administração de empresas. Negócios.

Abstract: In the current economic scenario, companies go through constantly changes in search of better and more satisfactory results in an attempt to stay in business or even survive. In this context, many organizations are adapting to tax planning, using it as a very important mechanism in business management. The objective of this research is to identify the advantages and contributions of

tax planning as a tool in business management. The methodology used in this study is bibliographic, qualitative, quantitative and literary review research. The tax planning in the management of the company is summarized in the way in which the entity plans its actions, disposing as a cause the taxes and the way that these are reflected in the organizations, adhering to legal means in the search to achieve the containment of taxes. Through this study, it was realized that tax planning is an excellent business management tool, possessing many advantages and contributions to the companies, making it very viable in order that the entities be able to resist a country whose tax burden is considered as one of the biggest in the world.

Keywords: Tax burden. Business administration. Business.

Resumen: En el escenario económico actual, las empresas pasan por constantes cambios en busca de resultados mejores y satisfactorios en el intento de mantenerse en los negocios o incluso sobrevivir. En este contexto, muchas organizaciones se están adecuando a la planificación tributaria, utilizando como mecanismo de suma importancia en la gestión empresarial. El objetivo de esta investigación es identificar las ventajas y contribuciones de la planificación tributaria como herramienta en la gestión empresarial. La metodología utilizada en este estudio es de investigación bibliográfica, cualitativa, cuantitativa y revisión literaria. La planificación tributaria en la gestión de la empresa se resume en la manera con que la entidad planea sus acciones, disponiendo como causa los impuestos y la manera que éstos se reflejan en las organizaciones, adhiriendo medios legales en la búsqueda de alcanzar la contención de los tributos. A través de este estudio, se percibió que la planificación tributaria es una excelente herramienta de gestión empresarial, teniendo muchas ventajas y contribuciones para las empresas, haciéndose muy viable para que las entidades puedan resistir a un país cuya carga tributaria es considerada como una de las más grandes del mundo.

Palabras-clave: Carga tributaria. Administración de empresas. Negocios.

Introdução

Na atual economia brasileira, as empresas estão em constantes modificações, objetivando resultados mais favoráveis e satisfatórios na tentativa de permanecer no mercado ou até mesmo pela sobrevivência empresarial. Neste sentido, o planejamento tributário constitui uma ferramenta de suma importância e destaque na gestão empresarial.

A problemática central em torno desse objeto de estudo é analisar quais são as vantagens e as contribuições da execução do planejamento tributário como ferramenta na gestão empresarial.

O objetivo geral do trabalho é apresentar um estudo analítico do planejamento tributário como ferramenta na gestão empresarial e os

específicos são: conceituar o planejamento tributário, a fundamentação do tributo, classificar o sistema tributário nacional e as modalidades tributárias, definir a gestão empresarial e o planejamento de gestão, apontar os desafios enfrentados e analisar as vantagens e contribuições do planejamento tributário na gestão empresarial.

A pesquisa em questão justifica-se pelo fato de demonstrar as vantagens e as contribuições da utilização do planejamento tributário como ferramenta na gestão empresarial. Gerir uma empresa não é uma tarefa fácil. Diante disso, o planejamento tributário possui um papel fundamental para o funcionamento e crescimento de qualquer negócio. A metodologia aplicada nesse estudo é de pesquisa bibliográfica, qualitativa, quantitativa e de revisão literária, disponível no meio acadêmico sobre o assunto. Tendo como principais autores (Fabretti 2016; Pêgas 2017 e Harada 2018).

Abordaremos a conceitualização do planejamento tributário, que consiste em um conjunto de práticas lícitas que viabilizam a execução das atividades empresariais com a menor carga tributária possível. Ele funciona como ferramenta de gestão e é amplamente utilizado pelas organizações. Também trataremos do histórico dos tributos no Brasil, do sistema tributário nacional e o conceito de tributo, que pode ser definido como a quantia em dinheiro não sancionatória de ato ilícito, fixada em lei e devida ao Estado, cuja cobrança é mediante atividade administrativa plenamente vinculada. O tributo é o gênero cujas espécies são os impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições sociais, econômicas e especiais.

A seção seguinte abordará o conceito de gestão empresarial, que corresponde ao conjunto de ações e estratégias aplicadas em um negócio, utilizando de seus recursos financeiros, estruturais e humanos. Em outras palavras, gerir uma empresa significa saber organizar as coisas de maneira diferente, através da inovação e de uma liderança reconhecida que lide com talentos e cérebros. Ainda será conceituado o planejamento de gestão e destacaremos as dificuldades encontradas pelos empresários no gerenciamento dos negócios.

A última seção abordará o planejamento tributário como peça fundamental na gestão empresarial e tratará das vantagens e contribuições de

sua execução para as empresas. O Brasil possui uma carga tributária exorbitante e para minimizar o impacto que tais encargos causam nas empresas brasileiras, a ferramenta, objeto desse estudo, apresenta-se como um instrumento de gestão eficiente, garantindo a validade jurídica das operações.

1 Planejamento tributário

Em um passado não tão remoto, os empresários acreditavam que somente as grandes empresas precisariam utilizar o planejamento tributário para a economia dos impostos sem sonegação. Felizmente, o cenário tem evoluído e as pequenas e médias empresas já entendem que a elisão fiscal é uma realidade disponível para qualquer porte e tipo de empresa. Elaborar o planejamento tributário não significa somente um direito assegurado na Constituição Federal, uma vez que, a Lei 6.404/76 das Sociedades Anônimas, estabelece que é um dever obrigatório por parte dos administradores. (GOMES, 2014).

Sobre o planejamento tributário Crepaldi (2017, p. 5), afirma:

Um dos fatores essenciais dentro das estratégias de competitividade das empresas é o planejamento tributário. A perfeita gestão fiscal alcança a redução de custos, ocasionando reflexos positivos na situação financeira e econômica da empresa. É sabido que a tributação (impostos, taxas e contribuições) é um dos principais itens na composição do preço final de qualquer produto. A sobrevivência do negócio requer o reconhecimento, por parte do empresário, dos tributos incidentes sobre sua atividade, buscando soluções seguras e legais para a diminuição da carga tributária, além de assegurar o correto cumprimento das obrigações fiscais, evitando multas e contingências fiscais. Aspectos como a forma de constituição do empreendimento e utilização de recursos de terceiros (empréstimos, financiamentos etc.) também compõem um planejamento adequado.

Planejamento tributário pode ser definido como uma função técnica, praticada no meio da gestão empresarial dos tributos, que visa a projeção das atividades mercantis da sociedade, a fim de inteirar-se das possibilidades válidas e legais, bem como os devidos encargos e responsabilidades, para daí, por meio de alternativas cabíveis, proceder a extinção, redução ou a delonga da obrigação fiscal. (BORGES, 2014).

Quando o planejamento tributário é realizado como maneira preventiva, ou seja, anterior ao acontecimento do fato gerador da obrigação tributária, caracteriza-se como elisão fiscal, que corresponde a diminuição dos encargos tributários de forma legal, embasado nas leis e nos códigos, permitindo assim a adequação do formato mais benéfico de recolhimento de impostos para cada empresa. (FABRETTI, 2016).

1.1 Breve histórico dos tributos

O histórico dos tributos nas comunidades passadas já foi confundido com a própria história da formação do Estado. Além de utilizados para financiar a constituição da gestão pública, exércitos e construções públicas, o argumento proeminente para arrecadação de tributos estava atrelado ao pensamento no qual o soberano, o absoluto era de natureza divina, por conseguinte, necessitava ser financiado com grandes requintes e regalias. Outra forma de cobrança dos tributos, era na retirada dos alimentos gerados pela terra, que estavam sob domínio do ser absolutista. (REZENDE; PEREIRA; ALENCAR, 2010).

Amed; Negreiros (2000, p. 21) afirmam que:

Quando Josué anuncia ao Faraó sete anos de abundância a que seguirão sete outros de carestia ele lhe recomenda receber durante os sete primeiros anos o quinto dos produtos da terra, isto é, o duplo dízimo, na previsão do período seguinte, durante o qual não seriam possíveis os impostos.

No Brasil, a exigência do pagamento de tributos começou antes que houvesse uma Constituição própria. O território era de domínio e propriedade

do rei de Portugal e todas as práticas econômicas de exploração deveriam ser interpretadas como um benefício concedido pela realeza. Deste modo, a população possuía o dever de pagar os tributos e sujeitar-se as demais obrigações. A idealização do Estado cuja preocupação era com o coletivo e com o seu bem-estar, tinha necessidade de ser conservada, no entanto, não era forte o suficiente. Todas as riquezas e arrecadações eram destinadas ao soberano. (REZENDE; PEREIRA; ALENCAR, 2010).

Ainda afirmam os autores que, a instituição e crescente aumento de tributos na maior parte da história do Brasil, sucederam devida a imprescindibilidade do Erário em produzir mais caixa. A forma abusiva utilizada pelo governo na cobrança de tributos já foi motivo de imensas revoltas, que protestavam pela reformulação na forma de governar. Atualmente, a sociedade descobriu meios pacíficos para reivindicar e frear as ações excessivas praticadas pelo Estado, sendo eles por meios judiciais e debate de matérias tributárias. Com isso, o contribuinte torna-se menos inerente em uma comparação com o passado, no qual, a sonegação era utilizada como meio de sobrevivência.

1.2 O Sistema Tributário Nacional

Sistema presume uma união de elementos correlatos e que interagem entre si. São ordenados de maneira harmoniosa, com intuito de estabelecer uma estrutura organizada, constituindo um conjunto semelhante por entre conceitos que regem a aglomeração desses elementos. A utilização desse conjunto de meios e processos harmônicos se dá para chegar a determinado fim. Dessa maneira, o sistema tributário nacional é a agregação de regras constitucionais de gênero tributário, incorporado no sistema jurídico mundial, composto por uma união única e regulada por regras subordinadas aos princípios fundamentais, mutuamente harmoniosos, que ordena os fundamentos típicos do Estado, ou seja, a Constituição. (HARADA, 2018).

Sua composição é formada pelos princípios, normas regulamentadoras e pelos tributos instituídos no Brasil. A Constituição Federal de 1988 não prevê

nenhuma criação de tributos por si só, uma vez que, estabelece divisões no poder de tributar entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que poderão criar impostos, taxas e contribuições de melhoria. (ABRAHÃO, 2011).

O conceito de tributo está previsto no art. 3.º do Código Tributário Nacional, “tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”. Fabretti (2016) afirma que, a finalidade da cobrança dos tributos está atrelada a necessidade de assegurar recursos financeiros para o exercício do Estado e para interferir no controle da economia, com a objeto de criar estabilidade.

O tributo é o dever de pagar em moeda corrente, isto é, em dinheiro, um valor devido ao Estado, de forma obrigatória, ou seja, não facultativa, não alternativa e nem por acordo contratual, que não consista em punição por violação de uma lei, fundamentada por uma legislação, no qual seu pagamento tem origem legal, sendo cobrado mediante lançamento, que é o método de exigência do pagamento do tributo. (SABBAG, 2018).

1.3 Espécie de tributo

O Brasil dispõe de uma ordenação normativa na qual as espécies tributárias são definidas no Código Tributário Nacional, cada uma com suas características próprias diferenciando-se entre si e podendo assumir cinco modalidades, sendo elas: Impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições sociais, econômicas e especiais. (PÊGAS, 2017).

Os impostos são tributos que possuem atribuição particular, instituídos pela Constituição Federal do Brasil, podendo ser de competência específica da União, Estados, Distrito Federal e municípios. Na ocasião em que for regulamentado em lei, o imposto deverá ser pago independentemente de qual for à prática estatal em ligação a parte colaboradora. Desta maneira, não existe

vínculo do governo de qualquer prestação peculiar a fonte pagadora. (FABRETTI, 2016).

A taxa é um tributo que pode ser cobrada pela União, Estados, Distrito Federal ou municípios no campo das suas atribuições e não está sujeita ao exercício particular, mas sim a atividade pública. São caracterizados como fato gerador, o poder de polícia ou a utilidade eficaz ou em potencialidade da função pública específica e separável, executada ou oferecida ao contribuinte. (PÊGAS, 2017).

Ainda afirma o autor que, a contribuição de melhoria é um tributo que pode ser arrecadado por competência comum das três esferas governamentais, e se estabelece com intuito de arcar com os custos de obras do governo, cujo objetivo é alcançar uma elevação monetária nos bens imobiliários dos contribuintes, no qual o limite integral é a despesa produzida e o limite particular corresponde à valorização própria que a obra proporcionar para o imóvel.

Sendo tributos instituídos exclusivamente pela União, os empréstimos compulsórios atendem aos gastos extraordinários, ou seja, aqueles cuja previsão não está no orçamento, e a finalidade está atrelada a geração de recursos que serão aplicados em situações como calamidades públicas, conflitos ou para aplicações públicas de natureza imediata e de benefício nacional. (REZENDE; PEREIRA; ALENCAR, 2010).

As contribuições sociais caracterizam outra modalidade tributária que possui o maior volume arrecadatório. Elas podem ser designadas para o suporte da seguridade social e para o atendimento de outras atribuições, como: SESC, SENAI, SENAC etc. “Analisando-se a relação custo/benefício para o contribuinte, verifica-se que ora seu impacto é de imposto, ora é de taxa, ou seja, é um tributo misto de imposto e taxa”. (PÊGAS, 2017, p. 41).

A contribuição especial é uma modalidade de tributo devido às organizações paraestatais, em virtude de funções especiais por elas executadas. Sua particularidade é atribuída aos órgãos da gestão descentralizada, diferente das entidades que dispõem da autonomia de instituí-la, com a finalidade de arrecadação para provento próprio. É de competência da União a instituição da contribuição especial e da contribuição econômica, que

por sua vez é de interesse das classes profissionais, referindo-se ora aos trabalhadores (como os vinculados ao Conselho Regional de Contabilidade), ora aos empregados celetistas registrados nos seus respectivos sindicatos. (SABBAG, 2018).

2. Gestão Empresarial

Desde 1990 as negociações empresariais se tornaram mais complicadas, devido aos atos econômicos e sociais de abrangência global que estão reformulando o meio organizacional. A globalização econômica favorecida pelo desenvolvimento tecnológico da comunicação e da informação é um fato inevitável. As inovadas tecnologias, assim como os atuais modelos de ordenação do negócio, têm intimidado as técnicas convencionais de gestão das organizações. (FACULDADES BOM JESUS, 2002).

Ainda afirma Faculdades Bom Jesus que, o meio empresarial continua sofrendo com o reflexo dessas mudanças em seus negócios, seja pelas transformações inseridas de maneira interna ou pelas mudanças no campo externo, bem como a decadência de organizações obsoletas e o aparecimento de recentes concorrentes. Este cenário tem provocado reações diretas com relação à gestão das empresas, necessitando com isso, aprimorar a percepção para compreender que as modificações nas gerências são uma obrigação e não uma escolha.

Gestão empresarial pode ser definida como a reunião de práticas e estratégias utilizadas em determinado empreendimento, usando de seus meios estruturais, humanos e financeiros. A sistemática de uma corporação é montada baseando-se em parcelas distintas que a constituem, objetivando a todo momento a evolução e conquista de resultados súperos, em um mercado cujo cenário encontra-se muito competitivo, empreendedor e mutável. Desta forma, a gestão empresarial torna-se uma ferramenta de cunho essencial para que as empresas sejam assertivas em suas decisões e sustentem o negócio. (MARQUES, 2015).

Acerca das funções da gestão, afirma Carvalho (2016, p. 25):

A maior parte dos teóricos da gestão continua a admitir que o processo de dirigir empresas comporta cinco funções –

planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar. Mas, faltam nesta enumeração, duas funções – a concessão e o desenvolvimento. Atualmente já não basta elaborar planos, organizar, dirigir, coordenar e controlar. Os gestores modernos devem adotar perspectivas de sistema total e visão multidisciplinar da gestão.

2.1 Planejamento de gestão

Possuir um planejamento de gestão é indispensável para as empresas que anseiam obter bons resultados. Para tanto, é necessário estar apto a compreender, refletir, determinar objetivos, definir como avaliá-los, destinar os recursos e desenhar os melhores caminhos para converter princípios em soluções, valendo-se de inúmeros instrumentos que, embora importantes, os gestores em sua maioria não conhecem e não utilizam. (MAXIMIANO, 2006).

Ao iniciar um novo empreendimento ou mesmo se o gestor já possuir um, é indispensável conhecer o valor que o planejamento e a gestão empresarial possuem e quais são as técnicas fundamentais nas tomadas de decisões e o que as mesmas representam diariamente para o negócio. Na medida em que as carências não são ajustadas, o planejamento já se inicia com erros. (CARNEIRO, 2017).

Além disso, o autor afirma que é necessário identificar os objetivos mais vantajosos no qual se deseja desenvolver uma operação na empresa, seja dando início a saída ou fabricação de uma nova mercadoria, elaborando uma publicidade mais moderna de marketing, alcançando mais seções no comércio, ampliando o negócio, entre outras. Sabendo precisamente o que se almeja e agindo da mesma maneira com a equipe de colaboradores, garantirá assim o sucesso em suas operações e obterá respostas positivas com maior agilidade.

2.2 Desafios enfrentados na gestão empresarial

A ausência de gestão em uma sociedade, é uma prática muito arriscada e capaz de conduzir a consequências trágicas. Logo, ao iniciar um empreendimento, é primordial a elaboração do planejamento, pois ele será um grande aliado, auxiliando no controle do negócio. Muitos empreendedores acreditam que são capazes de gerenciar uma empresa somente com o conhecimento de mercado, no entanto, essa ideia é falha e não vigorará por muito tempo. (MAXIMIANO, 2006).

A elevada carga tributária é um fator que afirma a relevância e necessidade dos gestores elaborarem o planejamento tributário. O ônus fiscal elevado presente no mundo das negociações, juntamente com a burocracia, com as inovações constantes da legislação e a complexidade de gerir um negócio, vem demandando da gerência uma grande aplicação de recursos financeiros e humanos, no intuito de analisar todos os meios legais existentes e aplicáveis as suas operações mercantis, com a intenção de empregar o meio que possui menos consequências tributárias, visando a economia no pagamento dos tributos. (BORGES, 2014).

Fleury; Fischer (1998, p. 93) afirmam:

A velocidade, a continuidade e a imprevisibilidade das inovações na tecnologia, nas ciências, na economia e em outras áreas do conhecimento, sem precedentes na história da humanidade, refletiram-se na dinâmica das empresas, desafiando a tradicional maneira de encontrar soluções para problemas e oportunidades. Diante dessa realidade, o grande desafio das empresas, a fim de garantir a sua competitividade e até a sua sobrevivência no terceiro milênio, tem sido criar e cultivar um ambiente organizacional voltado e motivado para o constante aprendizado.

Acerca dos limites de créditos concedidos pelos bancos para as empresas, os mesmos estão gradativamente mais restritos, pois as instituições financeiras estão cada vez mais rigorosas para a liberação desses empréstimos, em virtude de diversos fatores, como: os elevados índices de inadimplência, do desequilíbrio que atingiu a economia nos últimos anos, do aumento da inflação, do crescimento de demissões, entre outros fatores, que levaram as entidades a desembolsar seus recursos com rescisões contratuais

que agravaram o endividamento, conseqüentemente reduzindo o caixa e os estoques. (PESSOA; DINIZ, 2017).

Ainda ressaltam, que os caminhos mais onerosos se tornam a escolha do empresário, como o adiantamento de recebíveis, utilização do cartão de crédito, do cheque especial, entre outras categorias. Contudo, a adesão dessas alternativas deve ser devidamente dirigida com bastante cuidado, uma vez que, o mais custoso pode afetar a organização e o seu rendimento, gerando uma despesa cada vez mais elevada.

Manter uma equipe motivada também é um desafio que a gestão da empresa enfrenta todos os dias. Diante das inúmeras obrigações e afazeres normais da rotina de trabalho, lidar com as expectativas, sonhos e anseios dos colaboradores sempre demandará muitos cuidados pela parte empregadora. Apesar disso, a administração que souber trabalhar a motivação e incentivá-la, terá como benefício um colaborador motivado e, conseqüentemente um resultado melhor na organização. “O fato de os colaboradores se sentirem verdadeiramente reconhecidos por seu desempenho faz muita diferença. Ou seja, o elogio é uma forma de reconhecimento pela qualidade do trabalho apresentado”. (GOMES, 2014, p. 126).

No dia a dia das empresas, é muito comum os gestores tomarem decisões a todo momento. Em sua maioria são importantes e essenciais para que o negócio funcione e se auto sustente. Os administradores enfrentam alguns desafios no meio do processo de gestão, no entanto, precisam ter a situação sob controle para a permanência e prosperidade da sociedade. Decidir pela compra ou aluguel de um maquinário, contratar um empréstimo de longo ou curto prazo, determinar qual o volume de estoque que pretende armazenar, optar se deve ou não intensificar a produção e diminuir os custos, são quesitos que precisam ser analisados todos os dias, pois podem representar uma ameaça para as empresas e necessitam de cautela na hora da decisão final. (MARION, 2012).

Outro grande obstáculo está relacionado ao processo entrópico nas empresas, que consiste em uma ordem natural, na qual todos os tipos de organizações caminham em sentido a desordenação e morte. A desordem característica da entropia reflete diariamente nas ações empresariais e

representa uma grande ameaça. Caso os responsáveis que possuem o poder de decisão, não invistam em soluções para combater de forma eficaz esse fenômeno, correm o risco de esforços de resultado nulo ou de pouco êxito. Em síntese, jogar dinheiro no lixo. (GOMES, 2014).

3 Planejamento Tributário na Gestão Empresarial

No cenário empresarial do Brasil, o sistema metodológico da gestão eficiente dos tributos não é mais uma alternativa opcional e sim uma técnica de cunho essencial para a permanência e prosperidade dos negócios brasileiros. O planejamento tributário atrelado a gestão empresarial representa um instrumento válido e de extrema viabilidade para que as entidades possam resistir a um país que detém uma carga tributária alarmante, sendo reconhecida como uma das maiores do mundo. (OLIVEIRA, et al. 2015).

O planejamento tributário na gestão da empresa se resume na maneira com que a entidade planeja suas ações, dispondo como causa os impostos e a maneira que estes se refletem nas organizações, aderindo mecanismos legais na busca de alcançar a contenção dos tributos. Com isso, é uma prática organizacional preventiva em que objetiva apontar e lançar os fatos e atos tributáveis e seus resultados, confrontando os efeitos prováveis, para as inúmeras formas disponíveis, de tal maneira a oferecer como opção o caminho menos oneroso e que trará mais benefícios financeiros e econômicos não extrapolando a esfera da legalidade. (ROCHA; BARCELOS; ROCHA, 2016).

Crepaldi (2017, p. 34) pondera em sua obra:

Estima-se que no Brasil, em média, 33% do faturamento empresarial é dirigido ao pagamento de tributos. Somente o ônus do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas pode representar a incrível taxa de 51,51% do lucro líquido apurado. Do somatório dos custos e despesas, mais da metade do valor é representada pelos tributos.

Para a elaboração de um planejamento tributário eficiente na gestão empresarial, torna-se indispensável compreender as leis regulamentadoras e buscar formas que evitem o desvio sem afetar a legislação. Com isso, a gestão

dos tributos é de extrema importância para o funcionamento e permanência da empresa no mercado, visto que, por intermédio de estudos e comparações nas tributações, pode-se compreender e ajustar o pagamento dos impostos. (ROCHA; BARCELOS; ROCHA, 2016).

Muitos tributos integram os valores dos produtos e serviços oferecidos e prestados a sociedade. A diminuição dos encargos tributários acarreta na maior rentabilidade do comércio, visto que, existe uma queda do preço ofertado e elevação nas vendas, ou ainda, pelo crescimento dos lucros, baseado na atenuação dos custos envolvidos no processo de produção ou no ato de prestar um serviço. Isso só é possível devido a elaboração de um bom planejamento tributário pela gestão empresarial da entidade. (BORGES, 2014).

Acerca da redução no pagamento do tributo, IOB (2005, p. 17) afirma:

As providências são no sentido de reduzir a alíquota ou a base de cálculo do tributo. Ex.: Empresa comercial estabelecida no Paraná, em que a maior parte das suas vendas estaduais (alíquota de 17% de ICMS), pode transferir sua sede para um estado vizinho e então fazer operações interestaduais de ICMS, em que a alíquota é 12%.

3.1 Vantagens e contribuições

Utilizado como uma ferramenta fundamental no mundo dos negócios, um planejamento tributário bem elaborado proporciona inúmeras vantagens e contribuições para as empresas. Através dele, os empresários podem ter análises completas e simulações de diversas possibilidades, facilitando a escolha da melhor proposta, a fim de reduzir a carga tributária. (MENDES, 2017).

Empregado de maneira eficaz, o planejamento tributário alcança de modo completamente legal a redução de desembolsos com tributos em excesso. Sua utilização permite reconhecer em qual regime tributário a empresa deve se enquadrar, bem como as possibilidades de desobrigações tributárias ou quais práticas são mais favoráveis. Além disso, ainda auxilia

evitando os dispêndios com multas por inadimplência ou sonegação, reduzindo gastos desnecessários. (BORGES, 2014).

Além de reduzir a carga tributária, o planejamento contribui para que a empresa recupere créditos fiscais, cuja possibilidade só é detectada com um eficaz controle das operações mercantis e acompanhamento constante da gestão. As empresas que atuam no ramo industrial conseguem aproveitar, por exemplo, do Imposto sobre Produtos Industrializados. (FABRETTI, 2016).

A opção pelo regime tributário mais adequado isenta a empresa de uma boa parte de obrigações acessórias e minimiza a quantidade de processos. Sendo assim, ocorre uma simplificação nos procedimentos contábeis, fazendo com que os serviços nesse âmbito demandem menos trabalho. Outra vantagem da utilização do planejamento tributário é proporcionar mais organização dentro da empresa, possibilitando a atualização constante, mantendo em dia todas as questões relacionadas ao pagamento de tributos. (MENDES, 2017).

O autor ainda ressalta uma outra contribuição que se dá pelo impacto suplementar de expandir a regularidade fiscal. Com isso, fica simples entender quais são as exigências que precisam ser realizadas no momento devido, evitando assim, atrasos, recolhimento equivocado de alíquotas e até mesmo a desconsideração de fases que necessitam passar pelo Fisco, resultando com isso, mais regularidade do âmbito fiscal, livrando-se de cair na malha fina ou passar por contratempos junto às entidades competentes.

Diante do atual cenário mercadológico, inúmeras são as razões que tornam mais concorrente os empreendimentos. Isso caracteriza uma vantagem no mundo dos negócios. Essa justificativa se dá com gastos menores de tributos, quando a empresa realiza um planejamento tributário eficiente. Desta maneira, ela ganha investindo em aperfeiçoamentos que refletem diretamente nas mercadorias ou serviços disponibilizados ao consumidor, aumentando sua relevância e lucratividade no mercado, podendo assim, reduzir os preços dos produtos com a intenção de atrair mais clientes. (CREPALDI, 2017).

Com a legalidade fiscal, a empresa aplica menos dos seus recursos em impostos, mantém-se regularizada, torna-se mais competitiva no ramo dos negócios e ainda preserva sua reputação, passando uma visão mais favorável

e consciente a seu respeito, conquistando cada vez mais público interessado em seus produtos ou serviços ofertados, garantindo destaque entre os concorrentes, ampliando o seu quadro de clientes. (MENDES, 2017).

Considerações Finais

Conforme o estudo realizado para a concretização deste artigo, conclui-se que, o planejamento tributário é uma ferramenta importantíssima na gestão empresarial e não constitui apenas um direito, mas sim uma obrigação instituída na legislação. Todas as empresas, sendo elas prestadoras de serviços, comerciais ou industriais almejam obter lucros e resultados cada vez melhores, na qual uma gestão eficiente e atenta às legislações e suas constantes mudanças, poderá reduzir a carga tributária utilizando do planejamento.

Além disso, com a economia gerada através da redução do valor que deveria ser destinado ao pagamento de impostos, a empresa poderá investir em expansão dos negócios, conquistando novos públicos, desenvolvendo novos produtos ou serviços, aumentando sua vantagem frente à concorrência. Podemos dizer que o planejamento tributário é um instrumento de controle nas mãos dos gestores que objetivam meios de administrar melhor os lucros e seus investimentos.

Portanto, a partir da linha de pensamento apresentada, inúmeras são as vantagens e contribuições da utilização do planejamento tributário como ferramenta na gestão empresarial, pois auxilia na redução legal dos pagamentos de tributos, evitando desembolsos desnecessários e expandindo a regularidade fiscal, contribui na recuperação de créditos fiscais, fornecendo meios estratégicos para o enquadramento do regime tributário mais adequado para cada tipo de empresa, simplificando o trabalho do Contador e ainda contribui para um mercado mais competitivo, no qual, somente as sociedades dotadas de planejamento terão êxito e prosperidade nos negócios.

Referências

ABRAHÃO, Marcelo Alcântara. **A elisão fiscal como ferramenta para o planejamento tributário**. 2011. Trabalho monográfico (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121033>
Acesso em: 18 de ago. 2018.

AMED, F. J.; NEGREIROS, P. J. L. C. **História dos tributos no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Nobel, 2000.

BORGES, H. B. **Gerência de impostos: IPI, ICMS, ISS e IR**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e municípios. Código Tributário Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm. Acesso em: 18 de ago. 2018.

CARNEIRO, Mardo. **7 dicas de planejamento e gestão empresarial**. Disponível em: <http://facilit.com.br/blog/2017/08/21/conheca-7-dicas-de-planejamento-e-gestao-empresarial/>. Acesso em: 04 nov. 2018.

CARVALHO, J. E. **Gestão de empresas: princípios fundamentais**. 4. ed. São Paulo: Sílabo, 2016.

CREPALDI, S. **Planejamento tributário: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FABRETTI, L. C. **Contabilidade tributária**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FACULDADES BOM JESUS. **Gestão Empresarial**. Curitiba, 2002.

FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. Gestão de pessoas – os desafios de aproximar a teoria da prática e vice-versa. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 90-94, jun. 1998.

GOMES, C. R. **Técnicas de administração: gestão da empresa moderna**. 1. ed. Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2014.

HARADA, K. **Direito financeiro e tributário**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

IOB. **Planejamento tributário para pequenas e médias empresas**. São Paulo, 2005.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARQUES, José. **O que é e como funciona a gestão empresarial?** Disponível em: <https://www.jrmcoaching.com.br/blog/o-que-e-e-como-funciona-a-gestao-empresarial/>. Acesso em: 15 out. 2018.

MAXIMIANO, A. C. A. Teoria geral da Administração. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MENDES, Cristiane. 5 vantagens de fazer um bom planejamento tributário. Disponível em: <https://cristianesoaresmendes.jusbrasil.com.br/artigos/512955057/5-vantagens-de-fazer-um-bom-planejamento-tributario>. Acesso em: 16 nov. 2018.

OLIVEIRA, Felipe Flausino. et al. **Planejamento tributário: Uma ferramenta de gestão para empresas brasileiras**. Disponível em: <http://ojs.ipsantarem.pt/index.php/REVUIIPS/article/view/46/16>. Acesso em: 18 nov. 2018.

PÊGAS, P. H. **Manual de contabilidade tributária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PESSOA, Rosiomar Santos; DINIZ, Francisco. Os principais desafios que as pequenas e médias empresas (PME's) enfrentam no Brasil. **Revista de empreendedorismo e gestão de micro e pequenas empresas**, São Paulo, ano 3, n. 1, p. 137-161, jan./abr. 2017.

REZENDE, A. J.; PEREIRA, C. A.; ALENCAR, R. C. **Contabilidade tributária: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROCHA, José Ernane Alves; BARCELOS, Leila Rufino; ROCHA, Patrícia Alves Xavier. O planejamento tributário e a elisão fiscal. **Controle**, Ceará, ano 1, n. 1, p. 203-226, jun. 2016.

SABBAG, E. **Direito tributário essencial**. 6. ed. São Paulo: Método, 2018.

_____. **Manual de direito tributário**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.